

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

LUIZE STOETERAU NAVARRO

O DIREITO NO IMPÉRIO HOLANDÊS: PERSPECTIVAS ATLÂNTICAS SOBRE O  
FUNCIONAMENTO DA JUSTIÇA NAS COLÔNIAS HOLANDESES NAS AMÉRICAS  
(1621-1664)

CURITIBA

2019



LUIZE STOETERAU NAVARRO

O DIREITO NO IMPÉRIO HOLANDÊS: PERSPECTIVAS ATLÂNTICAS SOBRE O  
FUNCIONAMENTO DA JUSTIÇA NAS COLÔNIAS HOLANDESAS NAS AMÉRICAS  
(1621-1664)

Tese apresentada ao curso de Pós-Graduação em  
Direito, Setor de Ciências Jurídicas, Universidade  
Federal do Paraná, como requisito parcial à  
obtenção do título de Doutora em Direito.

Orientador(a): Prof. Dr. Luís Fernando Lopes  
Pereira

CURITIBA

2019

N322d

Navarro, Luize Stoeterau

O direito no império holandês: perspectivas atlânticas sobre o funcionamento da justiça nas colônias holandesas nas Américas (1621-1664) / Luize Stoeterau Navarro; orientador: Luís Fernando Lopes Pereira. – Curitiba, 2019. 217 p.

Bibliografia: p. 192-209.

Tese (Doutorado) – Universidade Federal do Paraná, Setor de Ciências Jurídicas, Programa de Pós-graduação em Direito. Curitiba, 2019.

1. Direito - História. 2. América - Colonização. 3. Holanda - Colônias. I. Pereira, Luís Fernando Lopes. II. Título.

CDU 34(09)

**Catálogo na publicação - Universidade Federal do Paraná  
Sistema de Bibliotecas - Biblioteca de Ciências Jurídicas  
Bibliotecário: Pedro Paulo Aquilante Junior - CRB 9/1626**



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
SETOR DE CIÊNCIAS JURÍDICAS  
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ  
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO DIREITO -  
40001016017P3

## TERMO DE APROVAÇÃO

Os membros da Banca Examinadora designada pelo Colegiado do Programa de Pós-Graduação em DIREITO da Universidade Federal do Paraná foram convocados para realizar a arguição da tese de Doutorado de **LUIZE STOETERAU NAVARRO** intitulada: **O Direito no Império Holandês: Perspectivas Atlânticas sobre o Funcionamento da Justiça nas Colônias Holandesas nas Américas (1621-1664)**, sob orientação do Prof. Dr. LUIS FERNANDO LOPES PEREIRA, que após terem inquirido a aluna e realizado a avaliação do trabalho, são de parecer pela sua **APROVAÇÃO** no rito de defesa.

A outorga do título de doutor está sujeita à homologação pelo colegiado, ao atendimento de todas as indicações e correções solicitadas pela banca e ao pleno atendimento das demandas regimentais do Programa de Pós-Graduação.

CURITIBA, 27 de Setembro de 2019.

  
LUIS FERNANDO LOPES PEREIRA  
Presidente da Banca Examinadora

  
SONIA REGINA MARTINS DE OLIVEIRA  
Avaliador Externo (FACULDADE DOM BOSCO)

  
MARIA FILOMENA PINTO DA COSTA COELHO  
Avaliador Externo (UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA)

  
RICARDO MARCELO FONSECA  
Avaliador Interno (UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ)

  
ANDRE PEIXOTO DE SOUZA  
Avaliador Externo (UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ)







MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
SETOR DE CIÊNCIAS JURÍDICAS  
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ  
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO DIREITO -  
40001016017P3

ATA Nº63

### ATA DE SESSÃO PÚBLICA DE DEFESA DE DOUTORADO PARA A OBTENÇÃO DO GRAU DE DOUTOR EM DIREITO

No dia vinte e sete de setembro de dois mil e dezenove às 14:00 horas, na sala De Defesas - 317, Praça Santos Andrade, 50 - Centro - PPGD - UFPR, foram instaladas as atividades pertinentes ao rito de defesa de tese da doutoranda **LUIZE STOETERAU NAVARRO**, intitulada: **O Direito no Império Holandês: Perspectivas Atlânticas sobre o Funcionamento da Justiça nas Colônias Holandesas nas Américas (1621-1664)**, sob orientação do Prof. Dr. LUIS FERNANDO LOPES PEREIRA. A Banca Examinadora, designada pelo Colegiado do Programa de Pós-Graduação da Universidade Federal do Paraná em DIREITO, foi constituída pelos seguintes Membros: LUIS FERNANDO LOPES PEREIRA (UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ), SONIA REGINA MARTINS DE OLIVEIRA (FACULDADE DOM BOSCO), MARIA FILOMENA PINTO DA COSTA COELHO (UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA), RICARDO MARCELO FONSECA (UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ), ANDRE PEIXOTO DE SOUZA (UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ). A presidência iniciou os ritos definidos pelo Colegiado do Programa e, após exarados os pareceres dos membros do comitê examinador e da respectiva contra argumentação, ocorreu a leitura do parecer final da banca examinadora, que decidiu pela APPROVAÇÃO. Este resultado deverá ser homologado pelo Colegiado do programa, mediante o atendimento de todas as indicações e correções solicitadas pela banca dentro dos prazos regimentais definidos pelo programa. A outorga de título de doutor está condicionada ao atendimento de todos os requisitos e prazos determinados no regimento do Programa de Pós-Graduação. Nada mais havendo a tratar a presidência deu por encerrada a sessão, da qual eu, LUIS FERNANDO LOPES PEREIRA, lavrei a presente ata, que vai assinada por mim e pelos demais membros da Comissão Examinadora.

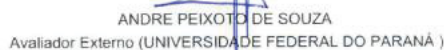
CURITIBA, 27 de Setembro de 2019.

  
LUIS FERNANDO LOPES PEREIRA  
Presidente da Banca Examinadora

  
SONIA REGINA MARTINS DE OLIVEIRA  
Avaliador Externo (FACULDADE DOM BOSCO)

  
MARIA FILOMENA PINTO DA COSTA COELHO  
Avaliador Externo (UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA)

  
RICARDO MARCELO FONSECA  
Avaliador Interno (UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ)

  
ANDRE PEIXOTO DE SOUZA  
Avaliador Externo (UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ)



*À todas as mulheres pesquisadoras,  
que enfrentam com coragem as muitas injustiças da academia.*

*Ao Hélio, por me acolher por inteiro  
e construir comigo dias mais alegres e leves.*

## **AGRADECIMENTOS**

Certo dia, em meio a uma crise com a escrita deste trabalho, uma amiga me disse que uma pessoa escrevendo tese é uma pessoa perturbada. Eu ri (claramente de nervoso) e concordei. A escrita de uma tese de doutoramento envolve uma série de fatores altamente estressantes, que vão desde preocupações banais com o texto e as normas da ABNT até medos fundados na famosa síndrome do impostor, passando por crises existenciais acerca da escolha do tema sendo estudado. E é por isso que posso afirmar com absoluta certeza que tese nenhuma se faz sozinho e, após quatro anos de perturbações aos professores, colegas e amigos, alguns agradecimentos se fazem necessários.

Em primeiro lugar, agradeço a meu orientador, Luís, pela eterna paciência e confiança em mim e em meu trabalho. Você acredita em mim quando eu mesma pareço não acreditar, e não inventaram ainda uma palavra que defina minha gratidão.

Também agradeço a meu orientador além-mar, com quem tive conversas que me abriram os olhos e mudaram os rumos desta pesquisa. Hartelijk bedankt, Michiel. Uw advies en vriendelijkheid waren verfrissend en essentieel voor mijn onderzoek. Het was echt een eer en ik hoop dat we in de toekomst weer kunnen samenwerken.

Agradeço ao Professor Ricardo, quem primeiro acendeu em mim a chama da história do direito e sem o qual hoje eu definitivamente não estaria aqui: o passo mais importante de cada jornada é o primeiro.

Aos demais membros da banca, Professora Maria Filomena, Professor André Peixoto e Professora Sônia, agradeço o valioso auxílio na construção da tese as e considerações valiosas para o aperfeiçoamento do trabalho, desde a qualificação.

A todos amigos que fizeram parte dessa jornada e que fizeram todas as dificuldades um tanto quanto mais leves, e muito especialmente ao Eliseu e ao Marcelo, agradeço a paciência e compreensão, as conversas e risadas, os conselhos e desabafos.

Agradeço, por fim, à CAPES, pela bolsa de pesquisa e de doutorado sanduíche que tornaram possível esta pesquisa.

(...)

*Eu também sou um cego*

*Cantando na estrada,*

*A estrada é maior*

*E não peço nada.*

(Fernando Pessoa, O cego e a guitarra)



## RESUMO

Por meio da análise da organização administrativa, institucional e judiciária de duas colônias holandesas no século XVII, Brasil Holandês e Nieu Nederlandt, busca-se questionar a ideia de centralização e unificação das políticas coloniais neerlandesas. A investigação das características administrativas e da estrutura judiciária que cada colônia adquiriu durante o domínio batavo, permitiram interrogar a utilização e efetividade de práticas coloniais que deveriam ser aplicadas pela Companhia das Índias Ocidentais em todas as colônias holandesas, dentre as quais destaca-se a Ordem de Governo de 1629, regulamento holandês que prevê parâmetros para a organização de todas as terras conquistadas pela Companhia, sendo um grande indício de centralização. Parte-se de um estudo da República das Sete Províncias Unidas dos Países Baixos e da Companhia das Índias Ocidentais, analisando-se seus processos de formação, aplicação do direito e objetivos além-mar, dando-se destaque para a aplicação e importância do *ius commune* em seu cenário jurídico. Nesse aspecto, o enquadramento da República em uma estrutura de Antigo Regime Europeu e consequente pluralismo jurídico já permite a elaboração de alguns questionamentos acerca de seus intentos centralizadores. Em seguida, é feito um estudo cuidadoso das duas colônias, que passam por diferentes fases de administração e tem seus contornos bastante distintos um do outro, tendo por base o estudo de fontes primárias, como regulamentos e diários de viajantes e, principalmente, relatórios das cortes locais e dos governantes de ambos os territórios. Como, muito embora possa-se perceber a transferência de tradições e direito holandeses, havendo elementos de continuidade, como a presença de conselhos municipais e cortes de justiça locais com grande influência na comunidade, cada colônia acabou por ter regulamentos e contornos administrativos próprios, moldados a partir da realidade encontrada pelos holandeses nos dois cenários, foi possível rejeitar a existência e a efetividade de uma centralização do governo colonial holandês.

Palavras-chave: Império Holandês. História institucional. História Atlântica. História do direito. Companhia das Índias Ocidentais. Brasil Holandês. Nieu Nederlandt.

## ABSTRACT

Through the analysis of the administrative, institutional and judicial organization of two Dutch colonies in the seventeenth century, Dutch Brazil and New Netherland, this thesis main objective is to question the idea of centralization and unification of Dutch colonial policies. The investigation of the administrative characteristics and judicial structure that each colony acquired during *batavi* domain, allowed the questioning of the use and effectiveness of colonial practices that should be applied by the Dutch West India Company in all the western colonies, among which the Order of Government of 1629 stands out, being a Dutch regulation that establishes parameters for the organization of all the lands conquered by the Company, a great indication of centralization. The study starts with a detailed examination of the Republic of Seven United Provinces of the Netherlands and the WIC, researching their processes of formation, application of law and overseas objectives, highlighting the application and importance of the *ius commune* in their legal configuration. In this respect, the framing of the Republic in a structure of *Ancien Regime* and consequent legal pluralism already allows the elaboration of some questions about its centralizing intentions. Next, a careful study is made of the two colonies, which go through different stages of administration and have very distinct administrative frameworks, based on the investigation of primary sources, such as regulations and travelers' journals and, mainly, reports of the local courts and rulers of both territories. Although one can see the transfer of Dutch traditions and law, and there are elements of continuity, such as the presence of municipal councils and local courts with great influence in the community, each colony ended up having its own regulations and administrative contours, shaped by the reality found by the Dutch in each scenario, which makes it possible to reject the existence and effectiveness of a centralization of the Dutch colonial government.

Keywords: Dutch Empire. Institutional History. Atlantic History. History of Law. West India Company. Dutch Brazil. New Netherland.

## ESCLARECIMENTOS TERMINOLÓGICOS

Alguns esclarecimentos terminológicos devem ser feitos antes do início do trabalho, para facilitar sua compreensão e evitar maus entendidos.

Em primeiro lugar, vale esclarecer que Holanda e Países Baixos não são sinônimos. O atual Reino dos Países Baixos tem em sua composição províncias, das quais duas levam o nome de Holanda: a Holanda do Norte e a Holanda do Sul. A confusão entre os dois vocábulos ocorre por que na época das grandes navegações, quando os holandeses tiveram maior influência sobre Portugal e sobre o Brasil, a província da Holanda (na época havia apenas uma) era a mais importante e rica, bem como a com maior comércio marítimo. Como muitas vezes os neerlandeses que se aventuravam além-mar eram de fato holandeses, os nomes passaram a ser trocados, confusão que permanece até os dias de hoje na língua portuguesa.

Como Holanda e holandês são termos já consagrados na língua portuguesa, neste trabalho os termos serão utilizados como sinônimos de ‘Países Baixos’ e da forma adjetivada ‘neerlandês’. Caso haja menção específica à província da Holanda isso será devidamente expresso no texto.

Ainda, serão utilizados como sinônimos de ‘holandês’ a expressão latina ‘batavo’ e o termo ‘flamengo’, muito embora este último literalmente se refira aos nativos da região de Flandres, na Bélgica. Novamente, a opção se dá pela confusão já existente na bibliografia e na língua portuguesa em geral: destaca-se que um dos livros em português mais reverenciados acerca do período chama-se *Tempo dos Flamengos*<sup>1</sup>, ainda que seja uma imprecisão.

Os termos República, República das Províncias Unidas e Províncias Unidas também serão utilizados para se referir ao que grosseiramente chamamos de Holanda, em sua configuração política do século XVII.

É importante esclarecer também que Nieu Holland e Nieu Nederlant se referem a locais distintos, muito embora não haja como devidamente traduzir a diferenciação, justamente pela já mencionada confusão entre Holanda e Países

---

<sup>1</sup> MELLO, José Antonio Gonsalves de. **Tempo dos Flamengos**: influência da ocupação holandesa na vida e na cultura do Norte do Brasil. 2. ed. (2. tiragem). Recife: Secretaria de Educação e Cultura, 1979

Baixos perpetuada no idioma português. Por esse motivo, para a colônia do norte, optou-se por manter a variante em holandês, como era grafada na época: Nieu Nederlant. Em citações diretas de bibliografia em inglês, optou-se por manter a grafia em inglês, New Netherland, já que Nieu Nederlant não é uma tradução literal e se distancia da grafia holandesa atual, envolvendo mais contextos e informações para ser compreendida.

Nieu Holland, por sua vez, corresponde ao território sob domínio holandês no leste da capitania de Pernambuco. No entanto, para as colônias brasileiras optou-se por utilizar o termo geral Brasil Holandês, convencional e livre de polêmicas na historiografia brasileira.

Sempre que razoável, também nomes de cidades, vilas e pessoas serão mantidos em suas variantes em português já estabelecidas pela bibliografia. Quando isso não for possível, será privilegiada a versão constante das fontes, em holandês com grafia do século XVII.

## LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1 - A new and correct map of the seven provinces : drawn from the most approved maps and charts : the whole being regulated by astronomical observations. 1750.....	32
FIGURA 2 - Coat of Arms of New Netherland, 1630.....	87
FIGURA 3 - Nova Belgica et Anglia Nova. In: Orbis Terrarum, 1635.....	91
FIGURA 4 - Brasilia, 1671. Encomendado por Krystof Arciszeweski .....	130
FIGURA 5 - Selos do Conselho de Justiça no Brasil, Câmara de Alagoas, Câmara de Porto Calvo, Câmara de Serinhaém.....	152
FIGURA 6 - Selos do Conselho de Justiça no Brasil, Câmara de Alagoas, Câmara de Porto Calvo e Câmara de Igaraçu.....	153
FIGURA 7 - Selo do Alto Governo do Brasil e selos das Capitânicas de Itamaracá, Rio Grande e Paraíba.....	154
FIGURA 8 - Selo do Alto Governo do Brasil e selos das Capitânicas de Itamaracá, Rio Grande e Pernambuco.....	155

## LISTA DE ABREVIATURAS OU SIGLAS

DRNN	- Documents Relating to New Netherland
FOCM	- Fort Orange Court Minutes
FHBH	- Fontes para a História do Brasil Holandês, volume I – A Economia Açucareira.
FHBH2	- Fontes para a História do Brasil Holandês, volume 2 – A Administração da Conquista
FOCR	- Fort Orange Court Records
NYCD	- Documents Relative to the Colonial History of the State of New York, volume 1.
NYCD2	- Documents Relative to the Colonial History of the State of New York, volume 2.
RIAGP	- Revista do Instituto Histórico, Arqueológico e Geográfico Pernambucano.
VOC	- Verenigde Oost-Indische Compagnie (Companhia Holandesa das Índias Orientais)
VRBM	- Van Rensselaer Bowie Manuscripts
WIC	- West-Indische Compagnie (Companhia Holandesa das Índias Ocidentais)



## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO .....</b>	<b>17</b>
<b>1 A ERA DE OURO HOLANDESA: A REPÚBLICA DAS SETE PROVÍNCIAS UNIDAS DOS PAÍSES BAIXOS</b>	<b>25</b>
1.1 SETE CONTRA O INIMIGO: GUERRA CONTRA A ESPANHA E UNIÃO DAS PROVÍNCIAS....	25
1.2 REINO SEM REI: O TRATADO DE UTRECHT E OS TRÊS NÍVEIS DE ORGANIZAÇÃO DA REPÚBLICA HOLANDESA .....	32
1.3 DIREITO DA GUERRA E DA PAZ: O <i>IUS COMMUNE</i> E ADMINISTRAÇÃO DA JUSTIÇA NA ERA DE OURO HOLANDESA .....	44
<b>2 A COMPANHIA HOLANDESA DAS ÍNDIAS OCIDENTAIS .....</b>	<b>52</b>
2.1 THEATRO DA GUERRA: O NASCIMENTO DA COMPANHIA DAS ÍNDIAS OCIDENTAIS E A EXPANSÃO HOLANDESA PELO ATLÂNTICO .....	52
2.2 MAR LIVRE: O <i>GROOT DESSEYN</i> E O PROJETO EXPANSIONISTA .....	62
2.3 TODAS AS PRAÇAS CONQUISTADAS E AINDA POR CONQUISTAR: A ORDEM DE GOVERNO DE 1629 E O INTENTO DE CENTRALIZAÇÃO DA WIC.....	69
<b>3 NIEU NEDERLANT .....</b>	<b>81</b>
3.1 NO CAMINHO DAS (OUTRAS) ÍNDIAS: O ACASO DA DESCOBERTA E A FUNDAÇÃO DE NIEU NEDERLANDT .....	81
3.2 “UM PAÍS BEM REGULADO, EM QUE JUSTIÇA E GOVERNO PREVALECEM”: AS DIFERENTES FASES DA ADMINISTRAÇÃO DE NIEU NEDERLANDT .....	91
3.3 LIBERDADES E ISENÇÕES: OS PATRONATOS E AS CORTES DE JUSTIÇA DE NIEU NEDERLANDT.....	99
<b>4 BRASIL HOLANDÊS.....</b>	<b>125</b>
4.1 A UNIÃO IBÉRICA, A GUERRA CONTRA A ESPANHA E A EXPANSÃO HOLANDESA PARA AS AMÉRICAS .....	125
4.2 FÁCIL DE CONQUISTAR E NÃO TÃO FÁCIL DE MANTER: A CONQUISTA DO BRASIL E OS ESFORÇOS PARA A ORGANIZAÇÃO DA COLÔNIA .....	128
4.3 AS ASSEMBLÉIAS GERAIS DO BRASIL HOLANDÊS: ROTEIROS DAS DIFICULDADES BATAVAS COM O GOVERNO E AS CÂMARAS DE ESCABINOS .....	169
<b>5 CONSIDERAÇÕES FINAIS .....</b>	<b>188</b>
<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....</b>	<b>192</b>

<b>ANEXO I – TRADUÇÃO DA INSTRUÇÃO DE 1636.....</b>	<b>210</b>
<b>ANEXO II – TRADUÇÃO DA INSTRUÇÃO DE 1645.....</b>	<b>216</b>

## INTRODUÇÃO

Minha trajetória de pesquisa voltada a colonização holandesa se iniciou há já alguns anos. Por vezes costumo dizer que o tema me escolheu, e não o contrário, já que é resultado de acontecimentos de muitos anos antes de eu saber que estudaria direito, história, ou ainda história do direito.

Quando adolescente, fiz um intercâmbio cultural de um ano, em que morei na casa de um casal belga, nos arredores de Bruxelas, os Vanfraechem, a quem até hoje chamo de *mama* e *papa*. Durante esse período, me aprofundi no estudo da língua holandesa (ou, nesse caso, específica e conceitualmente precisamente, flamenga).

Escutei por anos a fio que fiz uma má escolha ao aprender holandês e que nunca usaria essa habilidade para nada de realmente útil, até que já no mestrado me dei conta do quão especial isso poderia ser para o estudo do Brasil Holandês. E de fato foi, e continua sendo.

Durante a pesquisa de mestrado, o foco foi exclusivamente o Brasil Holandês. Como praticamente não há no Brasil bibliografia disponível sobre o Direito durante o período, foi um trabalho árduo, de construção do esqueleto administrativo que organizava a colônia.

A escassez de recursos não me permitiu acesso a todos os livros (estrangeiros) que buscava e não me deu chance de ir buscar fontes (na Holanda). Ainda assim, com muita pesquisa e dedicação, consegui completar um trabalho que me dá orgulho e que tem me rendido bons frutos até os dias de hoje.

Para o doutorado, o intuito era continuar a pesquisa voltada ao Brasil Holandês, ultrapassando os textos legais utilizados durante o mestrado. Para isso, a necessidade de ir para a Holanda era real e foi meu foco durante os primeiros anos do programa. No entanto, o período coincidiu com um grande corte de financiamento público para estes fins.

Mas todo meu esforço não foi em vão. A primeira oportunidade veio na forma de uma bolsa integral para participar da Summer School Academy, do Max-Planck Institute for European Legal History, na Alemanha, em 2016. Muito embora a Alemanha não pudesse me oferecer arquivos, me ofereceu uma das melhores bibliotecas de história do direito do mundo. E em 2017, finalmente, graças a uma bolsa de doutorado sanduíche da CAPES, tive a oportunidade de passar cinco

meses estudando na Universidade de Leiden, na Holanda, no departamento de História<sup>2</sup>, cercada por difíceis problemas pessoais e muita, mas muita pesquisa. Foram inúmeras horas passadas na biblioteca, encontrando, recolhendo e escaneando uma bibliografia mais específica e atual para meu tema e muitas conversas com meu orientador além-mar, um dos grandes pesquisadores de Brasil Holandês da atualidade, Michiel van Groesen<sup>3</sup>.

Além disso, foram dias e mais dias no Arquivo de Haia, coletando e me perdendo em rios de fontes historiográficas. A emoção de encontrar e encostar em certos documentos de que só havia ouvido falar, de ver cartas escritas por Maurício de Nassau, por exemplo, e de poder tocar em uma de suas assinaturas, é indescritível. O Arquivo Nacional de Haia se orgulha de ter 137 quilômetros de fontes. Pois nestes eu corri pelo menos uma maratona. São incontáveis pastas e documentos sobre o período, os quais eu tenho todos salvos em três nuvens diferentes e tenho certeza de serem o trabalho da minha vida.

A escrita holandesa do século XVII tem paleografia bastante difícil e os textos são, para mim, incompreensíveis antes da transcrição. Seria humanamente impossível transcrever todos, traduzir todos, analisar todos. Assim, como nos ensina a metodologia científica, fiz recortes. Em um primeiro momento, transcrevi todas as sentenças. Infelizmente, nas 28 sentenças que encontrei, não consegui nenhuma informação de valor. Em verdade, acredito que se tratem de extratos de sentenças, pois muitas vezes citam apenas os nomes dos envolvidos e praticamente nada mais. Parti então para um segundo grupo de documentos, alguns que pelos títulos achei promissores. Também não encontrei nada que pudesse usar na tese. Alguns depoimentos de casos perdidos dos quais não encontrei mais peças, relatórios administrativos vazios de conteúdo que me fosse útil.

Nesse ponto, já haviam passado mais de três anos de doutorado e eu, apesar de ter finalmente todas as possibilidades em minhas mãos, já não tinha mais tempo

---

<sup>2</sup> O 15º melhor do mundo. Mais em: <https://www.universiteitleiden.nl/en/humanities/institute-for-history/about>

<sup>3</sup> O Prof. Dr. Michiel van Groesen ocupa a cadeira de História Marítima na Universidade de Leiden. Entre suas principais publicações estão *The Representations of the overseas world in the De Bry collection of voyages, 1590-1634*. Leiden & Boston: Brill, 2008; *The Legacy of Dutch Brazil*, New York: Cambridge University Press, 2014 e *Amsterdam's Atlantic: print culture and the making of Dutch Brazil*. Philadelphia: Pennsylvania University Press, 2017. Este último lhe rendeu notoriedade e mesmo sem ser traduzido para o português foi o objeto de uma reportagem e entrevista na folha de São Paulo: <https://brasilianismo.blogosfera.uol.com.br/2017/03/16/antiga-metropole-holanda-nao-lembra-que-dominou-o-brasil-no-seculo-17/>

para explorá-las. Não sem alguma frustração, parti para uma outra estratégia de pesquisa, que foi largamente discutida na Universidade de Leiden e no Max-Planck Institute: a administração do Atlântico holandês, englobando, para além do estudo do Brasil Holandês, a análise de Nieu Nederlandt, território onde atualmente encontra-se Nova Iorque.

Há já alguns anos historiadores que estudam o Império Holandês tem buscado tratar da colonização como um todo, evitando a análise de colônias de forma isolada. Para isso, em alguns casos, se utilizam da metodologia da História Atlântica.

História Atlântica é uma categoria de análise historiográfica desenvolvida para auxiliar na compreensão e na organização do estudo de alguns dos principais acontecimentos do início da era moderna, como a circulação de pessoas, bens e ideias pelos Atlântico, que se intensificou a partir do século XV. Com as grandes navegações e processos imperialistas, o oceano Atlântico se tornou o ponto de contato entre Europa, África e Américas e conforme agentes de mudança social, dentre os quais pessoas, plantas e até mesmo o direito, se movimentavam por suas rotas, transformações ocorreram em todas as esferas da vida e eventos em um local passaram a ter consequências e repercussões em outros<sup>4</sup>. Como bem afirma John Elliot, a história atlântica envolve o estudo da “criação, desconstrução e re-criação de comunidades como resultado de movimentos através e ao redor do berço Atlântico, movimentos esses de pessoas, *commodities*, práticas culturais e valores”<sup>5</sup>.

A construção das comunidades coloniais pelo movimento holandês de cruzar o oceano, a consequente circulação de conceitos sobre a organização institucional e política, a transmissão através do atlântico da cultura jurídica holandesa, e sem dúvidas também a influência recíproca americana na Holanda (muito embora não seja o foco deste trabalho) fazem com que o tema desta pesquisa se enquadre perfeitamente nesta metodologia.

No entanto, não é possível fazer este estudo sem que se desenvolva algum grau de comparação. A simples e mera colocação de capítulos para cada uma das

---

<sup>4</sup> GREENE, Jack; MORGAN, Phillip. **Atlantic History: a critical appraisal**. Oxford: University Press, 2009.

<sup>5</sup> ELLIOT, John. **Atlantic History: A circumnavigation**. In: ARMITAGE, David. *The British Atlantic World, 1500-1800*. Nova Iorque: Palgrave, 2002, p. 239. “the creation, destruction, and re-creation of communities as a result of the movement, across and around the Atlantic basin, of people, commodities, cultural practices, and values”. (tradução nossa).

duas colônias aqui em foco, em que pese o esforço de mantê-los separados, já produz uma eventual comparação. Ao mesmo tempo, chegar a uma conclusão do problema proposto, o de achar (ou não) algo que em comum na organização institucional das colônias analisadas, exige também um processo comparativo, que acaba, assim, por se tornar inevitável. Contudo, a metodologia principal do trabalho permanece sendo a da história atlântica, e não a de história comparada, justamente pelo foco na transmissão da cultura jurídica holandesa para as Américas e criação de novas comunidades por meio das viagens flamengas.

Assim se formou o presente trabalho: das minhas ideias e estudos, mas também das dificuldades, encontros fortuitos e possibilidades objetivas com que me deparei pelo caminho. Como dizem: todo historiador é escravo de suas fontes, e minha trajetória materializada nesta tese não poderia confirmar mais esse ditado.

---

A ideia de que uma mesma instituição pudesse estar presente com certa uniformidade em todas as cidades do Império Português sempre me marcou, muito provavelmente por ser a partir desse pensamento um pouco mais concreto que pude avaliar a extensão e a força da colonização portuguesa:

A Câmara e a Misericórdia podem ser descritas, apenas com um ligeiro exagero, como os dois pilares da sociedade colonial, do Maranhão a Macau. Garantiam uma continuidade que governadores, bispos e magistrados passageiros não podiam assegurar. Os seus membros provinham de estratos sociais idênticos ou comparáveis e constituíam, até certo ponto, elites coloniais. Uma descrição comparativa do seu desenvolvimento e funções mostrará como os Portugueses reagiram às diferentes condições sociais que encontraram em África, na Ásia e na América, e até que ponto conseguiram transplantar e adaptar com êxito estas instituições metropolitanas para meios exóticos.<sup>6</sup>

---

<sup>6</sup> BOXER, C. R. **O Império Marítimo Português: 1415-1825**. Lisboa: Edições 70, 2015, p. 267.



É um conceito que, devido aos inúmeros estudos já existentes, como os de Boxer, acima, e Schwartz<sup>7</sup> podemos apenas absorver e utilizar, tecendo pesquisas para além de sua compreensão.

Quando iniciei os estudos de Império Holandês, pelo prisma da história do direito, me dei conta de que não havia estudos equivalentes para este outro grande Império colonial. Sem que haja a construção desta fundação básica de história do direito e institucional, não é possível avançar para estudos mais específicos, mais especializados. E, por isso, nesta pesquisa busco estudar a fundo as instituições e o direito holandês colonial e desvendar se havia também alguma uniformidade na expansão e colonização holandesas do século XVII no Atlântico, dando minha pequena contribuição ao campo da historiografia.

A Ordem de Governo de 1629 é um regulamento feito pela Companhia Holandesa das Índias Ocidentais que determina que a mesma organização e instituições deveriam estar presentes em todas as terras conquistadas, e ainda por conquistar, pelos holandeses. Sua existência é um indício de que pudesse existir alguma uniformidade nas instituições coloniais e na sua forma de aplicar o direito, mas ainda assim é necessário analisar a fundo a organização política, administrativa e judicial das colônias para saber ao certo sua efetividade, bem como outros aspectos de uniformidade que não estivessem nela previstos.

Nas páginas que se seguem, buscarei analisar as instituições e a aplicação do direito de duas colônias holandesas, o Brasil Holandês e Nieu Nederlandt, de forma a descobrir se havia alguma uniformidade nos modos neerlandeses de colonizar e administrar a justiça nas colônias, tal qual havia nos portugueses e espanhóis.

Aqui, é importante lembrar que uma eventual uniformidade institucional entre as colônias não significa necessariamente centralismo e unidade modernos, vez que estamos a tratar de sociedades que encaixam-se no Antigo Regime europeu – e isso vale tanto para a República e colônias holandesas quanto para os Impérios ibéricos mencionados. Neste trabalho, a busca por elementos de uniformidade serve para acrescentar informações no debate historiográfico acerca dos processos de colonização e proporcionar uma melhor compreensão do Império holandês em sua

---

<sup>7</sup> Para Schwartz, a unidade básica da estrutura administrativa e judicial portuguesa era o Conselho. SCHWARTZ, Stuart. Burocracia e sociedade no Brasil colonial: o tribunal superior da Bahia e seus desembargadores, 1609-1751. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

configuração geográfica atlântica, sempre com o foco nas estruturas judiciais e na aplicação do direito.

Para chegar à resposta desta pergunta, diversos passos foram necessários. Foi preciso entender a formação da República das Províncias Unidas, bem como sua organização política e administrativa e os motivos por trás da fundação da Companhia Holandesa das Índias Ocidentais, estudar seus regulamentos e objetivos, para somente então pode proceder a um estudo mais informado das colônias, sua organização, instituições e direito.

Nesta pesquisa tratarei do direito no Atlântico holandês. As colônias holandesas de Nieu Nederland e do Brasil serão analisadas, de forma a precisar seu funcionamento jurídico institucional e, na medida do possível, a aplicação do direito holandês pelas cortes durante a ocupação flamenga do século XVII.

No primeiro capítulo, discutirei a formação e organização da República das Províncias Unidas, em suas esferas municipal, provincial e central. Em que pese o assunto possa parecer de pouco interesse, é essencial compreender o funcionamento das instituições e do direito da metrópole para perceber as possíveis influências e eventuais diferenças com as colônias. A República holandesa das Sete Províncias, ainda que não fosse uma monarquia, enquadrava-se na realidade do Antigo Regime europeu, em que vigorava o *ius commune*, “um enorme conjunto de normas tidas como provenientes da razão natural”<sup>8</sup>, composto pela união do direito romanista, direito canônico e costumes locais, formando uma ordem jurídica bastante pluralista, com raízes locais e focada na resolução de conflitos.

O segundo capítulo será dedicado exclusivamente ao escrutínio da Companhia Holandesa das Índias Ocidentais. A WIC (*West-Indische Compagnie*), tinha especificidades e era o órgão que controlava e governava diretamente as colônias, de forma que também não é admissível passar à análise das colônias sem compreender corretamente seu funcionamento. Neste capítulo, será analisada a Ordem de governo de 1629, que busca regular a organização política, administrativa e judicial das colônias, já mencionada, bem como algumas justificativas jurídicas forjadas pelos batavos para legitimar sua expansão marítima.

No terceiro capítulo, buscarei analisar Nieu Nederland. Toda a trajetória da colônia que deu as bases para a fundação de Nova Iorque será tratada, desde seu

---

<sup>8</sup> HESPANHA, A. M. **Cultura Jurídica Europeia: síntese de um milênio**. Coimbra: Almedina, 2012, p. 148.

“descobrimento” em 1609 até 1664, quando passou para o domínio inglês. Nesse período, variados regulamentos vigoraram com o intento de regular a colônia, e todos serão analisados. O território passou por diferentes formatos de organização, sendo o mais famoso o das *patroonshchappen*, ou patronatos, que possuíam pequenas cortes municipais de justiça, responsáveis largamente pela vida em comunidade e aplicação do direito.

Por fim, o Brasil Holandês será examinado no quarto capítulo. A colônia holandesa no nordeste do Brasil durou 24 anos e nesse curto período também passou por diferentes formas de administração a organização institucional, que resultaram em instituições político-jurídico-administrativas híbridas e bastante peculiares. A força da colonização portuguesa e a consequente permanência de muitos de seus costumes, juntamente com as tentativas flamengas de aplicar seu próprio direito, formam uma síntese bastante peculiar.

Nos dois últimos capítulos, a aplicação do direito holandês e sua filtragem e adaptação ao novo território também será alvo de extensiva análise.

Para isso, as fontes utilizadas serão diversas. Destaca-se que em sua grande maioria são fontes com forte juridicidade. São utilizados, principalmente, regulamentos variados e relatos de cortes locais das colônias, estando intrinsecamente conectadas ao direito.

No que diz respeito a regulamentos e normas, serão estudados: a União de Utrecht de 1579, a Carta de Privilégios da WIC de 1621 e a Ordem de Governo de 1629. Para a colônia de New Netherland, os regulamentos analisados serão a Ordem Provisional de 1624, as *Vreyheden ende Exemption* (Liberdades e Isenções) de 1629 e de 1640, as duas instruções para Willem van Hulst, ambas de 1625. Para o Brasil Holandês, além da Ordem de Governo de 1629, serão analisadas especificamente a Instrução de 1636 e a Instrução de 1645, estas duas últimas ainda sem tradução para o português.

Para além de textos normativos, serão analisados outros documentos oficiais das colônias, bem como relatos e relatórios, que descrevem e melhor exemplificam a organização das instituições tratadas para além do dever-ser.

Para Nieu Nederland, utilizarei os documentos da New Netherland Foundation, que consistem em cartas diversas (como, por exemplo, a que relata a compra de Manhattan para os Estado Gerais), relatórios e casos das cortes de justiça. Ressalta-se que, de todas as colônias holandesas, os únicos registros das Câmaras

municipais que sobreviveram até os dias de hoje, são os de Nieu Nederland, já publicados em versão transcrita e por vezes traduzida pela Fundação. Além do mais serão analisados os documentos constantes das coletâneas “Van Rensselaer Bowier Manuscripts”, “Documents relating to New Netherland” e “Documents Relative to the history of the state of New York”. Ainda, os relatórios de Adriaen van der Donck - jurista, morador e escabino de Nieu Nederland – serão de extrema valia.

Para o Brasil Holandês, serão utilizados os documentos do Monumenta Hyginia, que consistem em transcrições e traduções das Nótulas Diárias, relatórios diários do governo holandês no Brasil e nas Actas Classis, relatórios das reuniões da nata religiosa holandesa no Brasil. Ainda, serão utilizados as “Atas da Assembleia Geral de 1640” e o panfleto “Razões pelas quais a Holanda deve tirar do rei da Espanha as terras do Brasil, e isso o quanto antes”. Serão analisados os documentos constantes dos dois volumes da obra “Fontes para a História do Brasil Holandês” e, por fim, algumas narrativas de época: “Historia ou Annaes dos feitos da Companhia privilegiada das Índias Ocidentais (1644)”, de Johannes de Laet; “Memorável Viagem Marítima e Terrestre ao Brasil (1682)” de Johan Nieuhof; “História dos feitos recentemente praticados durante oito anos no Brasil (1647)”, de Gaspar Barleus; e o “Valeroso Lucideno e o Triunfo da Liberdade”, do Frei Manuel Calado.

# 1 A ERA DE OURO HOLANDESA: A REPÚBLICA DAS SETE PROVÍNCIAS UNIDAS DOS PAÍSES BAIXOS

## 1.1 SETE CONTRA O INIMIGO: GUERRA CONTRA A ESPANHA E UNIÃO DAS PROVÍNCIAS

O território ocupado nos séculos XII e XIII pela Holanda, Zelândia e outras importantes províncias “era uma terra pantanosa encharcada, perigosa, pouco povoada e marginal à vida dos Países Baixos como um todo”<sup>9</sup>. O crescimento econômico e cultural da região até chegar ao século XVII, chamado de era de ouro holandesa, e à expansão marítima, foi enorme. No entanto, no século XVII, “os visitantes ficavam maravilhados com a prodigiosa extensão da navegação e do comércio holandeses, a sofisticação técnica da indústria e das finanças, a beleza, a ordem e a limpeza das cidades, o grau de tolerância religiosa e intelectual existente ali, a excelência dos orfanatos e hospitais, o caráter limitado do poder eclesiástico, a subordinação da autoridade militar à autoridade civil e as realizações notáveis da arte, filosofia e ciência holandesas”<sup>10</sup>.

O imaginário holandês de seus anos dourados, a começar pelo seu nome, é bastante romântico<sup>11</sup> e leva, muitas vezes, à uma percepção distorcida e bastante propensa a exageros da realidade. Muito embora a exacerbação da ideia de uma supremacia holandesa possa ser facilmente perceptível no trecho acima, o grau de desenvolvimento que ocorreu nestes três séculos de intervalo foi, de fato, surpreendente.

Neste capítulo, buscaremos analisar a formação da República das Províncias Unidas, que culminou nos séculos XVI e XVII. A intenção não é a de

---

<sup>9</sup> ISRAEL, J. I. **The Dutch Republic: its rise, greatness and fall, 1477-1806**. Oxford. Claradon Press, 1995, p. 51.

<sup>10</sup> ISRAEL, 1995, p. 57.

<sup>11</sup> O mesmo grau de exagero nas qualidades no imaginário comum ocorre com os brasileiros e o Brasil holandês, tido por muitos como exemplo de colonização: até os dias de hoje, acredita-se que caso os holandeses tivessem permanecido com o controle da região, esta seria atualmente o equivalente a um país de primeiro mundo. A mesma adoração ocorre personificada na figura de Maurício de Nassau, que corporifica muitas das qualidades exaltadas anos holandeses: tolerância, inteligência, riqueza, benevolência. Ressalta-se que, embora sejam culpados de uma pequena exaltação da era de ouro, os neerlandeses modernos não tem no seu imaginário uma figura forte para a colônia brasileira, sendo que boa parte dos batavos hoje em dia nem ao menos sabem de sua existência histórica. Nesse sentido cita-se entrevista com Michiel van Groesen: <https://bit.ly/2KwT4Zm>. Acesso em 13/08/2018, as 14:24.

demonstrar a formação de um estado centralizado para justificar e explicar o expansionismo que decorreu da abundância de recursos, como por muito tempo aconteceu com Portugal<sup>12</sup>, mas desenvolver uma linha lógica de raciocínio acerca da formação das instituições administrativas holandesas, para melhor poder compreender os motivos que levaram os holandeses a buscar a colonização de outros territórios e poder melhor analisar as instituições que implantaram – ou tentaram implantar – no além-mar.

Nesse sentido, destaca-se que não se acredita que a República holandesa fosse um Estado na acepção moderna do tema, tampouco uma República como as que hoje conhecemos. Tratava-se apenas de uma instituição política algo unificada, com quês de monarquia sem rei e, ainda que tivesse suas peculiaridades, com princípios pertencentes ao tempo em que viveu. Em suma, não se trata de um processo de centralização rumo a um Estado unificado e centralizado moderno, mas das várias etapas na construção de uma aliança entre as sete províncias em questão.

Nesta linha, Paolo Grossi afirma que durante a Idade Média surgiram várias organizações políticas para disputar a direção da sociedade, mas que nenhuma foi capaz de “reunir em si a efetividade do poder e a clareza de um programa político englobante”<sup>13</sup>. Mais especificamente a tratar dos Países Baixos, Boogman descreveu a República como uma complexa mistura de instituições políticas conservadoras e modernas, sendo apenas uma variante do aparato constitucional tardo-medieval<sup>14</sup>, o que parece bastante adequado.

A República das Sete Províncias dos Países Baixos se formou oficialmente em 1579, com o Tratado ou União de Utrecht. As províncias se uniram em um longo

---

<sup>12</sup> Por muito tempo atribuiu-se a uma centralização precoce a superioridade portuguesa nas navegações. No entanto, António Manuel Hespanha criticou fortemente esta tese com seu conceito de monarquia corporativa. Mais sobre o assunto em: HESPANHA, A. M. A constituição do Império português. Revisão de alguns enviesamentos correntes. In: BICALHO, M. F.; FRAGOSO, J.; GOUVÊA, M. de F. **O Antigo Regime nos trópicos: a dinâmica imperial portuguesa (séculos XVI-XVIII)**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001. HESPANHA, A. M. Antigo Regime nos trópicos? Um debate sobre o modelo político do Império Colonial Português. In: FRAGOSO, João; GOUVÊA, Maria de Fátima (orgs.). **Na trama das redes. Política e negócios no Império português, séculos XVI-XVIII**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.

<sup>13</sup> GROSSI, Paolo. **A Ordem Jurídica Medieval**. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2014, p. 53-54.

<sup>14</sup> BOOGMAN, J.C. **The Union of Utrecht: Its genesis and consequences**. *BMGN - Low Countries Historical Review*, 94(3), p. 389.



e complexo processo. Tal jornada se iniciou com uma busca por centralização<sup>15</sup> sob domínio das monarquias dos Borgonha e dos Habsburgo – que queriam conectar estes territórios para que pudessem ser mais facilmente dominados e para facilitar a coleta de impostos – e passou então a utilizar as instituições criadas por tais monarquias justamente para fortalecer uma união contra sua dominação, numa grande batalha pela sua independência.

Até 1425 os Países Baixos eram formados pelo que Jonathan Israel acredita que fossem dois teatros políticos com poucas conexões entre eles: o norte e o sul. Enquanto no norte a história se desenvolveu ao redor da busca por hegemonia da província da Holanda, no sul havia grande influência externa, dos franceses e ingleses, e grande fragmentação interna<sup>16</sup>.

A separação quase que completa acabou quando morreu o último Conde independente da Holanda, o que fez com que o novo senhor desses territórios fosse Filipe II, o Bom, da casa de Borgonha, e com que as terras do norte fossem incorporadas a uma grande monarquia europeia pela primeira vez. Os territórios ao sul, como Flandres e Brabante, onde atualmente encontra-se o Reino da Bélgica, já estavam sob domínio dos Borgonha desde 1384, quando morreu o Conde de Flandres<sup>17</sup>.

Filipe de Borgonha iniciou, assim, um programa de reestruturação administrativa, “destinado a soldar os Países Baixos borgonheses em uma entidade mais coerente”<sup>18</sup>. Dentre as estruturas implantadas pelo nobre, estavam os Estados Gerais, uma assembleia de representantes das várias províncias dos Países Baixos.

Mais passos rumo a essa certa união das províncias neerlandesas foram tomados por Charles, o Temerário, que buscava conquistar territórios, centralizar sua administração e aumentar a coleta de impostos. Sob seu comando, a suprema corte da Holanda e da Zelândia (tratava-se de uma corte comum às duas províncias) foi colocada sob supervisão central. Suas políticas autoritárias e de centralização

---

<sup>15</sup> Ressalta-se novamente que não se trata de um processo rumo a um Estado centralizado moderno, e sim apenas de mais uma etapa na construção de uma aliança entre as províncias dos Países Baixos.

<sup>16</sup> ISRAEL, 1995.

<sup>17</sup> EDMUNSON, George. **History of Holland**. Cambridge: University Press, 1922.

<sup>18</sup> ISRAEL, 1995, p. 21.

eram bastante criticadas e enfrentavam forte oposição, principalmente pelas províncias do sul<sup>19</sup>.

Quando o Duque Charles morreu, assumiu o poder sua filha Maria. Durante seu governo, foi assinado o Grande Privilégio, em 1477. Tal documento permitia que os Estados Gerais se reunissem por iniciativa própria e quando julgassem necessário, sem mais precisar do poder de um governante ou das províncias para cobrar impostos e reunir tropas. Maria se casou com Maximiliano, da casa Habsburgo, colocando o território holandês nas mãos dessa poderosa casa europeia<sup>20</sup>.

Sob domínio Habsburgo mais etapas do processo de aliança das províncias foram sendo cumpridas, com a fortificação da autoridade central em variadas esferas de poder. Um Grande (*Groot Raad*) foi instaurado em 1504, para servir como órgão judicial superior em boa parte dos Países Baixos<sup>21</sup>.

O próximo governante foi Carlos V, que, com a morte de seu avô paterno, monarca da casa de Aragão e Castela, teve também sob seu domínio o trono espanhol. O imperador instaurou três novas instituições centrais em 1531: o Conselho dos Estados (*Raad van State*), o Conselho de Finanças e o Conselho Secreto, que juntos formavam os Conselhos Colaterais, em Bruxelas, e que permaneceram como principal forma de administração dos Países Baixos até o final do século XVIII:

Oficialmente o Conselho dos Estados era o mais importante desses órgãos e este era o fórum dos principais seigneurs. Consistia em doze membros, a maioria dos quais eram magnatas do sul, além de sua figura presidencial, Jean Carandolet, arcebispo de Palermo, jurista e eclesiástico. O Conselho secreto, por outro lado, não continha magnatas e era composto por burocratas e juristas profissionais que haviam chegado à chefia da administração.<sup>22</sup>

Assim sendo, estes três Conselhos, bem como o Grande Conselho (*Groot Raad*, como era chamada a corte superior para os assuntos de justiça), deveriam

---

<sup>19</sup> EDMUNSON, 1922.

<sup>20</sup> EDMUNSON, 1922.

<sup>21</sup> ISRAEL, 1995, p. 33.

<sup>22</sup> ISRAEL, 1995, p. 37. "Officially the Council of state was the most important of these organs and this was the forum of the principal seigneurs. It consisted of twelve members, most of whom were southern magnates, plus its presiding figure, Jean Carandolet, archbishop of Palermo, a jurist and churchman. The secret council, on the other hand, contained no magnates and was staffed by professional bureaucrats and jurists who had risen to the head of the administration". Tradução nossa.

trabalhar com as províncias, o que se dava pelas vias da administração provincial judicial permanente. Ou seja, a relação se dava entre as cortes centrais e as cortes provinciais, de forma que estas últimas expandiram seu poder político e fiscal, bem como suas funções judiciais.

Embora no início do século XVI a composição das cortes provinciais fosse em sua maioria de nobres, com o aumento do poder do governo central o número de profissionais com treinamento universitário aumentou. Em 1572, apenas dois dos treze conselheiros do *Hof van Holland* ainda eram da nobreza<sup>23</sup>.

A mesma tendência de substituir os nobres foi perceptível quanto aos escoltetos e oficiais nobres dos distritos rurais ou *quartiers*, também chamados de magistrados distritais. Estes últimos tinham nomes e funções que variavam muito de província para província, mas em todas eram um elemento fundamental do processo administrativo, sendo a conexão entre as cortes provinciais e o campo, pequenas vilas e cidadelas. Eram os representantes do governo Habsburgo nas cidades e, além do mais, eram responsáveis por presidir os comitês responsáveis pelos diques e pela drenagem de água, que tinham grande importância na Holanda devido ao fato de que boa parte do seu território encontrar-se abaixo do nível do mar e sofrer constantemente com inundações<sup>24</sup>. De acordo com Israel, os oficiais nobres e rurais que eram responsáveis por castelos mantiveram seu status de nobreza, os demais, sem responsabilidades militares, deixaram de ser considerados como nobres<sup>25</sup>.

A longo prazo essa redução dos cargos ocupados pela nobreza acabou por minar sua importância. Juntamente com as políticas de casamento exclusivo, em que nobres somente se casavam com nobres, essa diminuição fez com que a nobreza encolhesse em número e em poder. No entanto, até mais ou menos 1650, o impacto desta diminuição ainda era bastante marginal e perdia para outros fatores, que empoderavam os nobres<sup>26</sup>.

Apesar dos esforços de centralização de Carlos V, uma boa parte da autonomia permaneceu com os Conselhos a nível provincial (*State*). De acordo com

---

<sup>23</sup> ISRAEL, 1995, p. 37.

<sup>24</sup> Como o sistema para manter a terra seca e longe de enchentes precisava de constantes reparos, desde muito cedo essa foi considerada uma preocupação coletiva, tendo sido formados comitês, que muitos inclusive acreditam ser o início do aparato administrativo da região. Trata-se dos *waterheemraadschappen*, pequenos colégios locais formados para tornar as decisões, bem como os custos, dos cuidados com as enchentes e drenagens constantes, coletivos.

<sup>25</sup> ISRAEL, 1995, p. 38.

<sup>26</sup> ISRAEL, 1995, p. 338.

Israel, “por mais paradoxo que possa parecer, a centralização ocorreu de mãos dadas com o fortalecimento dos State provinciais”<sup>27</sup>, que receberam mais funções administrativas e operações fiscais, recebendo o controle sobre o maquinário fiscal a nível municipal e provincial.

As políticas de unificação das províncias cuja implementação se iniciou com Filipe II e se intensificou com Carlos V causaram furor nos Países Baixos. A nobreza estava bastante descontente com a perda de privilégios em favor do Rei e a população se indignava com os altos impostos cobrados, o que impulsionou a revolta.

Além do mais, também a questão religiosa tornou-se basilar na rebelião contra os Habsburgo: o trono espanhol era fervorosamente católico e buscava impor sua religião em todos os territórios conquistados, dentre eles os Países Baixos, que no norte eram calvinistas protestantes. O ápice da insurreição religiosa holandesa aconteceu em 1566, em uma noite conhecida como a Fúria Iconoclasta, em que holandeses invadiram as igrejas católicas e destruíram suas estátuas e outras decorações religiosas<sup>28</sup>.

A Revolta culminou na busca incansável dos holandeses pela independência. A batalha pela independência holandesa é conhecida como a Guerra dos Oitenta Anos, se estendendo de 1568 a 1648 e tendo se ampliado para o Novo Mundo, já que o expansionismo holandês tinha como um de seus objetivos funcionar como estratégia para enfraquecer as tropas e o reino dos espanhóis e aumentar o tabuleiro no jogo da guerra.

De acordo com Jonathan Israel, durante o processo de união das Províncias, necessidades como estratégias políticas mais abrangentes e a importância de fortificar a fronteira ocidental foram a real origem da famosa União de Utrecht e da formação de um estado holandês<sup>29</sup>. Para o autor, “a assinatura do texto final pelos delegados da Holanda, Zelândia, Utrecht, Ommelands, e pelo *ridderschap* (nobreza) de Arnheim e Zutphen, em Utrecht em 23 de janeiro de 1579, foi nada além de um primeiro passo numa batalha longa e árdua pelo estabelecimento da União”<sup>30</sup>.

---

<sup>27</sup> ISRAEL, 1995, p. 39. “(...) as paradoxal as it may seem, centralization proceeded hand in hand with the strengthening of the provincial States”. Tradução nossa.

<sup>28</sup> EDMUNSON, 1922.

<sup>29</sup> ISRAEL, 1995, p. 199.

<sup>30</sup> ISRAEL, 1995, p. 201. “The signing of the final text by delegates of Holland, Zeeland, Utrecht, the Ommelands, and the ridderschap of the Arnheim and Zutphen quarters, at Utrecht on 23 of January

Muito embora tenha havido essa formalização da intenção de desenvolver a União, muitas cidades e províncias se opunham ainda a sua concretização. Um dos principais motivos da relutância era religioso: cidades com maioria católica não queriam participar de uma União tida como anticatólica, já que essa fé havia sido eliminada do rol oficial de religiões a serem toleradas pela União, e em que a maioria era calvinista militante.<sup>31</sup>

Para Rowen, no Tratado de Utrecht “não havia nenhuma intenção de criar um novo estado nem tampouco de criar um novo arranjo constitucional de poder”<sup>32</sup> e a nova organização da República ocorreu por meio de uma cadeia de improvisos.

Simon Schama, por sua vez, acredita que trata-se da construção de uma aliança defensiva, preocupada em proteger uma série de “localismos” e sem qualquer intenção de construção de uma nacionalismo mais abrangente. Para o autor, a nova formulação política consistia em uma “série de contingências e exigências que se endureceram com o tempo atingindo um equilíbrio institucional”<sup>33</sup>.

Assim, em que pese a importância simbólica do tratado de Utrecht, que marcou o início da República Holandesa como um estado federal, sua importância prática para a separação das províncias e da Espanha não foi tão central como pode se imaginar. Na realidade, o Ato de Abjuração (*Plakkaat van Verlatinge*), assinado em julho de 1581 acabou por trazer mudanças mais drásticas nesse aspecto, já que trata-se de um documento em que os assinantes repudiavam Filipe II e seus herdeiros, perpetuamente. O Ato, portanto, diz respeito à renúncia ao poder do Rei da Espanha, que teve implicações práticas, como a exclusão do brasão dos Habsburgo dos prédios e documentos públicos<sup>34</sup>, enquanto que a União de Utrecht aborda mais aspectos da união das províncias e de sua organização enquanto república.

Ainda que nas primeiras décadas de sua existência a República tenha passado por muitas dificuldades para se estabilizar, os anos 90 do século XVI trouxeram uma consolidação que “ocorre apenas raramente na história e somente

---

1579, was no more than a first step in a long and arduous battle to establish the Union”. Tradução nossa.

<sup>31</sup> ISRAEL, 1995, p. 199/205.

<sup>32</sup> ROWEN, Herbert. **John de Witt**, Grand Pensionary of Holland, 1625-1672. Princeton, NJ: Princeton University Press, 2015, p. 69. “There was no intention to create a new state nor to create a new constitutional arrangement of power”. Tradução nossa.

<sup>33</sup> SCHAMA, Simon. **O desconforto da riqueza**: a cultura holandesa na época de ouro. São Paulo: Companhia das Letras, 1992, p. 62.

<sup>34</sup> ISRAEL, 1995, p. 209.

quando mudanças internas se combinam com circunstâncias excepcionalmente favoráveis”<sup>35</sup>. Isso foi possível graças ao crescimento econômico e de navegação que a região vivenciou durante esses anos e também ao recuo das tropas de Filipe II da região norte da República para a França, onde o monarca resolveu intervir na guerra civil.

Muito embora o Tratado de Utrecht, que formava oficialmente a República das Sete Províncias, tenha sido assinado em 1579, a Guerra continuou, com os holandeses buscando o reconhecimento de sua independência pelos espanhóis, o que somente aconteceu em 1648, com a assinatura do tratado da Paz da Vestefália.

## 1.2 REINO SEM REI: O TRATADO DE UTRECHT E OS TRÊS NÍVEIS DE ORGANIZAÇÃO DA REPÚBLICA HOLANDESA

---

<sup>35</sup> ISRAEL, 1995, p. 241. “(...) occurs only rarely in history and only when internal changes combine with exceptionally favourable circumstances”. Tradução nossa.



FIGURA 1: BOWEN, Eman. A new and correct map of the seven provinces: drawn from the most approved maps and charts : the whole being regulated by astronomical observations. 1750.



Disponível em: <http://hdl.handle.net/1874/348504>. Acesso em 10 de novembro de 2018, 14:00.

Apesar de os termos da União de Utrecht diferirem por vezes das práticas aplicadas pela República, o documento continua sendo uma fonte preciosa para a compreensão do funcionamento das instituições e da divisão de funções entre as diversas esferas de poder da República.

A União designava, em linhas gerais, que um conjunto de várias províncias concordavam em abrir mão de seus direitos soberanos em algumas áreas bem delimitadas: defesa, tributação para a defesa e política externa. Em seu artigo primeiro, define a união das províncias e deixa claro que províncias e cidades não abrem mão de sua autonomia e privilégios:

I – Primeiramente, as mencionadas províncias irão formar uma aliança, confederação e união entre si, (...) de forma a permanecerem unidas por todo o tempo e de todas as formas e maneiras, como se constituíssem uma

só província (...). Ainda assim, cada província e as cidades individuais, seus membros e habitantes, deverão manter sem diminuições seus privilégios especiais e particulares, franquias, isenções, direitos, estatutos, costumes honrados e praticados há tempos, usos e todos os seus direitos (...). É acordado em sua integralidade que as diferenças que agora existem ou podem se desenvolver daqui para a frente entre algumas das mencionadas províncias, membros ou cidades desta União, dizendo respeito aos seus privilégios particulares e especiais, franquias, isenções, direitos, estatutos, costumes honrados e há tempos praticados, usos e direitos, serão decididos pelas cortes ordinárias de justiça, árbitros ou acordos amigáveis, e as outras terras ou províncias, cidades ou membros não deverão intervir, desde que as partes se submetam aos processos legais (...).<sup>36</sup>

Jonathan Israel explica o termo utilizado na União e afirma que a liga deveria funcionar como uma confederação, pois as províncias deveriam tomar decisões importantes conjuntamente, nas assembleias dos Estados Gerais, e somente por unanimidade<sup>37</sup>.

O trecho da União de Utrecht também deixa visível a importância das províncias e, principalmente, das cidades no novo arranjo administrativo dos Países Baixos. Portanto, havia três níveis de organização política e administrativa na República: municipal, provincial e geral ou central. Nesse sentido, de acordo com Taylor, “muito embora os arranjos políticos de cada uma das sete províncias fossem diferentes, o padrão básico consistia em um de três níveis de representação, com cidades enviando delegados para o governo provincial (*State*), que por sua vez enviavam delegações para os Estados Gerais”<sup>38</sup>.

---

<sup>36</sup> UNIE VAN UTRECHT. 20 de janeiro de 1579, In: CAU, C. *Groot Placcaetboeck van Holland and Zeeland*, Deel I, p. 17-18. “Ende eerst, dat die voorsz. provincien sich met den anderen verbynden, confedereren ende vereenyghen sullen, gelijck si hem verbynden, confedereren ende vereenyghen mits desen, ten ewygen daeghen by den anderen te blijven in alle forme ende maniere als off siluyden maer een provincie waeren, (...) onvermindert nochtans een ygelick provincien ende die particulier steden, leden ende ingesetenen van dyen haerluyden spetiaele ende particuliere privilegien, vrijheyden, exemptien, rechten, statuten, loffelicke ende welheergebrochte costumen, (...) die enyge van den voorsz. provincien, leden ofte steden van dese Unie wesende, met den anderen hebben ofte naemaels soudén moegen krijgen nopende haerluyden particulier ende spetiael privilegien, vrijheyden, exemptien, rechten, statuten, loffelicke ende welheergebrachte costumen, usantien ende anderen haerluyden gerechticheyden, dat dselve by ordinaris justicie, arbiters oft minlick accord beslicht sullen worden, sonder dat dandere landen ofte provincien, steden ofte leden van dyen (soe lange sich beyde partijen het recht submitteren) hem des sullen hebben te moyen, ten waere hem gelieffden te intercederen tot accord”. Tradução nossa.

<sup>37</sup> ISRAEL, 1995, p. 205.

<sup>38</sup> TAYLOR, Peter. **Ten years that shook the world?** The United Provinces as Firts Hegemonic State. *Sociological Perspectives*, 1994, vol 37, n 1, p 31.

Para o autor, “nesta fortemente descentralizada estrutura, o governo da totalidade, os Estados Gerais, tinha responsabilidade pela política externa”<sup>39</sup>. De fato, a União de Utrecht prevê que as províncias devem manter-se unidas e auxiliar umas as outras na defesa “contra todos os lordes domésticos ou estrangeiros, príncipes, países, províncias, cidades ou seus membros, que lhes desejem, enquanto grupo ou individualmente, qualquer mal ou injustiça, ou declarem guerra contra elas”<sup>40</sup>, sendo esta sua principal função expressa.

Os Estados Gerais consistiam em um colégio de representantes dos governos provinciais de cada uma das sete províncias. Dentre suas mais importantes funções estavam, para além do controle da defesa e das relações externas das províncias, o supremo controle das questões militares e navais e uma forte supervisão das finanças<sup>41</sup>. Dentre as atribuições dos Estados Gerais estavam: determinar períodos de guerra e de paz, prover o exército e a marinha, definir impostos para a União, exercer supremo controle sobre as terras holandesas no além-mar, promulgar ordenanças que afetassem todas as sete províncias, nomear oficiais, controlar a moeda e demais aspectos que afetassem o bem-estar da União<sup>42</sup>.

Assim, certa parte do poder de decisão das províncias foi delegada aos Estados Gerais, mais especificamente aquela que dizia respeito a assuntos e decisões que englobavam todas as sete províncias como um todo, ou seja, a União, ou República. Sem essa determinação, a união não conseguiria se manter, devido a divergências entre as províncias quanto a esses assuntos centrais, vitais para a manutenção da existência de uma união entre os state provinciais e da segurança da República. Trata-se de colocar determinados interesses comuns a frente de alguns outros interesses particulares, o que foi em grande parte ocasionado por

---

<sup>39</sup> TAYLOR, 1994, p. 32. “In this highly decentralized structure, the statewide government, the states-General, had overall responsibility for foreign policy”. Tradução nossa.

<sup>40</sup> UNIE..., 1579. “Dat die voorsz. provincien oick gehouden sullen wesen in gelycke maniere malcanderen te assisteren ende helpen defenderen jegens alle uytheemsche ende inheemsche heeren, vorsten ofte princen, landen, provincien, steden ofte leden van dien, die hem int generael ofte particulier enyge fortsen, geweld en ongelyck soud en willen aendoen ofte oorloge maecken, beheltelick dat die assistentie bij de generaliteyt van dese Unie gedecerneert sal worden met kennis ende naer gelegenthey van der saecke”. Tradução nossa.

<sup>41</sup> EDMUNSON, 1922, p. 330.

<sup>42</sup> WESSELS, J. W. **History of the Roman-Dutch Law**. Grahamstown: African Book Company, 1908, p. 92-93.

pressão externa<sup>43</sup>. Por esse motivo os assuntos de guerra, por exemplo, passaram a ser decididos coletivamente na assembleia dos Estados Gerais, em que, vale lembrar, estavam presentes e votavam membros representantes de todas as províncias.

Todas as decisões dos Estados Gerais deveriam ser tomadas por unanimidade de votos, de forma que a opinião de apenas uma província poderia ser de extrema importância nas decisões comuns, afetando, em teoria, os resultados centrais. Isso significa, para autores como Edmunson, que os Estados Gerais não possuíam autoridade própria, tendo somente poder derivado:

Para os estrangeiros, a soberania da república dos Países Baixos Unidos parecia estar investida em seus 'Altos Poderes'. Na realidade, os Estados Gerais eram, como já foi dito, uma reunião de deputados das sete províncias soberanas. Cada delegação votava como uma unidade; e em todos os assuntos importantes de paz e guerra, tratados e finanças, não deveria haver dissidência. Uma única província, por menor que fosse, poderia, por obstinada oposição, bloquear o caminho para a aceitação de qualquer proposta dada.<sup>44</sup>

Na prática, no entanto, acredita-se os Estados Gerais tinham mais poder do que previsto. A regra das decisões por unanimidade praticamente nunca foi aplicada, prevalecendo sempre a vontade da maioria. Além do mais, o escopo das decisões também acabou se alargando na prática e abrangendo mais assuntos do que as políticas externas e questões de guerra e paz<sup>45</sup>.

Em que pese esse alargamento do poder central, “em teoria, em matéria de forma e cerimônia, as sete províncias votantes mantinham as armadilhas da soberania”<sup>46</sup>. Cada província podia enviar quantos delegados quisesse para as reuniões dos Estados Gerais, mesmo mantendo o direito a somente um voto, e a presidência era ocupada em um modelo de rotatividade entre as províncias.

Para assistir os Estados Gerais em suas funções, foram instaladas – ou mantidas do período Borgonha/Habsburgo – algumas instituições paralelas. Destas, a mais importante era o *Raad van State (Conselho de Estado)*. O Conselho, durante a República, era um braço dos Estados Gerais, tendo entre suas funções a

---

<sup>43</sup> TRACY, James. **The founding of the Dutch Republic. War, finance and politics in Holland. 1572-1588.** Oxford: University Press, 2008.

<sup>44</sup> EDMUNSON, 1922, p. 331.

<sup>45</sup> ISRAEL, 1995, p. 276.

<sup>46</sup> ISRAEL, 1995, p. 277.

administração do exército, de fortalezas e das terras da generalidade<sup>47</sup>. Havia também uma Alta Corte Marcial (*Hoge Krijgsraad*), uma Câmara da moeda (*Generaliteits Muntkamer*) e os colégios do almirantado, que eram responsáveis pela marinha e navegação.<sup>48</sup>

A nível provincial<sup>49</sup> também existiam Conselhos e instituições. Cada província tinha um órgão central, colegiado. A nomenclatura dos órgãos no original holandês variava de província para província, mas utilizaremos o termo original *State* (nomenclatura utilizada na província da Holanda) ou Conselho Provincial de forma geral.

Os *State* eram formados por membros representantes das cidades. No caso da província da Holanda, o *State* tinha 19 assentos, sendo 1 ocupado pela cavalaria e os outros 18 por diferentes cidades, totalizando 19 votos. De acordo com Israel, os *State* da Holanda eram, “mais do que nunca, uma reunião de agentes municipais, executando a administração e o governo em conjunto e recebendo ordens dos governos municipais”<sup>50</sup>.

O *ridderschap*, ou cavalaria, consistia em membros da nobreza holandesa<sup>51</sup>, com a função de representar as cidades menores e o campo nos *State*<sup>52</sup>. A cavalaria perdeu um pouco de sua importância após 1572, pois tornou-se comum excluir da assembleia quaisquer nobres que fossem considerados inaptos, e as razões para isso podiam ser muito variadas, como catolicismo e simpatias pela monarquia. Devido à amplitude e consequente facilidade desta justificativa, não é difícil de acreditar que fossem manipuladas a ponto de poder-se retirar quem quer que fosse dos *State*. Assim, com essa prática os nobres perderam o direito automático de participar das reuniões dos Conselhos Provinciais.

---

<sup>47</sup> As terras da generalidade eram compostas por Flandres, Brabante, Maastricht e Overmaas e Wedde-Westerwolde. Nestes lugares não eram as províncias, mas a generalidade que assumiu a soberania após a deposição do rei.

<sup>48</sup> TEMPLE, William. **Observations upon the United Provinces of the Netherlands**. Londres, 1705, p. 307.

<sup>49</sup> A organização das províncias era bastante variável. Aqui utilizam-se informações principalmente das províncias da Holanda e Zelândia, não somente por serem as mais importantes, mas por serem as províncias que controlavam as colônias e tinham seus regulamentos utilizados nas américas.

<sup>50</sup> ISRAEL, 1995, p. 279. “The States of Holland were now, more than ever, a gathering of town agents running the government and administration in consultation with and taking orders from, the town governments”. Tradução nossa.

<sup>51</sup> NIEROP, H. F. van. **The nobility of Holland: from knights to regentes, 1500-1650**. London: Cambridge University Press, 1993, p. 161-169.

<sup>52</sup> ISRAEL, 1995, p. 278.



Refletindo a relação dos Estados Gerais e do Conselho de Estado, cada Conselho Provincial também tinha um órgão adjacente, que era seu braço executivo, o *gecommitteerde raden* (Conselho Delegado ou Comissionado). Estes Conselhos eram compostos por nobres experientes fortemente comprometidos com a Revolta e vinculados por meio de instruções formais determinadas pelos *State*, sendo sua principal função a supervisão da rotina de administração de cada província.<sup>53</sup> Algumas províncias também tinham órgãos responsáveis pela sua contabilidade, como Holanda e Zelândia<sup>54</sup>.

Além do mais, as províncias ainda contavam com o *stadhouderaat* para auxiliar na sua organização. Trata-se de um ofício não militar, normalmente ocupado por nobres, que tinha funções e responsabilidades quanto a administração da justiça e do processo político. O *stadhouder* não era membro de nenhum Conselho Provincial, mas podia comparecer as reuniões tanto dos *State* quanto dos Conselhos Delegados e tinha neles a função de ajudar a resolver conflitos. Em muitas províncias, os *stadhouders* tinham algum poder na escolha dos oficiais da justiça: na Holanda e Zelândia era o *stadhouder* que escolhia os magistrados ou *schepenen* das cidades, de uma lista de nomes provida pelos Conselhos municipais.

Pode-se perceber que, em que pese tenha aos poucos sido excluída da participação nas assembleias dos Conselhos Provinciais, a nobreza continuava a ter ampla participação no governo e administração holandeses.

As províncias também contavam com cortes de justiça. O *Hof van Holland, Zeeland en West-Friesland* era uma sorte superior, que, na prática, funcionava como uma corte de apelação utilizada pelos cidadãos das três províncias em questão<sup>55</sup>.

A corte, conhecida mais comumente por *Hof van Holland*, poderia ser utilizada como primeira instância de julgamento em quando tratava-se de parte com foro privilegiado (nobres, mulheres, membros do clero e viúvas e órfãos, além de pessoas sem residência fixa na Holanda) em caso de conflitos entre governos locais, envolvendo os direitos do *State* provincial (como seus direitos e coleta de impostos) ou acerca de direito de posse<sup>56</sup>.

---

<sup>53</sup> ISRAEL, 1995, p. 279.

<sup>54</sup> ISRAEL, 1995, p. 291.

<sup>55</sup> SMITS, Jan. **The Making of European Private Law: Towards a *Ius Commune Europaeum* As a Mixed Legal System.** Antwerp: Intersentia, 2002, p. 156–157.

<sup>56</sup> LE BAILLY, M.C. **Hof van Holland, Zeeland en West-Friesland.** Hilversum: Uitgeverij Verloren, 2008.

Pode-se perceber portanto que o governo das cidades tinha grande influência nos *State* e nas províncias de forma geral, já que os participantes das assembleias provinciais eram os membros delegados das cidades votantes. Tais delegações não tinham direito de decidir questões importantes representativamente, sendo obrigados a consultar os governos municipais diretamente e pedir por novas instruções.

Por terem grande poder de decisão nas províncias, as cidades também tinham grande poder nos Estados Gerais, já que estes eram formados por membros do governo provincial. Para John Leslie Price, isso significava que o poder real encontrava-se nas cidades:

(...) se surgissem novos assuntos na assembléia dos *State*, os delegados precisavam recorrer a suas cidades para novas instruções. Assim, pode-se argumentar que, em um sentido muito real, a soberania não estava tanto com os próprios *State* holandeses, mas com os governos das cidades votantes coletivamente; embora as cidades não fossem individualmente soberanas, seus governos unidos o eram.<sup>57</sup>

O historiador argumenta que as cidades possuíam muitos privilégios e que isso era mantido pelas províncias e suas assembleias justamente por que os *State* eram controlados pelos votos dos delegados das cidades. Assim, muito embora os *State* fossem a suprema autoridade nas províncias, na prática, apenas agiam como expressão do poder municipal<sup>58</sup>.

Na esfera municipal, os principais oficiais da administração eram o *schout* (escolteto), o *burgemeester* (burgomestre), os *schepenen* (escabinos) e o *vroedschap*.

Enquanto que o escolteto era o chefe da polícia, os burgomestres (cada cidade contava com aproximadamente quatro burgomestres) eram responsáveis pela administração quotidiana da cidade e pela sua relação com as autoridades

---

<sup>57</sup> PRICE, John Leslie. **Holland and the Dutch Republic: the politics of particularism**. Oxford: Clarendon Press, 1994, p. 12. "(...) if any new matters arose in the assembly of the States, the delegates had to refer back to their towns for new instructions. Thus it can be argued that in a very real sense sovereignty lay not so much with the States of Holland themselves, but in effect with the governments of the voting towns collectively; although the towns were not individually sovereign, their governments were together". Tradução nossa.

<sup>58</sup> PRICE, 1994, p. 13.

provinciais, os escabinos formavam a corte de justiça e o *vroedschap* era uma pequena assembleia responsável pela política geral<sup>59</sup>.

Os escabinos, em números que variavam de sete a onze<sup>60</sup>, formavam o banco de escabinos (*schepenbank*), uma pequena corte de justiça, responsável pelos casos civis e criminais em primeira instância. De suas decisões civis cabiam apelações para os Conselhos Provinciais. A relação dos magistrados com as oligarquias não é precisa, pois variava grandemente de cidade para cidade, mesmo numa mesma província.

Os escoltetos, por sua vez, eram originalmente os representantes da autoridade do Conde e na República tornaram-se os emissários da autoridade provincial nas cidades. No entanto, paradoxalmente, eram escolhidos pela oligarquia das cidades, com quem tinham fortes laços. Sua função podia ser altamente lucrativa, a depender de sua moral, já que recebiam uma porcentagem de cada multa aplicada pela corte local.

Wessels destaca que para além dos magistrados, outros oficiais estavam sempre presentes nas cortes: advogados e notários. Advogados acompanhavam as partes na corte e, ali, falavam em seu nome. A princípio, eram funcionários da própria corte e não recebiam gratificações da parte que assistiam. Qualquer pessoa com diploma universitário em direito poderia ocupar esta função. Em 1658, no entanto, a corte se recusou a admitir um advogado com diploma de doutor em jurisprudência por tratar-se de um judeu<sup>61</sup>, o que coloca a prova o mito da tolerância religiosa holandesa.

É importante destacar que a primeira universidade das províncias do norte foi fundada em 1575, em Leiden, sendo responsável por boa parte da formação das elites intelectuais holandesas na primeira metade do século XVII. Quanto a sua formação, destaca-se que o objetivo inicial não era ofertar apenas Direito e Teologia, mas também buscar excelência nas humanidades, matemática, medicina e história e que os Estados Gerais rejeitaram a vontade da Igreja de que a nova universidade ficasse sob sua direção e qualquer ligação formal com o sínodo da Holanda do Sul, “tornando a nova universidade mais livre da influência eclesiástica do que qualquer

---

<sup>59</sup> PRICE, 1994, p. 19/20.

<sup>60</sup> Números ímpares para evitar que as decisões ficassem empatadas.

<sup>61</sup> WESSELS, 1908, p. 194.



outra na Europa”<sup>62</sup>, o que aumentou seu status internacional. Até 1648 haviam outras quatro universidades nos Países Baixos: Freneker, Groningen, Utrecht e Harderwijk.

Quando cortes supremas foram instaladas, alguns advogados tornaram-se conectados com as cidades, para defender seus interesses, sendo a partir de então chamados de pensionários ou pensionários do Conselho (*pensionaris* ou *raad pensionaris*).

Os notários por sua vez, aproximam-se das funções ocupadas pelos tabeliães na América Portuguesa, sendo responsáveis por escrever e tomar notas das sessões da corte, das falas dos advogados e das decisões dos magistrados. Tornava-se notário quem passasse num exame provincial, sendo então colocado na lista de notários oficiais de uma determinada cidade, de forma que somente ali poderiam exercer sua profissão. Também faziam contratos, testamentos e outros instrumentos, preservando cópias para uso futuro. Muitas ordenanças foram emitidas para determinar quais os protocolos que os notários deveriam adotar<sup>63</sup>.

A relação entre cada esfera de poder da República nem sempre é clara, e não é possível precisar como cidade, província e generalidade conviviam e dividiam tarefas. Sabe-se no entanto que as três esferas são interdependentes. De acordo com Sir Temple<sup>64</sup>, os Estados-Gerais não podem fazer guerra ou paz, ou qualquer nova aliança, sem o consentimento de cada uma das Províncias e, do mesmo modo, os estados-provinciais não podem tomar decisões sem o consentimento de cada uma das cidades<sup>65</sup>.

Nessa complicada relação, por vezes havia conflitos de jurisdição e a frágil organização em três níveis acabava por definir seus termos na prática, não seguindo regulamentos ou teorias<sup>66</sup>. Nesse sentido, de acordo com Price:

quase desde o início, a relação dos State com o stadhouder, por um lado, e com a Generalidade, isto é, com as instituições centrais da República, por outro, apresentavam problemas de competência e autoridades concorrentes, e dificilmente é um exagero dizer que estes provaram, a longo prazo, serem insolúveis no nível formal. Em termos de política prática, no entanto, as relações mal definidas e ambíguas entre o State e o stadhouder,

---

<sup>62</sup> ISRAEL, 1995, p. 569-575.

<sup>63</sup> WESSELS, 1908, p. 199.

<sup>64</sup> Sir William Temple era um diplomata e autor britânico, que ocupou o cargo de embaixador britânico em Haia, em 1668.

<sup>65</sup> TEMPLE, 1705, p. 91/92.

<sup>66</sup> PRICE, 1994.

e a Holanda e a Generalidade, não causaram muitos problemas pela maior parte do tempo.<sup>67</sup>

Falar de conflito de competência pode parecer anacrônico, já que em sociedades de Antigo Regime era comum a dois ou mais ofícios tivessem as mesmas responsabilidades sem que isso implicasse em um problema para nenhuma delas. Contudo, as instituições holandesas de fato discutiam suas atribuições e buscavam, nesse processo de criação das instituições centrais, diferenciar suas esferas de atuação<sup>68</sup>.

Já Jonathan Israel acredita que a maior lealdade da população encontrava-se nas instituições e alianças locais e provinciais, havendo pouco apego a República. Para ele, até mesmo a coesão provincial era mais fraca do que os particularismos das cidades:

Durante a maior parte da história das Províncias Unidas, a lealdade e a identidade baseavam-se em sentimentos provinciais, cívicos e, às vezes, também rurais e locais, ao invés de no apego à República como um todo. A esse respeito, a estrutura federal solta que se formou estava bem adaptada à disposição e às atitudes de sua população. Em particular, a política frequentemente girava em torno da tensão entre a província dominante da Holanda e o resto das províncias, que continuamente se esforçavam para proteger seus interesses locais e evitarem de serem dominadas.<sup>69</sup>

Assim, a descentralização do poder político nas Províncias Unidas não significava que apenas o poder central era mais fraco, mas também que a mesma lógica valia para o poder provincial. A razão para isso é justamente que a mesma força dos particularismos que favorecia o poder provincial frente ao poder central,

---

<sup>67</sup> PRICE, 1994, p. 160. "(...) almost from the beginning the relationship of the States to the stadhouder on the one hand and to the Generality, i.e. the central institutions of the Republic, on the other, had presented problems of competing authorities and competence, and it is hardly an exaggeration to say that these proved in the long term to be insoluble at formal level. In terms of practical politics, however, the ill-defined and ambiguous relationships between States and stadhouder, and Holland and the Generality, did not cause too many problems for the most time. It was only in rare occasions, such as in the three major crisis of the seventeenth century, that they threatened to disrupt or perhaps even destroy the relatively smooth workings of the Dutch system". Tradução nossa.

<sup>68</sup> PRAK, 2010.

<sup>69</sup> ISRAEL, 1995, p. vi. "During the most of the history of the United Provinces, allegiance and identity were based on provincial, civic, and sometimes also local rural sentimento rather than attachment to the Republic as a whole. In this respect, the loose federal structure which evolved was well suited to the disposition, and attitudes, of its population. In particular, politics frequently revolved around the tension between the dominant province of Holland, and the rest of the provinces, which continually strove to protect their local interests and avoid beeing dominated". Tradução nossa.

também fortalecia o poder municipal frente ao poder provincial. A exemplo, muito embora o *State* da Holanda fosse inquestionavelmente supremo em autoridade política, dependia fortemente das cidades para a execução de suas decisões em questões financeiras e legais, já que o aparato administrativo disponível para o governo da província permanecia “distintamente rudimentar”<sup>70</sup>.

Sir John Temple afirmou em 1668 que a União das Províncias

não pode ser apropriadamente denominada uma *commonwealth*<sup>71</sup> mas sim uma confederação de sete províncias soberanas, unidas para sua defesa comum e mútua, sem nenhuma dependência delas (...) cada uma dessas províncias é, da mesma forma, composta por pequeninos estados ou cidades, que tem muitos sinais de poder soberano em si mesmos, e não são sujeitos a soberania das províncias.<sup>72</sup>

Concluimos com Paolo Grossi, que afirma que a utilização do conceito de soberania para o aparato político da idade média é inadequada. Soberania pressupõe a vontade de agir sobre todos sem que nenhum direito positivo possa limitá-la, ou seja, trata-se de uma vontade absoluta e abstrata<sup>73</sup>, uma realidade bastante distante da com que estamos a lidar, de fragmentações, particularismos e ordens desprovidas de vocações totalizantes, cabendo-nos apenas aceitar essa descentralização como era.

A República Holandesa das Sete Províncias Unidas, formada da união de províncias individuais tinha um sistema de organização diferente do que estamos acostumados a estudar, que normalmente envolve um rei – a cabeça<sup>74</sup> do corpo do modelo corporativo. No entanto, as diferenças são mais aparentes e menos profundas do que pode-se imaginar num primeiro momento.

A República não era uma entidade política centralizada, muito pelo contrário: havia múltiplos núcleos de poder, o que a encaixa perfeitamente na realidade do Antigo Regime europeu. As três esferas da organização da República eram central, provincial e local ou municipal e em cada uma delas havia Conselhos, cargos e

---

<sup>70</sup> PRICE, 1994, p. 149.

<sup>71</sup> neste trecho, optamos por deixar o termo *commonwealth* em seu original em inglês pela enorme dificuldade de tradução que apresenta. Muitos autores que utilizam essa passagem do livro de Sir William Temple o traduzem para federação, mas o conceito de federação foi inventado nos Estados Unidos, algum tempo depois. Uma *commonwealth* é frequentemente definida como uma comunidade ou união política fundada para o bem comum.

<sup>72</sup> TEMPLE, 1705, p. 91. “that it cannot properly be styled a commonwealth, but is rather a confederacy of seven sovereign provinces united together for their common and mutual Defence, without any dependance upon them”. Tradução nossa.

<sup>73</sup> GROSSI, 2014, p. 59.

<sup>74</sup> Para uma aproximação do modelo corporativo e do formato político da República holandesa recomenda-se a leitura de: PRAK, Marten. **Corporatism and Social Models in the Low Countries**. *Tijdschrift voor Sociale en Economische Geschiedenis*, vol. 11, n. 2, 2014, pp. 281-304.

ofícios que carregavam suas quotas de autoridade e autonomia. Todas eram interdependentes, de forma que uma afetava a outra e a divisão de trabalhos nem sempre era precisa. Na falta de uma monarquia, esse lugar simbólico essencial para a mentalidade da época foi ocupado pelos Estados Gerais, chamados até mesmo de “poderosas altezas”.

Ainda assim, muito embora possa parecer que os Estados Gerais, a principal instituição política a nível central, teriam independência e poder sobre as demais esferas e suas instituições, a organização política era tal que o efetivo poder parece irradiar das cidades. Os Conselhos municipais elegiam membros para os Conselhos Provinciais e estes elegiam membros para frequentar as reuniões dos Estados-Gerais. Somando-se a isso que os Conselhos Provinciais não poderiam tomar decisões sem consultar novamente os governantes das cidades, pode-se compreender o peso da opinião municipal na República.

### 1.3 DIREITO DA GUERRA E DA PAZ: O *IUS COMMUNE* E ADMINISTRAÇÃO DA JUSTIÇA NA ERA DE OURO HOLANDESA

Além do grande poder de decisão que cabia ao poder local, a administração da justiça também ficava em grande parte a cargo das cidades. Os bancos de escabinos e cortes de justiça a nível municipal cuidavam de todos os casos a exceção dos militares, tendo jurisdição civil e criminal.

As instâncias de apelação se davam a nível provincial, com as cortes provinciais. Havia ainda o *Hoge Raad*, ou Alto Conselho, que servia como instância de apelação ou tribunal supremo a nível central e substituiu o *Grote Raad* criado durante o domínio Habsburgo. Nesta corte era comum que os oficiais fossem juristas por formação, havendo certo nível de especialização e conhecimento circulando nas cortes, muito embora nenhum dos autores consultados mencione como eram escolhidos seus membros.

Temple confirma que as instâncias de apelação serviam apenas para as causas civis, sendo que nas criminais não era possível ultrapassar o poder local:

E embora em muitas Causas Civis exista um apelo da jurisdição comum das cidades às cortes de justiça provinciais; ainda no criminal, não existe nenhum; nem a soberania de uma Província pode exercer qualquer julgamento, julgar qualquer ofensor, ou perdoar qualquer ofensa dentro da

jurisdição de uma cidade, ou executar qualquer resolução comum ou Lei, mas pela justiça e oficiais da própria cidade.<sup>75</sup>

Os bancos de escabinos e as cortes de justiça aplicavam um conjunto de normas chamado de direito romano-holandês (*Rooms-Hollands Recht*). O termo é consagrado na bibliografia atual e já havia sido utilizado em 1652, em um livro publicado por Simon van Leeuwen em Leiden, e como bem destaca o Professor Lee, o próprio nome desse sistema jurídico já ressalta sua natureza composta, bem como a importância dos direitos romanista e local em sua estrutura<sup>76</sup>.

O direito romano em questão não é aquele utilizado em Roma, e sim a recompilação de Justiniano, formada em uma época em que o Império Romano nem mais existia<sup>77</sup>. O imperador, no século VI, empreende uma tarefa de coleta e organização dos textos jurídicos da tradução romana, dentre eles obras de juristas clássicos (Digesto) e legislação imperial (Código), aos quais se anexou uma introdução (Instituições) e uma compilação póstuma (Novelas). Este conjunto, retomado a partir do século XVI, passa a ser chamado de *Corpus iuris civilis* e a constituir a memória medieval do direito romano<sup>78</sup>.

Na alta idade média, a reconstrução destes textos ocorre aos poucos, com a recuperação progressiva da obra de Justiniano. Tais textos passavam então por grande escrutínio, análise e interpretação pelos glosadores e comentadores, sendo que os últimos empreendiam uma tarefa exegética de maior profundidade, com construção doutrinal e, por vezes, grande afastamento do texto original<sup>79</sup>. Para Cavanna,

com os comentadores, o sistema de fontes encontra sua completa integração e então se abre a verdadeira época da lei subsidiária comum: enquanto os direitos locais são aplicados com precedência absoluta sobre o *ius commune*, eles são, por outro lado, atraídos pelos juristas dentro da

---

<sup>75</sup> TEMPLE, 1705, p. 92. "And although in many Civil Causes there lies an appeal from the common judicature of the cities to the provincial courts of justice; yet in criminal, there lies none at all; nor can the Sovereignty of a Province exercise any judicature, seize upon any offender, or pardon any offence within the jurisdiction of a city, or execute any common resolution or Law, but by the justice and officers of the city itself." Tradução nossa.

<sup>76</sup> LEE, R. W. "The History of the Roman-Dutch Law." *Journal of the Society of Comparative Legislation*, vol. 10, no. 2, 1910, pp. 261–268.

<sup>77</sup> CLAVERO, Bartolomé. **Historia del Derecho: Derecho Común**. Salamanca: Universidad, 1994, p. 16.

<sup>78</sup> HESPANHA, A. M. **Cultura Jurídica Europeia: síntese de um milênio**. Coimbra: Almedina, 2012, p. 120.

<sup>79</sup> CLAVERO, 1994, p. 22.

órbita interpretativa do *corpus iuris* e em grande parte submetido às máximas e padrões deste.<sup>80</sup>

Como explica Clavero, a recomposição do direito romano no medievo se dava de forma a adequar o texto às necessidades da sociedade do momento, o que acabava por resultar em uma interpretação bastante diferente da inicial:

a mesma reconstrução se fazia com olhares práticos de fixação de um texto jurídico que servisse para a época, o qual, por um lado, já consegue explicar os erros de leitura e, por outro, já marcava importantes diferenças entre o texto de 'direito romano' medieval e o de 'direito romano histórico'. Desde esta primeira fase elementar de fixação de um texto se inicia a distinção entre este e aquele direito, distinção esta que sempre há de ser levada muito em conta, pois as fases que se sucederam somente a farão crescer.<sup>81</sup>

Juntamente com o direito canônico, que também passou por uma fase de unificação textual em um corpo normativo básico – *Corpus iuris canonici* – e, em seguida, de seu estudo e desenvolvimento pelos juristas, o direito romanista formou o *utrumque ius*<sup>82</sup>. Com a doutrina desenvolvida sobre esses textos conhecidos de direito civil e canônico, se configura um corpo sólido de direito comum: o *ius commune*<sup>83</sup>, que “foi basicamente o produto da combinação das doutrinas romanística e canonística, apesar de nele estarem também inseridos institutos dos direitos tradicionais dos povos europeus”<sup>84</sup>. Trata-se de um corpo jurídico bastante pluralista, pois demonstra a convivência de diferentes ordens jurídicas, que, nas Províncias Unidas recebeu o nome de direito romano-holandês, já mencionado anteriormente.

Composto pelo direito romanista, direito canônico e costumes locais, o direito comum era constituído por um grande conjunto de normas que tinham suas raízes na razão natural<sup>85</sup>. Uma de suas principais particularidades era seu carácter subsidiário, ou seja, o vigor apenas quando não havia um direito particular que se adequasse ao caso ou que o afastasse. Apesar de ser subsidiário, tinha uma vigência potencialmente geral, ou seja, aplicava-se a todos os casos que não

---

<sup>80</sup> CAVANNA, Adriano. **Storia del diritto moderno in Europa**. Milão: Giuffrè Editore, 1982, p. 141.

<sup>81</sup> CLAVERO, 1994, p. 17.

<sup>82</sup> CLAVERO, 1994, p. 20.

<sup>83</sup> CLAVERO, 1994, p. 24.

<sup>84</sup> HESPANHA, 2012, p. 142.

<sup>85</sup> HESPANHA, 2012, p. 114/115.

pudessem ser resolvidos pelos direitos locais ou particulares, justamente por ser tido como fundado na razão<sup>86</sup>.

Wessels afirma que o direito comum era utilizado também subsidiariamente nos Países Baixos: por um lado, pode-se dizer que o direito comum era a lei civil dos Países Baixos, pois sempre que nenhum estatuto, costume ou privilégio se aplicava a um caso particular, o juiz buscava nele uma solução para o problema que lhe era apresentado<sup>87</sup>:

podemos dizer que a lei comum dos Países Baixos não era a lei civil romana, mas esse novo sistema composto dos costumes antigos do povo, as cartas de ordenanças e privilégios das cidades e os princípios do Corpus Juris. Nas províncias da Holanda e da Zelândia, essa lei composta era chamada de Lei Romano-holandesa (Roomsch Hollandsch Recht).<sup>88</sup>

No direito comum, havia uma tendência para a resolução de problemas e para a localidade e justamente pela tendência a localidade o direito romano-holandês resultava em pouca uniformidade em um território tão descentralizado como as Províncias Unidas. Cada província, e até mesmo cada cidade, resolvia suas querelas de acordo com seus próprios costumes e, como a República era uma união recente de províncias distintas e individuais, esses costumes eram bastante variados.

Lee menciona um exemplo bastante conhecido dessa pouca uniformidade, em que um mesmo caso seria decidido de formas completamente diferentes nas diferentes províncias:

Todas as províncias e todos os distritos de todas as províncias tinham suas próprias leis consuetudinárias, que freqüentemente diferiam amplamente das regiões vizinhas, assim como de si mesmas em estágios anteriores ou posteriores de desenvolvimento. (...) Como exemplo único das variedades de costumes locais, pode-se mencionar o caso de um parente sobrevivente em relação à sucessão de uma criança que faleceu. Pelo Aasdomrecht (a lei da Holanda do Norte) ele toma a totalidade da propriedade do falecido; pela lei da Frísia e por parte de Groningen, ele pega a metade; pelo

---

<sup>86</sup> HESPANHA, 2012, p. 154.

<sup>87</sup> WESSELS, 1908, p. 202.

<sup>88</sup> WESSELS, 1908, p. 202. "we may say that the common law of the Netherlands was not the roman civil law, but this new system compounded of the ancient custos of the people, the ordinancesm charters and privileges of the towns, and the principles of the Corpus Juris. In the provinces of Holland and Zeeland this composite law was called the roman Dutch Law (Roomosch Hollandsch Recht)". Tradução nossa.



schependomsrecht (a lei de Zeeland e Holanda do Sul) e em outra parte de Groningen ele não leva nada.<sup>89</sup>

Nos Países Baixos, no século XVII, uma tendência no estudo do direito romanista ganhou força: a jurisprudência humanista. Os humanistas concentravam seus esforços na compreensão do direito romano enquanto um sistema jurídico histórico. Também chamado de *mos gallicus*, em oposição ao *mos italicus* praticado mais ao sul da Europa, o humanismo era mesmo mais influente ao norte, tendo forte ligação com o protestantismo. Nesse sentido, para Osler,

claras analogias podem ser desenhadas entre a rejeição protestante do caráter autoritário da Vulgata latina da Bíblia e o desafio humanista ao texto tradicional do Corpus iuris (...). Foram os Países Baixos, e Leiden em particular, que presenciaram o florescer da Escola Elegante holandesa, sucessora dos franceses na prática da 'jurisprudencia elegantior', e que, por sua vez, pavimentou o caminho para a escola histórica alemã no século XIX.<sup>90</sup>

A Escola Elegante Holandesa foi uma escola de jurisprudência humanista dominante na República por boa parte do século XVII e da qual Hugo Grotius é um dos membros mais famosos<sup>91</sup>. O trabalho da Escola Elegante se diferenciava dos demais humanistas, já que não focava unicamente na abordagem histórica do direito romano, mas buscava combinar um interesse pela precisão filológica e histórica do direito romano com um grande interesse pelo estudo do direito contemporâneo.

Nas palavras de Jeroen Chorus, a maioria dos juristas que trabalharam na Holanda nesse período costuma ser classificada na escola elegante holandesa. O seu método de trabalho consistia em “uma síntese da atitude histórico-filológica da

---

<sup>89</sup> LEE, 1910, p. 261–268. “(...) here indeed the law seems to dissolve into a very chaos of local customs. (...) Every one at all conversant with the Roman-Dutch Law has heard of the Assdomsrecht and the Schependomsrecht, and of the legislation of the States of Holland in the matter of intestate succession in the last twenty years of the sixteenth century. But this, of course, is only a small part of the story. Every province and every district of every province had its own customary law, which often differed widely from that of neighbouring regions, as well as from itself in earlier or later stages of development. Add that the sources are seldom fully satisfying and often very late date. From such materials the historian must construct his theory. As a single instance of the varieties of local custom may be mentioned the case of a surviving parente in relation to the succession to a child dying without issue. By the Aasdomrecht (the law of North Holland) he takes the whole of the deceased's estate; by the law of Friesland and part of Groningen he takes the half; by the schependomsrecht (the law of Zeeland and South Holland) and in another part of Groningen he takes nothing”. Tradução nossa.

<sup>90</sup> OSLER, Douglas. **Legal Humanism**. Rechtshistorisches Journal, n. 16, 1997, pp. 393-410.

<sup>91</sup> Para mais detalhes acerca de juristas holandeses: FEENSTRA, R, **Bibliography os Jurists of the Northern Netherlands active outside the Dutch Universities to the year 1811**. Amsterdam: Royal Netherlands Academy of Sciences, 2017.



escola humanista do século XVI, maioritariamente francesa, por um lado, e, por outro lado, da atitude mais prática da maioria, principalmente italiana, de comentadores, dirigidos à aplicação do *ius commune* na prática”<sup>92</sup>.

Havia, no entanto, outro sistema jurídico utilizado nas República, o *usus modernus pandectarum*, difundido principalmente nas províncias mais próximas da Alemanha. Essa corrente pregava a aplicação do Código justinianeu como se fosse direito contemporâneo, desconsiderando neste processo as realidades históricas que o embasaram:

Outra corrente, vivaz naqueles domínios e naqueles países em que os direitos próprios eram demasiado vivos para serem escamoteados pelo saber jurídico tradicional, o pensamento jurídico dedicou-se a uma inserção desses direitos nos quadros conceituais dos comentadores, utilizados até onde eles fossem adequados a nova matéria e supridos no restante, com figuras dogmáticas novas. É o *usus modernus pandectarum* (uso moderno das *Pandectas* [=Digesto]), corrente que refundiu (pondo-o de acordo com os novos direitos próprios) e completou (desenvolvendo os princípios que ele levava implícitos) o sistema de direito construído pelos comentadores.<sup>93</sup>

Quanto ao processo civil e criminal, Wessels destaca que os procedimentos das cortes locais de justiça foram fixados por ordenanças no final do século XVII. Ordenanças eram estatutos e leis promulgadas pelos poderes soberanos e que deveriam ser estritamente observadas por todos aqueles a quem fossem aplicáveis. Podiam apresentar diferentes nomes: éditos, missivas, aprovações, instruções, revogações, ampliações, etc. Privilégios, por sua vez, eram benefícios especiais concedidos a um indivíduo, uma cidade ou província específicos<sup>94</sup>.

Em 1570 foi promulgada uma ordenança para o procedimento criminal (*Ordonantie over de Procederen van de Crimineele Saacken in de Nederlanden*) e

---

<sup>92</sup> CHORUS, Jeroen. Dutch Legal system. In: Chorus, Jeroen (ed). **Introduction to Dutch Law**. London: Kluwer Law International, 1999, p. 104. “most writers on Roman law, working in the Netherlands in that period, are usually classed in the ‘Dutch elegante school’. Theirs working method consisted of a syntehsis of the more theritical, philological-historical attitude of the, mostly French, humanista school of the sixteenth century, on the one hand, and, on the other, of the mpre practical attitude of the, mostly italian, commentators, directed to the application of ius commune in practice”. Tradução nossa.

<sup>93</sup> HESPANHA, 2012, p. 236/237.

<sup>94</sup> WESSELS, 1908, p. 210.

em 1580, uma para o procedimento civil (*Ordonantie op 't stuk van de Justitie binnen de steden en ten platte landen van Holland en West Friesland*).

Era regra geral que qualquer parte deveria primeiramente apresentar-se à corte local ou seus juiz quotidiano<sup>95</sup>, para tentar resolver suas queixas. Os magistrados das cidades deveriam tentar resolver a questão e, caso a parte não se contentasse com sua decisão, tinha poder de apelar para a corte provincial após um ano do primeiro julgamento.

Wessels analisa o livro de Merula, um jurisconsulto holandês do século XVII, professor de direito. Merula elenca as fontes de direito como deveriam ser de fato eram aplicadas nas cortes da República em ordem de preferência<sup>96</sup>. Em primeiro lugar, vinham as ordenanças gerais que se referiam a todas as províncias ou à união; em segundo, ordenanças aplicáveis à província específica em que a causa estava sendo julgada; em terceiro os privilégios especiais da cidade, vila ou propriedade; em quarto o privilégio especial aplicável ao indivíduo, fosse réu ou demandante; em quinto lugar estava o direito romano-holandês, com o direito romano filtrado e modificado pelos costumes locais; em sexto estava o direito romano do *Corpus Juris* e, em alguns casos, o direito canônico<sup>97</sup>.

A Ordenança Política de 1580 é um dos textos legais mais importantes da República. Tendo sido aprovada apenas um ano após a União de Utrecht, regulava os estatutos legais concernentes a casamento e divórcio (capítulo I), sucessão (capítulo II), aluguéis (capítulo III), hipotecas de bens imóveis (capítulo IV), registros de hipotecas e alienações (capítulo V), taxas a serem pagas para os oficiais (capítulo VI).

Com estas ordenanças sendo aplicadas principal e primariamente pelas cortes municipais, pode-se perceber que a administração da justiça era mais um ponto em que o poder estava concentrado na esfera local. As cortes municipais eram as mais importantes da República, sendo responsáveis por todos os casos civis em primeira instância, bem como por todos os casos criminais.

Dentre os oficiais das cortes, destacam-se os escabinos – que eram os magistrados locais e se reuniam em colégios ou cortes essenciais para a comunidade da época –, e os escoltetos, uma amálgama de prefeitos, chefes de

---

<sup>95</sup> *Dagelijkschen rechter* – juiz quotidiano ou diário - como consta das ordenanças.

<sup>96</sup> Esta mesma hierarquia das fontes do direito estava presente nas Ordenações Filipinas portuguesas, tendo sido alterada pela Lei da Boa Razão, em 1709.

<sup>97</sup> WESSELS, 1908, p. 207.

polícia e promotores de acusação, estando também no cerne da organização institucional, política e administrativa da República.

Deixando de lado a vaidade muitas vezes presente de se querer colocar a Holanda como um país a frente de seu próprio tempo, acredita-se que a aparentemente instável estrutura da República, com um fraco centro político e fortes instituições provinciais e locais, era, na verdade, sua força, pois criou bases bastante amplas para a tomada de decisões políticas.

Destaca-se, por fim, que nem sempre local e central são figuras opostas, podendo ser apenas aspectos diferentes e complementares de uma mesma ordem. Assim, o foco nos particularismos da organização e do direito das províncias unidas pode até mesmo ser considerado como o condutor que fez com que a República e suas instituições centrais pudessem se adequar às sete comunidades de antigo regime que uniu em aliança, sendo de certa forma um requisito para sua própria existência.

## 2 A COMPANHIA HOLANDESA DAS ÍNDIAS OCIDENTAIS

### 2.1 THEATRO DA GUERRA: O NASCIMENTO DA COMPANHIA DAS ÍNDIAS OCIDENTAIS E A EXPANSÃO HOLANDESA PELO ATLÂNTICO

Os holandeses acreditavam serem perfeitamente capazes de manter colônias no além-mar. Como afirma Johan de Witt (1625-1672), importante figura política e forte defensor da República:

nenhuma nação abaixo do céu é mais apta para estabelecer novas colônias e para o adbo do solo como nosso povo é. E se em nossa nação também é encontrada uma grande aptidão e inclinação para o comércio e a navegação (o que, no entanto, é injustamente e imprudentemente negado pelos opositores dessas novas colônias holandesas), então podemos acreditar em todos aspectos acreditar que, sob nosso governo livre, podemos erguer excelentes colônias, quando agradar ao estado começar e encorajar o mesmo com boas fundações, e a satisfazê-los por um curto período de tempo com favores e defesa.<sup>98</sup>

Assim, com a criação da República, as províncias se uniram também no comércio e expansão marítimos. Para esse fim, em 3 de junho de 1621 foi oficialmente fundada a Companhia Holandesa das Índias Ocidentais (*West-Indische Compagnie*, adiante WIC), por meio de uma carta de privilégios ou de concessão concedida pelos Estado Gerais das Províncias Unidas dos Países Baixos.

Willem van Usselinx foi um dos grandes responsáveis pela criação da WIC. Mercador da Antuérpia, fez fortuna com o comércio com a Península Ibérica e os Açores. Desde muito novo, pôde observar a quantidade de riquezas das colônias que eram trazidas até a Antuérpia, e, mais tarde, usou sua rede de influentes amigos para implantar a Companhia, que ele pretendia ser uma grande arma na Guerra com os espanhóis. Era um grande defensor, já de início, da fundação de colônias no Novo Mundo, e trabalhou ativamente para ver seus planos concretizados. Para ele, a expansão territorial permitiria também a expansão da fé calvinista, da qual era

---

<sup>98</sup> DE WITT, Johan; DE LA COURT, Pieter. **Political Maxims of the State of Holland: comprehending a general view of the civil government of that Republic**. London: 1743, p. 131. "(...) no nation under heaven is so fit for setting up new colonies, and manuring of ground as our people are. And if in out nation there is also to be found (which however is unjstly and unwifely denied by the opposers of thele new Holland colonies) a very great aptnefs and inclination to merchandifing and navi gation, then we may in all respects believe, that we under our own free government might erect very excellent colonies, when it shall please the state to begin and encourage the same on good foundations, and to indulge them for a short time with their favour and defence.". Tradução nossa.

fervoroso adepto, além de uma perfeita política de trocas e mercantil entre a metrópole e colônias<sup>99</sup>. Usselincx chegou até mesmo a elaborar um plano detalhado para a Companhia, em 1600, e defender sua aplicação perante os governantes.

A concepção da WIC dependeu de extensas negociações. Apesar do plano inicial de Usselincx obter apoio da Holanda e Zelândia, os holandeses resolveram esperar os resultados de uma expedição ao Brasil, comandada por Paulus van Caerden. Muito embora tenha voltado com muito açúcar, ouro e prata, a empreitada falhou em constituir um primeiro posto de troca holandês na costa brasileira, motivo pelo qual, em 1606, a província de Holanda criou uma Comissão para analisar a real factibilidade de uma companhia de comércio para o Atlântico.

A comissão holandesa também terminou por criar um conceito para a WIC e o Atlântico que em muito se assemelhava ao da VOC (*Verenigde Oostindische Compagnie* – Companhia Holandesa das Índias Orientais), sua predecessora na Ásia. Neste plano, como sua irmã mais velha, a WIC teria autoridade governamental, judicial e militar em seus territórios. O plano, no entanto, não previa o estabelecimento de colônias de povoamento, ao contrário do sugerido por Usselincx.

Com a escolha pelo conceito apresentado pela comissão holandesa, os Países Baixos optaram, não pela formação de colônias de povoamento, mas pelo foco no comércio e navegação no Atlântico.

O plano holandês teve grande apoio dos comerciantes, mas acabou não sendo concretizado de imediato devido aos grandes custos da guerra com a Espanha. Além do mais, a expansão para o Atlântico contrariava diretamente os interesses portugueses e espanhóis. Felipe II chegou a propor, nesse contexto, que reconheceria a soberania da República se os holandeses abandonassem a expansão no Atlântico e encerrassem a guerra contra os portugueses na Ásia. Nas palavras de Jonathan Israel, “o que a Espanha propôs foi vender aos holandeses sua independência, em troca de sua retirada das Índias”<sup>100</sup>.

---

<sup>99</sup> DEN HEIJER. Henk. **Geschiedenis van de WIC**: opkomst, bloei en ondergang. Zutphen, Walburg Press, 2013, p. 20.

<sup>100</sup> ISRAEL, 1998, p. 401. “What Spain now proposed was to sell the Dutch their Independence, in return for their agreeing to withdraw from the Indies”. Tradução nossa.

A oferta gerou comoção na imprensa holandesa<sup>101</sup>, que impulsionava o debate por meio de panfletos, mas a trégua não aconteceu, pela impossibilidade de um acordo quanto ao papel da VOC na Ásia.

Ademais, Johan van Oldenbarnevelt, no cargo de Defensor de Terras da República, e de tal autoridade que aproximava-se do poder exercido por um primeiro ministro, sabia que o surgimento de uma empresa nos moldes da WIC acabaria com qualquer chance de chegar a um acordo de paz com a Espanha, cujas negociações estavam acontecendo concomitantemente e por seu intermédio<sup>102</sup>. O político utilizou de artifícios e de sua influência, e mesmo sem a retirada da VOC da Ásia, em 1609 assinou-se a trégua dos 12 anos, entre Holanda e Espanha. Nesta trégua, os holandeses se comprometeram, entre outras coisas, a não criar uma companhia unificada e com suporte estatal para o comércio no atlântico, postergando os planos de criação da WIC.

O comércio feito durante este período de trégua, bem como o corte de gastos com a defesa, impulsionou a economia holandesa, que pode assim aumentar suas frotas. A Holanda aumentou seu comércio inclusive com o Brasil. Afirma Charles Boxer que

não eram os holandeses estranhos para o Brasil. Suas ligações comerciais com a colônia datam da primeira metade do século XVI; foi porém durante a trégua de 1609-21 que o seu tráfico com o Brasil tomara grande impulso, isso a despeito das explícitas e reiteradas proibições baixadas pela coroa espanhola no tocante ao comércio dos estrangeiros com a colônia.<sup>103</sup>

Ainda, a Companhia e seus ambiciosos planos foram capazes de unir novamente o povo holandês, que chegou quase a guerra civil durante os anos da Trégua devido a um conflito político entre Calvinistas e libertinos<sup>104</sup>.

---

<sup>101</sup> VAN GROESEN, Michiel. **Amsterdam's Atlantic: print culture and the making of Dutch Brazil**. Philadelphia: University of Pennsylvania Press, 2016.

<sup>102</sup> ISRAEL, 1998, p. 326.

<sup>103</sup> BOXER, Charles. **Os Holandeses no Brasil, 1624-1654**. São Paulo: Cia Editora Nacional, 1961 (Brasiliana, v. 312). p. 27.

<sup>104</sup> De acordo com Kaplan, os libertinos eram um "grupo amorfo de pessoas que se opunham ferozmente aos calvinistas reformados". O autor resume o conflito entre calvinistas e libertinos a dois pontos: o caráter da Igreja Holandesa Reformada como uma comunidade religiosa e a relação da Igreja com o restante da sociedade holandesa. Para ele, os calvinistas prevaleciam no primeiro quesito e os libertinos, no segundo. Mais em: KAPLAN, Benjamin. **Calvinists and Libertines: confession and community in Utrecht, 1578-1620**. Oxford Scholarship Online, 1995. Disponível em: <https://www.oxfordscholarship.com/view/10.1093/acprof:oso/9780198202837.001.0001/acprof-9780198202837>; WIELEMA, Michiel. **The March of the Libertines, Sijonists and the Dutch Reformed Church (1660-1750)**. Hilversum: Verloren, 2004.

Nesse sentido, de acordo com Michiel van Groesen, historiador estudioso do Brasil Holandês e da imprensa holandesa no período, a WIC consolidou a união do povo batavo num período bastante complicado:

Após a turbulência dos anos de trégua, a retomada da guerra com a Espanha trouxe o retorno bem-vindo de um inimigo comum, mas também um período de dificuldades inesperadas. Divisões internas, restrições financeiras e derrotas militares significavam que os holandeses estavam cercados desde o momento em que a guerra recomeçou. Sob essa nuvem, a Companhia das Índias Ocidentais, mais do que qualquer outra instituição, incorporou o novo espírito da guerra. A mera promessa de um ataque ao Brasil galvanizou a sociedade holandesa, e a expectativa do público foi extraordinariamente alta quando a primeira frota importante zarpou em dezembro de 1623.<sup>105</sup>

Doze anos mais tarde a trégua não foi renovada. Findos também outros obstáculos<sup>106</sup>, finalmente, os Estado Gerais assinaram a carta de concessão de privilégios à Companhia Holandesa das Índias Ocidentais<sup>107</sup>. No entanto, levaram cerca de mais três anos para reunir o capital necessário.

Embora não traga expressos os motivos que levaram a fundação da WIC, no prelúdio da Carta de Concessão muito se fala de comércio e navegação:

attendendo a varias e diferentes razões e considerações solidas, após madura deliberação e por motivos urgentes, que a **navegação, trafico e commercio nas regiões das Indias Occidentaes e Africa** e outras que vão designadas abaixo, não seja feita por outra forma a não ser pelo esforço unido e geral dos commerciantes e habitantes deste paiz, e para esse fim seja organizada uma Companhia Geral, a qual por especial afeição ao **bem publico** e para conservar os habitantes no **bom commercio e prosperidade**, manteremos e fortaleceremos com o nosso auxilio, favor e assistencia, para tudo quanto o estado e grandezas presentes de qualquer forma puderem permittir, e provei-a-hemos para isso com a conveniente concessão (...).<sup>108</sup>

---

<sup>105</sup> VAN GROESEN, Michiel. **Amsterdam's Atlantic: print culture and the making of Dutch Brazil**. Philadelphia: University of Pennsylvania Press, 2016, p. 8. "after the turmoil of the truce years, the resumption of the war with Spain brought the welcome return of a common enemy but also a period of unexpected hardship. Internal divisions, financial constraints, and military defeats meant that the Dutch were under siege from the moment the war recommenced. Under this cloud, the West India Company, more than any other institution, embodied the new spirit of the war. The mere promise of an attack on Brazil galvanized Dutch society, and public anticipation was extraordinarily high when the first major fleet set sail in December 1623." Tradução nossa.

<sup>106</sup> Morreu Oldenbravevelt, maior incentivador de um tratado de paz com a Espanha e do fim da guerra.

<sup>107</sup> ISRAEL, 1998, p. 326.

<sup>108</sup> PRIVILÉGIO concedido pelas nobres e altas potencias senhores Estados Gerais a companhia das índias Occidendaes em data de 3 de junho de 1621. In: DE LAET, Johannes. **Historia ou annaes dos feitos praticados pela Companhia Privilegiada das índias occidentais desde seu começo ate o fim de 1636**. Vol. 1. Rio de Janeiro: Officinas Graphicas da Bibiotheca Nacional, 1916, p. 10.



O texto do documento menciona aumento do comércio “tanto quanto possível” e o respeito aos tratados e pactos já existentes. Passa-se, assim, a impressão de que se trata realmente de uma decisão com fins financeiros, que busca o aumento da rede comercial holandesa e a expansão dos seus canais mercantis, visando o “bom commercio e a prosperidade” dos holandeses.

No entanto, muito embora o objetivo escancarado da Companhia fosse o comércio com a África e as Índias Ocidentais (Américas), seus diretores claramente preferiam a guerra. O argumento por eles utilizado era de que não haveria liberdade de comércio no Caribe e nas Américas Central e do Sul enquanto houvesse guerra contra a Espanha, já que os ibéricos possuíam muitos assentamentos nesses lugares.

No caso da WIC, não é possível definir com precisão o que foi mais determinante para seu estabelecimento, a vontade pelo comércio ou o desejo de guerra. Mas o fato é que os dois objetivos coexistiram durante praticamente todo seu funcionamento.

Nesse sentido, Hermann Wätjen afirma que

dous empenhos seriam o objeto dessa nova companhia (W.I.C.). Duma parte a fundação de colônias e promoção da prosperidade nacional por meio dos lucros a realizar com o desenvolvimento do trafico. Doutra patê, deslocar as lutas do teatro da guerra hollandez, mudando-lhes o scenario para as regiões ultramarinas. Se se conseguisse interceptar á Hespanha a importação do precioso metal mexicano e peruviano, e desviar a caudal de prata dessas terras para a Hollanda, então seria Philippe batido com as suas próprias armas.<sup>109</sup>

O historiador alemão continua, e afirma que os Estados Gerais logo de início incumbiram a WIC da missão de atacar as colônias espanholas no Novo Mundo e que “nem era de se esperar outra cousa”<sup>110</sup>. Para ele, a coroa espanhola foi, assim, coagida a enviar armadas para os locais atacados pelos holandeses, forçando a dispersão da guerra, que conseqüentemente tornou-se mais fácil de manejar nos Países Baixos, haja vista que “quanto mais periclitante ahi se mostrasse a situação para o poderio da Hespanha, tanto menos recursos se ofereciam ao Rei para a

---

<sup>109</sup> WÄTJEN, H. **O domínio colonial hollandez no Brasil**: um capítulo da história colonial do século XVII. São Paulo: Comp. Ed. Nacional, 1938 (Brasiliiana, v.123), p. 73.

<sup>110</sup> WÄTJEN, 1938, p. 80.



reconquista das províncias rebeladas”<sup>111</sup>. Para o autor, a guerra era, portanto, o primeiro objetivo da WIC, sendo que “somente em segundo plano se apresentava a consideração da República o lado econômico da nova empresa”<sup>112</sup>.

A WIC era uma companhia híbrida, pois consistia em uma iniciativa fundada por capital predominantemente privado realizando objetivos que pertenciam basicamente ao âmbito público. Tal fato traz em si contradições, às quais a WIC não conseguiu escapar durante seu funcionamento: enquanto os Estados Gerais e o governo não pretendiam ter nenhuma forma de retorno econômico rápido, desde que os objetivos estratégicos na guerra contra a Espanha fossem realizados, os mercadores queriam lucro, e o quanto antes melhor<sup>113</sup>.

É interessante notar que os Estados Gerais acabaram por perseguir seus objetivos políticos e militares por meio do estabelecimento de duas companhias que envolviam quantias consideráveis de capital privado<sup>114</sup>. Para Den Blanken, o que aconteceu, basicamente, se resume na quase que total privatização de uma das principais funções dos estados modernos, a guerra<sup>115</sup>. No entanto, o artigo XIX da Carta de Concessão determina que todas as questões relativas a Companhia devem ser resolvidas pelos *Heeren XIX*, exceto as de guerra, que devem passar pela aprovação dos Estados Gerais. Assim, fica evidenciado nesse trecho o cuidado com o interesse público e belicoso, em que pese o grande investimento de capital privado.

A organização administrativa da Companhia consta do artigo 11 da Carta de Concessão. A WIC foi estruturada em cinco Câmaras, Amsterdam; Zelândia; *Quartier* do Norte, formado por Hoorn e Eenhuizen; Mosa e Groningen. A participação de cada Câmara na Companhia não era determinada unicamente pelo montante de sua contribuição de capital, mas tinha relação com o sistema de impostos e de distribuição aplicável por cada província ou cidade na República<sup>116</sup>.

Amsterdam obteve quatro nonos da Companhia; a Zelândia, dois nonos e

---

<sup>111</sup> WÄTJEN, 1938, p. 80.

<sup>112</sup> WÄTJEN, 1938, p. 80.

<sup>113</sup> KLOOSTER, Wim. **The Dutch Moment: war, trade and settlement in the seventeenth-century atlantic world**. Leiden: Leiden University Press, 2016, p. 34

<sup>114</sup> De acordo com De Blanken, o Estado compunha cerca de 7% do capital empregado na Companhia das Índias Ocidentais. DEN BLANKEN, Willem. **‘Imperium in Imperio?’ – Sovereign Powers of the First Dutch West India Company**. Dissertação (mestrado em Historia). Faculdade de Ciências Humanas, Universidade de Leiden. Leiden, 2014, p. 24.

<sup>115</sup> DEN BLANKEN, 2014, p. 22.

<sup>116</sup> PRIVILÉGIO..., 1621, p. 10.

cada uma das Câmaras menores conseguiu um nono de participação no quadro geral da WIC. Juntas, essas ações formavam a chamada *chave dos nove*<sup>117</sup>.

Essa divisão não apenas refletia o equilíbrio de poder dentro da WIC, mas também a divisão de tarefas e atividades a serem realizadas por cada Câmara. Cada Câmara contava com um quadro de organização e administração próprios, formado por seus administradores regionais: Amsterdam tinha 20 membros ocupando este cargo; a Zelândia, 12; Hoorn e Eenhuizen (*quartier* do norte), Mosa e Groningen, 14 cada<sup>118</sup>. Além do mais, as cidades e regiões que não conseguiram constituir uma Câmara na companhia, podiam indicar um diretor a cada cem mil florins investidos. Nesse caso, o dirigente tomaria parte na Câmara em que o dinheiro foi investido, já que cada Câmara também possuía seu próprio capital<sup>119</sup>.

Os administradores regionais de cada Câmara eram escolhidos pelos magistrados municipais e deputados das cidades participantes. Fica estabelecido na Carta de Concessão que a eleição de ditos administradores, bem como a determinação de quais os principais coparticipantes, ficam a cargo de cada Câmara, que poderia estabelecer os critérios conforme seus próprios costumes<sup>120</sup>. Suas funções eram conectadas a manutenção e atividades da própria Câmara, não tendo relação direta com a administração das colônias conquistadas pela WIC<sup>121</sup>. No caso de Câmaras sendo responsáveis pela administração de colônias específicas, como o de Nieu Nederlandt, que era dirigida pela Câmara de Amsterdam, dentre estes diretores, um grupo foi escolhido para comunicar-se diretamente com a colônia, muito embora Jaap Jacobs não saiba precisar se tal grupo havia sido formalizado ou oficializado.

Deve-se, no entanto, observar que um administrador não poderia ter contribuído com menos de seis mil florins, no caso de Amsterdam, e quatro mil florins nas demais. A carta também estabelece que o status de principal coparticipante tem como critério mínimo um investimento igual ao dos

---

<sup>117</sup> DEN HEIJER, 2013, p. 20.

<sup>118</sup> O número de administradores regionais foi posteriormente alterado algumas vezes.

<sup>119</sup> DEN HEIJER, 2013, p. 27.

<sup>120</sup> PRIVILEGIO..., 1621, p. 10.

<sup>121</sup> No caso de Câmaras sendo responsáveis pela administração de colônias específicas, como o de Nieu Nederlandt, que era dirigida pela Câmara de Amsterdam, dentre estes diretores, um grupo foi escolhido para comunicar-se diretamente com a colônia, muito embora Jaap Jacobs não saiba precisar se tal grupo havia sido formalizado ou oficializado. JACOBS, Jaap. **New Netherland: A Dutch colony in the Seventeenth-Century America**. Leiden/Boston: Brill, 2005.

administradores de cada Câmara<sup>122</sup>. Tratam-se, assim, de critérios econômicos e financeiros, que fazem com que a Companhia seja dirigida basicamente pela elite mercantil da Holanda.

Cada uma das cinco Câmaras também tinha representação no quadro diretor da Companhia<sup>123</sup>. Formado por 19 pessoas no total, os *Heeren XIX* (Dezenove Senhores) constituíam o quadro mais alto do Conselho executivo da Companhia. Amsterdam estava representada com oito integrantes, a Zelândia com quatro, as três Câmaras menores com três cada<sup>124</sup>. O último integrante dos *Heeren XIX* era um representante dos Estados Gerais, o que serve como “evidência da importância nacional da Companhia, que foi desenhada para enfrentar conflitos militares no além-mar”<sup>125</sup>.

Os *Heeren XIX* se reuniam de duas a três vezes por ano. Nessas reuniões, lançavam linhas políticas diretoras para o período seguinte, determinavam os embarques por Câmara e contabilizavam os dividendos. Esse Conselho diretor também realizava a contabilidade geral da WIC, que aparece uma vez a cada seis anos nos documentos das Câmaras. A presidência do quadro diretor se dava por seis anos pela Câmara de Amsterdam e dois pela Câmara da Zelândia, em alternância<sup>126</sup>.

Jonathan Israel destaca que não foi permitido a Amsterdam ficar com mais de 50% da companhia<sup>127</sup>. No entanto, sua preeminência foi reconhecida e inclusive lhe foi concedido o privilégio de ser sede das reuniões dos *Heeren XIX*, juntamente com a Câmara da Zelândia, segunda maior contribuinte<sup>128</sup>. Em uma das principais ruas de Amsterdam existe até os dias de hoje a *West-Indische Huys*<sup>129</sup>, imponente sede de uma das mais importantes companhias de comércio da época moderna e palco

---

<sup>122</sup> PRIVILEGIO..., 1621, p. 11.

<sup>123</sup> a tradução utilizada da carta de concessão utiliza o vocábulo diretor para se referir tanto aos administradores regionais quanto aos membros da WIC. Optou-se por utilizar termos diferentes não somente para que se possa clarificar a organização da WIC, mas também por que a bibliografia consultada apresenta os termos originais em holandês, que de fato são diferentes. *Bewindhebbers* para os administradores e apenas *heer* ou expressões como “um dos XIX” para se referir aos membros do quadro diretor.

<sup>124</sup> DEN HEIJER, 2013, p. 27.

<sup>125</sup> VAN GROESEN, 201, p. 38.

<sup>126</sup> DEN HEIJER, 2013, p. 28.

<sup>127</sup> ISRAEL, 1998, p. 326.

<sup>128</sup> De acordo com o artigo XXI da Carta de Concessão, após os primeiros seis anos, pelo período de dois anos a sede seria na Zelândia. Após esse período inicial, a sede seria alternada entre Amsterdam e Zelândia.

<sup>129</sup> Atualmente, no entanto, o prédio na Haarlemmerstraat em que outrora reuniam-se os diretores da Companhia das Índias Ocidentais abriga um bar.

de reuniões decisivas para a história.

A partir da breve análise da estrutura institucional da WIC, pode-se concluir que refletia basicamente a estrutura federal das Províncias Unidas. Isso por que

a estrutura federal única do estado holandês e a influência poderosa da autonomia cívica dentro da República fizeram com que fosse possível visionar uma forma totalmente nova de organização comercial, um monopólio fundado coletivamente, fortemente apoiado pelo estado que era, ao mesmo tempo, federado em Câmaras que mantinham seu capital e operações comerciais separadas umas das outras, enquanto observavam linhas de atuação gerais e políticas determinadas por uma junta de diretores.<sup>130</sup>

Cada Câmara era responsável por sua própria administração, contabilidade, contratação de pessoal, aquisição e melhorias de navios, construção e manutenção de seus próprios cais e depósitos, e compra e venda de seus produtos tanto de fabricação própria quanto importados, bem como pelo financiamento de seu próprio comércio, desde que de acordo com as regras gerais estabelecidas pelos *Heeren XIX*<sup>131</sup>.

A independência das Câmaras da WIC reproduzia, portanto, a independência das Províncias que formavam a República. Da mesma forma, havia uma figura centralizadora na Companhia que ocupava o mesmo lugar dos Estados-Gerais nas Províncias Unidas, os *Heeren XIX*.

Para Van Groesen, a estrutura federal da Companhia significava também que quase que por padrão todas as políticas e estratégias da Companhia deveriam ser discutidas por todos os seus integrantes. Na sua opinião, aí está mais uma evidência da importância nacional da Companhia e, assim, de seu objetivo enquanto aparato de guerra<sup>132</sup>.

Joris van den Tol, por sua vez, acredita que, na comunidade holandesa do século XVII, havia necessidade de formação de lobby para que decisões fossem tomadas coletivamente. Para ele, o lobby do século XVII tomava a forma de petições, relações públicas e e pressão por meio de opinião pública. Com esse tipo de atitudes, pessoas conseguiam ter influência no Império colonial, e por vezes até

---

<sup>130</sup> ISRAEL, 1998, p. 321.

<sup>131</sup> PRIVILÉGIO..., 1621, p. 11.

<sup>132</sup> VAN GROESEN, 2016, p. 38.

mesmo se sobrepôr a importância das grandes instituições, como a WIC<sup>133</sup>.

Com monopólio de comércio inicial de 24 anos previsto em seu estatuto para a costa ocidental da África, desde o Trópico de Câncer até o Cabo da Boa Esperança; Américas do Norte e do Sul e para o Oceano Pacífico, a leste da Nova Guiné, a WIC tinha tarefas administrativas e políticas. A companhia tinha, por exemplo, a autoridade para construir fortes, atuar em guerras, escolher governadores e criar alianças com os povos nativos dos lugares que alcançasse. Isso tudo sempre sob a supervisão dos Estados Gerais, que a auxiliariam com armas, munição, tropas e navios<sup>134</sup>.

De acordo com o Segundo artigo de seu estatuto, a WIC tinha o direito de

[...] escolher governadores, gente de Guerra e oficiais de justiça. A companhia tem permissão para empregar pessoal para todas as demais tarefas necessárias para proteger os lugares ocupados, para manter a ordem pública, polícia e justiça, de forma a promover o livre comércio. O pessoal pode ser empregado, transferido e dispensado, se assim achar necessário a Companhia. Além do mais, a Companhia tem o direito de fundar povoados em territórios férteis e não habitados e a fazer tudo que sirva aos interesses nacionais e seja necessário para garantir os lucros e promover o comércio.<sup>135</sup>

Quanto ao poder de fato exercido pela companhia, Alexandrowicz o classifica como quase soberano e o conecta com exemplos de entidades não estatais que carregam soberania<sup>136</sup>. Muito embora o conceito de soberania atual não permita relativismos, haja vista se tratar de um poder absoluto, e não seja aplicável a nenhuma entidade não estatal, entende-se que a WIC tinha grande autoridade nos territórios conquistados.

Com sua organização feita com base nos mesmos princípios que regiam a República, a WIC foi criada com o comando na mãos de um colégio de diretores (os *Heeren XIX*) formado por membros de todas as Câmaras que a compunham. As províncias batavas participavam de sua formação – e consequentemente do poder de decisão – em quotas proporcionais ao seu tamanho e capital investido, mas

---

<sup>133</sup> VAN DEN TOL, Joris. **Lobbying in Company: Mechanisms of political decision-making and economic interests in the history of Dutch Brazil, 1621-1656**. Tese (doutorado em História), Universidade de Leiden. Leiden, 2018.

<sup>134</sup> BOXER, 1961, p. 78.

<sup>135</sup> RUSSEL, P; RUSSEL, R. **Qua patet orbis: het rooms-Hollands Recht in Nederlands Brazilie (1630-1654)**. Russel Advocaten Publicatie. Disponível em: <https://bit.ly/2CQsBSe>. Acesso em: 07/05/2014.

<sup>136</sup> ALEXANDROWICZ, C. R. **An Introduction to the History of the Law of Nations in the East Indies**. Oxford, 1967, p. 47.

mesmo as menores tinham algum poder na Companhia. Dessa forma, as instituições da WIC refletiam a descentralização encontrada nas Províncias Unidas.

A este quadro diretor os objetivos da Companhia estavam bastante claros desde sua criação: a expansão do comércio neerlandês pelo Oceano Atlântico e retirada da Espanha de algumas de suas colônias e fontes de renda, em mais um frente na guerra pela independência holandesa.

## 2.2 MAR LIVRE: O *GROOT DESSEYN* E O PROJETO EXPANSIONISTA

Foi somente em 1623 que os *Heeren XIX* conseguiram juntar capital suficiente para seus objetivos e se reuniram em Amsterdam para arquitetar seus planos expansionistas. O resultado de suas deliberações foi o chamado *Groot Desseyn*, ou Grande Projeto holandês, que voltava seus olhos (e armas) para o Atlântico e suas riquezas e “fazia sentido no papel”<sup>137</sup>.

Desde o século XVI os portugueses e espanhóis eram presença dominante do Atlântico, tendo colônias na América e fortes postos de troca na África. O aumento do comércio e navegação holandeses nesses territórios significaria inevitavelmente a expansão da luta contra a Espanha. No entanto, os Estados-Gerais tomaram essa decisão conscientemente e prometeram ajuda militar substancial à Companhia em caso de Guerra<sup>138</sup>.

De fato, afirma Den Heijer que a própria WIC iniciou os movimentos pela briga pelo Atlântico. O historiador, no entanto, explica que a rapidez do avanço dessa batalha tinha um claro interesse comercial em seu cenário: os acionistas e governantes que apoiaram a criação da WIC não investiram seu dinheiro numa guerra que envolveria muito desperdício de dinheiro, e sim na aquisição de territórios e de postos de troca que pudessem ser muito lucrativos num futuro próximo<sup>139</sup>.

O primeiro estágio do Projeto envolvia uma esquadra tomando Salvador da Bahia, na costa do Brasil, e outra tomando Luanda, principal porto português na costa da África para o tráfico de escravos. O motivo por trás dessas escolhas era o

---

<sup>137</sup> KLOOSTER, 2016, p. 39.

<sup>138</sup> DEN HEIJER, 2013, p. 33.

<sup>139</sup> DEN HEIJER, 2013, p. 33.

açúcar, bem de alto valor na época e facilmente comercializado na Europa. Com a conquista de Salvador, os holandeses teriam em suas mãos plantações de cana e engenhos de açúcar; com a conquista do porto de Luanda, poderiam assegurar um fluxo fixo de escravos africanos para trabalhar nesta produção<sup>140</sup>.

Em 1624, os holandeses tentaram invadir a Bahia e tomar Salvador. Charles Boxer esmiúça que “a expedição para a conquista da Bahia, num total de vinte e seis navios com 3300 homens e 450 bôcas-de-fogo, partiu da Holanda dividida em dois destacamentos. Fizeram-se estes ao mar em dezembro de 1623 e janeiro de 1624 (...)”.<sup>141</sup>

Os holandeses obtiveram êxito, tomando a cidade em maio de 1624. A notícia da vitória foi recebida com júbilo na República, sendo largamente comentada pela imprensa holandesa, iniciando um grande interesse da população no mundo Atlântico e tendo excelentes consequências para a WIC, uma empresa com ações públicas<sup>142</sup>:

A notícia do triunfo certamente causaria um enorme impacto no início da Europa moderna, particularmente nas Províncias Unidas. Pela primeira vez, o rei espanhol havia sofrido uma grande derrota no hemisfério ocidental. Mas, o que é mais importante, os holandeses estavam sob cerco desde a retomada da guerra com a Espanha em 1621, e boas notícias estavam escassas.<sup>143</sup>

A derrota que se seguiu em 1625, no entanto, não recebeu tanta atenção da imprensa holandesa<sup>144</sup>. A tentativa de tomar Luanda em 1624 também falhou, o que não criou uma boa imagem para a Companhia e gerou descrença no grande projeto holandês<sup>145</sup>.

Entretanto, as esquadras holandesas conseguiram executar a primeira etapa do projeto na segunda tentativa: Luanda foi tomada em 1641 e os holandeses também chegaram ao Brasil – ainda que não tenham tomado Salvador, tomaram Pernambuco, em 1630.

---

<sup>140</sup> KLOOSTER, 2016, p. 39.

<sup>141</sup> BOXER, 1961, p. 29.

<sup>142</sup> VAN GROESEN, 2011, p. 167-193

<sup>143</sup> VAN GROESEN, 2010, p. 26-49. “News of the triumph was certain to make an enormous impact in early modern Europe, particularly in the United Provinces. For the first time, the Spanish king had suffered a major defeat in the western hemisphere. But arguably more importantly, the Dutch had been under siege since the resumption of the war with Spain in 1621, and good news had been in short supply”. Tradução nossa.

<sup>144</sup> VAN GROESEN, 2010, p. 26-49.

<sup>145</sup> BOXER, 1961, p. 37.



Para justificar sua expansão além-mar os holandeses frequentemente buscavam utilizar argumentos jurídicos. Hugo Grotius, um dos grandes juristas holandeses da época, trabalhou juntamente com a Companhia das Índias Orientais, como seu porta-voz e conselheiro jurídico antes de ser preso por traição. Seu famoso texto *Mare Librum* foi escrito a pedido da Companhia, quando a Câmara da Zelândia expressou seu desejo de ter direito de navegação por todo o mundo, contra a pretensão de monopólio portuguesa<sup>146</sup>. O texto foi escrito frente a uma disputa internacional causada pela captura holandesa de um navio português, na costa de Singapura em 1603. Seu conteúdo foi vendido em Amsterdam pelo equivalente a receita do anual do governo britânico da época, uma quantia tão significativa que fez com que se levantasse a questão da legitimidade holandesa de manter o prêmio<sup>147</sup>.

Grotius, como um representante do Conselho da Província da Holanda e, mais tarde, dos Estados Gerais, considerava como sua responsabilidade salvaguardar os interesses da VOC contra todos os seus competidores, tanto dentro quanto fora da República Holandesa. De seu ponto de vista, a liberdade e a independência das Províncias Unidas dependiam muito da sobrevivência e sucesso da Companhia.

A bibliografia mais atual endossa a opinião de que as ideias de Grotius tinham uma clara moldura imperialista<sup>148</sup>.

Edward Keene busca argumentar contra a ideia de que Grotius foi um dos principais autores do “extremamente convencional conceito da igualdade entre estados territorialmente soberanos e independentes”<sup>149</sup>. Para o autor, Grotius viveu precisamente na época em que esse padrão de pensamento internacional estava

---

<sup>146</sup> VAN ITTERSUM, Martine. **The long goodbye: Hugo Grotius' justification of Dutch expansion overseas**, 1615–1645, *History of European Ideas*, 2012, 36:4, 386-411.

<sup>147</sup> ARMITAGE, David. Introduction. In: GROTIUS, Hugo. **The Free Sea**. Indianapolis: Liberty fund, 2004, p. 4.

<sup>148</sup> Ver também: BORSCHBERG, P. ‘Hugo Grotius’ Theory of Trans-Oceanic Trade Regulation: Revisiting *Mare Liberum* (1609)’, *Itinerario* 29, no. 3 (2005) 31–53; WILSON, E. ‘Erasing the Corporate Sovereign: Inter-Textuality and an Alternative Explanation for the Publication of Hugo Grotius’ *Mare Liberum* (1609)’, *Itinerario* 30, no. 2 (2006) 78–103; WILSON, E., ‘The VOC, Corporate Sovereignty and the Republican Sub-Text of *De iure praedae*’, In: *Property, Piracy and Punishment* ed. Blom pp. 310–340; BORSCHBERG, P. ‘Grotius, Maritime Intra-Asian Trade and the Portuguese Estado da Índia: Problems, Perspectives and Insights from *De iure Praedae*’ in: *Property, Piracy and Punishment* ed. Blom pp. 31–60; BORSCHBERG, P. **The Singapore and Melaka Straits: Violence, Security and Diplomacy in the 17th Century** (University of Hawaii Press, 2010) and Hugo Grotius, the Portuguese, and Free Trade in the East Indies (University of Hawaii Press).

<sup>149</sup> KEENE, Edward. **Beyond anarchical society: Grotius, colonialism and order in World Politics**. Cambridge: Cambridge University Press: 2002, p. 2.



surgindo, e por isso pesquisadores sempre presumiram que o que é significativo em seu trabalho é a antecipação de problemas que resultam da natureza descentralizada do sistema Westphaliano e que o valor de suas contribuições está no fato de ter sido um dos primeiros a sugerir que a força vinculante da lei das nações poderia ser preservada em tal ambiente anárquico e pluralista.

O autor acredita que o que se deixa de levar em consideração com essa forma de pensamento são as várias maneiras em que o pensamento de Grotius era importante para a política moderna, na qual estava inserido, e que são muitas vezes interpretadas como anomalias pelos defensores das ideias mais tradicionais.<sup>150</sup> Além do mais, para ele, as teorias ortodoxas acerca dos trabalhos de Grotius se concentram de forma bastante estreita quase que apenas na Europa e seu sistema de estados, deixando de lado outros aspectos importantes em um contexto de navegações e expansão territorial colonial.

Em seu trabalho, Keene ressalta dois casos da teoria de Grotius para provar seu argumento. O primeiro diz respeito as prerrogativas soberanas das autoridades públicas, que são divisíveis umas das outras, de forma que a soberania poderia ser compartilhada entre várias instituições dentro de uma mesma comunidade política. O segundo é de que, em determinadas circunstâncias, indivíduos, pelo direito das nações, tem o direito de se apropriar de terras inocupadas, e mais: que se nenhuma autoridade política agir para proteger seus direitos, os indivíduos podem eles mesmos conduzir uma guerra privada em sua defesa. O autor afirma categoricamente que

Nenhuma destas afirmações pode ser seguramente descartada como nostalgia da cristandade medieval ou como uma proposta idealista para a reforma da sociedade existente de estados. Pelo contrário, eles têm uma proximidade marcante com as práticas de colonialismo e imperialismo que os europeus adotaram no mundo extra-europeu.<sup>151</sup>

---

<sup>150</sup> KEENE, 2002, p. 19. "Other themes in his work that do not fit in with the logic of the states-system are usually explained away as hang-overs from medieval theory and practice, which had not yet been decisively rejected in Grotius's day; or they are interpreted as well-intentioned but rather idealistic proposals about how the quality of order in the modern society of states might be improved, if only states could be persuaded to work together in the common interest of international society as a whole, pay more respect to the rights of individuals, act collectively to enforce international law and so on". Tradução nossa.

<sup>151</sup> KEENE, 2002, p. 19. "Neither of these claims can safely be dismissed as nostalgia for medieval Christendom or as an idealistic proposal for the reform of the existing society of states. On the contrary, they have a striking proximity to the practices of colonialism and imperialism that Europeans adopted in the extra-European world". Tradução nossa.

Nesse sentido, para Van Ittersum, Grotius estava sempre disposto a adaptar suas teorias e textos em defesa dos interesses das Companhias holandesas. Suas ideias em *Mare Librum* foram usadas para justificar o monopólio da caça de baleias pela companhia do Norte (predecessora da WIC no comércio com a América do Norte) e também o monopólio da VOC do comércio de especiarias:

as teorias de direitos e contratos de Grotius tinham como objetivo justificar a expansão holandesa além-mar, dos primeiros anos da VOC ao ápice do Império, nos anos de 1640. Mesmo a prisão entre 1618-1621 e o subsequente exílio não diminuíram a dedicação de Grotius à causa. As resoluções dos Estados da Província da Holanda e dos Estados Gerais confirmam a alegação do prisioneiro em seu "Memorando" de julho de 1619 de que havia apoiado ativamente o estabelecimento da WIC e a compra de potenciais concorrentes holandeses da VOC, como Isaac le Maire. Outro caso em questão é sua defesa da privatização e dos contratos de monopólio, em *Jure Belli ac Pacis* 2.17.20 e 2.2.24. O autor expressamente se refere ao veredicto que obteve da Alta Corte da Holanda e Zelândia em maio de 1617, liberando os Estados Gerais da responsabilidade pelo dano causado por corsários holandeses que se tornaram piratas. As teorias de Grotius sobre o Direito Natural permaneceram inextricavelmente entrelaçadas com considerações maiores sobre razão de estado, independentemente de ele próprio ter um cargo político ou não. Sua maior preocupação era salvaguardar os interesses tanto das Províncias Unidas quanto de suas companhias de comércio, que funcionavam como as armas militares e navais do Estado em águas extra-européias.<sup>152</sup>

Os argumentos de Grotius baseavam-se largamente em um conjunto de direitos naturais, derivados da vontade divina, e dentre os mais importantes por ele mencionados encontravam-se a autodefesa (*self-defense*) – adquirir e manter qualquer coisa útil para a vida – e a autopreservação (*self-preservation*)<sup>153</sup>. Para justificar a autodefesa, Grotius argumentava que Deus havia concedido dádivas de

---

<sup>152</sup> VAN ITTERSUM, 2012, p. 388. Grotius' rights and contract theories were intended to justify Dutch expansion overseas, from the early days of the VOC right up to the high noon of empire in the 1640s. Even imprisonment in 1618–1621 and subsequent exile could not diminish Grotius' dedication to the cause. The resolutions of the States of Holland and States General bear out the prisoner's contention in his 'Memorandum' of July 1619 that he had actively supported the establishment of a WIC and a buy-out of potential Dutch competitors of the VOC, such as Isaac le Maire. Another case in point is his defence of privateering and monopoly contracts in *De Jure Belli ac Pacis* 2.17.20 and 2.2.24. The author expressly referred back to a verdict which he had obtained from the High Court of Holland and Zeeland in May 1617, relieving the States General from liability for damage caused by Dutch privateers-turned- pirates. Grotius' theorizing on natural law and natural rights remained inextricably intertwined with larger considerations about reason of state, regardless of whether he himself held political office or not. His greatest concern was to safeguard the interests of both the United Provinces and their chartered companies, which functioned as the military and naval arms of the state in extra-European waters". Tradução nossa.

<sup>153</sup> GROTIUS, Hugo. **The Free Sea** (1609). Tradução de Richard Hakluyt. Indianapolis: Liberty Fund, 2004, p. 6.

sua criação para a humanidade, mas não para alguém em específico, assim, o domínio somente poderia ser derivado da posse e do uso.

Ambos os direitos mencionados eram balizados e tinham seus limites definidos por dois comandos: inofensividade (não causar danos a ninguém) e abstinência (não buscar as possessões de outrem). Destas, derivava-se que boas ações deveriam ser recompensadas e, más ações, punidas. Dessa forma, bastava ao jurista holandês comprovar que os portugueses e espanhóis haviam cometido más ações em suas conquistas, fosse contra os holandeses ou contra as populações nativas<sup>154</sup>.

No entanto, em que pese o esforço Grotiano em defender os interesses holandeses, Grotius e a WIC tinham algumas diferenças de pensamento. Grotius conceitualizava o Império Holandês como sendo necessária e essencialmente mercantil e marítimo. Para ele, seus compatriotas expansionistas eram mercadores e não conquistadores. Quando questionado sobre a administração da justiça além-mar, ele admitiu que as autoridades políticas domésticas - os Estados Gerais ou os Estados provinciais – poderiam legislar sobre seus próprios assuntos ou sobre territórios conquistados pela VOC e pelo WIC. Grotius citou capítulo e verso em *De Jure Belli ac Pacis* e argumentou que seus compatriotas poderiam atuar como juízes e executores em sua própria causa, sem referência a governantes nativos, outras potências coloniais, ou mesmo aos Estados Gerais e estaduais<sup>155</sup>. Em suma, “Ele não parecia ter muita fé na capacidade dos governos federal e provincial holandeses de fazer com que sua autoridade seja sentida no exterior”<sup>156</sup>, o que parece ser bastante coerente com a grande autonomia e poder de que gozavam as cidades na República holandesa.

De acordo com as classificações de Giovanni Botero, o Império que os holandeses acabariam por formar constituiria um domínio grande e desunido ou disperso, já que seus territórios eram muitos, mas não eram contínuos. O italiano acreditava que manter ou preservar os territórios de um estado era mais importante do que buscar expandí-los, mas os holandeses discordavam e acabaram por

---

<sup>154</sup> GROTIUS, 2004, p. 6.

<sup>155</sup> VAN ITTERSUM, 2012.

<sup>156</sup> VAN ITTERSUM, 2012, p. 408.

estabelecer uma rede de entrepostos mercantis protegidos militarmente que se espalhava ao redor do globo<sup>157</sup>.

Domínios dispersos apresentam certas fraquezas perante os estrangeiros, já que podem não receber socorro de seus outros territórios rapidamente, mas com a força do dinheiro, boa inteligência de seu príncipe ou a possibilidade de serem socorridos pelo mar, essa debilidade é superada<sup>158</sup>. Holandeses possuíam uma grande frota naval e marinheiros habilidosos, além de serem prósperos comerciantes, tendo duas destas três soluções, o que pode explicar o relativo sucesso que obtiveram em seus intentos colonizadores. Para Botero, cumprindo estes quesitos, mesmo domínios dispersos poderiam ser grandes e vigorosos e uma de suas grandes vantagens é a de não poderem ser atacados todos ao mesmo tempo:

sarà tanto grande e gagliarda che non tema d'invasione, tal dominio non si deve stimar meno stabile che l'unito, perché prima, potendosi scambievolmente soccorrere, non si può dire affatto disunito, e, sebbene di sua natura è piu debole che l'unito, ha però molti vantaggi, conciosiaché primieramente non può esser travagliato tutto ad un tempo, e ciò tanto meno quanto una parte sarà più lontana dell'altra, perché un Prencipe solo potrà ciò fare e molti insieme difficilmente si uniranno, onde ne segue che, essendo questo dominio assaltato in una parte, l'altre che restaranno quiete saranno sempre ate a soccorrere le travagliate, come veggiamo che Portogallo ha soccorso tante volte lo Stato dell'Indie.<sup>159</sup>

Assim, em que pese sua recente união e forte descentralização, as Províncias Unidas, munidas de seus navios, iniciaram o empenho de constituir colônias nas Américas, utilizando a Companhia das Índias Ocidentais como instrumento facilitador. O desejo de expansão marítima e comercial sem dúvidas estava presente, mas também a vontade de tornar-se mais forte na guerra com a Espanha, pela sua independência, espalhando seu território para mais longe e utilizando os oceanos em sua vantagem.

---

<sup>157</sup> BOTERO, Giovanni. **La Ragion di stato; a cura di Chiara Continio**. Roma: Donzelli, 2009.

<sup>158</sup> BOTERO, 2009.

<sup>159</sup> BOTERO, 2009, p. 14.

## 2.3 TODAS AS PRAÇAS CONQUISTADAS E AINDA POR CONQUISTAR: A ORDEM DE GOVERNO DE 1629 E O INTENTO DE CENTRALIZAÇÃO DA WIC

Em 1629 os holandeses já estavam tentando concretizar seu grande plano expansionista. Tornava-se imperativo organizar as colônias e é nesse contexto que a Ordem de governo de 1629 é promulgada pelos Estados Gerais, em 13 de outubro do mesmo ano. A ordem foi escrita pelos Estados Gerais, devendo ser aplicada pela WIC em todos os territórios e praças conquistados ou ainda a serem conquistados pela Companhia.

Com informações sobre a organização administrativa, formação dos quadros de governo e questões jurídicas, como punição por crimes e instâncias de julgamentos, a Ordem de Governo de 1629 corresponde ao projeto holandês de organização política, jurídica e administrativa para o Novo Mundo.

A Ordem se inicia com a organização dos quadros da administração política das colônias holandesas. Já no artigo primeiro, há determinação acerca do colégio que será responsável por governar “os lugares que forem conquistados”<sup>160</sup>. Trata-se de um Conselho de nove representantes das Câmaras da WIC, tendo Amsterdam e Zelândia, quatro e dois representantes respectivamente e as demais, um cada.

Os nove membros desse grupo deveriam ser cidadãos de honra, naturais da República ou que ali tenham residido por pelo menos sete anos, devotos a Religião Reformada e versados nas matérias de polícia, justiça e comércio tanto quanto fosse possível encontrar. Uma vez apresentados e aprovados pelos XIX Senhores, deveriam também ser aprovadas pelos Estados Gerais<sup>161</sup>.

Não havia hierarquia entre os conselheiros, que ocupam todos a mesma exata função. Assim sendo, a Ordem estabelece que a cadeira de presidente do Conselho será ocupada de forma rotativa por todos os membros de sua junta diretora. A rotação deverá se dar mensalmente, de forma que a cada 30 dias um dos membros ocupe a presidência e deva desempenhar as funções prescritas para o cargo, dentre elas fazer proposições, recolher votos e concluir de acordo com as

---

<sup>160</sup> REGIMENTO das Praças Conquistadas ou que forem conquistadas nas Índias Ocidentais de 1629. (tradução). RIAGP 31, 1886, p. 290.

<sup>161</sup> REGIMENTO..., 1629, p. 290.

decisões coletivas, quando houver<sup>162</sup>. O primeiro presidente deveria ser da Câmara de Amsterdam, o segundo, da Zelândia, seguindo-se os membros das demais Câmaras. A ordem de sucessão espelha claramente a importância das Câmaras a que os conselheiros representam, de modo a reconhecer o valor das que mais contribuíram com capital para a formação da WIC.

Forma-se, assim, o esqueleto do Conselho Político e fica claro o primeiro dos intentos da Ordem como um todo, a centralização do governo<sup>163</sup>. A WIC pretendia, com a ordem, estabelecer um governo central para todas as colônias.

Aos conselheiros cabia a tarefa de “manter e conservar a ordem pública, a paz e a concórdia entre toda sorte de pessoas”<sup>164</sup>, quaisquer sejam suas nacionalidades, desde que estejam sob a sua autoridade.

A ordem explicitava que deverão ter especial cuidado com espanhóis, portugueses e naturais da paz que se submeterem ao domínio e se colocarem sob a proteção dos Estados Gerais, prescrevendo penas corporais a quem infligir violência ou injustiça contra essas pessoas. Essa especificação quanto aos portugueses e espanhóis revela que a América do Sul era de fato o grande objetivo da WIC, e especialmente o Brasil. Isso se deve, além das razões óbvias de enriquecimento com açúcar e outras riquezas tupiniquins, à guerra com a Espanha. Isso por que trata-se do período conhecido como União Ibérica, em que houve a união das coroas portuguesa e espanhola. Assim, o Brasil era na verdade governado pela Espanha nesse momento e sua conquista era uma excelente estratégia de guerra, pois enfraqueceria os espanhóis em provisões, dinheiro, açúcar, tropas.

Tal estratégia fica evidente também nos artigos seguintes, em que a Ordem prevê que os conselheiros devem aproveitar todas as ocasiões para criar relações diplomáticas que enfraqueçam o Rei da Espanha, seus súditos e partidários<sup>165</sup> e que poderão confiscar e apreender em proveito da WIC todos os bens que pertencerem ao Rei da Espanha, seus súditos e aderentes, sendo que o mesmo somente valeria para os portugueses, caso se conservassem expressamente sob o governo do rei espanhol, cotado inclusive como “inimigo das províncias unidas” expressamente no artigo 17.

---

<sup>162</sup> REGIMENTO..., 1629, p. 291.

<sup>163</sup> SCHILTKAMP, 1997, p. 74.

<sup>164</sup> REGIMENTO..., 1629, p. 293.

<sup>165</sup> REGIMENTO..., 1629, p. 294.

Os conselheiros tinham a possibilidade de editar posturas e regulamentos relativos a mercados, indústrias e ofícios, bem como fazê-los, inclusive podendo determinar multas a descumpridores. No entanto, os regulamentos deveriam passar primeiro pela aprovação dos Senhores XIX, quadro diretor da WIC. Também cabia-lhes nomear oficiais inferiores que fossem necessários para serviço da justiça e da polícia, bem como provedores e inspetores dos pobres e dos hospitais<sup>166</sup>.

A Ordem prevê, como adição ao Conselho, um assessor, também a ser nomeado pelos *Heeren XIX*. O assessor, que deveria ser um jurisperito, é expressamente subordinado ao Conselho e tem o papel de assistir a todas as reuniões do colegiado e fornecer pareceres. Além do mais, cabia a ele fazer os registros e memórias, expedir as cartas e assinar documentos, registrar tratados e pactos de aliança e contratos feitos em nome da Companhia. Ou seja, trata-se de um notário para os negócios da justiça e polícia, de forma semelhante ao que ocorria nas Províncias Unidas. A Ordem prevê que o eleito deveria ser provido oficialmente no cargo de notário antes de partir da Holanda, para que pudesse exercer suas funções, bem como fazer testamentos e servir nos demais atos legais<sup>167</sup>.

No Brasil, o Conselho Político foi de fato instalado em Olinda<sup>168</sup> logo após a conquista holandesa, em 14 de março de 1630. Johannes de Laet afirma, em seu diário que: “segundo as ordens da metrópole, foram os conselheiros políticos investidos pelos nossos no exercício de seu cargo. (...) No dia 18 reuniu-se o Conselho para tratar das fortificações necessárias (...)”<sup>169</sup>. Afirma também, que após a partida do General De Lonck para a Holanda, os conselheiros “concentravam em suas mãos toda a autoridade”<sup>170</sup>, tal qual previsto na Ordem de Governo.

Em 1632, no entanto, os *Heeren XIX* decidiram nomear dois diretores, dentre seus próprios membros, para que assumissem o governo geral do Brasil<sup>171</sup>, de forma a resolver as disputas que estavam acontecendo entre próprio Conselho Político e o governador Dierick van Wandenburch<sup>172</sup>. Os dois diretores, Mathias van Ceulen e

---

<sup>166</sup> REGIMENTO..., 1629, p. 298.

<sup>167</sup> REGIMENTO..., 1629, p. 294.

<sup>168</sup> Sendo mais tarde transferido para Recife, em setembro do mesmo ano.

<sup>169</sup> DE LAET, 1916, p. 241.

<sup>170</sup> DE LAET, 1916, p. 243.

<sup>171</sup> DE LAET, Johannes. **Historia ou annaes dos feitos praticados pela Companhia privilegiada das índias occidentaas desde seu começo ate o fim de 1636. Vol. 2.** Rio de Janeiro: Officinas Graphicas da Bibliotheca Nacional, 1925, p. 345.

<sup>172</sup> LUCIANI, Fernanda Trindade. **Municípios e Escabinos: poder e guerra de restauração no Brasil Holandês.** São Paulo: Alameda, 2012, p. 113.



Johan Gijsselin, chegaram ao Brasil meses depois e serviram em seus cargos pelo período de dois anos, após o qual voltaram para a Holanda e o Brasil voltou a ser governado pelo Conselho Político.

Nos artigos de 9 a 12, a Ordem trata das questões religiosas. Primeiramente coloca a urgência no estabelecimento de um culto público para os holandeses fiéis da Igreja Reformada. Em um segundo momento, também determina que a liberdade religiosa dos espanhóis, portugueses e naturais da terra seja respeitada, sejam católicos ou judeus<sup>173</sup>.

Os holandeses são conhecidos por terem sido colonizadores que exerciam grande tolerância religiosa em seus domínios. O próprio documento formador da República Holandesa, a União de Utrecht de 1579, colocava como princípio a liberdade de consciência e garantia que ninguém deveria ser perseguido ou investigado por razões religiosas.

Deve-se lembrar que a Inquisição vigia no Império Português e, assim, no Brasil. A religião judaica era fortemente perseguida, com Editos que ameaçavam de expulsão os judeus que não se convertessem ao catolicismo. Portanto, é curioso que a Ordem mencione expressamente a tolerância religiosa para o povo judeu. Nesse sentido, Schiltkamp acredita que a menção é aos marranos<sup>174</sup>, ou novos cristãos, judeus sefarditas que, na Espanha e Portugal, se converteram ao Catolicismo, mas continuavam a praticar a religião judaica secretamente.

Muitos judeus buscaram asilo em Amsterdam, onde podiam praticar sua fé abertamente, mas, em algumas colônias holandesas, havia até mesmo privilégios previstos para os judeus. Esse é o caso do Suriname, em que os privilégios já previstos pelos britânicos foram reconhecidos pelos holandeses e incluíam o direito de se casar de acordo com seus próprios costumes e até mesmo de administrar a justiça entre os seus, em casos de valor menor do que 10000 libras de açúcar<sup>175</sup>.

A tolerância dos holandeses tornou-se um atrativo para religiosos perseguidos na Europa, como os judeus. Os sefarditas tiveram um importante papel na própria ocorrência do Brasil Holandês: muito ricos, encontraram asilo da perseguição católica primeiro em Amsterdam, onde colocaram suas riquezas, advindas do

---

<sup>173</sup> REGIMENTO..., 1629, p. 292.

<sup>174</sup> SCHILTKAMP, 1997, p. 74/75

<sup>175</sup> SCHILTKAMP, J. A. Jewish Jurator in Suriname. In: COHEN, Robert (ed.). **The Jewish Nation in Suriname**. Amsterdam, 1982.

comércio, na navegação, em seguida em Pernambuco, onde foram fundamentais para o financiamento da produção de açúcar<sup>176</sup>, e, por último, no território hoje chamado de Estados Unidos, onde auxiliaram na fundação, em nome dos Países Baixos, de Nova Amsterdam, hoje conhecida como Nova Iorque.

Para Klooster, considerando os beneficiários da tolerância prevista na Ordem de 1629, esta não tinha o escopo de incentivar a migração de europeus para as colônias, mas sim a de organizar uma nova sociedade na esteira de uma conquista militar. Ou seja, a WIC esperava encontrar católicos e judeus onde quer que fosse, e acreditava que a liberdade de consciência facilitaria sua integração em sociedades que estariam acabando de sair de guerras de conquista<sup>177</sup>. Nesse sentido, a “tolerância, a longo prazo, provou ser a melhor e mais pragmática solução para a questão da pluralidade religiosa”<sup>178</sup>, sendo utilizada no atlântico, acima de tudo, como tática para a manutenção das colônias.

Muito embora fosse característica marcante do governo holandês nas colônias, a tolerância religiosa dos batavos tinha limites e era muito mais negociada do que livremente distribuída, sendo que algumas religiões encontravam-se mais livres do que outras<sup>179</sup>. Os católicos, muito marginalizados na República, e frequentemente associados a potenciais aliados da Espanha, encontravam menos liberdade do que os judeus, por exemplo. Apesar da liberdade de culto ser concedida aos católicos, foram proibidos conventos e claustros de qualquer tipo, enquanto que a primeira sinagoga do Brasil foi construída durante o domínio holandês, em Recife.

A própria ordem de 1629, logo após pregar a liberdade de consciência e de culto, baniu os jesuítas de todas as terras que se achassem sob a obediência dos Estados-Gerais (art. 11)<sup>180</sup>. Acredita-se que tal decisão se deva a função colonizadora que os jesuítas ocupavam no Império Português, que não poderia continuar caso os holandeses quisessem ter sucesso em sua empreitada conquistadora. Além do mais, os jesuítas eram uma ordem que já havia se

---

<sup>176</sup> VAINFAS, Ronaldo. **Jerusalém Colonial: judeus portugueses no Brasil Holandês**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.

<sup>177</sup> KLOOSTER, 2016, p. 228.

<sup>178</sup> VAN GROESEN, Michiel. Introduction. In: ISRAEL, S; SCHWARTZ, S. B. **The expansion of tolerance: Religion in dutch Brazil (1624-1654)**. Amsterdam: Amsterdam University Press, 2007, p. 6.

<sup>179</sup> KLOOSTER, 2016, p. 228.

<sup>180</sup> REGIMENTO, 1886, p. 292.

pronunciado inimiga dos Protestantes e era, portanto, vista como perigosa pela WIC. Na prática, o banimento apenas aconteceu após 1636, quando os jesuítas foram descobertos encorajando a população indígena nativa a lutar contra os holandeses.<sup>181</sup>

Deve-se lembrar que a WIC era uma empresa e buscava ter lucro em suas atividades. Nesse aspecto, muito embora os artigos 18 e 19 tragam atrativos para possíveis colonistas, como a possibilidade de obter terras de graça pelos primeiros 5 anos e liberdade de pesca e caça, os artigos 24 a 26 regulam a descoberta e exploração de minas de minerais preciosos e a pesca de pérolas e deixam expresso que somente poderão ser explorados pela WIC ou em seu proveito. Formas de compensação são também previstas para os colonos que descobrirem ou decidirem trabalhar com tais atividades, que poderão, todavia, ficar apenas com a vigésima parte do lucro líquido da mina.

Para planos e decisões militares, a Ordem estabelece que os conselheiros recebam em seu colégio o general e o governador. Assim reunidos, caber-lhes-ia resolver acerca de expedições de guerra por mar e terra, levantamento de novas fortificações e das guarnições que deverão ser mantidas ou transferidas, além de outros assuntos do mesmo gênero. General e governador tem, de acordo com a Ordem, livre acesso ao Conselho, e, caso compareçam no intuito de serem ouvidos ou ajudar a deliberar algum assunto, sentar-se-ão junto ao Presidente<sup>182</sup>.

Os artigos seguintes também tratam de assuntos militares, como nomeação de tropas (artigo 29), revistas (artigo 30), disciplina de guerra (artigo 31).

A Fazenda, estipula a Ordem, ficava a cargo de dois conselheiros, investidos no posto de tesoureiros pelo período de seis meses, após o qual haveria uma rotação. Competia aos tesoureiros administrar e receber as rendas de todos os imóveis, domínios e direitos senhoriais que, por ocupação ou confisco, pertenciam a WIC, bem como portagens, dízimos, foros, censos, tributos e toda forma de renda que circulasse. Também cabia-lhes receber os navios apreendidos e tudo que se tomasse dos inimigos, fazer o pagamentos das tropas e das obras de fortificação e demais obras que fossem do interesse da companhia. Na troca semestral de tesoureiros, será feito um balanço e o conselheiro a deixar o cargo deveria prestar

---

<sup>181</sup> KLOOSTER, 2016, p. 229.

<sup>182</sup> REGIMENTO..., 1629.

contas ao Conselho em sua forma colegiada<sup>183</sup>.

A partir do artigo 48, a Ordem de Governo passa a tratar da justiça, de forma a determinar punição por abusos e crimes e regular casos civis. Nesse ponto torna-se evidente o segundo grande objetivo da Ordem: a unificação da lei a ser aplicada nas colônias holandesas.

A justiça de acordo com a ordem de 1629 era dividida em comum e militar, sendo a comum também subdividida em criminal e civil.

A justiça militar era comandada pelo Conselho de Guerra e pelo Conselho Marítimo, cada qual chefiado pelas mais altas patentes de sua área. Dessa forma, o Conselho de Guerra, deveria ser formado pelo governador e pelos capitães. A eles caberia julgar os abusos e delitos puramente militares praticados pelos oficiais e soldados. Por sua vez, o Conselho Marítimo deveria ser formado, competindo seu governo ao general e ao almirante, vice-almirante, sota-almirante e capitães dos navios, a julgar os abusos cometidos pelos oficiais do mar e marinheiros<sup>184</sup>.

Os crimes que não fossem militares ou marítimos seriam processados e julgados pela justiça criminal. A ordem destaca que mesmo oficiais do mar e da guerra poderiam ser punidos por crimes comuns, desde que a ação seja punível de acordo com as leis divinas, naturais e ordinárias. Assim sendo, pode-se aferir que a qualificação dos delitos enquanto comuns, muito embora não seja explicitada na Ordem, se dava pela ação em si, e não pelo cargo de quem a praticava. Explicita-se que nas ações contra gente da guerra e do mar poderão intervir o general e o governador ou o capitão e capitães, respectivamente, a quem os oficiais sejam subordinados<sup>185</sup>.

A justiça criminal era administrada também pelo Conselho Político, convertido em tribunal. O início da ação cabia ao advogado fiscal, que prestava a queixa ou acusação, sendo levada a diante pelos conselheiros. O artigo 53 prevê que o Conselho deveria nomear um escolteto ou substituto do advogado fiscal, e dentre as suas funções estariam: prender os criminosos, promover a execução das sentenças, assistir às execuções, velar sobre a observância das ordenanças e regulamentos civis.

A Ordem destaca que, quanto ao processo criminal, interrogatório, julgamento

---

<sup>183</sup> REGIMENTO..., 1629.

<sup>184</sup> REGIMENTO..., 1629.

<sup>185</sup> REGIMENTO..., 1629.

dos criminosos e execução da pena, deverão ser seguidos os usos ordinários das províncias unidas e o direito comum escrito (direito romano)<sup>186</sup>. Não há previsão legal de quais condutas configuram crime, sendo a Ordem de 1629 aberta nesse quesito, dando espaço para que os costumes locais determinassem as condutas a serem punidas.

As Ordenanças em uso nas Províncias Unidas no período eram de 1570, uma para a justiça criminal e uma para o processo criminal. Tais ordenanças introduziram o processo inquisitório<sup>187</sup> na República, e a confissão passa a ser essencial para as condenações: “somente se o suspeito for culpado ele será condenado, e somente será culpado se confessar”<sup>188</sup>. Tais princípios fizeram com que a prática da tortura passasse a ser utilizada com mais frequência, em busca de confissões.

Deve-se mencionar também que em alguns casos era possível aplicar o direito bíblico. Há um caso, em Nova Amsterdam, território hoje em dia correspondente a Nova Iorque, em que um acusado de sodomia foi sentenciado a morte, tendo a corte baseado sua decisão no Leviticus 18:22, 29<sup>189</sup>.

Para José Antônio Gonsalves de Mello, o período foi, no aspecto do direito de polícia, voltado a restringir ações que não estivessem de acordo com as boas práticas urbanas, de forma a regular a vida em sociedade e melhorar a qualidade de vida nas cidades. Houve proibições relativas ao lixo, aos animais urbanos e ao esgoto das casas, que não deveria ser jogado nas ruas. Para ele, o período tem grandes semelhanças com o estudado por Gilberto Freyre em Sobrados e Mucambos, no século XIX, chamado de ‘prestígio da rua’:

Pode-se afirmar que grande número de resoluções do governo holandês como as ‘posturas dos começos do século XIX são quase todas no sentido de limitar abusos do particular e da casa e de fixar a importância, a dignidade e os direitos da rua’. Várias medidas foram tomadas tendentes a coibir usos em desacordo com as boas práticas urbanas. Já nos referimos as proibições de deixar animais soltos no perímetro de Maurícia; de lançar sujeiras nas ruas e à obrigação de serem estas aterradas em caso que a chuva as alagasse. Também foram obrigados todos os moradores a varrer a rua defronte de suas casas e a não despejar as imundícies senão nas praias. E mais: organizou-se um serviço de limpeza pública, autorizando-se o ‘commandeur’ no Recife a empregar nesse serviço os presos.<sup>190</sup>

---

<sup>186</sup> REGIMENTO..., 1629.

<sup>187</sup> Ver: BORGES, Clara Maria Roman. **Um olhar para além dos sistemas processuais penais**. Revista Brasileira de Ciências Criminais: RBCCrim, v. 21, n. 104, p. 147-171, set./out. 2013.

<sup>188</sup> SCHILTKAMP, 1997, p. 79

<sup>189</sup> SCHILTKAMP, 1997, p. 79

<sup>190</sup> MELLO, 1979, p. 107.

A partir do artigo 56, a Ordem passa a tratar do direito Civil, estabelecendo que em casos de ações reais e pessoais a justiça é administrada por três conselheiros que exercerão essa função por três meses de forma alternada. Fica de pronto definido que deverá ser utilizado o Processo comum das Províncias Unidas, ou, alternativamente, o que parecer bem aos *Heeren XIX*<sup>191</sup>.

O regulamento prevê uma instância de apelação, que deveria consistir no Conselho em sua composição plena, mas apenas para causas de pelo menos 25 florins. Da decisão do colegiado pleno não caberia apelação, sendo essa a instância final para casos civis<sup>192</sup>.

Fica também estabelecido que em matéria de casamentos, direitos dos cônjuges, sucessões, testamentos e tudo que for a isso conexo deverão vigor as ordenanças políticas promulgadas pelos Estados Gerais em 1582, bem como os usos e costumes das Províncias da Holanda do Sul e Zelândia, por serem os mais conhecidos, e conseqüentemente, fáceis de aplicar.

Matrimônios eram uma questão de governo civil nas Províncias Unidas, haja vista que a Igreja Reformada não os considerava como um sacramento, ao contrário da Igreja Católica. Os artigos da Ordem de 1582 da Província da Holanda, que deveria ser observada nas colônias, conforme expresso na Ordem de Governo de 1629, determinavam questões como publicação de três proclamas, impedimentos, necessidade de consentimento paterno, idade mínima para casar e até mesmo punição em caso de adultério<sup>193</sup>.

No Brasil, especificamente, a situação matrimonial era confusa, pois conviviam duas principais formas de oficializar casamentos, a católica e a holandesa. Leonard Schalkwijk afirma que a introdução da legislação matrimonial vigente na Holanda era “outro problema para os padres”<sup>194</sup>, e que Nassau tentou regularizar a situação. A Igreja Católica requisitou ao Conselho alguns exemplares das ordenanças matrimoniais, que o autor afirma terem sido enviados pelos *Heeren XIX*<sup>195</sup>.

---

<sup>191</sup> REGIMENTO..., 1629.

<sup>192</sup> REGIMENTO..., 1629, p. 299.

<sup>193</sup> REGIMENTO..., 1629.

<sup>194</sup> SCHALKWIJK, Frans Leonard. **Igreja e Estado no Brasil Holandês (1630-1654)**. São Paulo: Edições Vida Nova, 1989.

<sup>195</sup> SCHALKWIJK, 1989.

De forma geral, sobre a questão dos matrimônios durante o Brasil Holandês, afirma ele:

conflitos na área de jurisdição matrimonial continuaram por toda a época holandesa. Os ministros da Igreja Católica Romana, sob a égide do Concílio de Trento (que lançava seu 'anatema', sobre todos que dissessem que assuntos matrimoniais não são da igreja, mas do estado", recusavam reconhecer o casamento civil para si mesmos, e o cívico-religioso dos outros. Por outro lado, os reformados procuravam normalizar a vida matrimonial conforme a lei flamenga: casamentos legítimos somente depois de três proclamas, na igreja reformada, e com oficialização na mesma, para seus membros. Para os outros, três proclamas e oficialização diante do magistrado. Neste caso, não havia objeções à cerimônias posteriores num templo católico romano.<sup>196</sup>

Atos de alienação e transmissão de casas, terras e imóveis, bem como hipotecas, deveriam passar também pelos três conselheiros responsáveis pela justiça civil, que deveriam selar as escrituras. Ao assessor caberia fazer um registro dessas transmissões, sempre conforme costume das Províncias Unidas<sup>197</sup>.

O direito sucessório, enfrentava divergências nas Províncias Unidas quanto aos casos de heranças sem testamento. Enquanto nas Holandas, tanto do Norte quanto do Sul, vigia o *aasdomsrecht*<sup>198</sup>, que significava que o próximo na linhagem sanguínea herdava a propriedade, na Zelândia e na parte mais ao sul da Holanda do Sul, vigia o *schependomsrecht*<sup>199</sup>, que significava que a propriedade retornava a linhagem de que veio. Muito embora a segunda opção tenha sido escolhida oficialmente pela Ordem de 1580 para as Províncias Unidas, e consequentemente para as colônias, em muitos casos as colônias aplicavam a primeira forma de herança, talvez pela forte influência de Amsterdam, localizada na Província da Holanda. Schiltkamp afirma que os Estados Gerais complicaram ainda mais a situação, ao introduzir o *aasdomsrecht* em Berbice e Curaçao, já no século XVIII, inclusive decidindo que seria a partir daquele momento aplicável a todas as colônias e indo de encontro ao que havia sido estabelecido pela Ordem de 1629.

Entende-se, portanto, que a Ordem de 1629, no tocante a justiça, estabelece apenas parâmetros gerais, sempre se referindo as leis escritas holandesas e exigindo seu cumprimento. Há a previsão do funcionamento do Conselho como

---

<sup>196</sup> SCHALKWIJK, 1989, p. 57.

<sup>197</sup> REGIMENTO..., 1629, p. 299.

<sup>198</sup> Traduzido literalmente por direito de asilo.

<sup>199</sup> Traduzido literalmente por direito de criação.



tribunal e de um advogado fiscal para iniciar as denúncias criminais. No entanto, pouco se fala sobre a organização local da justiça e sobre os procedimentos que de fato eram seguidos frente a multiculturalidade e circularidade de cultura jurídica que as situações para as quais a ordem foi escrita – de expansão ultramarina e coloniais – apresentavam.

De acordo com Schiltkamp, a Ordem de Governo de 1629 apresenta dois objetivos principais, bastante ambiciosos: a centralização do governo das colônias e a unificação legislativa no mesmo âmbito.

O primeiro significava que a WIC e os Estados Gerais organizaram a administração das colônias de forma a ter um governante central e geral que tivesse poder e autoridade em todos os territórios acidentais conquistados. O segundo, que o mesmo direito e as mesmas regras por ela expressas deveriam valer em todos os territórios sob o comando da WIC. Ambos ficam bastante evidentes no próprio texto da Ordem:

Nós os Estados Geraes as Províncias Unidas Neerlandezas saudamos e fazemos saber a todos aquelles que o presente lerem ou ouvirem ler. Por parte da privilegiada Companhia das Indias Occidentaes se nos representou que, para a boa direção dos negócios da mesma Companhia, se fazia necessário que ella estabelecesse, com a nossa autoridade, o regulamento do governo assim no tocante á policia como á justiça da praça ou praças que, com o favor de Deus, forem conquistadas, e para este fim nos apresentou um projecto de regulamento por ella redigido, pedindo-nos que o aprovássemos. E tenho nós attenta e maduramente examinado, como cumpria, o dito projecto, havemos ordenado e decretado, como pelo presente ordenamos e decretamos, que se observem os seguintes artigos: (...).<sup>200</sup>

O parágrafo inicial da Ordem de Governo de 1629 não deixa dúvidas tanto de que se trata de um projeto de regulamento a ser aplicado em todas as praças que venham a ser conquistadas pelas esquadras da WIC, determinando sua organização política e administrativa, além de determinar os procedimentos relativos à justiça e sua aplicação.

O intento centralizador da Ordem de Governo de 1629 é curioso por vários motivos. Em primeiro lugar, no aspecto jurídico da ordem, por se tratar de um mundo inserido na lógica do Antigo Regime. Isso significa que prevaleciam particularismos, principalmente no direito e nas questões jurídicas, e que tentar aplicar uma mesma

---

<sup>200</sup> REGIMENTO..., 1629.

legislação para uma série de colônias em locais distintos do mundo era algo que fugia do comum para o período. Em segundo lugar, já no aspecto da formação de um governo central, porque essa centralização não existia nem mesmo na República Holandesa. Estavam, portanto, a tentar criar nas colônias, uma realidade que não correspondia a da metrópole, em que as Províncias, e até mesmo as cidades, tinham grande autonomia governamental e jurídica, apesar da existência de um órgão centralizador, os Estados Gerais.

Entende-se que a Companhia das Índias Ocidentais tinha como objetivo aplicar a Ordem de Governo de 1629 em todas os territórios ou praças conquistadas, de forma a unificar sua organização. Assim, tanto em Nieu Nederlandt como no Brasil Holandês (como também em outras colônias holandesas não abordadas neste trabalho), deveriam vigor os mesmos regulamentos, as mesmas instituições deveriam ser implantadas e o governador-geral deveria governar. Acredita-se que esse objetivo visava tornar as colônias mais fáceis de controlar e também mimetizava problemas de centralização enfrentados pela própria República, recém formada pela união de províncias distintas e com organizações e regulamentos variados.

### 3 NIEU NEDERLANT

#### 3.1 NO CAMINHO DAS (OUTRAS) ÍNDIAS: O ACASO DA DESCOBERTA E A FUNDAÇÃO DE NIEU NEDERLANDT

Em 1609, Henry Hudson, um inglês a serviço da Companhia Holandesa das Índias Orientais (VOC), foi contratado para encontrar uma passagem ou atalho para as Índias pelo nordeste, contornando a Escandinávia e a Rússia. Sendo impedido pelo gelo ártico, resolveu procurar uma nova rota pelo noroeste, o que fez com que acabasse navegando pelas águas dos rios da América do Norte. “Descobriu” e, em próximas expedições, explorou o famoso Rio que hoje leva seu nome, a beira da atual Nova Iorque. Os holandeses passaram a usar essa pequena região entre duas colônias inglesas estabelecidas no início do século XVII (Virgínia e Massachussets) para trocar peles, principalmente de castores, com as populações indígenas e para a caça de baleias<sup>201</sup>.

Em 11 de outubro de 1614, foi editada uma resolução dos Estados Gerais acerca de relatório do descobrimento de Nieu Nederlandt. Ali constavam os privilégios concedidos aos descobridores:

apareceram na Assembleia os deputados da Companhia Unida de Mercadores que descobriram e fundaram New Netherland, (...). Deliberações feitas acerca dos fatos, vossas Potencias lhes garantiram e permitiram, e a partir deste, garantem e permitem aos peticionadores que somente eles terão o direito de se situar na América entre a Nova França e a Virgínia, cujas costas marítimas estão entre as latitudes quarenta e quarenta e cinco graus, agora chamada de New Netherland.<sup>202</sup>

---

<sup>201</sup> KLOOSTER, Wim. **The Dutch moment: war, trade and settlement in the seventeenth-century atlantic world**. Leiden: Leiden University Press, 2016.

<sup>202</sup> RESOLUTION of the States General on the Report of the Discovery of New Netherland. Documents Relative to the colonial History of the state of New York, Vol. I (Adiante: NYCD), Albany: Weed, Parsons and Company Printers, 1856, p. 10. “appeared at the Assembly the Deputies from the United Company of Merchants who have discovered and found New Netherland, (...). Deliberation being had thereon, their Mightinesses have granted and allowed, and hereby grant and allow, the Petitioners that they alone shall have the right to situate in América between New France and Virginia, the sea coasts whereof lie in the Latitude of from forty to forty five degrees, now named New Netherland (...)”

Para além do direito de frequentar e povoar a terra descoberta, foi-lhes concedido o direito de fazer quatro viagens dentro do período de quatro anos com exclusividade total.<sup>203</sup>

Os “descobridores”, conforme afirma Van der Donck em seu relatório, foram os primeiros a chegar na região e encontraram nos recém conquistados territórios características semelhantes, ou até que ultrapassavam, as grandezas da terra natal e julgaram o clima e as temperaturas como muito parecidos. Por isso nomearam o território de Nova Holanda. Em suas palavras:

Os Países Baixos, no ano de 1609, descobriram pela primeira vez esse país, do qual tomaram propriedade como seu, no direito pela sua descoberta, e encontrando o país como frutífero e vantajosamente situado, possuindo bons e seguros portos, rios, pescadouros e muitas outras permanências de valor que correspondem as da Holanda, ou em verdade excedendo essas, por essa mesma razão foi nomeado New Netherland, sendo quase que uma outra ou recém fundada Holanda. Ainda assim, o nome dependeu principalmente da primeira descoberta e das temperaturas de clima correspondentes entre os dois países, que para os estranhos não é observável.<sup>204</sup>

Há, no entanto, detalhes dessa história pouco conhecidos. Marcus Meuwese ressalta que, em realidade, a República já conhecia os territórios da América do Norte desde 1590. Isso ocorre pois conviviam com franceses e ingleses, que tinham suas colônias na região e traziam de lá bens, principalmente peles, para vender na Europa. Assim, os batavos já sabiam do valor comercial de uma colônia no que hoje seriam os Estados Unidos e, quando Hudson encontrou uma parte dessa região ainda não colonizada, os holandeses aproveitaram a oportunidade<sup>205</sup>.

Já no início da colonização os diretores da Companhia discutiram se o comércio deveria ser monopolizado por algumas empresas holandesas e, assim, ser

---

<sup>203</sup> RESOLUTION..., 1856, p. 10.

<sup>204</sup> VAN DER DONCK, Adriaen. **A description of New Netherland**. Lincoln: University of Nebraska Press, 2008, p. 2. “We have before related that the Netherlanders, in the year 1609, had first discovered this country, of which they took possession as their own in right of their discovery, and finding the country fruitful and advantageously situated, possessing good and safe havens, rivers, fisheries, and many other worthy appurtenances corresponding with the Netherlands, or in truth excelling the same; for this good reason it was named New- Netherlands, being as much as to say, another or a new-found Netherlands. Still the name depended most upon the first discovery and upon the corresponding temperatures of the climates of the two countries, which to strangers is not so observable”. Tradução nossa.

<sup>205</sup> MEUWESE, Marcus. **For the peace and wellbeing of the country: intercultural mediators and Dutch-Indian relations in New Netherland and Dutch Brazil, 1600-1664**. Tese (doutorado em História) - University of Notre Dame, 2003.

indiretamente regulado pelos Estados Gerais, que concederiam esse monopólio em troca de certos direitos e deveres, ou aberto a todos. Como bem define Henk den Heijer:

Da Câmara de Amsterdam, uma comissão especial para New Netherland foi formada a partir dos diretores da Câmara de Amsterdã, que foi encarregada da implementação da política estabelecida pelos Heeren XIX. No entanto, dentro do colégio de diretores e do comitê, logo surgiu uma luta entre monopolistas e proponentes de uma política de comércio e colonização mais livre. Esta batalha, liderada por ambas as facções com diferentes graus de sucesso, seria uma marca importante no futuro de New Netherland.<sup>206</sup>

De saída, o mercado foi mantido aberto. Em um determinado momento, havia pelo menos 4 empresas realizando viagens regulares para Nieu Nederland em busca de peles de castor. As quatro empresas chegavam a acordos e divisões dos lucros entre si, mas as discussões nem sempre eram pacíficas. Em 1614, as 4 maiores empresas se uniram, formando a *Nieu Nederland Compagnie*, que recebeu o monopólio do mercado de peles pelos Estados Gerais<sup>207</sup>.

Outra companhia também foi fundada pelos holandeses para desenvolver as negociações comerciais da Holanda com a região do atlântico norte: a *Nordsche Compagnie*, Companhia do Norte, que tinha seu foco na caça de baleias<sup>208</sup>.

As atividades de comércio realizadas por essas companhias, e todas as tarefas nisso compreendidas, eram as principais atividades que a WIC deveria assumir após sua criação, em 1621. Como o comércio era algo a ser protegido em todos os cantos do mundo Atlântico, a Companhia das Índias Ocidentais recebeu grande autoridade dos Estados Gerais para fazê-lo, incluindo a manutenção de um exército:

V. E se for necessário para o estabelecimento, segurança e defesa deste comércio, para levar quaisquer tropas com eles, nós iremos, de acordo com

---

<sup>206</sup> DEN HEIJER, 2013, p. 80. “Uit het college van msterdamse bewindhebbers werd zelfs een speciale commissie voor Nieuw-Nederland gevormd, die met uitvoering van het door de Heren Negentien vastgestelde beleid werd belast. Maar binnen het college van bewindhebbers en de commissie onstond al snel een strijd tussen monopolisten en voorstanders van een vrijere handels – en kolonisatie – politiek. Deze strijd, die met wisselend succes door beide facties werd gevoerd, zou een belangrijk stempel drukken op de toekomst van Nieuw-Nederland”. Tradução nossa.

<sup>207</sup> JACOBS, Jaap. **Early Dutch explorations in North America**. Journal of Early American History, v. 3, n. 1, p. 65, 01 jan. 2013.

<sup>208</sup> KLOOSTER, Wim. **The place of New Netherland in the West-India Company Grand Scheme**. In: GOODFRIEND, Joyce. **Revisiting New Netherland: perspectives on early dutch America**. Leiden: Brill, 2005, p. 58.

a constituição deste país e a situação dos assuntos fornecerá à referida Companhia tais tropas, desde que sejam pagas e apoiadas pela Empresa. VI. Que tropas, além do juramento já feito a nós e à sua excelência, jurarão obedecer aos comandos da referida Companhia, e esforçar-se por promover seu interesse ao máximo de sua capacidade.<sup>209</sup>

Apesar do clima ser o mais parecido com a Holanda dentre todas as colônias conquistadas pelos flamengos e de carregar o nome da metrópole, Nieu Nederland não teve tratamento privilegiado da WIC. A colônia quase nunca aparecia nos planos e ações da Companhia e, por extensão, nos planos e ações da República holandesa<sup>210</sup>.

Em 1623, quando a Companhia se reuniu pela primeira vez, a trégua com a Espanha não mais vigia e guerra era a palavra de ordem. Os líderes da Companhia seguiam cada vez mais os Estados Gerais, que acreditavam que retomar a guerra em terras europeias não seria suficiente. Johannes de Laet, então também diretor da WIC, afirmou que

não há afinal meio mais expedito e seguro de chamar o inimigo à razão do que guerrear-o continuamente na América e assim suprimir a fonte de suas melhores rendas, para o que não faltarão à Companhia zelo e capacidade, bastando que o governo se digne de lhe dar a mão.<sup>211</sup>

Nesse sentido, de acordo com Wim Klooster, “em outras palavras, a guerra deveria ser expandida para as Américas, a fonte da prata que untava a máquina de guerra dos Habsburgo. Um novo fronte deveria ser aberto”<sup>212</sup>. Como estava fora do quadro de influência da coroa espanhola, e, por consequência, fora do quadro principal da batalha de independência holandesa contra a Espanha, Nieu Nederland não teve lugar de importância nas discussões e nos planos delineados nesta reunião de 1623.

É como se Nieu Nederland ficasse num segundo plano de importância para a companhia das Índias Ocidentais, que, nesse momento, estava focada na guerra com a Espanha e na sua transferência para o Novo Mundo. Ainda assim, devido ao

---

<sup>209</sup> CHARTER OF FREEDOMS AND EXEMPTIONS of the Dutch West India Company, 7 de junho de 1629. In: Van Rensselaer Bowier Manuscripts (Adiante: VRBM). Albany: University of the state of New York, 1908, p. 139.

<sup>210</sup> KLOOSTER, 2005, p. 57.

<sup>211</sup> DE LAET, Johannes. **Historia ou annaes dos feitos da Companhia Privilegiada das Indias Ocidentais desde seu começo até o fim do ano de 1636**. Vol. 1. Rio de Janeiro: oficinas Graphics da Bibliotheca Nacional, 1916, p. 4.

<sup>212</sup> KLOOSTER, 2005, p. 57.

forte e rentável comércio de peles, os holandeses fundaram o que era basicamente um posto de troca, para negociar com os indígenas peles de castor que depois revenderiam na Europa com grandes margens de lucro.

Nessa mesma data, os diretores da Companhia decidiram que fundariam uma pequena colônia de comércio e que enviariam os primeiros colonistas em alguns meses<sup>213</sup>. Para Jacobs, foi quase que exclusivamente para proteger o interesse comercial que tinham no tráfico de peles que os holandeses fundaram ali uma pequena colônia<sup>214</sup>.

A decisão de enviar colonistas causou controvérsia nas assembleias da WIC e debateu-se se seria melhor colonizar ou apenas explorar economicamente a região. As discussões foram tão intensas que se formaram facções de apoiadores de cada uma das possibilidades dentro da Companhia.

Os a favor de manter Nieu Nederland apenas para fins comerciais, acreditavam que a presença holandesa nos territórios deveria se manter no mínimo necessário para que fosse possível ter lucro, de forma a cortar despesas com defesa e afins, essenciais para a manutenção de uma colônia mais forte. Já os favor da colonização, viam excelentes prospectos em uma colônia agrícola, que poderia também gerar lucro em um comércio triangular.

Jaap Jacobs esmiúça a controvérsia e afirma que

A decisão de fortalecer a colônia foi tomada apesar das sérias divergências de opinião dentro da Câmara de Amsterdã sobre a política relativa à New Netherland. Uma facção dentro do comitê para New Netherland viu boas oportunidades para uma colônia agrícola. Entre os membros dessa facção, conhecida como facção da colonização, estavam Killeen van Rensselaer, Samuel Godijn e, possivelmente, Johannes de Laet. Outros diretores, chamados de facções comerciais, acreditavam que o investimento necessário para estabelecer uma colônia agrícola seria grande demais. Esta facção preferiu estabelecer apenas uma pequena colônia, suficiente para proteger os interesses comerciais.<sup>215</sup>

---

<sup>213</sup> KLOOSTER, 2005, p. 62.

<sup>214</sup> JACOBS, Jaap. **New Netherland: a Dutch colony in the Seventeenth-century America**. Leiden: Brill, 2005, p. 2.

<sup>215</sup> JACOBS, 2005, p. 64-65. "The decision to strengthen the colony was made despite serious differences of opinion within the Amsterdam chamber over the policy concerning New Netherland. One faction within the committee for New Netherland saw good opportunities for an agricultural colony. Among the members of this faction, which was known as the colonization faction, were Kiliaen van Rensselaer, Samuel Godijn, and, possibly, Johannes de Laet. Other directors, called the trade faction, thought that the investment needed to establish an agricultural colony would be far too great. This faction preferred establishing only a small colony, sufficient to protect the trading interests". Tradução nossa.



A facção dos colonizadores venceu em decisão de 23 de setembro de 1624 e, no mesmo ano, trinta famílias, em sua maioria valãs<sup>216</sup>, foram enviadas para povoar Nieu Nederland, dando início a um longo processo de tentativas de colonização feito pela Companhia. O objetivo principal dessa colonização era mostrar ao restante do mundo a tomada de posse da região, de modo a poder justificar em qualquer disputa que viesse a surgir que os holandeses haviam sido os primeiros a povoar o território<sup>217</sup>. Como bem explica Jacobs,

A pequena expedição que os Heeren XIX decidiram enviar para New Netherland em novembro de 1623 buscava meramente defender as reivindicações holandesas contra as inglesas. Na opinião dos holandeses, não era o direito de descoberta, mas sim o direito da primeira ocupação que era decisiva. Tal ocupação precisava ser mais substancial do que apenas um posto de troca, consistindo de um pequeno forte defendido por uma guarnição de uma dúzia de soldados.<sup>218</sup>

Nos anos seguintes a WIC foi aos poucos fortalecendo a colônia com o envio de mais pessoas, gado, provisões e equipamento, sempre com o objetivo de tornar Nieu Nederland mais autossuficiente<sup>219</sup>.

Os anos de 1627 e 1628 trouxeram mais colonistas de volta a Holanda do que levaram a América<sup>220</sup>. O assunto, juntamente com os altos custos que a colonização trouxe a WIC, trouxeram o debate acerca da colonização e do monopólio do comércio de peles novamente à baila nas assembleias da WIC. Devido as dificuldades enfrentadas nas tentativas anteriores, alguns diretores acreditavam que somente com uma política de colonização realmente intensa seria possível que as contas comesçassem a sair do vermelho<sup>221</sup>.

Durante as discussões, os membros da facção a favor da colonização

---

<sup>216</sup> Atualmente a Valônia é a parte francesa da Bélgica. Na época, muito embora a divisão entre Bélgica e Holanda não se desse da mesma forma como ocorre nos dias de hoje, os valões já eram francófonos.

<sup>217</sup> DEN HEIJER, 2013, p. 80.

<sup>218</sup> JACOBS, Jaap. **Dutch Proprietary Manors in America: the patroonships in America**. In: ROMPER, L (ed.); VAN RUYBEMKE, B. (ed.). *Constructing early modern empires*. Leiden: Brill, 2007, p. 303. "The small expedition that the *Heren XIX* decided to send to New Netherland in November 1623 was merely intended to defend the Dutch claims to New Netherland against English counterclaims. In the Dutch opinion, it was not the right of discovery, but rather the right of first occupation that was paramount. Such occupation needed to be more substantial than just a trading post, consisting of a small fort guarded by a garrison of a dozen soldiers". Tradução nossa.

<sup>219</sup> JACOBS, 2007, p. 303.

<sup>220</sup> DEN HEIJER, 2013, p. 81.

<sup>221</sup> DEN HEIJER, 2013, p. 81.

pareciam estar dispostos a tomar o fardo da colonização para si. Assim, uma alternativa viável se apresentou: a privatização da colonização. Em troca de certos direitos, mercadores privados se comprometeriam a mandar colonistas para Nieu Nederlandt<sup>222</sup>.

Com o ganho de força dessas ideias, em grande parte devido a um dos diretores da Câmara de Amsterdam, Killiaen van Rensselaer<sup>223</sup>, em 1628 entraram em vigor as *Vreyheden ende Exemptien* (Liberdades e Isenções), que instalaram essa forma de colonização privatizada, baseada na transferência de privilégios, que perduraram até a perda de Nieu Nederlandt para os ingleses.

Em 1630, foram desenhadas propostas de brasões de armas de Nieu Nederlandt e para Nieu Amsterdam, para escolha pelos *Heeren XIX*. No brasão escolhido para Nieu Nederlandt, o do meio, constam os leões símbolo da cidade de Amsterdam e o castor, principal fonte de renda da colônia americana. O desenho a esquerda foi rejeitado por ter substituído completamente os leões por dois castores.

Ressalta-se que, em análise sobre os brasões das capitanias brasileiras (apresentados no capítulo seguinte), Daniel Vieira afirma que o leão ou *Leo Belgicus* passou a ser um símbolo das Províncias Unidas, usado em todos os mapas “na tentativa de se construir uma identidade comum a todas as províncias”. Para o pesquisador, no entanto, o símbolo era utilizado tanto para representar a União, quanto para evocar a imagem das províncias individualmente, “provando que aquela suposta identidade política, e mesmo cultural, era mesmo instável”<sup>224</sup>.

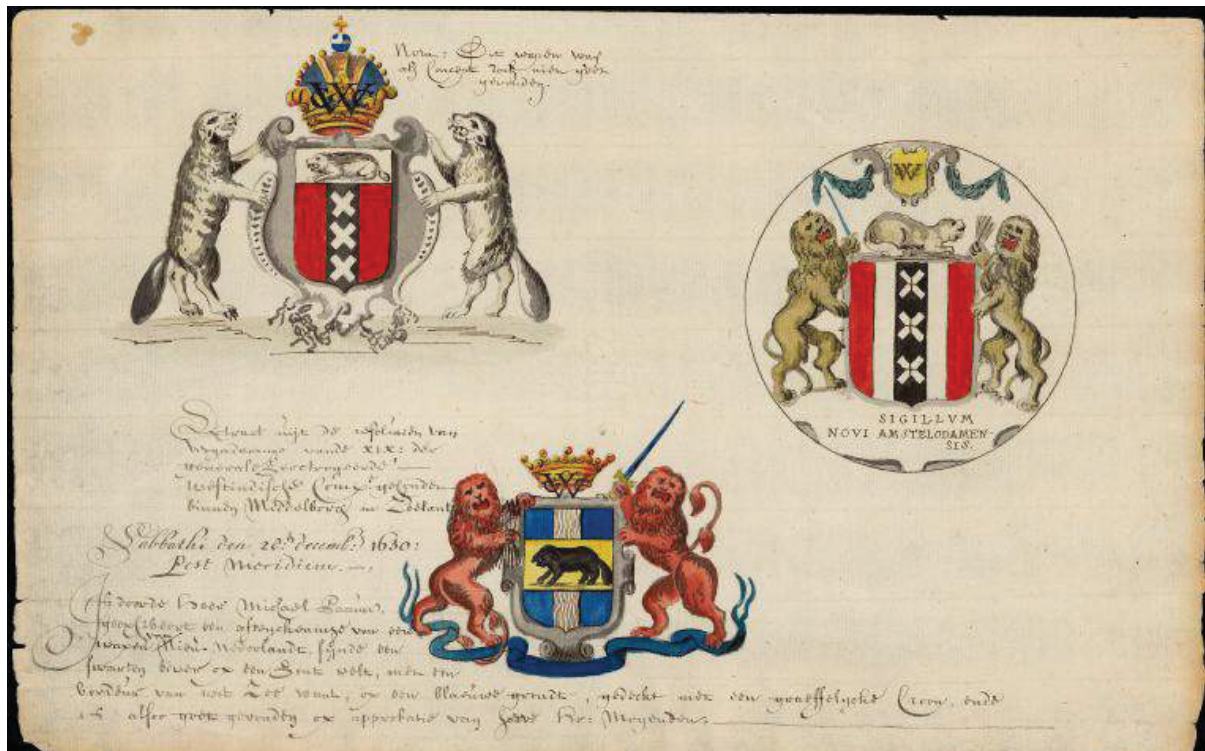
---

<sup>222</sup> JACOBS, 2007, p. 303.

<sup>223</sup> Killian van Rensselaer era um comerciante de diamantes e pérolas de Amsterdam e foi um dos fundadores da WIC. Teve papel instrumental do estabelecimento de New Netherland. Foi um dos primeiros patronos e sua propriedade, Rensselaerswijck, foi a única bem sucedida, tendo permanecido até o século XIX.

<sup>224</sup> VIEIRA, Daniel. **A topografia do ausente: a paisagem política da Nieuw Holland nas vinhetas de Frans Post para o mapa mural *Brasília Qua Parte Paret Belgis*, 1643-1647.** Clio – Revista de Pesquisa Histórica. n. 29.1. Julho-janeiro 2011. Disponível em: <https://bit.ly/35h19JJ>. Acesso em: 26 de agosto de 2018, às 10:49.

FIGURA 2: Coat of arms of New Netherland, 1630.



Manuscripts and Archives Division, The New York Public Library. "Coat of arms of New Netherland, 1630." New York Public Library Digital Collections. Accessed August 15, 2019. <http://digitalcollections.nypl.org/items/510d47e4-7c7c-a3d9-e040-e00a18064a99>

Em 1664, os holandeses cederam a colônia de Nieu Nederland para os ingleses seus grandes adversários na América do Norte. Enquanto na Ásia o grande obstáculo aos objetivos holandeses eram as populações nativas fortes, bem organizadas e numerosas<sup>225</sup>, na América eram outros europeus, também buscando a expansão territorial. Afirma Wim Klooster que

contendas com os ingleses eram uma marca de nascença de New Netherland. O propósito de espalhar os primeiros colonistas em 1624 por entre 4 regiões (Ilha do Governador, o alto do rio Hudson e os rios Connecticut e Delaware) era clamar uma grande área, então antecipando qualquer apropriação inglesa. Na sequência, disputas de fronteiras entre New Netherland e New England foram numerosas.<sup>226</sup>

<sup>225</sup> Jacobs não nega a importância das populações nativas e indígenas americanas nos processos enfrentados pelos Holandeses na América, apenas acredita que a principal luta, de acordo com a documentação a que hoje temos acesso, se dava com outros europeus.

<sup>226</sup> KLOOSTER, 2016, p. 96. "Strife with the English was a birthmark of New Netherland. The purpose of scattering the first settlers in 1624 among four locations (Governor's Island, the upper Hudson, and the Connecticut and Delaware rivers) was to lay claim to a large area, thus preempting English appropriation. Subsequent border disputes between New Netherland and New England were numerous". Tradução nossa.

As disputas territoriais com os ingleses foram, assim, muitas. Na primeira guerra anglo-holandesa, o papel de Nieu Nederland foi destacado pelos diretores da WIC como o melhor lugar para ataques aos ingleses<sup>227</sup>.

No entanto, ainda que a maior parte dos conflitos se desse com os britânicos, a convivência dos holandeses com as populações indígenas<sup>228</sup> da América do Norte não era livre de conflitos.

Para Marcus Meuwese, as relações com as populações indígenas em Nieu Nederland se moldaram a partir das trocas de bens estabelecidas com elas pelos holandeses e pela WIC, bem como pelas tentativas de colonização feitas pela Companhia.<sup>229</sup>

Os holandeses chegaram a se envolver em uma guerra com a população indígena, chamada de Guerra de Kieft (1640-1645). O conflito se formou aos poucos, tendo entre seus principais fatores a chegada de navios cheios de imigrantes da República, a introdução do livre mercado, e a diminuição dos recursos de pele de castores na costa, que criaram uma situação altamente combustível. A perda de peles para trocar com os holandeses por outros produtos significou que o cultivo de milho se tornou mais importante para várias tribos, ao mesmo tempo em que as fazendas holandesas da área se proliferavam, reduzindo a área de cultivo indígena. A tensão aumentou quando, nesse contexto, o governador Kieft impôs uma contribuição anual para as tribos na forma de milho, *wampum*<sup>230</sup> ou peles, em uma tentativa de trazer as populações ameríndias para o controle holandês". O

---

<sup>227</sup> KLOOSTER, 2016, p. 96.

<sup>228</sup> Havia diversas tribos na região, e os holandeses as dividiam pelo critério linguístico. De acordo com o New Netherland Institute: "The languages that perplexed these Dutchmen were of two families: Eastern Algonquian and Northern Iroquoian. Many Native communities in the region, some of whose names were recorded by arriving Europeans while others were not, spoke an Eastern Algonquian language or dialect. Outside the boundaries of New Netherland were numerous central New England groups known as the Northern Indians, and to their north, the New England and St. Lawrence Algonquians. Within the boundaries of New Netherland, beginning in the immediate vicinity of Fort Orange, were the Mahicans, speaking a language of the same name. Farther down the Hudson Valley to Manhattan, in northern New Jersey, northeastern Pennsylvania, and on western Long Island, were Munsee-speakers—the Esopus, Wappingers, Minisinks, Tappans, Raritans, Canarses, Rockaways, and others. In the middle stretch of the Housatonic Valley were the Wampanoo-speaking Weantinocks, while nearest Long Island Sound and on western Long Island were speakers of Quiripi-Unquachog. In southern coastal New England were found the Mohegans, Pequots, Wampanoags, and Narragansetts, that like the rest, spoke Eastern Algonquian languages. For the Dutch in New Netherland, the Mohawks, speakers of a Northern Iroquoian language, were of critical importance as their confederates to the west—the Oneidas, Onondagas, and others—would carry furs to Fort Orange through their homeland." Disponível em: <https://bit.ly/37lvDfx>. Acesso em 30/01/2019 às 06h30.

<sup>229</sup> MEUWESE, 2003 p. 36.

<sup>230</sup> Contas cilíndricas feitas de conchas, feitas por populações indígenas norte-americanas, muitas vezes usadas como dinheiro e referidas como *zeewant* pelos holandeses em Nieu Nederland.

conflito de fato explodiu quando os holandeses assassinaram e torturaram alguns indígenas por terem roubado porcos<sup>231</sup>.

Muito embora nesse período os conflitos tenham escalado rapidamente, a relação dos holandeses com as populações nativas de Nieu Nederland não foi sempre conflituosa. As relações comerciais eram fortes e a convivência diária não gerava problemas para a comunidade.

Ainda que não fosse tão central no processo de colonização quanto para os portugueses, há menção nas fontes e na bibliografia de tentativas dos protestantes reformados de converter as populações indígenas. Johannes Magalopolensis, de Rensselaerswijck, o mais bem sucedido patronato de Nieu Nederland, começou a se preocupar seriamente com a questão da catequização dos indígenas, e para isso tentou aprender a língua dos moicanos, não obtendo sucesso<sup>232</sup>. Ele afirma:

quando rezamos, eles riem de nos. Quando fazemos um sermão, as vezes dez ou dozes deles comparecem e depois me perguntam o que estou fazendo. Eu digo a eles que estou ensinando os cristãos que eles não podem roubar, nem cometer indecências, nem ficar bêbados, nem cometer assassinato, e que eles também devem não fazer essas coisas. Então eles dizem que faço bem em ensinar os cristãos; mas adicionam imediatamente: 'por que os tantos cristãos fazem essas coisas?'<sup>233</sup>

Apesar do pequeno número de pastores protestantes em Nieu Nederland, indígenas e colonistas frequentemente discutiam religião uns com os outros. Tanto europeus quanto as populações indígenas eram muito curiosos acerca das crenças uns dos outros. O fato não é de se espantar, já que holandeses e índios estavam em frequente contato devido as transações comerciais e pela importância que a religião

---

<sup>231</sup> KLOOSTER, 2016, p. 72-73. "the arrival of shiploads of immigrants from the Republic, the introduction of free trade, and the depletion of coastal fur resources created a combustible situation. The loss of furs to Exchange with Dutch good meant that cultivation of maize became more important for various Munsee bands at the same time that Dutch farms in the área proliferated, reducing Munsee farmland. Adding insult to injury, Governor Kieft imposed an annual contribution on the Munsees in the form of corn, wampum, or furs in a move to bring these ameríndias under Dutch control". Tradução nossa.

<sup>232</sup> SMITH, George. **Religion and Trade in New Netherland: Dutch origins and american development**. Ithaca: Cornell University Press, 1973, p. 175

<sup>233</sup> SMITH, 1973, p. 175. "when we pray, they laugh at us. When we deliver a sermon, sometimes ten or twelve of them will attend, and afterwards ask me what I am doing. I tell them that I am admonishing the Christians, that they must not steal, nor commit lewdness, nor get drunk, nor commit murder, and that they too ought not to do these things. Then they say I do well to teach the christians; but immediately add 'why do so many christians do these things?'" Tradução nossa.



tinha na vida em comunidade na época, como destaca Meuwese<sup>234</sup>.

Juntamente com o envolvimento em guerras de conquista com outras nações europeias e as tentativas de estreitar a relação com os indígenas, também o comércio e os esforços para a povoação são aspectos em que Nieu Nederland e Brasil Holandês se assemelham. Há, no entanto, uma diferença fundamental: no Brasil, os portugueses já haviam dominado e colonizado o território, que mudou de mãos; Nieu Nederland, por outro lado, ainda não havia colonizada pelos ingleses, muito embora estivesse cercada por assentamentos britânicos. A colônia do norte era, assim, uma tela em branco, que poderia ser moldada e organizada de acordo com as intenções holandesas, sem a necessidade de adaptação que viria com a convivência com outro tipo de colonização ou com uma sociedade já previamente organizada.

No seu ápice, nove mil pessoas habitavam em Nieu Nederland. Os vizinhos ingleses estavam presentes em números muito maiores. New Netherland passou para domínio inglês em 1664, quando quatro navios ingleses chegaram as praias para clamar o território. Os holandeses se renderam, sem lutar para manter a colônia. Em 1673 os holandeses reconquistaram o território, que acabaram negociando em um tratado um ano depois, trocando-o com os ingleses pelo Suriname, que julgavam que poderia vir a ser mais lucrativo.

### 3.2 “UM PAÍS BEM REGULADO, EM QUE JUSTIÇA E GOVERNO

PREVALECEM”<sup>235</sup>: AS DIFERENTES FASES DA ADMINISTRAÇÃO DE NIEU NEDERLANDT

Nieu Nederland era uma colônia pequena, mas ainda assim requeria esforços para que fosse organizada a contento pelos holandeses. Nesse intuito, os holandeses estabeleceram regras e criaram ordenações a serem cumpridas pelos colonistas, além de terem constituído governos locais para manter a ordem.

---

<sup>234</sup> MEUWESE, 2003, p. 347-348.

<sup>235</sup> Expressão utilizada pelos escabinos da corte de Fort Orange. FORT ORANGE COURT MINUTES, 1652-1660 (Adiante: FOCM). New York: Syracuse University Press, 1990.

FIGURA 3: Nova Belgica et Anglia Nova. In: Orbis Terrarum, 1635.



BLAEU, William Jansz. Disponível em: <https://bit.ly/2Kx1Rul>. Acesso em 15/10/2018, 15:00.

A colônia passou por arranjos distintos em sua organização. Em um primeiro momento, era apenas um posto de troca e um pequeno assentamento de colonistas (1609-1621). Com a criação da Companhia das Índias, passa a ser comandada pelos *Heeren XIX* e a se submeter a seus regulamentos (1621-1629). Há também a fase dos patronatos, em que a Companhia delega parte das atividades de colonização para indivíduos particulares (1629-1664), que conta com duas gerações, que derivam de dois regulamentos distintos, um de 1629 e o outro de 1640.

Na primeira fase da organização institucional de Nieuw Nederland o que pode se perceber é a ausência de um intuito de organização consciente. A colônia ainda estava resumida a um posto de troca, e por isso não havia um grande empenho por parte dos holandeses e dos Estados Gerais para impor regras de forma mais específica.

Havia um forte – Fort Orange – e o posto de troca (principalmente) de peles:



Entre 1609 e 1623 a soma total da colonização holandesa de New Netherland poderia ser representada por uma combinação única de forte e posto de troca, Fort Nassau e Castle Island, no norte do Rio Hudson. (...) Este posto de troca fortificado servia duplamente ao propósito mercantil. Por um lado, seus braços eram uma contenção psicológica e real contra a invasão da área por outros mercadores. Por outro lado, provia um armazém central para reunir as peles durante o ano todo e poderia, assim, reduzir consideravelmente o período de tempo que um navio tinha que permanecer na América do Norte para coletar uma carga lucrativa.<sup>236</sup>

Nesse período (1609 a 1621) o exercício de qualquer forma de direito cabia aos capitães dos navios ali atracados: “As tripulações dos navios que frequentavam a área entre 1611 e 1623 estavam sob a autoridade do capitão, e seus poderes para determinar retribuições permaneciam em força em terra”<sup>237</sup>.

Com a fundação da Companhia das Índias, em 1621, o cenário se modifica. Os Estados Gerais outorgam autoridade a Companhia das Índias, para que exerça o governo nas colônias. Para isso, na carta de concessão de 1621 concedem-lhe grande poder e extensivos direitos, que passam a vigor também as margens do Hudson.

Para George Smith, a transferência de Nieu Nederlant para as mãos da WIC não gerou grandes modificações, já que a companhia continuava a encarar a colônia com os mesmos olhos de comerciante. Afirma o historiador que

particularmente em New Netherland, a Companhia adotou uma postura comercial logo do início. (...) Assim, de 1623, quando o primeiro navio da WIC (o Makreel) aportou em águas de New Netherland, até 1629, quando uma nova abordagem para a província foi adotada, os holandeses ainda falharam em “colonizar” a área de qualquer modo permanente.<sup>238</sup>

---

<sup>236</sup> SMITH, 1973, p. 146. “The sum total of Dutch “colonization” in New Netherland between 1609 and 1623 was represented by one combination fort and trading post, Fort Nassau and Castle Island in the upper Hudson River. (...) Such a fortified trading post served a dual mercantile purpose. On the one hand, its arms were a psychological and real deterrent to the invasion of the area by other merchants. On the other hand, it provided a central depot for gathering furs during the entire year and could thereby reduce considerably the length of time a ship had to remain in North America to collect a profitable cargo”. Tradução nossa.

<sup>237</sup> JACOBS, 2005, p. 95. “The crews of the ships that frequented the area between 1611 and 1623 fell under the authority of the captain, and his powers to dispense retribution remained in force ashore”. Tradução nossa.

<sup>238</sup> SMITH, 1973, p. 148. “Particularly in New Netherland the company adopted a commercial posture from the very beginning. (...) Thus from 1623, when the first W.I.C. ship (the Makreel) arrived in New Netherland Waters, until 1629, when a new approach to the province was adopted, the Dutch still failed to “colonize” the area in any permanent sense”. Tradução nossa.

Nieu Nederlandt era administrada, dentro da WIC, pela Câmara de Amsterdam. Isso ocorria por que havia uma regra não escrita da Companhia, que determinava que se uma Câmara representava cidades ou territórios que já estavam em grande contato comercial com outras regiões dentro do escopo previsto pela carta de concessão, ainda que antes de 1621, poderia continuar a administrar essas áreas. Como comerciantes de Amsterdam foram os primeiros a fazer trocas em Nieu Nederlandt, e já tinham uma rede relativamente bem estabelecida para isso, o controle da região lhes coube<sup>239</sup>.

Embora não se tenha encontrado referência a um regulamento vigente durante o período até 1624, acredita-se que os holandeses utilizavam a *Articulbrieff*, ou Carta de Artigos, um regulamento feito para a Companhia das Índias, que a regula e organiza. O documento contém até mesmo os juramentos que cada categoria de oficial deveria prestar. São 14 títulos que estabelecem as regras para que um grupo a bordo de cada navio exerça a justiça, para o exercício da religião, o que colonistas podiam ou não transportar, entre outros.

No artigo IX desta “carta” consta que:

E para que toda desordem seja fuzilada e a boa justiça seja administrada, em cada navio um Colégio de 10 pessoas para julgar, com poder total para administrar justiça e fazer direito sobre todos os abusos pequenos e civis. Tais pessoas, como será impresso nas Instruções do próprio navio, ficam cientes de que o Almirante, vice-almirante, alguns conselheiros ou outros altos oficiais no Conselho do próprio navio, de acordo com sua opinião e crença, poderão comparar e presidir.<sup>240</sup>

Henk den Heijer afirma que já com a partida dos primeiros colonistas, em 1624, a Câmara de Amsterdam havia estabelecido regras gerais para a organização do recém formado assentamento. A maior autoridade deveria ser exercida por um governador, escolhido pela WIC, que seria auxiliado por um Conselho composto por colonistas. Juntos, deveriam estabelecer onde os novos colonistas se estabeleceriam e quais produtos poderiam ser cultivados nas terras. De acordo com

---

<sup>239</sup> DEN HEIJER, 2013, p. 80.

<sup>240</sup> ARTICULBRIEFF. In: CAU, C. **Groot-Plackaet Boeck**. Boeck 5, Titel 5, 9 Deel, p. 628. “ende op dar alle disordre soube mogen geweert ende goete justicie geadministreert worden, soo is op elck schip een collegie van thien personen tot rechteren geordonneert, met volkomen macht om over alle civil en kleyne misbruyken justicie te administreren en recht te doen, te weren, soo danige personen, aos naerder in de selve scheepsraedt Instructie uytgedrukt worden, welverstande dar den Admirael, vice-admirael, eenige raedts-persoonen opte andere hooge officieren, in de selve scheeps-raedt, indien het haver goete dunckt ende geliest, mede sullen mogen comparereren en presideren”. Tradução nossa.

o autor, os colonos eram obrigados a tentar cultivar as terras por pelo menos seis anos, mas tinham liberdade para comercializar tudo aquilo que produzissem, sendo a única exceção o comércio de peles, as quais os colonos eram obrigados a vender à Companhia com exclusividade e por preços previamente estabelecidos<sup>241</sup>.

Para a organização da comunidade, juntamente com a ida dos colonistas para Nieu Nederlant foi implementada uma Ordem Provisional. Neste regulamento, as trinta famílias valãs são diretamente instruídas a observar os artigos e instruções da Companhia, ordem que faz referencia a Carta de concessão de 1621. Ficam todos os moradores de Nieu Nederlant “obrigados a obedecer as ordens da companhia já dadas e ainda por serem dadas, bem como todos os regulamentos recebidos da dita Companhia com relação as questões de administração e justiça”<sup>242</sup>.

As Ordens Provisionais determinam o uso da língua holandesa para todos os procedimentos a serem enfrentados, sejam civis, militares ou judiciais. Fica claro que os responsáveis pelo governo da colônia em geral, e acredita-se que também pela administração da justiça, eram “o comandante e seu Conselho”, repetidamente mencionados no texto da Ordem.

Nesse quesito, surge uma inconsistência, já que a maior parte da bibliografia consultada menciona o cargo de governador ao tratar da organização política da colônia, não havendo referência a um comandante.

A suspeita é de que tenha ocorrido um erro de tradução. Boa parte das fontes historiográficas consultadas para Nieu Nederlant foram utilizadas em suas versões transcritas e traduzidas para o inglês pelo *New Netherland Institute*, instituto de prestígio e a maior referência quando se fala em historiografia da colonização holandesa da região. Como as fontes originais encontram-se nos Estados Unidos, não foi possível confirmar a suspeita de que haja um erro de tradução, no entanto, há diversos argumentos que comprovam a teoria. O primeiro é que não há notícias de que militares tenham tido parte no governo das colônias holandesas, e sendo comandante uma patente militar, o termo não faria sentido algum no contexto em que foi empregado. O segundo é de que todas as fontes originais em holandês

---

<sup>241</sup> DEN HEIJER, 2013, p. 82.

<sup>242</sup> PROVISIONAL REGULATIONS for the Colonists adopted by the Assembly of the Nineteen of the West-India Company, 28 de março de 1624. In: DRNN, 1924, p 255-256. "be bound to obey the orders of the Company already given them or still to be given, as well as all regulations received from the said Company in regard to matters of administration and justice." Tradução nossa.

consultadas, fossem cartas ou regulamentos, mencionam sempre o “gouverneur”, assessorado pelo Conselho, exatamente como ocorre no caso em questão. Por fim, as funções mencionadas equivalem as que governadores ocuparam de forma constante em quase todas as colônias holandesas do Atlântico. Por esses motivos, o comandante aqui mencionado será tratado por governador, já que acredita-se que é realmente deste cargo que se trata.

No restante do regulamento, os Estados Gerais colocam restrições ao comércio, determinam que a religião oficial é a reformada (muito embora deixem expressa a liberdade de consciência – não de culto) e benefícios que deverão ser garantidos aos colonistas pela WIC<sup>243</sup>.

Em 1625, mais dois regulamentos foram feitos para serem aplicados em Nieu Nederlant. A “Instrução para Willem van Hulst” e seu adendo chamado de “Mais Instruções para Willem van Hulst”.

Willem van Hulst, também conhecido como Willem Verhulst, era governador<sup>244</sup> provisional da colônia, e recebeu estas instruções diretamente dos Heeren XIX.

Entre os comandos que deveria seguir estava a mudança dos colonistas que estavam na Ilha do Governador para a Ilha de Manhattan. No entanto, a WIC não tinha a propriedade de Manhattan e a van Hulst foi dada ordem direta para comprá-la das populações indígenas, de forma a fazer da ocupação do território um ato legítimo. As primeiras Instruções, no entanto, reforçavam a necessidade de não se forçar os indígenas a abrirem mão de sua terra, e sim de convencê-los a vendê-la, recebendo em troca *wampum* ou quaisquer outros itens que fossem úteis aos nativos<sup>245</sup>. A compra, no entanto, não foi efetuada por van Hulst, e sim por sucessor, Peter Minuit, em 1626<sup>246</sup>, pela quantia de 60 guildas holandesas.

Fica evidente em diversos trechos da primeira Instrução que van Hulst era acompanhado em seu poder e responsabilidades por um Conselho. No entanto, não há nenhum tipo de informação sobre como esse Conselho era formado, suas

---

<sup>243</sup> PROVISIONAL REGULATIONS, 1624, p. 255-256.

<sup>244</sup> Boa parte da bibliografia utiliza o termo diretor para se referir aos governantes escolhidos pela WIC para formar o Alto Governo de New Netherland. No entanto, o vocábulo governador encontra-se de acordo com as fontes primárias utilizadas. Assim, para evitar qualquer confusão em citações diretas, neste trabalho utilizaremos ambos os termos como sinônimos.

<sup>245</sup> INSTRUCTIONS FOR WILLEM VERHULST director of New Netherland, janeiro de 1625, DRNN, 1924, p 35-79.

<sup>246</sup> THE PURCHASE of Manhattan Island, 1626. Disponível em: <https://bit.ly/2Ornfm1>. Acesso em 06 de fevereiro de 2019, as 10:00.

atribuições e competências para além da assistência ao governador. Governos colegiados eram a regra na Holanda, e a transferência desse costume para a colônia não deveria ser vista com surpresa. Nas outras fases da administração de Nieu Nederland e também nas demais colônias holandesas, Conselhos formados por de 3 a 5 holandeses foram empregados, de forma que acredita-se que um sistema semelhante fosse utilizado pela Companhia nesses primeiros anos na América do Norte.

De acordo com Martha Shattuck, “o diretor-geral e o Conselho, escolhidos pela Companhia das Índias Ocidentais, atuavam com capacidade executiva, legislativa e judiciária, como continuariam a fazer nas sucessivas administrações”<sup>247</sup>, formando o Alto Governo de Nieu Nederland, que manteve-se ativo durante todo o período de domínio holandês.

A instrução exige que van Hulst, para “evitar e prevenir assassinatos devassos”, “observe os 37 artigos da Articulbrief”, e expulse da colônia e mande de volta para pátria mãe todos os adúlteros, ladrões, falsas testemunhas e pessoas inúteis dentre os cristãos, bem como os preguiçosos que recebem pagamento da Companhia, de forma que possam ser punidos de acordo com seus crimes.

As segundas Instruções para Verhulst mencionam expressamente que as instruções prévias, bem como a Carta de Artigos devem continuar sendo observadas, exceto naquilo que o novo regulamento especificamente as emende.

Nesse segundo conjunto de instruções, mais detalhes são fornecidos acerca da formação do Conselho. No artigo 3º são mencionados os sete nomes dos conselheiros, escolhidos pela WIC, para além do diretor, além de se mencionar a possibilidade de capitães se unirem ao colégio quando estiverem presentes: “(...) o Conselho, que consiste em Willem van der Hulst, Adriaen Jorriksz Thienpont, Joost van den Boogaert, Daniel van Cryeckenbeeck, Gerrit Fongersz, Pierre Minuyt, Cryn Fredericcxsz, os capitães que vem de vez quando, Johan Lampo, colonista, e

---

<sup>247</sup> SHATTUCK, Martha. **A civil society: Court and community in Beverwijck, New Netherland, 1652-1664**. Tese (doutorado em História) – Boston University, 1993, p. 44. “The first court in New Netherland was established in 1625 with Verhulst’s administration.<sup>58</sup> The director general and the council, who were appointed by the West India Company, acted in executive, legislative and judicial capacity, as they would continue to do throughout successive administrations.” Tradução nossa.

Frachoyz Fezard – quais pessoas ou as que estiverem presentes nós nomeamos conselheiros gerais (...)”<sup>248</sup>.

O documento também menciona a existência de um fiscal, a ser escolhido pelos membros do Conselho, devendo ser “dos mais competentes de lá”. O fiscal, de acordo com o texto das instruções, teria direito ainda a um ajudante. Na investidura de Henricus van Dyck como fiscal, constam suas atribuições:

fazer reclamações contra delinquentes e transgressores das leis militares e todas as outras instruções e comandos, o mesmo para denunciar e fazer com que sejam punidos; (...) dando-lhe poder total, acusação e autoridade em todas as perdas, excessos e crimes; todos os delinqüentes, contraventores e transgressores da lei, marciais e todas as outras instruções e ordens, bem como a mencionada Assembléia dos XIX, a partir do mencionado Diretor, convocar e, conforme a demanda e as circunstâncias, julgar; proceder julgamento definitivo; executar o mesmo, e dar punição aos delinquentes, em conformidade com o seu conteúdo, e além disso para fazer e observar tudo o que cabe a um bom fiscal executar, seguindo e observando em seus processos e reclamações todas as formalidades adequadas em conformidade aos placaets e ordenanças que foram promulgados aqui e, além disso, em conformidade com as leis escritas.<sup>249</sup>

Para as questões de “administração da justiça”, atinentes a casamentos, propriedades privadas e contratos fica expressamente estabelecido que deverão ser aplicados em primeiro lugar as ordenanças e costumes da Holanda e da Zelândia, bem como o direito comum. Fica, além disso, proibido aprovar nova lei ou ordenação sem que antes seja aprovada pelos Estados Gerais e pelos Heeren XIX.

Por todos esses motivos, ainda que não haja muitos documentos e informações sobre a organização institucional da colônia de Nieu Nederland antes do ano de 1629, pode-se formar um quadro geral do seu governo. A colônia contava com um governador e um Conselho, que eram responsáveis basicamente por todos

---

<sup>248</sup> FURTHER INSTRUCTIONS for director Willem Verhulst and the Council of New Netherland, 22 de abril de 1625, DRNN, 1924, p. 81-129.

<sup>249</sup> COMISSION OF HENRICUS VAN DYCK AS FISCAL. Documents relating to the colonial history of the state of New York, vol. 1 (adiante: NYCD), Albany: Weed, Parsons and Company printers, 1856, p. 494. “to make complaints against delinquents and transgressors of the military laws and all other instructions and commands, the same to arraign and cause to be punished; giving him full power, charge and authority on all forfeits, excesses and crimes; all delinquents, contraveners, and transgressors of the law, martial and all other instructions and orders, as well as the aforesaid Assembly of the XIX, as of the aforesaid Director, to summon and, according to demand and circumstances, to prosecute; to proceed definitive judgement; to execute the same, and delinquents to cause to be punished, pursuant to the contents thereof, and moreover to do and observe all that it behooves a goof fiscal to perform, following and observing, in his proceedings and complaints, all proper formalities in conformity to the placards and ordinances which have been promulgated here, and moreover conformably to written laws”. Tradução nossa.

os assuntos de importância do pequeno povoamento. As ordenanças e costumes a serem respeitados eram os holandeses e zelandeses, ou seja, os provenientes das Câmaras de maior prestígio da WIC e que se enquadravam na lógica do antigo regime europeu. Ainda assim, havia uma maior centralização jurídica na colônia do que na metrópole, já que a própria Companhia das Índias e os Estados Gerais eram responsáveis por aprovar os regulamentos, ordenanças e instruções a serem utilizados.

### 3.3 LIBERDADES E ISENÇÕES: OS PATRONATOS E AS CORTES DE JUSTIÇA DE NIEU NEDERLANDT

Em alguns anos, apesar de algum sucesso, o alto custo e baixo lucro que Nieu Nederlant estava trazendo fizeram com que a Companhia voltasse a debater o abandono da área ou a quebra de monopólio. A primeira opção foi descartada por ser conveniente demais para os rivais ingleses; a segunda, porque poderia abrir precedentes para a quebra de monopólio em regiões mais lucrativas, como o Brasil<sup>250</sup>. A solução encontrada pela WIC reservava à Companhia o comércio das peles e ao mesmo tempo chamava investidores privados para colonizar a região, incentivando a população de Nieu Nederlant sem adicionar custos aos caixas públicos holandeses<sup>251</sup>.

Esse sistema foi instaurado oficialmente nas *Vreyheden ende Exemption* (literalmente – e adiante: liberdades e isenções) de 1629, texto prescritivo que inaugurou o período dos patronatos. Os patronatos foram um sistema de colonização criado e implementado pela Companhia das Índias para estimular a povoação de Nieu Nederlant.

As Liberdades e Isenções de 1629 são, basicamente, um contrato entre a WIC e os patronos. Os patronos são membros da Companhia dispostos a ir para a colônia norte-americana, sendo que dentro do período de 4 anos deveriam declarar que haviam estabelecido uma colônia com pelo menos 50 pessoas acima da idade de 15 anos. O texto expresso das Liberdades e Isenções determina que:

---

<sup>250</sup> SMITH, 1973, p. 148

<sup>251</sup> JACOBS, 2007, p. 304.



serão reconhecidos como patronos de New Netherland todos o que concordarem em plantar uma colônia de 50 almas, com mais de 15 anos, dentro do espaço de 4 anos após terem notificado qualquer das Câmaras da Companhia aqui ou ao Comandante lá, um quarto dentro do período de um ano e o restante após três anos depois de mandar os primeiros, totalizando quatro anos e o número total de 50 pessoas, a serem enviadas por navio para lá, em dano ou casos de negligência intencional, serão privados dos privilégios obtidos. Ficam avisados de que a Companhia reserva para si a ilha de Manhattes.<sup>252</sup>

A Companhia acreditava que os patronatos iriam desenvolver a colonização de Nieu Nederlandt, de forma que a ampliar também a produção e o comércio, aumentando a possibilidade de lucro. Os patronos ficariam responsáveis por colonizar ou estabelecer povoamentos bem sucedidos e populosos dentro de certo período de tempo, terceirizando uma obrigação que a época era normalmente vista como pública.

Os patronos dispostos a tomarem em suas mãos as dificuldades da colonização esperavam certas compensações, apesar de não terem previsto retornos financeiros rápidos. Além de receberem terras e alguns privilégios,<sup>253</sup> um aspecto importante dessas discussões era a quebra do monopólio das peles. Isso por que era o produto mais valorizado de Nieu Nederlandt, e talvez a única possibilidade dos patronos de recuperarem o capital investido ou de obterem alguma forma de lucro.

Os patronos gozavam também de isenção de alguns impostos, tinham direito a todos os frutos que a terra viesse a dar e tinham poder de baixa, alta e média jurisdição em seus territórios:

VI. Eles para sempre terão a posse e a propriedade e manterão da Companhia como um feudo de perpétua herança, todas as terras dentro dos limites previamente mencionados, juntamente com os frutos, plantas, minerais, rios e fontes que ali se encontrem, bem como alta, média e baixa jurisdição, direitos de pesca, aves e moagem, a exclusão de todos os demais, esse feudo deverá ser renovado em caso de falha, fazendo uma homenagem a Companhia e pagando 20 guildas por colônia dentro de um

---

<sup>252</sup> CHARTER OF FREEDOMS AND EXEMPTIONS..., 1629, VRBM, 1908, p. 139. "Ende sullen voor Patroonen van Nieu-Nederlandt erkent worden / alle soodanighe die binnen den tijdt van vier Jaren / nae dat zy haer aen eenighe Camer van de Compagnie alhier / ofte aen den Commandeur ofte Raden aldaer / sullen verclaren / datse een Colonie van vijftigh Zielen boven de vijf thien Jaren oudt zijnde / aldaer aennemen te planten / een vierde part binnen's Jaers / ende in drie Jaren nae de sendinghe van d'eerste / maeckende t'samen vier Jaren / de resterende tot het voile ghetal van vijftigh Persoonen van hier te schepen / Oppene van by notoir versuym te verliesen de vercreghene Vryheden; Doch sullen ghewaerschout zijn / dat de Compagnie 't Eylandt van de Manhattes aen sich behoudt". Tradução nossa.

<sup>253</sup> JACOBS, 2007, pp. 301-326.

ano e seis semanas, para as Câmaras aqui ou o comandante lá, cada qual para a Câmara que inicialmente enviou a colônia; no entanto, pesca e caça de aves não deverão ser realizadas por outras pessoas que não os patronos e como eles permitirem, e em caso de que alguém tenha tanta prosperidade que chegue a formar uma ou mais cidades, ele deverá ter autoridade para nomear oficiais e magistrados lá e para usar títulos em sua colônia como considerar adequado as qualidades das pessoas.<sup>254</sup>

O regulamento determinava que caso o patrono quisesse estabelecer sua colônia em terras ocupadas pelas populações indígenas, uma compensação deveria ser proporcionada: “quem quer que vá estabelecer colônias fora dos limites da Ilha de Manhattes deve satisfazer os índios daquele lugar pela sua terra”<sup>255</sup>.

Na prática, fala-se na bibliografia sobre compra e venda de terras antes ocupadas pelas populações indígenas, como a questão da compra de Manhattan, já abordada. Entretanto, não restam dúvidas de que a diferença cultural dos envolvidos gerava conflitos nesses negócios. Meuwese explica que as populações indígenas não compreendiam o conceito de venda tal qual os holandeses e que por isso surgiram disputas, que as autoridades holandesas tinham que resolver. Quando a situação se tornou recorrente, os holandeses passaram a exigir escrituras em que os indígenas reconhecem a cessão permanente dos direitos sobre a terra, de forma a não restar dúvidas:

para as populações nativas, a transferência da terra não significava a transferência dos direitos de propriedade. Como muito estudiosos apontaram, o conceito europeu de propriedade permanente da terra era estranho aos Nativo-americanos do Nordeste da América do Norte. Quando indivíduos ou comunidades indígenas transferiam terras para colonistas, eles entendiam que essas ações significavam que os colonistas apenas obtinham o direito de compartilhar o uso das terras com os nativos. Por causa dessa atitude diferente quanto a propriedade, muitos indígenas continuavam a pescar, caçar ou plantar milho nas terras que haviam

---

<sup>254</sup> CHARTER OF FREEDOMS AND EXEMPTIONS..., 1629, p. 141. “Ende alle het Landt binnen de voorsz. Limiten ghelegghen /midtsgaders de Vruchten / Supersitien / Mineralen / Rivieren ende Fonteynen van dien voor altoos in Eyghendom te besitten: Ende de Hooghe / middele ende laghe Jurisdictie / Visscheryen /Voghelryen ende Maleryen / met exclusie van alle andere / te houden van de Compagnie tot een onversterflijck Erff-Leen / te Verheer-ghewaden alst versterft met twintigh Guldens par Colonie aen dese Compagnie binnen een Jaer ende ses Weecken / aen de Cameren alhier / ofte den Commandeur aldaer / een yeder ter Camere daer hy oorspronckelijck van daen is gevaren. Des nochtans dat de Visscherye ende Vogelrye by niemant anders dan de Patroonen / ende die zy-luyden dat sullen toestaen /sullen werden ghepleeght: Ende soo yemant metter tijdt in zijn Colonie soo veel quame te prospereren / dat hy een oft meer Steden soude moghen fonderen / sal den selven d'autoriteyt hebben / o m aldaer Offitien ende Magistraten te stellen / ende Tijtel van zijn Colonie moghen ghebruycken / nae believeen ende qualiteyt der Persoonen”. Tradução nossa.

<sup>255</sup> CHARTER OF FREEDOMS AND EXEMPTIONS..., 1629, p. 141. “Soo wie eenighe Colonien sullen planten buyten 'tResort van Manhattes Eylandt / sullen ghehouden wesen de Wilde van die plaetse voor de grondt te contenteren / ende de Limiten van hare Colonien moghen vergrooten / midts na advenant Coloniers daer plantende”. Tradução nossa.

“vendido” para os holandeses. Da perspectiva holandesa, essas recorrentes visitas eram vistas como invasões. Para evitar possíveis incidentes, oficiais coloniais demandavam que os indígenas que participavam em escrituras de terra reconhecessem formalmente que estavam cedendo permanentemente todos os direitos as terras que tinham intenção de vender. No entanto, já que os nativos continuavam a aderir as noções tradicionais de uso da terra, as autoridades holandesas eram frequentemente forçadas a negociar novas escrituras com os indígenas, para terras que já haviam sido vendidas<sup>256</sup>.

Para lidar com estes e outros problemas que surgiam numa comunidade como a de Nieu Nederland, as Liberdades e Isenções davam poder aos patronos para que criassem um pequeno Conselho de Justiça. Os patronos deveriam escolher um *schout*, oficial típico holandês, que acumulava funções de gestão com poder de polícia. Em Nieu Nederland, o escolteto, como é chamado em português, assumia uma função que se assemelhava a que um prefeito teria nos dias de hoje, acumulando poder em diversas áreas de atuação, tal qual ocorria da Holanda.

O *schout* era também responsável por escolher os *schepen*, ou escabinos em português. Os escabinos eram magistrados locais responsáveis pela justiça, da mesma forma como acontecia na Holanda. Na colônia, eram responsáveis por todos os julgamentos em primeira e segunda instância, a exceção de casos civis com valor de mais de 50 guildas holandesas, nos quais a apelação se daria para o Alto Governo da colônia.

Os escabinos compunham uma pequena corte de justiça, tanto na Holanda quanto na América do Norte. Tal qual nos Países Baixos, a pequena corte se reunia semanalmente para escutar queixas da população, sendo um dos polos de transmissão e manutenção da cultura e hábitos holandeses na colônia. As cortes, formadas pelos escabinos e escoltetos, aplicavam os regulamentos e ordenanças

---

<sup>256</sup> MEUWESE. 2003, p. 333. “Finally, for native peoples, the transfer of lands did not mean the transfer of actual ownership rights. As many scholars have pointed out, the European concept of permanent private ownership of land was alien to Native Americans of Northeastern North America. When Indian communities or individuals transferred lands to colonists, they understood these transactions to mean that the colonists only obtained the right to share the *use* of the lands with the natives. Because of this different attitude toward land ownership, many Indians continued to fish, hunt, or grow corn on the lands that they had “sold” to the Dutch. From the Dutch perspective, these recurring Indian visits were seen as trespassing. To avoid possible incidents, colonial officials demanded that Indians who participated in land-deeds formally acknowledged that they permanently surrendered all their rights to lands that they intended to sell. However, since the natives continued to adhere to traditional notions of land-use, Dutch authorities were often forced to negotiate new deeds with Indians for lands that had already been sold”. Tradução nossa.

holandeses e eram o centro da administração institucional e judicial em Nieu Nederland, tendo também um enorme papel na vida em comunidade.

Com o tempo, cortes locais foram sendo instaladas. A de Rensselaerswijck, a primeira, logo em 1630. No entanto, a corte de Nieu Amsterdam só foi concebida em 1653, sob a direção da WIC, que estabeleceu que deveria ser um “banco de justiça formado tanto quanto possível sobre as leis desta cidade [Amsterdam]”<sup>257</sup>. Assim, Nieu Amsterdam ganhou sua corte, com direito a burgomestres e escabinos, moldada a partir do sistema judicial específico de Amsterdam.

O banco de escabinos de Beverwijck se formou ao final de uma disputa entre Petrus Stuyvesant, diretor de Nieu Nederland, e Brant van Slichtenhorst, diretor de Rensselaerswijck. Em 10 de abril de 1652, Stuyvesant determinou que uma área de 3000 pés ao redor do Forte Orange estaria sob a jurisdição da WIC, e nesta área encontrava-se a vila de Beverwijck. Assim, a área deixou de submeter-se a jurisdição da Câmara de Manhattan e novos Conselhos surgiram.

O pequeno banco de justiça de Beverwijck foi fundado para funcionar como centro do governo local, tendo responsabilidades legislativas, executivas e judiciais. As sessões ordinárias, em que a população podia ser ouvida e apresentar suas queixas, reclamações e pedidos, eram feitas as terças-feiras. As minutas e relatórios da corte de Beverwijck sobreviveram aos maltratos do tempo e são delas as principais fontes utilizadas nesta parte deste trabalho.

De acordo com Martha Shattuck,

Essa era a forma habitual e aceita de governo para os holandeses. Também estava muito disponível. Todos, homens e mulheres, servos e escravos, estrangeiros e índios, tinham acesso ao tribunal em suas sessões semanais. Além disso, poderiam ser convocadas sessões extraordinárias pelos cidadãos a qualquer momento. De requerimentos por terra e reclamações sobre o comportamento de um vizinho a processos por dívidas e difamação, o tribunal era o fórum para as preocupações econômicas, políticas e sociais da comunidade.<sup>258</sup>

---

<sup>257</sup> NELSON, William. **Common law in colonial America**: volume II: the middle colonies and the Carolinas. New York: Oxford University Press, 2013, p. 11.

<sup>258</sup> SHATTUCK, 1996, p. 60. “A civil society, court and community in new Netherland. p. 8. This was the customary and accepted form of government for the Dutch. It was also very available. Everyone, men and women, servants and slaves, foreigners and Indians, had access to the court at its weekly sessions. Moreover, it could be called into extraordinary sessions by the citizens at any time. From requests for land and complaints about a neighbor's behavior to suits for debt and defamation, the court was the forum for the community's economic, political, and social concerns”. Tradução nossa.

As minutas da corte se iniciam em 15 de abril de 1652, apenas alguns dias após a decisão do governador Stuyvesant. Na primeira entrada do livro consta uma descrição:

procedimentos da corte inferior de justiça erguida e estabelecida em Forte Orange por ordem de Exmo. Petrus Stuyvesant e do Exmo. Conselho da New Netherland, de acordo com as instruções e o juramento feito em 10 de abril de 1652, e o pedido dos burgueses do referido Forte e de Beverwijck, situados dentro dos limites estabelecidos.<sup>259</sup>

Assim, sabe-se que dentro do período de cinco dias da decisão de Stuyvesant, a pequena corte de Beverwijck já havia sido estabelecida e começava a funcionar. A rapidez com que isso foi feito demonstra a importância que a corte municipal tinha para a comunidade do local, já que se tratava do centro de onde emanava o governo e a justiça.

Na primeira sessão da corte, estavam presentes quatro escabinos ou magistrados. Na semana seguinte, começaram a participar das sessões outros três membros, totalizando sete magistrados. O número de escabinos presentes nas sessões é bastante variável, havendo entradas com 4, 5, 6 ou 7 assinaturas.

A forma como os escabinos eram escolhidos difere da prevista nos regulamentos, no entanto. Não é o escolteto que escolhe os magistrados, mas é apresentada uma lista dupla, fornecida pelos próprios magistrados já atuantes e desta são escolhidos, pelo Alto Governo, os novos escabinos. Essa discrepância já é indício de que havia certo grau de autonomia na administração institucional e judicial da colônia, com maior peso sendo dado aos costumes locais e à efetividade do direito do que aos textos legais, como também ocorria em boa parte da Europa neste período, à baila do *ius commune*.

Não há registro da primeira escolha, e acredita-se que talvez essa primeira eleição tenha de fato sido feita pelo escolteto e confirmada pelo Alto Governo. Em 1654, passados dois anos de sua fundação, novos magistrados devem ser escolhidos e o processo é registrado:

como em 8 de abril próximo três dos magistrados estarão em serviço consecutivo por dois anos e o prazo que eles concordaram em servir, portanto, expirará e o tempo chegará para outros tomarem seus lugares,

---

<sup>259</sup> FORT ORANGE COURT MINUTES, 1652-1660 (Adiante: FOCM). New York: Syracuse University Press, 1990, p. 3.

temos abaixo um número duplo de cinco pessoas, das quais três devem ser escolhidas por nossas honras para preencher as vagas.<sup>260</sup>

Um número de nomes duplo ao de vagas ofertadas era entregue ao Alto Governo, que escolhia então os escabinos a tomarem posse na corte. No caso em questão, no entanto, o número duplo está incompleto, já que tratavam-se de três vagas e apenas cinco nomes foram entregues ao Alto Governo.

Em 9 de maio de 1655 temos situação semelhante, em que um novo escabino é escolhido e nomeado pelo Alto Governo da colônia. Nas atas consta seu juramento:

Eu, Volckart Jansz, escolhido pelo ilustre Alto Conselho de New Netherland, para preencher o lugar que se tornou vago, prometo e juro que, como bom e fiel magistrado, devo, tanto quanto é do meu conhecimento, ajudar este honroso tribunal a administrar a lei e o justiça, conforme necessário. Então realmente me ajude o Deus todo-poderoso.

Em 24 de agosto de 1655, mais magistrados prestam o juramento, desta vez com algumas modificações:

Nós, abaixo assinados, na qualidade de magistrados escolhidos do tribunal de justiça de Fort Orange e Beverwijck, prometemos e juramos que, juntamente com nossos colegas magistrados, ajudaremos a administrar a lei e a justiça entre homem e o homem e, de acordo com nosso melhor conhecimento e habilidade, ajudar a manter e executar o mesmo; também, em todos os aspectos, conduzir-nos leal e fielmente aos honoráveis Estados Gerais dos Países Baixos Unidos, aos honrados diretores e patronos da Província de New Netherland e ao honroso General e Conselho que residem em Nova Amsterdã. Então verdadeiramente nos ajude Deus todo-poderoso.<sup>261</sup>

Neste último, ficam mais evidentes os laços da corte com os Estados Gerais e as Províncias Unidas, e também vale ressaltar que Nieu Nederlandt é chamada de província, sendo assim quase que incorporada à pátria-mãe.

---

<sup>260</sup> FOCM, p. 109. “as on the 8th of april next three of the magistrates will have been in consecutive service for two years and the term which they agreed to serve will therefore expire and the time arrive for others to take their places, we have bellow nominated a double number of five persons, from whom three are to be chosen by our honors to fill the vacancies”. Tradução nossa.

<sup>261</sup> FOCM, p. 206. “we, the undersigned, in the capacity of chosen magistrates of the bench of justice of fort orange and beverwijck, promise and swear hereby that together with our fellow magistrates we shall help to administer the law and justice between man and man and according to the best of our knowledge and ability help to maintain and execute the same; also in all respects to conduct ourselves loyally and faithfully toward the honorable states general of the United Netherlands, the honorable directors and patrons of thsi New Netherland Province, and the honorable general and council residing in New Amsterdam. So truly help us God almighty”. Tradução nossa.



É importante ressaltar que a recém formada corte de Beverwijck enfrentou algumas situações ao firmar sua jurisdição. A pequena corte estava próxima de outras vilas, que também contavam com cortes, como a de Rensselaerswijck, importante patronato nas redondezas. Em março de 1654, os magistrados da corte de Beverwijck expõem um conflito de jurisdição e afirmam que muitos moradores que, em teoria, deveriam se reportar a eles acabavam utilizando como argumento que esta corte não tinha jurisdição sobre eles, já que haviam feito juramentos ao patrono de Rensselaerswijck.

Pedem os magistrados de Beverwijck que a corte da outra vila mude de localidade, sendo ordenada a manter seu tribunal dentro dos limites estabelecidos e que todos aqueles que residem na área que cabe a sua jurisdição, não importante juramentos ao patrono vizinho, possam ser ordenados a pleitear seus casos ali:

solicitando, portanto, que seja ordenado e decretado que todas as pessoas que residam nesta jurisdição possam (salvo o direito de apelação) ser convocadas somente perante este tribunal de justiça, sem considerar as pessoas. E mesmo que aqueles da colônia julgam de outra maneira, que todos, ou aqueles que fizeram o juramento ao patrono, que presentemente residem nesta jurisdição e que pretendem aqui permanecer, podem ser ordenados, sempre que a ocasião exigir, a pleitear suas causas perante este banco para que sejam julgadas aqui, depois de serem legalmente citados ou convocados para aparecer, se for necessário. Que o mesmo, quando residente nesta jurisdição, também pode ser obrigado a fazer o juramento burguês comum, ou em caso de recusa, ser ordenado a partir, uma vez que sem ele não podem ser julgados havendo desacordo.<sup>262</sup>

Em 1664 havia um total de 17 pequenas cortes de justiça em Nieu Nederland. Essas cortes deveriam aplicar rotineiramente o direito e os costumes holandeses, normalmente os da província da Holanda. O direito a ser aplicado pelas cortes foi determinado nos regulamentos da Companhia das Índias Ocidentais e nas próprias Liberdades e Isenções e não muda em relação aos regulamentos anteriores - menciona-se especificamente os regulamentos holandeses a serem utilizados, que são compilações de direito de 1582, das províncias da Holanda e da Frísia. As

---

<sup>262</sup> FOCM, p. 107. "requesting therefore that it may be ordered and decreed that all persons residing in this jurisdiction may (saving the right of appeal) be summoned only before this bench of justice, without regards of persons. And whereas those of the colony judge otherwise, that all, or such as have taken the oath to the patron, who at present reside in this jurisdiction and who intend to remain there, may be ordered, whenever the occasion may require it, to plead their causes before this bench and to stand trial here, after being legally cited or otherwise summoned to appear, if need be. That the same, when residing in this jurisdiction, may also be bound to take the common burgher oath, or in case of refusal be ordered to depart, since without it they cannot be deemed or adjudged otherwise than in contempt". Tradução nossa.



Ordenanças holandesas em questão são a Ordenança em respeito a Justiça nas cidades e no campo da Holanda e a Ordenança Política da Holanda, ambas de 1580.

Em um dos documentos consultados, há notícias de que um dos patronos mandou vir da Holanda exemplares de três livros de direito holandês, sendo um especificamente sobre o direito criminal e um sobre o direito civil. Também há notícia do envio dos principais regulamentos holandeses a serem aplicados sendo enviados já nos primeiros navios que navegaram para Nieu Nederland.

Muitos magistrados e outros oficiais das cortes eram treinados em direito holandês, e pelo menos dois possuíam doutorados em direito de universidades holandesas e muitos outros haviam praticado direito na pátria mãe. “Assim, não é surpreendente que as cortes locais da colônia demonstrassem considerável expertise em direito holandês, citando passagens específicas, por exemplo, de ordenanças de Amsterdam, as antigas cartas de concessão da cidade”<sup>263</sup>. Adriaen van der Donck, tendo se formado na Universidade de Leiden, tanto em direito civil quanto em direito canônico, ocupou o cargo de escolteto em Rensselaerswijck, em que pese seu comportamento não tenha agradado seu patrono<sup>264</sup>.

Todavia, nos documentos analisados percebe-se que o direito e os costumes da terra mãe não são muito citados de forma expressa no decorrer dos julgamentos e outras decisões quotidianas da corte, muito embora isso não signifique necessariamente que não eram utilizados para as decisões.

Há uma situação específica, no entanto, em que os costumes holandeses são citados de forma bastante direta na resolução de um caso, que trata da compra e venda de uma casa. Acontece que o vendedor, Merten Herpertsz, açougueiro, tinha muitas dívidas e sua casa acabou sendo vendida pela corte, de forma a assegurar o pagamento de alguns de seus débitos. Ao mesmo tempo, ele alugou a casa para Monsieur Hulter, que gostaria de ali permanecer de acordo com os termos do contrato que firmou.

---

<sup>263</sup> NELSON, 2013, p. 11. “Hence it is not surprising that the colony’s local courts displayed considerable expertise in Dutch Law, citing to specific pages, for example, in the ordinances of Amsterdam, the ancient charters of Amsterdam, and Gerard Rooseboom’s *Recueil van Verschiedene Keuren on Costumen der Stadt Amsterdam*”. Tradução nossa.

<sup>264</sup> CARTA de Killian van Rensselaer para Adriaen van der Donck, 1643. Van Rensselaer Bowier Manuscripts: being the letters of Kiliaen van Rensselaer, 1630-1643, and other documents relating to the colony of Rensselaerswijck. Albany: University of the state of New York, 1908, p. 630.

Durante a discussão do caso, os magistrados citam frequentemente os costumes da terra mãe (*fatherland* em inglês, *vaderland* em holandês), o que nos mostra que tinham real conhecimento do direito e jurisprudência holandeses e de como aplicá-los:

que a venda, tendo sido feita pelo tribunal, necessariamente quebra o contrato de aluguel, pois ele não tinha o direito de concedê-lo. É a regra aceita que em tais casos a venda quebra o contrato de aluguel, de acordo com o costume da pátria e que, embora isso não seja estipulado nos termos do contrato de arrendamento, o contrato de arrendamento se torna vazio de si mesmo, (...). Na pátria mãe, a entrega ocorre no pagamento do primeiro termo, sendo o dia em que as locações de casas geralmente começam. Ninguém pode alugar sua propriedade imobiliária por um ano ou um dia quando seus negócios estão em condições precárias e cujos credores já asseguraram vários julgamentos contra ele. Pois na pátria todos os arrendamentos em tais casos são anulados quando o primeiro pagamento é feito.<sup>265</sup>

Da mesma forma como ocorre com este caso específico, de forma geral, o teor das decisões acaba por ser também bastante contratual. Muitas são as menções aos contratos ou acordos feitos entre as partes e poucas as menções a legislações. Isso faz parte da lógica jurídica do antigo Regime, voltada para resolução dos casos particulares.

Muito embora haja evidência concreta da utilização dos regulamentos e ordenanças holandeses, acredita-se que estes passavam por um filtro, em um processo bastante comum nas transferências jurídicas. Esse direito de origem holandesa passava por um processo de adaptação ao novo território, adequando-se as particularidades locais da colônia, bastante diferentes daquelas da República. O direito holandês era aplicado, ainda que precisasse se alargar para compreender e regular situações que por lá não ocorriam – como, a título de exemplo, a convivência com os indígenas, a dificuldade de se controlar os casamentos e vida muito mais rural do que na efervescente comunidade comercial holandesa.

Para além das cortes locais, haviam órgãos que eram hierarquicamente superiores. O Alto Governo da colônia era formado por um diretor-geral ou

---

<sup>265</sup> FOCM, p. 98/100. “that the sale, having been made by the court, necessarily breaks the lease, as he had no right to grant it. I being accepted rule in such cases that the sale breaks the lease, according to the custom of the fatherland and that although this is not stipulated in the terms of the lease, the lease becomes void of itself, (...). In the fatherland delivery takes place on payment of the first term, being the day on which the leases of houses usually begin. No one may lease his real estate for a year or a day whose affairs are in shaky condition and whose creditors have already secured several judgements against him. For in the fatherland all leases in such cases are void when the first payment is made”. Tradução nossa.

governador e um Conselho Político formado por 3 pessoas, sendo todos os 4 escolhidos pela Companhia das Índias. Trata-se de uma maneira da metrópole de manter o poder e o controle sobre a colônia.

Em que pese os maiores esforços para a colonização e organização de Nieu Nederlant, sua população não cresceu como gostariam os holandeses. Para George Smith uma das razões para isso seria que a queda do embargo não atraiu fazendeiros e colonistas, e sim grandes mercadores privados que buscavam lucro rápido com o comércio de peles com as populações indígenas.

Em meados de 1634 uma disputa entre os patronos e a WIC cresceu. Sua primeira menção é uma pequena resolução dos Estados Gerais, acerca de como lidar com as dificuldades entre a Companhia e os patronos. Ali, consta que “algumas diferenças surgiram entre os diretores da Companhia das Indias Ocidentais, por um lado, e os patronos de New Netherland de outro”<sup>266</sup>. Nessa resolução, os Estados Gerais determinam que se forme uma junta de comissários, perante a qual as duas partes possam apresentar suas queixas, de forma que o julgamento possa ser feito com equidade, dando-se o julgamento por pluralidade de votos.

Em seguida, há documentos fixando datas para audiências com os patronos e petições dos patronos, bem como as respostas oferecidas pela WIC. A primeira e principal reivindicação dos patronos é a aplicação e manutenção das Liberdades e Isenções que lhes foram prometidas e garantidas, que, segundo eles, “deveriam ser mantidas como um contrato mútuo, vinculativo de ambos os lados”<sup>267</sup>. Além do mais, argumentam que “as Liberdades e Isenções são permanentes para todas as partes, sem que a Companhia tenha o poder de infringi-las ou restringi-las em prejuízo dos patronos”<sup>268</sup>.

Os patronos se queixam de diversos pretensos abusos perpetrados pela Companhia, que revogava certos privilégios concedidos pelas Liberdades e Isenções como bem entendia. Reivindicam direito ao comércio nos termos dos

---

<sup>266</sup> RESOLUTION OF THE STATES GENERAL on the Difficulties between the Company and the Patroons. NYCD, p. 69. “some differences have arisen between the Directors of the West India Company, on the one part, and the patroons, planters in New Netherland, on the other side”. Tradução nossa.

<sup>267</sup> PRETENSION AND CLAIM of the patroons of new Netherland, delivered to their mightinesses’ deputies on the 16th of June, 1634, against the Directors the Incorporated West India Company. NYCD, p. 86. “are to be holden as a mutual contract, binding on both sides”. Tradução nossa.

<sup>268</sup> PRETENSION AND CLAIM... NYCD, p. 86. “That the Freedoms and Exemptions, are permanente for all partners, without the Company having the power to infringe or restrict them, to the prejudice of the patroons”. Tradução nossa.

regulamentos, à terra, à lugares nos navios que vão em direção a pátria e pedem que o direito de apelar para o Alto Governo da colônia não influencie sua jurisdição e outros privilégios, e que a Companhia não possa fixar nos patronatos regulamentos contrários as liberdades garantidas pelo contrato inicial<sup>269</sup>.

As disputas continuam e, em 1638, a WIC discutia se o sistema dos patronatos havia dado os resultados esperados. Argumentava-se que a carta de concessão de Liberdades e Isenções não havia possibilitado o crescimento da população de Nieu Nederland, nem tampouco a tornado rentável:

As populações de New Netherland não apenas não aumentaram como deveria ter sido mas, negligenciadas pela WIC, estão diminuindo e parecem estar sendo negligenciadas pela Companhia das Índias Ocidentais, de forma que os habitantes de principados e potestados estrangeiros estão se aventurando em conquistar New Netherland, e se não for cuidada como necessita, irão tomá-la integralmente.<sup>270</sup>

Com a Inglaterra os encurralando pela Virgínia e New England, os Estados Gerais decidiram novamente preservar os limites de Nieu Nederland, e proporcionar melhores condições para a população. Para isso, os diretores da WIC propuseram, em 1638, o fim do monopólio de comércio com os indígenas. Isso foi feito em uma carta da Câmara de Amsterdam apresentou aos Estados Gerais uma carta, que continha 13 artigos, sobre os mais variados assuntos. Diz o artigo 9:

Os habitantes de lá poderão, para si mesmos ou outros que por eles sejam instruídos ou comissionados, construir todos os tipos de instrumentos, sejam grandes ou pequenos, e com os mesmos, e não outros, navegar todos os rios e perseguir seu direito legal ao comércio e escambo, além do comércio ao longo da costa, da Flórida ate Newfoundland.<sup>271</sup>

Ainda assim o sistema não prosperou como esperado e as disputas entre a Companhia e os patronos continuaram. Por esse motivo, os Estados Gerais

---

<sup>269</sup> PRETENSION AND CLAIM... NYCD, p. 87.

<sup>270</sup> RESOLUTION OF THE STATES GENERAL urging the colonization of New Netherland. NYCD, p. 106. "the populations in New Netherland does not only not increase as it ough but even (...) the population which had been committed is decreasing and appears to be neglected by the West Inida Company, so that the inhabitants of foreign princes and potentates, are endeavoring to incorporate New Netherland, and if not seasonably attended to, will at once entirely overrun it". Tradução nossa.

<sup>271</sup> ARTICLES PROPOSED BY THE WIC for the colonization and trade of New Netherland. NYCD, p. 112. "The inhabitants there may, for themselves, or such others as shall instruct or commision them, build all descriptions of craft, either large or small, and with the same and no others navigate all rivers, and prosecute their lawful trade and barter, besides trade therein along the coast, from Florida to Newfoundland". Tradução nossa.

buscaram um acordo final entre a Companhia e os patronos: um regulamento inteiramente novo, a Carta de Liberdades e Isenções de 1640, que foi redigida e aprovada pelas duas facções, e promulgada em 19 de julho de 1640<sup>272</sup>.

De acordo com este novo regulamento, tinha o direito de desembarcar em Nieu Nederland qualquer um que pudesse garantir seu cultivo imediato. *Patroonships* menores (estendendo-se uma milha holandesa ao longo de um rio navegável, ou duas milhas em direção à terra) estavam disponíveis para qualquer patrono que trouxesse cinco pessoas com mais de quinze anos para a colônia. Também colonos individuais poderiam obter pequenas parcelas de terra adequadas para uma fazenda da família. A única condição imposta era que os colonos fizessem juramentos de lealdade à Companhia Holandesa das Índias Ocidentais e aos Estados Gerais.

Como consequência dessa política de colonização mais aberta e amigável, além das muitas famílias que emigraram da Holanda para a colônia, um grande número de pessoas da Nova Inglaterra e da Virgínia se mudaram para lá e fizeram os juramentos de lealdade exigidos.

Neste regulamento, a WIC reserva para si alguns direitos, como o de cunhagem de moedas, construção de estradas e fortes, declaração de guerra e paz, fundação de cidades, vilas e igrejas. A Companhia também deixa expresso que mantém para si “suprema autoridade, soberania e supremacia”, bem como o direito de interpretar qualquer ponto obscuro que possa restar do regulamento, mas de forma a não alterar o que já havia sido prometido aos patronos em questão de alta, média e baixa jurisdições<sup>273</sup>.

O novo regulamento não traz grandes mudanças quanto a organização institucional e administração da justiça e do direito na colônia, mantendo a mesma estrutura já determinada em 1629: fica determinado que o Alto Governo deverá ser formado por um governador e conselheiros. Sua função fica determinada em linhas gerais pelo regulamento: “que Governador e Conselheiros, que são agora, ou podem ser daqui por diante, nomeados pela Companhia, tomarão conhecimento, em primeira instância, de assuntos relativos à liberdade, supremacia, domínio, finanças e direitos da Companhia Geral da Índia Ocidental; (...)”<sup>274</sup>.

---

<sup>272</sup> PROPOSED FREEDOMS AND EXEMPTIONS for New Netherland, 1640. In: NYCD, p. 119.

<sup>273</sup> PROPOSED..., 1640, p. 120.

<sup>274</sup> PROPOSED..., 1640, p. 120.

Em 1646, na época da comissão de Petrus Stuyvesant como diretor-geral, a Companhia das Índias Ocidentais havia firmado o governo colonial em três pessoas, o diretor como presidente, seu vice e o fiscal:

o governo supremo nos países da Nova Holanda deve consistir de três pessoas, a saber: o diretor como presidente, seu vice e o fiscal, por quem questões relativas à polícia, justiça, milícia, dignidade e direitos da Empresa devem ser tratadas e decididas, porém, sendo cada um obrigado a reivindicar sua própria comissão. Com este entendimento, no entanto, que em todos os casos em que o advogado fiscal for obrigado a processar, civil ou criminalmente, para a preservação do direito do governo supremo da Companhia, o comando militar deve ter seu lugar, e em casos criminais, duas pessoas competentes do Estado devem, além disso, ser admitidas do distrito ou da colônia onde o crime ou a ação foi cometida.<sup>275</sup>

Fica também claro que quando o fiscal, que estava encarregado das finanças, além de ser o promotor público, encontrava-se processando um caso, o comando militar tomava seu lugar e, em casos criminais, duas pessoas dos distritos onde o crime foi cometido se juntavam ao Conselho<sup>276</sup>.

Em que pese a grande presença das cortes locais na administração e organização da colônia, alguns poderes permaneceram com o diretor-geral e o Conselho. A eles cabia o direito de “promulgar quaisquer ordenanças ou editar interditos particulares, especialmente aqueles que tendam para a Glória de Deus, o melhor interesse de seus habitantes ou irão evitar mais pecados e mais crimes e corrigir propriamente os transgressores.”<sup>277</sup>

As segundas Liberdades e Isenções também estabeleceram uma segunda instância de julgamento, para apelações. Assim, o diretor-geral e o Conselho também atuavam como tribunal de apelação, um tribunal substituto e como um

---

<sup>275</sup> INSTRUCTION TO THE DIRECTOR GENERAL and Council of New Netherland. NYCD, p. 160. “the supreme government in the countries of New Netherland, shall consist of three persons, namely: the director as president, his vice and the fiscal, by whom occurring matters appertaining to the police, justice, militia, dignity and rights of the Company, shall be treated and decided, each, nevertheless, being bound to vindicate his own commission. Whith this understanding, however, that in all cases wherein the Advocate fiscal shall be bound to prosecute, whether civilly or criminally, for the preservation of the right of the supreme government of the Company, the military command shall succeed to his place, and in criminal cases, two capable persons from the Commonalty shall, moreover, be joined from the district or colonie where the crime or deed was committed”. Tradução nossa.

<sup>276</sup> INSTRUCTION TO THE DIRECTOR GENERAL... NYCD, p. 160.

<sup>277</sup> NELSON, 2013, p. 9. “any ordinances or issue particular interdicts, especially those which tend to the glory of God, the best interest of the inhabitants, or will prevent more sins and crimes, and properly correct transgressors”. Tradução nossa.



tribunal do Almirantado. Casos poderiam ser apelados dos tribunais inferiores para o Conselho e não havia recurso de suas decisões, que eram finais<sup>278</sup>.

A apelação deveria ser feita para o governador e seu Conselho em casos que superassem as 100 guildas, casos criminais e que envolvessem infâmia:

de todos os julgamentos definitivos pronunciados pelas cortes de patronos ou colonistas, para quantias superiores a 100 guildas ou para casos que envolvam infâmia, e também para todas as sentenças pronunciadas em matérias criminais em acusação ordinária, de acordo com o costume deste país uma apelação poderá ser feita para o governador e Conselho da Companhia em New Netherland.<sup>279</sup>

Quanto a possibilidade de apelação ao Conselho, há diversos exemplos nas minutas da corte. Joachim de Backer, padeiro, acusado e condenado por bater em um indígena, apela no final de seu julgamento. Logo após sua sentença consta: “O oficial protesta acerca da recusa de se manter a justiça, o que pode levar a ruína do país, e por meio deste apela ao diretor e ao Conselho de New Netherland. Ato em Fort Orange, na presença dos magistrados, em 8 de fevereiro de 1658”<sup>280</sup>.

Outro exemplo data do dia 30 de novembro de 1655:

Johan Deckere, comissário e oficial aqui, aparece e declara que está apelando da sentença acima, pronunciada contra Jacob Hap, ao honroso diretor-geral e Conselho da Nova Holanda, informando que ele apresentará suas queixas e processará sua apelação naquele país. como ele achar adequado.<sup>281</sup>

Quanto as ordenanças acima mencionadas, eram analisadas e aprovadas pelos magistrados da corte, em que pese serem sempre provenientes de instâncias mais altas do governo, o que reforça o papel nuclear das cortes locais no governo da

---

<sup>278</sup> SHATTUCK, 1993, p. 44-45.

<sup>279</sup> PROPOSED FREEDOMS... 1640. NYCD, p. 119. “From all definitive judgments pronounced by the Courts of the Patroons or Colonists, for an amount exceeding one hundred guilders, or from such as entail infamy, also from all sentences pronounced in matters criminal, on ordinary prosecution, conformable to the custom of this country, an appeal shall lie to the Governor and Council of the Company in New Netherland.” Tradução nossa.

<sup>280</sup> FOCM, p. 352. “The officer protests about the refusal to maintain justice, tending to the ruino f the country and hereby appeals to the diretor and council of New Netherland. Actum in Fort Orange, in the presence of the magistrates, the 8th of February 1658”. Tradução nossa.

<sup>281</sup> FOCM, p. 209. “Johan Deckere, commissary and officer here, appears and declares that he is appealing the above sentence pronounced against Jacob Hap to the honorable director general ans council of New Netherland, serving notice that he will submit his grievances and prosecute his appeal there and in such was as he shall see fit”. Tradução nossa.



colônia. Em 3 de dezembro de 1652 há o exemplo desta outra função dos magistrados e das pequenas cortes, a de aprovar – ou não – e, se for o caso, fixar ordenanças redigidas pelo Alto Governo:

Recebida uma carta do Exmo. General Petrus Stuyvesant, datada de 26 de novembro de 1652, e com ela duas ordenanças, uma das quais proibindo o uso de grãos na fabricação de cerveja, é unanimemente aprovada por todos os magistrados para publicação e para publicação. Quanto à outra, em relação ao imposto para empregados de bares, o Exmo. Rutger Jacopsz e Volckert Jansz declaram-se pessoalmente a favor de uma comunicação posterior (com o diretor-geral), uma vez que têm objeções à sua publicação e fixação.<sup>282</sup>

Esta não foi a única ocasião em que os magistrados questionaram a aplicabilidade de uma ordenação advinda do Alto Governo. Em 15 de fevereiro de 1656, a corte recebeu três ordenações do diretor-geral Stuyvesant e seu Alto Conselho. Enquanto que duas que tratavam de habitações e do comércio de peles foram publicadas, a terceira, que tratava do imposto pelo abate de gado, porcos, ovelhas e cabras, foi considerada inaconselhável. Em sua argumentação, os magistrados levam em conta questões locais, que muitas vezes são ignoradas pelas instâncias mais altas do governo, e afirmam que “por causa do gasto excessivo que a comunidade teve para consertar o forte, o castelo e outras obras e em resgatar os prisioneiros, isso só causaria queixa, oposição e fricção, o que na primeira oportunidade quando o rio estiver aberto será submetido e trazido a atenção do acima mencionado Exmo. General e Alto Conselho”<sup>283</sup>.

Algumas petições e decisões mencionam as ordenações e outras formas de regulamento, mas essa não era a regra, sendo que em boa parte das decisões acredita-se que os magistrados utilizavam os costumes locais, que sem dúvidas tinham grandes influências batavas, já que os magistrados eram todos holandeses,

---

<sup>282</sup> FOCM, p. 32. “Received a letter from the Hon. General Petrus stuyvesant, dated the 26th of november 1652, and with it two ordinances, one of which prohibiting the use of grain in brewing, is unanimously approved by all the magistrates for publication and for being posted. As to the other, regarding the tapsters' excise, the Hon. Rutger Jacopsz and Volckert Jansz declare themselves personally in faor of further communication (with the director general), as they have objections to its being published and posted”. Tradução nossa.

<sup>283</sup> FOCM, p. 224/225. “on account of the excessive expense to which the community is put in repairing the fort, the blockhouse and other works thereabout, and in ransoming the prisoners, it would only cause complaint, apposition and friction, which at the first appportunity when the river is open will be submitted and brought to the attention of the aforesaid Hon. General and High Council”. Tradução nossa.

educados no sistema jurídico holandês e tinham ordens expressas para aplicar o direito da metrópole.

Ainda assim, as ordenações são mencionadas e por vezes utilizadas, tanto pela população quanto pelos membros da corte, o que leva a crer que eram também de conhecimento da comunidade.

As ordenações mais utilizadas pelos magistrados e população em suas argumentações na corte são, no entanto, ordenações feitas pelo Alto Governo da colônia ou quadro diretor da WIC e fixadas pela corte local, sendo que praticamente não foram encontradas menções diretas aos regulamentos responsáveis pela organização da colônia, como a ordem de governo de 1629 e as Liberdades e Isenções. Acredita-se que as primeiras não chegaram a ser de fato utilizadas na colônia norte-americana e que as segundas eram utilizadas apenas pelos patronos, quando buscavam manter seus privilégios, em instâncias mais altas de justiça. A população que buscava seus direitos nas sessões da corte local utilizava mais das ordenanças emitidas sobre assuntos corriqueiros, como a fabricação de cerveja e de pão, o comércio das peles de castores e o trato com os índios.

Como exemplo de menção as ordenações, temos o caso de Jan Teunissen, que vendeu bebida alcoólica para os indígenas em violação direta a ordenação sobre o assunto, de 6 de outubro de 1652, tendo sido condenado pela corte em 22 de dezembro de 1658:

Considerando que Jan Teunissen, em violação da ordenança emitida pelo honorável diretor-geral e Conselho e publicada aqui, se aventurou a 30 de dezembro de 1657 para vender conhaque aos índios ou nativos deste país, como se pode ver pelo testemunho de três irrepreensíveis testemunhas sob juramento e por sua própria confissão voluntária; portanto, tendo visto a conclusão do oficial solicitando a execução da ordenança e a resposta da parte à conclusão supracitada, tendo devidamente considerado a questão e recorrido a Deus, consideramos esta, por meio de uma pluralidade de votos, uma questão de consequências perigosas que não podem ser toleradas em um lugar onde a justiça é mantida. Portanto, fazendo justiça na questão da conclusão do dito oficial, condenamos o referido Jan Teunissen, como o condenamos neste ato de acordo com a ordenação publicada em 6 de outubro de 1656, a pagar uma multa de quinhentos florins e as custas do julgamento e, além disso, a ser banido do país pelo período de três anos.<sup>284</sup>

---

<sup>284</sup> FOCM, p. 349/350. “whereas Jan Teunissen, in violation of the ordinance issued by the honorable director general and council and published here, has on the 30th of december 1657 ventured to sell brandy to the indians or natives of this country, as appears by the testimony of three irreproachable and sworn witnesses and by his own voluntary confession; therefore, we, having seen the conclusion of the officer, requesting enforcement of the ordinance, and the answer of the party to the aforesaid conclusion, having duly considered the matter and called upon God, have by a plurality of votes deemed this to be a matter of dangerous consequence, which cannot be tolerated in a place where

Também na condenação de Fransz Gabrielsz van Delft, temos um bom exemplo do processo da época. A intimação de testemunhas a leitura da sentença para o acusado, a possibilidade do pagamento de fiança e de apelar são mencionadas, ocorrendo todas “de acordo com o processo legal”:

tendo examinado e considerado cuidadosamente a queixa escrita e a demanda apresentada pelo presidente Arent Cornelisz Vogel em sua capacidade oficial contra o delinquente, atualmente detido em custódia por conta dos crimes cometidos por ele, e também lidas as provas contra ele, foi resolvido convocar as testemunhas para confirmar seu testemunho por juramento. Tendo isso sido feito, em conformidade com o processo legal, decidiu-se leva-lo ao local de justiça, a ser exposto ao público (desprezo). No entanto, antes de a sentença ser lida para ele, o infrator foi informado de que tinha a liberdade de apelar, sob a condição de pagar a fiança pelo cumprimento da sentença.<sup>285</sup>

Há, no entanto, algumas exceções. Em uma situação específica, o réu, Jacob Janssen Stolle, se defende da exigência do pagamento de um imposto pelo abatimento de animais. Seu argumento é que os moradores de sua vila, Esopus, são isentos desse imposto ainda pela duração de quatro anos, “de acordo com as Isenções de New Netherland”. Em resposta, a corte se pronuncia: “29 de Janeiro, 1658. A Corte remete a questão ao diretor-geral e ao Conselho de New Netherland”<sup>286</sup>.

Esse caso, além de demonstrar a remessa do caso pelos magistrados aos que eles consideravam mais aptos para julgá-lo, atitude que se repete por diversas vezes durante os anos e funcionamento da corte de Beverwijck, exemplifica também o argumento anterior de que nas poucas vezes em que as Liberdades e Isenções são citadas: somente foram usadas neste caso devido ao teor do contrato entre patronos e a Companhia, em que estava prevista a isenção de impostos por determinado período, de forma a incentivar a ida de mais holandeses a colônia.

---

justice is maintained. Therefore, doing justice in the matter of the conclusion of the said officer, we condemn the aforesaid Jan Teunissen, as we condemn him hereby according to the ordinance published on the 6th of october 1656, to pay a fine of five hundred guilders and the costs of the trial and furthermore to be banished from thos country for the period of three years”. Tradução nossa.

<sup>285</sup> FOCM, p. 28. “having examined and carefully considered the written complaint and demand presented by the president in his official capacity against the delinquent, Cornelis Vogel, at present held in custody on account of the crimes committed by him, and also read the evidence against him, it was resolved to summon the witnesses to confirme their testimony by oath. Which being done, it was in accordance with legal procedure decided to have him brought to the place of justice, to be exposed to public (scorn). However, before the sentence was read to him, the delinquent was informed that he was free to appeal, on condition of giving bail for the carrying out the sentence”. Tradução nossa.

<sup>286</sup> FOCM, p. 351/352.

Como o réu acreditava estar tendo esse seu direito original cerceado, buscou argumentar com o regulamento que o colocava inicialmente.

Mas, como mencionado acima, poucos são os casos em que direitos advindos das Liberdades e Isenções entram em discussão nas cortes. As cortes de escabinos, no entanto, borbulhavam com todos os assuntos que refletiam diretamente da vida em comunidade na colônia, fossem civis ou criminais. À exceção dos temas que, em linhas gerais, abrangessem soberania e guerra – guardados pela Companhia para si mesma e para o Alto Governo – todos os demais temas eram parte da jurisdição das pequenas cortes de justiça, formadas pelos patronos em suas propriedades.

Nas minutas e atas que restaram das reuniões e decisões da corte de Beverwijck ficam evidentes as principais preocupações dos moradores da importante vila: aquisição e venda de terras, imóveis e bens, obtenção de permissão para casamentos, punição dos culpados por pequenos delitos, cobrança de dívidas, padronização de preços e cobrança de impostos.

Pelo grande escopo de sua atuação, essas cortes locais assumiram uma função essencial na organização institucional de Nieu Nederlant, tornando-se o núcleo do sistema colonial.

Para Martha Shattuck, o sistema jurídico foi institucionalizado na vida das comunidades, por meio do sistema judiciário e de governo das cortes, que replicava o sistema holandês. Para a historiadora, as cortes locais eram o denominador comum entre as diferentes vilas e cidades de da colônia, sendo responsáveis diretamente pela transmissão da cultura e dos costumes holandeses para a colônia, graças a seu papel essencial e forte presença na vida em comunidade. Nesse sentido, Shattuck afirma que

Em New Netherland, as comunidades diferiam umas das outras, cada uma formada pelas limitações de sua paisagem, sua economia, seu relacionamento com os indígenas que estavam presentes em toda parte, sua maquiagem étnica e pelo jeito com que as pessoas tratavam umas as outras. O único fio comum e inalterável pela colônia era a corte local e o corpo de leis, costumárias e estatutárias, que davam a cada vila uma forma administrativa e judicial similar. As cortes locais atuavam com capacidades executivas, administrativas e judiciais. O Conselho colonial escolhia o oficial presidente da corte e os magistrados de um número duplo de nomes submetidos pelos magistrados em exercício. Essa era a forma de governo costumeira e aceita pelos holandeses. Também era muito disponível. Todos, homens e mulheres, servos e escravos, estrangeiros e indígenas, tinham acesso à corte em suas sessões semanais. Ainda, estas podiam ser transformadas em sessões extraordinárias a pedido dos cidadãos a qualquer momento. De pedidos de terras e reclamações sobre o

comportamento de um vizinho para processos por dívidas e difamação, a corte era o fórum da comunidade, em suas preocupações econômicas, políticas e sociais.<sup>287</sup>

Salta aos olhos, numa primeira análise, a presença feminina nas cortes. Mulheres estavam presentes em praticamente todas as sessões, fosse enquanto réus ou demandantes, e tanto em causa própria quanto representando seus maridos ausentes. Em suas demandas é possível perceber que mulheres podiam ser donas de casas, comandar estabelecimentos e efetuar a compra e venda de seus imóveis.

Femmetie de Baxter, por exemplo, aparece perante a corte em 17 de outubro de 1656 para reconhecer um débito que tinha em favor de Gosen Gerritsen,

que ela promete pagar no mês de abril do ano seguinte de 1657, sob o penhor de todos os seus bens pessoais e reais, presentes e futuros, especialmente sua casa situada na aldeia acima mencionada; submeter-se a todas as leis e juízes para o pagamento integral da mesma quantia; renunciando a todas as leis, estatutos e costumes que foram feitos em favor das mulheres<sup>288</sup>.

Já Sara van Borssum, autorizada pelo seu marido, comparece à corte para oficializar a compra de uma casa. Ela e o vendedor, ambos,

declaram que, em perfeita amizade e amabilidade, eles contrataram e fizeram uma barganha da seguinte maneira; ou seja, Jacob Salomonsen reconhece que ele vendeu para Sara van Borssum, e Sara van Borssum comprou dele, sua casa, lote e jardim, localizados em Albany, às margens do Beverskil; (...) Sara van Borssum promete pagar ao dito Jacob

---

<sup>287</sup> SHATTUCK, 1993, p. 102. "Within New Netherland communities differed from one another, each shaped by restraints of its physical landscape, its economy, its relations with the Indians who were present everywhere, its ethnic makeup, and the way people related to each other.<sup>12</sup> The one common, unalterable thread throughout the colony was the local court and the body of laws, customary and statutory, which gave each village a similar administrative and judicial shape. Local courts acted in administrative, executive, and judicial capacities. The colonial council appointed the presiding officer of the court and chose the magistrates from a double number of names submitted by the sitting magistrates. This was the customary and accepted form of government for the Dutch. It was also very available. Everyone, men and women, servants and slaves, foreigners and Indians, had access to the court at its weekly sessions. Moreover, it could be called into extraordinary sessions by the citizens at any time. From requests for land and complaints about a neighbor's behavior to suits for debt and defamation, the court was the forum for the community's economic, political, and social concerns". Tradução nossa.

<sup>288</sup> Fort Orange Court Records, 1656-1678 (adiante: FOOCR). New York: Syracuse University Press, 2000, p. 5. "which she promises to pay in the month of April of the coming year of 1657, under a pledge of all her estate personal and real, present and future, especially her house situated in the aforementioned village; submitting herself to all laws and justices for the full payment of the same sum; renouncing all laws, statutes and customs which have been made in the favor of the women". Tradução nossa.

Salomonsen ou conforme sua ordem a soma de cinquenta peles de castor boas, inteiras e vendáveis.<sup>289</sup>

Similarmente em 6 de setembro de 1677, Elisabeth Claes compra uma casa e terreno de Pieter Meusse Vrooman. Elisabeth era viúva e recebeu todos os direitos sobre o imóvel, sendo explicitado que tais direitos passariam a seus descendentes:

[o vendedor] sabendo que ele está plenamente satisfeito e pago, o primeiro centavo e o último, e dando *plenam actionem cessam* e poder total para a supracitada Elisabeth Claese, seus herdeiros e descendentes ou aqueles que podem obter seu título e direito, para fazer e dispor do mesmo modo como ela poderia fazer com sua propriedade patrimonial e efeitos; prometendo defender a casa e o lote citados contra cada pessoa, e libertá-la de todos os problemas, reclamações ou acusações, o que é certo, e mais, nunca mais fazer nem permitir que nada seja feito contra a mesma, seja com ou sem lei de qualquer maneira, sob obrigação, conforme previsto, de acordo com a lei.<sup>290</sup>

Em 25 de julho de 1657, Teunis Teunissen Metselaer e Egbeetje Egberts, marido e mulher, vão juntos a corte para fazer uma procuração em nome de um familiar. Ambos assinam o documento<sup>291</sup>.

Os casos acima demonstram que mulheres podiam atuar nas cortes sozinhas e em nome próprio. A grande presença de mulheres na corte já havia sido notada por Martha Shattuck, que ressalta dois importantes pontos. O primeiro é que esposas tinham poucos direitos civis, mas, no entanto, se tivessem uma aprovação verbal ou uma procuração de seus maridos, podiam aparecer nas cortes sozinhas e em próprio nome. O segundo é que as mulheres de Nieu Nederlandt demonstravam familiaridade e conhecimento do direito, o que a historiadora considera natural, já que muitas tinham vindo de uma sociedade e cultura de comerciantes, que instruíam as mulheres na administração de negócios.

---

<sup>289</sup> FOCR, p. 170/171. “declare that, in perfect friendship and amity, they have contracted with each other and made a bargain in the following manner; namely, Jacob Salomonsen acknowledges that he has sold to Sara van Borssum, and Sara van Borssum has bought from him, his the seller's certain house, lot and garden located at Albany by the Beverskil; (...) Sara van Borssum promises to pay to the said Jacob Salomonsen or his order the sum of fifty good, whole, merchantable beaver pelts”. Tradução nossa.

<sup>290</sup> FOCR, p. 236. “[the seller] acknowledging that he is fully satisfied and paid therefor, the first penny and the last, and giving for it *plenam actionem cessam*, and full power to the aforesaid Elisabeth Claese, her heirs and descendants or those who may obtain her title and right, to do with and dispose of the same as she might do with her patrimonial estate and effects; promising to defend the aforesaid house and lot against each and every person, and to free it from all trouble, claims or charges, which is right, and further, never more to do nor allow anything to be done against the same, either with or without law in any manner whatsoever, under obligation as provided therefor according to law”. Tradução nossa.

<sup>291</sup> FOCR, p. 74/75.



Ainda, Shattuck ressalta que as mulheres de Nieu Nederlandt, a moda das holandesas, mantinham seus próprios patronímicos, não assumindo o sobrenome dos maridos e de suas famílias. Para a historiadora, isso ressaltava sua própria identidade, bem como a propriedade de seus bens, ainda que em conjunto com seus esposos, já que mulheres holandesas adquiriam a propriedade equinômica dos bens móveis e imóveis de seus maridos por evento do casamento. Como resultado: “os papéis notariais atestam a atividade empresarial das mulheres, pois cinquenta e oito esposas assinaram títulos e contratos, outorgaram e receberam procuração e notas promissórias, propriedades vendidas e alugadas”.<sup>292</sup>

É importante ressaltar que na Holanda, casamentos eram tratados como matéria principalmente jurídica e civil, e não religiosa, e que, de forma geral, a influência religiosa na corte não era grande. Não há nos registros da corte de Beverwijck muitas menções aos pastores ou a Igreja e seus mandamentos.

Em que pese isso fosse a exceção, e não a regra, em 2 de dezembro de 1654, o consistório religioso de Beverwijck entrou com um pedido formal na corte de justiça para que um homem e uma mulher se cassassem. Os dois estavam noivos, já viviam juntos há algum tempo e já tinham um filho. A corte, após conduzir um interrogatório com o noivo, concluiu que suas evasões e desculpas eram absurdas. Dentre os argumentos utilizados pela corte estão o fato de que a noiva poderia morrer a qualquer momento, o que representaria um grande risco. Nesse ponto não se sabe se o risco maior seria para o filho do casal, que continuaria ilegítimo, ou para a própria moça, que teria morrido enquanto em um relacionamento pecaminoso, podendo condenar sua alma por todo o sempre:

Especialmente que todas as desculpas e evasivas são absurdas; se ela passar, vendo que os humanos são mortais, a situação é consequentemente cheia de risco. Em primeiro lugar, porque, embora possa ser argumentado que eles estão noivos, isso não é legal e nem tampouco obriga ao casamento, desde que não estejam unidos da maneira habitual. Em segundo lugar, como consequência a criança seria ilegítima. Em terceiro lugar, pelo motivo de que pessoas que vivem juntas como marido e mulher, nunca se pode saber quando a mulher voltará a estar grávida dele.<sup>293</sup>

---

<sup>292</sup> SHATTUCK, 1993, p. 163. “the notarial papers attest to the business activity of the women as fifty-eight wives signed bonds and contracts, granted and received power of attorney and promissory notes, sold and leased property”. Tradução nossa.

<sup>293</sup> FOCM, p. 163. “Especially that all excuses and evasions about thos are absurd; if she shoul pass away, seeing that humans are mortal, that the same is consequently full of risk. Firstly, because, although it may be argued that they are engaged, this is neither binding nor legal, as long as they are not united in the customary way. Secondly, as a consequence of the child's offense would be



Assim, devido a um pedido vindo da Igreja, porém formalizado na corte de justiça, o noivo foi condenado a casar-se com sua noiva naquele mesmo dia. Novamente tendo apresentado desculpas que os magistrados consideraram não satisfatórias, ele foi acorrentado, sendo condenado a assim ficar até que aceitasse se casar.

Em outra situação, foram os escabinos que buscaram ajuda da Igreja para resolver uma situação bastante peculiar. O holandês Michiel Antonisz van Uytrecht casou-se com Grietge Jacobs e, após acasar-se, mudou-se para Nieu Nederlandt sozinho. Depois de passado algum tempo, recebeu uma carta vinda da Holanda, em que seu vizinho confundiu-se e o avisou de que sua esposa estava morta, quando na verdade quem havia falecido era sua mãe. Tendo-se como viúvo, Michiel casou-se em Nieu Nederlandt, com Femmetge Aelberts. No entanto, a primeira esposa, bastante viva, veio a Nieu Nederlandt algum tempo depois e, a segunda, compreendendo a situação em que se encontrava, declarou que não gostaria mais de viver com ele.

A corte afirmou “que o mencionado caso, por ser não apenas de natureza eclesiástica, mas também política, foi remetido às autoridades cristãs para requisitar a aprovação do consistório, e que referido consistório requisitou que finalmente em sua instância fosse garantida uma carta de divórcio a Femmetge Aelbrechts”<sup>294</sup>.

Uma vez com a opinião do consistório cristão, a corte se pronuncia a respeito do caso:

o comissário e os magistrados, tendo examinado o mencionado memorial e o pedido ali feito, (...) depois de madura deliberação consideram que, primeiro, o caso em questão não é contrário as leis de Deus nem as leis dos homens, (...); ainda, que todos os casamentos por engano são nulos e vazios *ipso jure*, e finalmente, que a mencionada Femmetge Aelberts desistiu de seus direitos matrimoniais e renunciou deles em favor das demais partes que primeiro se uniram em matrimônio. Eles assim aprovam o memorial e ordenam e consentem que Michiel Anthonisz e Grietge Jacobs permaneçam marido e mulher e que os laços de matrimônio entre eles não sejam dissolvidos pelo segundo casamento com Femmetge, declarando Femmetge liberada deste, restaurando-a a sua liberdade anterior e

---

illegitimate. Thirdly, because of people who live together like man and wife one can never know when the woman will again be pregnant by him”. Tradução nossa.

<sup>294</sup> FOCM, p. 248. “That the aforesaid case, being not only of an ecclesiastical but also of a political nature, is referred to the christian authorities to request their approval, the aforesaid consistory requesting finally that at the instance of the said Femmetge Aelbrechts she be granted letters of divorce”. Tradução nossa.

garantindo-lhe o direito de casar novamente a qualquer tempo, onde e com quem quiser, sem interferência ou objeção de qualquer um.<sup>295</sup>

Há ainda mais uma forma utilizada pela corte para pedir auxílio nos julgamentos: a arbitragem. São vários os casos em que frente a uma situação complexa os magistrados optam por nomear árbitros, ou deixar que as próprias partes os escolham, para decidir como melhor proceder.

Em 8 de janeiro de 1658 há um exemplo de uma situação em que os magistrados permitiram que as próprias partes escolhessem seus árbitros, sendo que cada parte pôde escolher um: “tendo as partes sido ouvidas, a corte, de acordo com decisão tomada, ordena que cada parte escolha um árbitro, o que o demandante fez em nossa presença; assim Thomas Janssen escolheu Cornelis Teunissen Bosch e o réu, Christoffel Davids, Wille Brouwer”<sup>296</sup>.

Ainda, em 9 de janeiro de 1657, há mais um caso de arbitragem. Desta vez, com uma peculiaridade: além dos árbitros, é escolhido também um mediador, para ajudar a resolver a questão. Acredita-se que como foi dado o direito de cada parte escolher seu arbitro, a figura do mediador surge para avitar a parcialidade e ter o voto de minerva para a decisão:

As partes foram ouvidas várias vezes, e é ordenado pelo tribunal que cada um escolha um árbitro para resolver a sua disputa de uma forma amigável. Imediatamente, o demandante escolheu para si mesmo Stoffel Janssen e o réu, Anderies de Vos, a quem o tribunal acrescentou Rutger Jacobsen, como mediador, para decidir a questão em questão com o melhor de seu conhecimento.<sup>297</sup>

---

<sup>295</sup> FOCM, p. 248/249. “The commissary and magistrates, having examined the aforesaid memorial and the request made therein (...) have after mature deliberation considered, first, that the aforesaid case was contrary neither to the laws of God nor of man, (...); also, that all marriages by mistake are *ipso jure* null and void, and finally, tht the aforesaid Femmetge Aelbrechts has renounced her aforesaid matrimonial rights and relinquished them in favor of the aforesaid parties who were first joined in marriage. They therefore approve the aforesaid memorial and ordain, orden and consente that the said Michiel Anthonisz and Grietge Jacobs shall be and remain husband and wife and that the bonds of marriage between them are not dissolved by the second marriage with aforesaid Femmetge, declaring the said Femmetge freed therefrom, restoring to her former liberty and granting her the right at all times to marry again, where and whomsoever she pleases, without interference or objection by anyone”. Tradução nossa.

<sup>296</sup> FOCM, p. 344. “The parties having been heard, the court, in accordance with the previous decision, orders each party to choose a referee, which the plaintiff did in our presence; whereupon Tomas Janssen chose Cornelis Teunissen Bosch and the defendant, Christoffel Davids, Willem Brouwer”. Tradução nossa.

<sup>297</sup> FOCM, p. 272. “The parties having been heard several times, it is ordered by the court that each shall choose an arbitrator to settle their dispute in an amicable manner. Immediately, the plaintiff chose for himself Stoffel Janssen and the defendant Anderies de Vos, to whom the court added Rutger Jacobsen, as mediator, to decide the question at issue to the best of their knowledge”. Tradução nossa.

Em 21 de abril de 1654, em caso acerca de um pagamento devido por bens deixados nas mãos dos réus, novamente decide-se por deixar o caso nas mãos de árbitros: “as partes são remetidas a árbitros, Comissário Dijckman, Arent van Curler, Jan Baptista van Rensselaer e Anthinos de Hooges, para que concordem nos termos da melhor maneira possível, tendo os árbitros que reportar suas descobertas a esta corte”. Neste caso, salta a atenção o fato de que um dos árbitros era também magistrado da corte, Joannes Dijckman, muito embora os outros não o fossem. Também é importante ressaltar que nesse caso não foi dada a possibilidade das partes de escolherem seus próprios árbitros, tendo sido todos apontados pela própria corte.

A arbitragem existia na Holanda há já alguns anos. Em Leiden, havia uma prática chamada de *Leidse Vredemakers*, ou os *fazedores de paz de Leiden*, que, segundo Annie de Roo e Rob Jagtenberg, inspirou Voltaire a familiarizar os franceses com a ideia da arbitragem e a reintroduzir os fazedores de paz como *Bureaux de Paix* e, mais tarde, juízes de paz, tanto na Holanda quanto na França.<sup>298</sup>

Nesse sentido, também van Rhee afirma que Voltaire se inspirou nos *Leidse Vredemakers*, uma das mais antigas instituições de arbitragem de que se tem notícia, já havendo registros atestando sua existência em 1598<sup>299</sup>. Ten Raa, um dos pioneiros da história comparativa da mediação, cita o próprio Voltaire: “la meilleure loi, la plus excelente usage, le plus utile que j’aie jamais vue, c’est en Hollande. Quand deux hommes veulent plaider l’un contre l’autre, ils sont obligés d’aller d’abord au tribunal des conciliateurs, appelés ‘feseurs de paix’”<sup>300</sup>.

Sabe-se, assim, que a utilização de árbitros e mediadores era um costume holandês, que foi transplantado para a colônia, além de outros locais, em que pese não conste das ordenações a que tivemos acesso.

Pode-se concluir, portanto, que, no maior período de sua existência, em Nieu Nederlandt, boa parte das decisões políticas e administrativas foram delegadas aos patronos, indivíduos holandeses dispostos a colonizar as terras conquistadas na América do Norte e a investir seu capital nisso. Apesar de algumas diretrizes

---

<sup>298</sup> DE ROO, Annie; JAGTENBERG, Rob. **Mediation in the Netherlands: past, present, future**. Electronic Journal of Comparative Law, volume 6, december 2002.

<sup>299</sup> VAN RHEE, C. H. (ed.). **European Traditions on civil Procedure**. Antuérpia: Intersentia, 2005, p. 207.

<sup>300</sup> TEN RAA, C. M. G. **De oorsprong van de kantonrechter**. Deventer:Kluwer, 1970.

determinadas nas Liberdades e Isenções, os patronos tinham bastante liberdade para governar suas colônias. Assim, cada patronato pôde se desenvolver de forma mais ou menos diferenciada dos demais, em que pese a moldura e a forma da organização institucional tenham sido determinadas pelos Estados Gerais e WIC, por meio dos regulamentos mencionados.

A implementação das Liberdades e Isenções desde 1629 para determinar os contornos institucionais da colônia as margens do Hudson, significou que a Ordem de Governo de 1629 não foi utilizada em Nieu Nederlandt. Aquelas eram mais específicas para a colônia de Nieu Nederlandt, adequando-se melhor à sua realidade e servindo de baliza para sua organização, contendo diretrizes bastante particulares acerca de seu governo administrativo, político e institucional.

A Ordem de Governo de 1629 não foi aplicada em Nieu Nederlandt, e nem tampouco parecia ser ali de grande importância. Dessa forma, quebra-se o primeiro mito do Império Holandês, o de que a colonização seria de certa forma uniformizada, centralizada pela ordem de governo de 1629, que, no papel, deveria ser válida para todas as colônias flamengas.

Nieu Nederlandt era um território que ainda não havia sido colonizado por nenhuma outra nação europeia antes dos holandeses e não apresentava empecilho algum para a vontade e determinação holandesas na organização do aparato institucional. Não havia necessidade de se adaptar a estruturas já existentes, distintas das batavas. Ainda assim, o que se percebe não é uma cópia do que acontecia nas Sete Províncias. A distância e as novas circunstâncias fizeram com que os parâmetros administrativos e mesmo judiciais sofressem algumas modificações, para que pudessem se adequar a realidade de um local mais rural e muito menos populoso do que os Países Baixos.

## 4 BRASIL HOLANDÊS

### 4.1 A UNIÃO IBÉRICA, A GUERRA CONTRA A ESPANHA E A EXPANSÃO HOLANDESA PARA AS AMÉRICAS

Durante seu período expansionista, Portugal e Espanha enfrentaram grandes conflitos territoriais para determinar a extensão de seus domínios além-mar. O tratado de Tordesilhas, derivado de privilégios concedidos a Espanha pelo Papa em 1493 e assinado em 1494, é tido como o auge de tais disputas, sendo caracterizado como um acordo que define uma linha que dividia o novo mundo entre as duas metrópoles.

No entanto, Tamar Herzog afirma que o Tratado não era sempre aplicado quando surgiam disputas territoriais. Em muitos casos, eram aplicados princípios de posse derivados do direito romano. Com qual das opções os casos concretos eram decididos nem sempre era evidente:

Como esses dois critérios vastamente diferentes – documentos formais *versus* uma doutrina jurídica – interagiam um com o outro era frequentemente nebuloso. As partes obviamente clamavam que seus direitos eram baseados em bulas, tratados e posse, mas discordavam no que havia acontecido, por exemplo, quando as bulas indicavam uma solução diferente do que os tratados ou quando os tratados e ocupação contradiziam um ao outro.<sup>301</sup>

Apesar dos esforços em dividir os territórios, a Península Ibérica acabou por se unificar no período de 1580 a 1640. Isso ocorreu pois, em 1578, o rei português Dom Sebastião desapareceu em uma importante batalha contra os mouros e otomanos. Como não havia deixado herdeiros, o trono passou a seu tio-avô, Dom Henrique, que já contava com 70 anos. Com sua morte, dois anos depois, iniciou-se uma disputa sucessória, vencida por Felipe II, rei espanhol da dinastia

---

<sup>301</sup> HERZOG, Tamar. **Frontiers of Possession: Spain and Portugal in europeu and the Americas**. Cambridge/London: Harvard University Press, 2015, p. 25. How these two vastly distinct criteria—formal documents versus a juridical doctrine—interacted with one another was often unclear. Most parties of course claimed that their rights were based on bulls, treaties, and possession, but they disagreed on what happened, for example, when the bulls indicated a different solution than the treaties or when the treaties and occupation contradicted one another.

Habsburgo. Assim, de 1580 a 1640, Portugal e Espanha foram unidos sob uma mesma coroa.

Os territórios conquistados pelos holandeses no Brasil eram, portanto, também espanhóis, sendo inclusive este um dos motivos da invasão. Os neerlandeses se referem ao período diretamente anterior a sua chegada como “tempo do Rei da Espanha” e tem razão em fazê-lo:

Antonio Gomes Saloeiro mostrou ao Conselho que ele, na época do rei da Espanha, durante algum tempo tinha adquirido o direito de fazer a travessia do rio de Jangada, e requer poder continuar exercendo esta função. Isto lhe foi permitido pelo Conselho, a menos que ele pague a mesma soma, que ele pagava no tempo do Rei da Espanha, e junto a isso ele terá os mesmos direitos e os mesmos deveres de acordo com a lei.<sup>302</sup>

Ainda assim, ressalta-se que, até o momento da invasão holandesa a organização política, administrativa e judicial do território em disputa mantinha-se pautada nas bases do Império Português. Isso se explica pelos próprios termos da união:

a autonomia portuguesa foi respeitada. O rei seria representado por um vice-rei em Lisboa. As colônias portuguesas continuariam sob o senhorio de Portugal, a língua portuguesa seria respeitada, todos os cargos superiores e inferiores do reino português seriam providos unicamente por naturais de Portugal, as guarnições militares nas colônias, igualmente, estariam entregues a portugueses e Portugal não perderia suas características próprias. O poder filipino as respeitaria.<sup>303</sup>

Dessa forma, os flamengos conviviam com a organização portuguesa das colônias, com oficiais portugueses e costumes portugueses. Não há menção a oficiais espanhóis ou moradores espanhóis, sendo que todas as questões enfrentadas pelos holandeses se davam com a população portuguesa.

Em muitas oportunidades diferentes aparecem nas nótulas diárias menções às preocupações holandesas com os portugueses – e vice-versa – sua relação com os negros, comércio, religião, o que deixa evidente que a convivência se dava entre holandeses e portugueses, não havendo influência dos espanhóis ou de seus regulamentos – salvo pelo seu Rei, tido como principal inimigo dos holandeses e frequentemente citado. A exemplo:

---

<sup>302</sup> Monumenta Hyginia, p 107.

<sup>303</sup> LIBÂNIO GUEDES, Joao Alfredo; RIBEIRO, Joaquim. **História Administrativa do Brasil: A União Ibérica, a Administração do Brasil Holandês**. Brasília: FUNCEP, 1983, p. 46.

[...] por que nós não queremos nada a não ser o bem estar deste país e particularmente dos habitantes portugueses.<sup>304</sup>

Ao que diz respeito às medidas e pesos que são utilizados neste país para medir e pesar víveres e bens de comercio, sua Excelência e os nobres senhores compartilham a opinião que a partir de agora em todo país não poderá ser utilizado outro sistema do que o de Amsterdã, tanto entre os portugueses quanto entre os holandeses.<sup>305</sup>

Também nas oportunidades em que os oficiais locais puderam fazer reclamações aos holandeses fica evidente que o sistema utilizado anteriormente era luso. Em 4 de maio de 1637, os escabinos portugueses recebem uma resposta a seus questionamentos acerca da possibilidade de continuarem utilizando costumes portugueses e tendo os mesmos privilégios: “No quarto articulo, eles requerem se eles podem manter os privilégios que lhes foram dados pelo rei e se eles podem ser guiados de acordo com as ordens de Portugal.”<sup>306</sup>

Tais argumentos coadunam com a opinião de João Alfredo Libânio Guedes, que explica que a administração portuguesa não deveria sofrer nenhum choque com a União Ibérica, “poderia, é certo, assimilar novas diretrizes, mas todas as reformas partiriam de órgãos nacionais, funcionando de acordo com os interesses de Portugal e de suas colônias”<sup>307</sup>.

Não se trata de descaso da coroa espanhola com os novos territórios sob seu domínio, e sim apenas de uma maneira de funcionamento característica da época e do antigo regime, voltada para a resolução de casos concretos, bastante pautada nos costumes locais e sem projetos centralizadores conscientes. Como afirma Guida Marques:

ao insistir apenas na tradicional questão da centralização, a historiografia que se dedicou à União Ibérica legou interpretações algo contraditórias, as quais vão desde uma indiferença absoluta relativamente ao governo dos Habsburgo, até à afirmação da fortíssima influência exercida pelo governo castelhano. É chegada a altura de abandonar essa visão dicotômica, antes de mais porque, como verificámos ao longo deste texto, a prática política não obedecia a nenhum projecto claramente definido de centralização política. Em vez disso, os métodos e as modalidades de actuação da Corte

---

<sup>304</sup> Dagelijkse Notulen (adiante: DN), 4 de maio de 1637.

<sup>305</sup> DN, 2 de julho de 1637.

<sup>306</sup> DN, 4 de maio de 1637.

<sup>307</sup> LIBÂNIO GUEDES; RIBEIRO, 1983, p. 46.



no Brasil decorriam de uma gestão quase sempre improvisada perante os desafios governativos que iam surgindo.<sup>308</sup>

Quando se associou a monarquia espanhola, o Brasil passou a figurar nos planos de guerra holandeses. Submersos em sua luta pela independência contra os Habsburgo e considerando os espanhóis como seus principais inimigos ao redor do globo, os holandeses focaram na invasão do Brasil por vários motivos, sendo um dos principais a jogada estratégica contra os espanhóis. Tirando o Brasil do rei da Espanha<sup>309</sup>, os batavos conseguiriam modificar o campo das batalhas, mudando-as de seu próprio território, e ainda por cima sequestrariam uma grande fonte de prata e riquezas que acabava por financiar as armadas de seus oponentes.

#### 4.2 FÁCIL DE CONQUISTAR E NÃO TÃO FÁCIL DE MANTER: A CONQUISTA DO BRASIL E OS ESFORÇOS PARA A ORGANIZAÇÃO DA COLÔNIA

Em 10 de maio de 1624, uma esquadra holandesa chegou a Salvador, na Bahia, primeira capital do Brasil, e em menos de dois dias haviam tomado a cidade. A ação fazia parte do Grande Projeto holandês e havia sido arquitetada nos quartéis gerais da Companhia Holandesa das Índias Ocidentais levando em conta, para além dos planos expansionistas e dos possíveis ganhos comerciais, a guerra contra a Espanha<sup>310</sup>.

Para Michiel van Groesen

---

<sup>308</sup> MARQUES, Guida. **O Estado do Brasil na União Ibérica. Dinâmicas políticas no Brasil no tempo de Filipe II e de Portugal**. Penélope: Revista de História e Ciências Sociais, nº. 27, 2002, p. 25.

<sup>309</sup> Há um famoso folheto de 1624 intitulado, em português, "Motivos porque a Companhia das Índias Ocidentais deve tentar tirar do Rei da Espanha a terra do Brasil, e isto quanto antes", com as proposições feitas por Jan Andries Moerbeek ao príncipe de Orange e a alguns senhores dos Estados Gerais das Províncias Unidas, escritas em 1623 e publicada em holandês no ano seguinte, defendendo a conquista do Brasil". Existe tradução para o português no livro de Charles Boxer, *Os Holandeses no Brasil*, de 1942. O original encontra-se disponível em: <https://bit.ly/37qkBWl>. Acesso em 12/12/2018, às 9:00.

<sup>310</sup> Para maiores informações acerca do exército da Companhia das Índias e das condições em que lutavam e viviam, indica-se a leitura de textos de Bruno Miranda. Mais recentemente: MIRANDA, Bruno Romero Ferreira. **"Doentes e incapazes para marchar": vida e morte no exército da Companhia Neerlandesa das Índias Ocidentais no Nordeste do Brasil, 1630-1654**. *História, Ciências, Saúde – Manguinhos*, Rio de Janeiro, v.22, n.2, abr.-jun. 2015, p.337- 353. Sua tese de doutoramento da universidade de Leiden também tem informações valiosas acerca do tema: **Gente de Guerra : origem cotidiano e resistência dos soldados do exército da companhia das índias ocidentais no Brasil (1630-1654)**. Tese (doutorado em História) – Faculdade de Humanidades, Universidade de Leiden, 2011.

a conquista de Salvador constituiu a chegada política dos holandeses no Brasil, e o ataque a Bahia – uma operação com o alvo na jugular da colônia portuguesa – se desenvolveu em uma das mais exuberantes e celebradas vitórias militares na guerra contra a Espanha até o momento.<sup>311</sup>

Em dois dias de cerco, os holandeses conseguiram capturar quase toda a elite administrativa e religiosa de Salvador, incluindo o governador, Diogo de Mendonça Furtado, e o líder jesuíta da América Portuguesa, Domingo Coelho. O grupo de 14 reféns foi enviado a Amsterdam, onde foram mantidos como prisioneiros.

A imprensa holandesa tratou a notícia com frenesi, de forma que “até a noite de domingo, 1º de setembro – uma semana após os primeiros rumores chegarem a cidade – todos em Amsterdam sabiam do enfático triunfo da Companhia das Índias Ocidentais”<sup>312</sup>. Para van Groesen, os diretores da Companhia se aproveitaram do sucesso da empreitada para tornar notória sua vitória e causar impacto favorável na opinião pública, fazendo algo parecido com propaganda corporativa.

Michiel van Groesen acredita que a morte de Johan van Dorth, coronel holandês com função de destaque na tomada de Salvador, apenas um mês após a vitória, desmoralizou os holandeses e teve papel essencial na recuperação portuguesa, que ocorreu em menos de um ano. Charles Boxer, por sua vez, afirma que a demora dos holandeses em mandar mais tropas ao auxílio dos compatriotas em terras tropicais foi fatal<sup>313</sup>.

No mesmo período, a WIC teve missões fracassadas em Porto Rico e Elmina, o que acabou por ser um grande golpe para sua imagem. O único consolo imediato para os batavos era a ideia de que também os espanhóis haviam perdido dinheiro e homens<sup>314</sup>.

A decisão de atacar Pernambuco, em seguida, foi “uma das mais fáceis”<sup>315</sup>. Devido a experiências anteriores, com a interceptação de cartas e inquisição dos

---

<sup>311</sup> VAN GROESEN, Michiel. **Amsterdam's Atlantic. Print Culture and the making of Dutch Brazil**. Philadelphia: University of Pennsylvania Press, 2017, p. 44. “The conquest of Salvador constituted the political arrival of the Dutch in Brazil, and the attack on Bahia – an operation aimed at the jugular of the Portuguese colony – developed into the most lavishly celebrated military victory in the war against Spain”. Tradução nossa.

<sup>312</sup> VAN GROESEN, 2017, p. 51.

<sup>313</sup> BOXER, Charles. **Os holandeses no Brasil. 1624-1654**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1957, p. 19-40.

<sup>314</sup> BOXER, 1957, p. 39.

<sup>315</sup> BOXER, 1957, p. 39.

prisioneiros de guerra, os holandeses possuíam extenso conhecimento da região, suas fortificações, número de engenhos e receitas por eles geradas:

Pelas cartas do governador Matias de Albuquerque, interceptadas durante a campanha na Bahia, ficaram êles conhecedores de que as fortificações de Olinda e Recife estavam desaparelhadas. Albuquerque dava também conhecimento de que a milícia local não excedia a 400 homens pouco experimentados, na sua maioria cristãos-novos, em que se não podia depositar confiança. Os holandeses ficaram também sabendo que as três capitanias do Nordeste possuíam 137 engenhos de açúcar, cuja produção montava a cerca de 700.000 arrôbas em média, nos anos bons. (...) Todos estes pormenores, e ainda muitos outros, relativos à indústria do açúcar no Nordeste do Brasil, tornaram-se conhecidos dos holandeses graças não só aos seus contatos anteriores com Viana, Pôrto e Lisboa, como também aos muitos aprisionamentos, feitos depois do reinício da guerra, em 1621.<sup>316</sup>

Johannes de Laet também menciona que a Companhia conseguiu certo capital com a captura de um navio de prata espanhol e que o local de uma nova empreitada expansionista foi debatido, optando-se ao final pelo Brasil:

[...] a companhia, achando-se agora bastante prospera por ter capturado a esquadra da Nova Espanha [...] e tendo adquirido tantos meios para prosseguir nos seus desígnios sobre as possessões do rei da Espanha, começou a tratar de saber qual delas deveria conquistar. Várias regiões da América foram lembradas, mas, depois de refletirem bem, lançaram as vistas sobre o Brasil. [...] As razões para a conquista do Brasil foram na maior parte as mesmas que moveram a companhia a atacar a Baía. Não acharam bom Conselho fazer segunda tentativa no mesmo ponto por causa de alguns embaraços e, principalmente, porque estavam ali prevenidos, e assim foi deliberado que se dirigissem ao norte do Brasil e especialmente a Pernambuco, por causa da sua situação e do rico tráfico que ali se faz do açúcar e do pau-brasil.<sup>317</sup>

Uma armada composta de 50 navios e iates, duas presas e 14 chalupas grandes, nos quais se dividiam cerca de 7.280 militares rumou para a costa de Pernambuco.<sup>318</sup> Em 15 de fevereiro de 1630 os holandeses chegaram em Olinda e em menos de 48 horas, tal qual na Bahia, tomaram a cidade. Em mais duas semanas, decidiram atacar e tomaram também Recife,

e assim a cidade e as fortalezas de Pernambuco passaram ao poder do exército da Privilegiada Companhia das Índias Ocidentais, sob comando

---

<sup>316</sup> BOXER, 1957, p. 45.

<sup>317</sup> LAET, J. de. **Historia ou Annaes dos feitos da Companhia Privilegiada das Índias Occidentaes, desde o seu começo até ao fim do anno de 1636**. Vol. 1. Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional, 1916, p. 313.

<sup>318</sup> LONCK, H. C. Descrição da conquista de Pernambuco, 1630. In: GALINDO, Marcos (org.). **Viver e morrer no Brasil holandês**. Recife: fundacao Joaquim Nabuco, 2007, p. 228.

dos Muito Poderosos Estados-Gerais e do Príncipe de Orange, e queira Deus que seja de longa duração.<sup>319</sup>

FIGURA 4: BRASILIA, 1671. ENCOMENDADO POR KRYSTOF ARCISZEWESKI.



Koninklijke Bibliotheek, The Hague, inv. nr. 1049B13\_092.

A experiência baiana ensinou aos holandeses que as terras brasileiras poderiam ser fáceis de conquistar, mas não seriam tão fáceis de manter<sup>320</sup>. Duas decisões batavas essenciais nos meses que se seguiram foram feitas com base nas lições aprendidas pela tentativa de dominar a Bahia. A primeira foi a decisão de delegar o governo da colônia a um governo colegiado logo de partida, de forma a evitar que pudesse ser exterminado tão facilmente pelas forças inimigas como ocorreu com van Dorth. A segunda baseou-se no fato de que, na Bahia, muitos dos indígenas já haviam formado alianças com os Habsburgo, sendo deles leais aliados.

<sup>319</sup> LONCK, 1630, p. 234.

<sup>320</sup> WÄTJEN, 1938, p. 97.



Por isso, em preparação para Pernambuco, a Companhia fez um esforço consciente para criar acordos com a população nativa contra o domínio espanhol<sup>321</sup>.

Para Marcus Meuwese, as alianças com os indígenas eram peça essencial para o sucesso holandês e uma das principais consequências da primeira invasão holandesa do Brasil foi a aliança com os Potiguares. O autor ressalta que pelo menos treze indígenas da Paraíba, após a derrota, foram para a República com as tropas batavas, e lá forneceram informações privilegiadas para a Companhia e seus oficiais, essenciais para o sucesso da segunda empreitada. Quando chegaram a Recife, alguns dos potiguares participaram da missão enquanto tradutores e mediadores, na esperança de que isso pudesse atrair outras populações indígenas para a aliança<sup>322</sup>.

Quanto a decisão de estabelecer um governo colegiado para a colônia, encontra respaldo na Ordem de Governo de 1629, já analisada neste trabalho.

Até 1636, a Ordem de Governo de 1629 foi o regulamento vigente na colônia brasileira, sendo de fato utilizado para organizar o governo e balizar as práticas holandesas na região, ao contrário do que ocorreu com Nieu Nederlandt. Ainda assim, o período entre 1630 e 1636 foi de estabelecimento da colônia holandesa, momento ainda bastante conflituoso em que os esforços holandeses voltaram-se para a manutenção de sua conquista, em conflitos e combates, fossem estes diretos, políticos ou estratégicos.

A bibliografia costuma dividir a ocupação holandesa em três fases, sendo a primeira esta de 1630 a 1636, que corresponde ao período de ocupação e manutenção da conquista. Nesta fase, não foram feitos muitos esforços para a organização da colônia, já que o foco e os recursos estavam voltados para conflitos armados, possibilidades de retomada portuguesa e em como evitá-las. A segunda fase vai de 1636 a 1645 e corresponde grosseiramente ao governo de Maurício de Nassau. Os anos nassovianos foram os anos de ouro da ocupação holandesa, que, uma vez já bem estabelecida, buscou de fato implementar costumes holandeses em terras tupiniquins. Por fim, a terceira fase vai de 1645 a 1654. É o período da

---

<sup>321</sup> VAN GROESEN, Michiel. **Lessons Learned. The second Dutch conquest of Brazil and memory of the first.** Colonial Latin American Review Vol. 20, No. 2, August 2011, p. 167-195.

<sup>322</sup> MEUWESE, Marcus. From Dutch allies to Portuguese vassals. In: VAN GROESEN, Michiel. (ed.). **The legacy of Dutch Brazil.** Cambridge: Cambridge University Press, 2014, p. 61.

restauração portuguesa, que ocorre lenta e gradativamente desde a partida de Nassau.<sup>323</sup>

Assim que puseram os pés com firmeza em território brasileiro, os holandeses trataram de implementar preceitos da Ordem de Governo de 1629, conforme determinado pela WIC e pelos Estado Gerais.

O Conselho Político, previsto já no artigo segundo do referido regulamento, foi implementado já em 14 de março de 1630<sup>324</sup> constituindo, juntamente com o governador, o Alto Governo da colônia. Os nove conselheiros deveriam ser designados pela Companhia dentre pessoas honradas e adeptas da religião reformada, de forma que cada Câmara tivesse seus representantes<sup>325</sup>. No entanto, em nenhum momento desta fase inicial da colônia a composição do Conselho Político chegou a 9 membros.<sup>326</sup> Na prática, governavam o Brasil 5 conselheiros mais o governador.

Quanto as funções que deveriam executar:

[...] um dos cinco comissários do Conselho político civil acompanhava sempre as forças no campo de operações a fim de sustentar o princípio da direção civil. Outro supervisionava a exportação do açúcar e o aprovisionamento das tropas, prestando habitualmente maior atenção a primeira em detrimento do último. Os outros três conselheiros superintendiam a administração de diferentes regiões nas capitanias conquistadas [...].<sup>327</sup>

A Ordem previa igualmente a contratação de um assessor ou secretário, para auxiliar o Conselho. O assessor também seria nomeado pelos *Heeren XIX*, exercendo funções de notário, pensionário e secretário. Juntamente com os membros do Conselho, deveria prestar juramentos aos Estados Gerais e a Companhia. Para Jose Antônio Gonsalves de Mello, o assessor deveria ser um jurista, “o qual deveria estar presente as reuniões do Conselho e redigiria os documentos, a correspondência, as ordens, etc”.<sup>328</sup>

---

<sup>323</sup> Para aspectos variados da sociedade e comunidade holandesa no Brasil, indica-se a leitura da tese de doutoramento de Lúcia Xavier: XAVIER, L. **Sociabilidade no Brasil Holandês** (1630-1654). Tese (Doutorado em História), Universidade de Leiden, Leiden, 2018.

<sup>324</sup> MELLO, J. A. G. de. **FHBH**. v. II, 2 ed. Recife: Secretaria da Cultura, 1985, p. 11.

<sup>325</sup> A Câmara de Amsterdam poderia escolher quatro conselheiros; a de Zelândia dois, e as demais (Rotterdam, Zona Norte e Frísia) um cada.

<sup>326</sup> MELLO, J. A. G. de. **FHBH**. v. II, 2 ed. Recife: Secretaria da Cultura, 1985, p. 11.

<sup>327</sup> BOXER, 1961, p. 92.

<sup>328</sup> MELLO, J. A. G. de. **FHBH**. v. II, 2 ed. Recife: Secretaria da Cultura, 1985, p. 11.

A nótula diária de 23 de novembro de 1635 confirma que o cargo existia e de fato era ocupado com frequência, justamente por referir-se ao falecimento do secretário e vacância da posição: “Visto que por causa do falecimento de Abraham, secretário dos senhores do Conselho Político no Brasil, seu cargo está livre e devera ser exercido por uma pessoa qualificada (...)”.<sup>329</sup> Não há, no entanto, menção a quais seriam as qualificações exigidas.

O Conselho Político estava em constante desentendimento com o governador, e por isso os *Heeren XIX* designaram dois de seus próprios membros para funcionarem como uma autoridade superior, de forma a “dirimir as dúvidas e assumir a administração”.<sup>330</sup> A estes membros chama-se Diretoria Delegada, e os dois diretores participantes tinham um contrato de dois anos para a função. Ao partirem, em 1634, o governo voltou as mãos do Conselho Político, que somente deixou o mais alto lugar do governo da colônia em 1636, com a chegada de Maurício de Nassau.

Os diretores delegados receberam instruções precisas ao embarcarem para o Brasil, e dentre seus objetivos estavam: atender as reclamações dos soldados sobre insuficiência de vestimentas e alimentação, obter novamente o engajamento dos soldados que já houvessem completado seu tempo de serviço, colocar nas mãos de pessoas de confiança a administração dos armazéns e organizar a colônia.<sup>331</sup>

Embora haja certa controvérsia, acredita-se que o cargo de governador era atrelado ao exército, de forma que quase se aproximava de uma patente militar. A própria Ordem de Governo menciona como funções do governador atividades características de militares de alto escalão, como a nomeação de cadetes, sargentos, cabos; e a escolha de pessoas para servirem nestes cargos.<sup>332</sup>

Ainda, o artigo 68 exige que toda uma sorte de oficiais militares apresentem suas instruções ao Conselho quando do início de suas atividades. Dentre esses oficiais encontram-se “o governador, o almirante, o comandante, os coronéis, vice-almirantes, tenentes-coronéis, capitães militares, capitães da navio, prepostos e todos os mais de qualquer categoria ou condição”<sup>333</sup>.

---

<sup>329</sup> DN, 23 de novembro de 1635.

<sup>330</sup> MELLO, 1985, p. 11.

<sup>331</sup> WÄTJEN, 1938, p. 294/295.

<sup>332</sup> REGIMENTO..., 1629, p. 299.

<sup>333</sup> REGIMENTO..., 1629, p. 299



Também Charles Boxer coaduna com esse pensamento e afirma que assumiu o posto de governador o mais velho dos oficiais militares, que passou a ter comando das forças de terra e mar:

[...] a partir de marco de 1630, Olinda e Recife passaram a ser governados por um Conselho político (Politick Raad), de conformidade com as instruções baixadas em 1629 pelos Heeren XIX, com vistas ao governo da projetada colônia. Este Conselho era constituído a princípio por comissários civis, aos quais vieram depois juntar-se mais dois. Depois da partida de Loncq, em maio de 1630, o comando das forças de terra e mar passou para as mãos do mais velho dos oficiais do exército, o coronel Diederick van Waerdenburgh. A ele foi conferido o título de governador, bem como assento e voto no Conselho político, mas não lhe foi permitido assumir a presidência, que devia recair nos comissários a serem revezados mensalmente. Waerdenburgh era ainda assistido por um Conselho militar, parecendo no final das contas que os elementos militares trabalharam sempre em boa harmonia com os civis.<sup>334</sup>

Herman Wätjen assevera que o governador não tinha plena autoridade, se não em matérias militares<sup>335</sup> e, por fim, Joaquim Ribeiro assevera que o Conselho Político tinha como principal função atenuar os plenos poderes do comando militar, representados pelo governador, sendo uma medida de moderação necessária para se garantir segurança e apoio civil à administração.<sup>336</sup>

Nos documentos consultados, há, para o período entre 1634 e 1636, inúmeras cartas e missivas entre o governador e o Conselho Político. Em sua maioria, tratam de pedidos feitos pelo governador, a serem atendidos ou não, pelos conselheiros. Há também muitas reuniões do Conselho em que o governador encontra-se presente. Citam-se aqui alguns exemplos:

Hoje recebemos uma missiva do Nobre Senhor Governador, que contava que a situação continuava a mesma, mas que ele esperava que em breve se desse uma boa solução. Sua Excelência requeria também algumas coisas necessárias, e a carta foi diretamente respondida e seu pedido foi mandado junto com a carta que também contava que os Escabinos estavam chegando.<sup>337</sup>

Nós recebemos uma missiva do exercito do Governador, dizendo que, no dia 13 de abril, o Major Bongarçon (John Goodlad) teria combatido o inimigo

---

<sup>334</sup> BOXER, 1961, p. 69.

<sup>335</sup> WÄTJEN, 1938, p. 292.

<sup>336</sup> LIBÂNIO GUEDES; RIBEIRO, 1983.

<sup>337</sup> DN, 2 de abril de 1635.

durante muito tempo, neste lado de Serinhaem, que fugiu com todos os seus homens, perdendo muitos, que morreram ou ficaram feridos.<sup>338</sup>

Nós respondemos a missiva do Governador, dizendo o que aqui tinham sucedido, e também mandamos com a mesma os utensílios necessários.<sup>339</sup>

Hoje nós vimos uma missiva, redigida pelo senhor Govenador e endereçada ao mestre de equipamentos, no qual estava descrito que no Rio Formoso se encontrava um barco, carregado com víveres e munição, que em breve partiria em direção de Cabo para abastecer o inimigo. Assim foi decidido de mandar um cruzador, com 12 soldados, que ficará sob a responsabilidade do Major Bayart, para poder se defender melhor do inimigo.<sup>340</sup>

Fica evidente que o governador estava quase o tempo todo com as tropas. Além do mais, pode-se perceber claramente que seus pedidos consistiam em grande parte em auxílio e mantimentos para as tropas. Ressalta-se também a expressão “o exército do governador”, o que faz com que restem poucas dúvidas de que se tratava de um cargo militar e não administrativo.

Para a Justiça, a ordem apresenta uma variedade de artigos já tratados neste trabalho, que separam a Justiça militar e justiça comum, sendo esta última também dividida em civil e criminal.

Um dos pontos de grande interesse é a previsão da nomeação de um escolteto, cargo típico da República. Trata-se de clara transferência de um ofício tipicamente holandês para a colônia, a primeira durante o Brasil Holandês. Sua funções ficam expressas no artigo 53:

Para prender criminosos, promover a execução das sentenças, assistir à mesma execução, velar sobre a observância das ordenanças e regulamentos civis, que forem decretados tanto pela Companhia como pelo Conselho, e fazer punir os transgressores, o Concelho nomeará um escolteto ou substituto do advogado fiscal, o qual terá as suas ordenas tres beleguins ou quadrilheiros (S'heerendienaers).<sup>341</sup>

No entanto, dentre os documentos analisados, a primeira referência a um escolteto foi feita em 2 de março de 1638, já na segunda fase da administração holandesa.<sup>342</sup>

---

<sup>338</sup> DN, 15 de abril de 1635.

<sup>339</sup> DN, 16 de abril de 1635.

<sup>340</sup> DN, 12 de maio de 1635.

<sup>341</sup> REGIMENTO..., 1629, p. 305.

<sup>342</sup> DN, 2 de março de 1638.

Quanto a administração em âmbito municipal, não há na Ordem de 1629 qualquer menção ou determinação. Assim, acredita-se que nos primeiros anos da colônia holandesa o regime português permaneceu ativo. Nesse sentido, Elias Herckmans afirma que:

Nesta cidade da Parahyba se acha o tribunal de justiça de toda a Capitania; o collegio ou assembléa dos juizes se compõe das principaes pessoas da mesma capitania. No tempo do rei de Hespanha essa corporação era constituída, conforme o modo e ordem que se usava em Hespanha e Portugal, isto é, tinha dous juizes e dous ou tres vereadores para administrar justiça as partes. Havia tambem um ouvidor, para o qual se appellava das sentenças dos juizes, e de quem se podia appellar para o supremo tribunal de justiça da Bahia; dous juizes de órfãos que sentenciavam todas as causas referentes a menores órfãos, e finalmente certos juizes inferiores denominados almotacés, que era, uma espécie de comissários incumbidos de tomar conhecimento dos negócios miúdos. [...] Este regimen se conservou desde a rendição desta Capitania até o anno de 1637, em que S. Exc. e o Concelho Supremo e Secreto, de acordo com as suas nobres instrucções mudaram o governo substituindo o que foi estabelecido pelos Portuguezes por uma nova fórma, semelhante a que geralmente se observa nas Províncias Unidas Neerlandesas.<sup>343</sup>

Também Gonsalves de Mello chega a conclusão de que as Câmaras portuguesas continuaram em funcionamento nessa primeira fase da administração holandesa do Brasil:

A documentação holandesa revela que as Câmaras que preexistiam no Nordeste a invasão de 1630, formadas por moradores luso-brasileiros (se não todas, pois não há evidência nesse sentido, pelo menos algumas), continuaram a funcionar após a invasão ou foram então restabelecidas antes da criação das Câmaras de Escabinos. [...] É certo, porém, que as Câmaras continuaram a funcionar após a invasão, com sua organização regida pelas Ordenações do Reino de Portugal, com seus juizes ordinários e vereadores.<sup>344</sup>

Acredita-se, assim, que as Câmaras continuaram a funcionar após a invasão, em sua configuração portuguesa, com juizes ordinários e vereadores. Um dos argumentos a favor dessa linha de pensamento são as atas da reunião do Conselho Político de 3 de setembro de 1636 compareceram, em que, compareceram, justamente, os juizes, vereadores e o procurador da Câmara da capitania de Itamaracá.<sup>345</sup>

---

<sup>343</sup> HERCKMANS, Elias. **Descrição Geral da Capitania da Parahyba**, 1639. FHBH2, p. 59.

<sup>344</sup> MELLO, José Antônio Golsalves de Mello. FHBH2, 1985, p. 22.

<sup>345</sup> DN, 3 de setembro de 1636.

Ainda, em 4 de maio de 1637, os senhores da Câmara de Olinda colocaram ao Conselho uma série de questões de interesse da comunidade portuguesa e católica. Dentre as questões, perguntaram se seriam conservados seus privilégios concedidos pelo Rei de Portugal e se seriam regidos pelas Ordenações do Reino. O Alto e Secreto Conselho respondeu pedindo mais informações acerca dos privilégios a que se referiam, e que quanto a justiça não deveriam mais considerar-se regidos pelas ordenações portuguesas, e sim pelas leis, usos e costumes da Holanda, Zelândia e Frísia Ocidental<sup>346</sup>.

Ainda, Gonsalves de Mello afirma que na Câmara da Vila Formosa de Serinhaém, um holandês foi nomeado como juiz ordinário, “talvez como solução de conciliação”<sup>347</sup>.

Outros cargos que aparecem na documentação do período são o de tesoureiro, responsável pelos livros e finanças, e o de fiscal. Quanto ao primeiro, trata-se de funções exercidas por um membro do próprio Conselho Político. Em 1635, o conselheiro Schott exercia as funções de tesoureiro, conforme trechos a seguir:

Nós compramos ao senhor Antonio de Rocha uma caixa de açúcar branco pesando 24 arrobas, pela soma de 13 schellingen por arroba, o que faz um total de 93:12 florins, stuivers. O senhor Tesoureiro Schott ficou encarregado de pagar esta soma a Gaspar Balleijns, em nome de Antonio da Rocha.

O senhor Tesoureiro Schott ficou encarregado de pagar ao senhor Major Bayart a soma de 36 ‘carolus’ florins, para os dois concertos nos redutos de pedras em frente ao Recife.<sup>348</sup>

Em 5 de junho de 1635, Schott presta contas da administração do caixa, que passa então a Bastian Keller. Keller não era membro do Conselho Político, e sim contador. A decisão de passar a função para um profissional de fora do Conselho foi debatida em 30 de maio de 1635, em que decidiu-se que

por que todos os senhores do Conselho se encontram em outros lugares, de modo que o senhor Wijntjes tem que dar conta, sozinho, de todos os problemas em Recife. Seria pesado de mais para o Nobre senhor se ele

---

<sup>346</sup> FHBH2, p. 23.

<sup>347</sup> FHBH2, p. 23.

<sup>348</sup> DN, 23 de maio de 1635.

tiver que se encarregar também das finanças. Assim ficou resolvido que o contador Bastiaan Keller, que até agora faz as finanças do senhor Schott, recebesse algum dinheiro de modo que ele ficasse encarregado do despacho das contas. Entretanto a maioria do dinheiro ficaria guardada sob a responsabilidade do senhor Wijntjes, com quem o novo contador poderia cada vez ir buscar dinheiro.

Visto que o senhor Schott esta livre das finanças, ele ficará encarregado de fazer a contabilidade, e visto que nós podemos contar com outras pessoas, mas todos podem partir para seu lugar, assim os senhores Wijntjes e Stachouwer, que se encontram mais próximos, foram convocados para controlar as contas e de liberar o Nobre senhor.<sup>349</sup>

Devido a constantes conflitos entre o governador e os conselheiros políticos, em outubro de 1632 os holandeses enviaram ao Brasil dois governantes, membros da diretoria da WIC: Mathijs van Ceulen e Johan van Gijsselingh. Juntos, os dois formavam a chamada Diretoria Delegada<sup>350</sup> e foram encarregados do Alto Governo do Brasil Holandês, o que fizeram pelo período de dois anos<sup>351</sup>.

Passada a fase inicial de conquista, em que os holandeses estavam muito mais preocupados em lutar contra a resistência portuguesa, manter os territórios conquistados e ganhar ainda mais espaço no nordeste, puderam eles finalmente se preocupar em organizar a colônia conquistada. Como bem afirma Peter Netscher,

os diretores da companhia principiavam a sentir a necessidade de incentivar os proveitos comerciais de sua colônia no Brasil, estabelecendo, ali, um regime de paz. (...) Visava-se, sobretudo, como elemento de paz, fazer desaparecer dos espíritos de portugueses e espanhóis as dúvidas quanto as intenções dos holandeses no tocante ao modo de administrar aquela colônia. Essa árdua, mas honrosa missão, foi confiada ao Conde João Maurício de Nassau, com o consentimento e, também, com a satisfação dos Estados Gerais e do Stadhouder Frederico-Henrique, seu primo.<sup>352</sup>

Houve vários motivos que levaram a WIC a mudar drasticamente a forma de governo do Brasil Holandês e a guerra estar favorável aos holandeses era apenas o primeiro. Nessa equação, também foram levados em consideração o fato de que os holandeses acreditavam que um governo unificado traria melhorias à administração

---

<sup>349</sup> DN, 30 de maio de 1635.

<sup>350</sup> Os dois diretores receberam instruções diretas por meio de um regulamento: Resolução de 26 de Janeiro de 1632. Instrução e autorização para os senhores delegados dos diretores da Companhia das Índias Ocidentais que se dirigirem a Pernambuco e lugares adjacentes, ou se encontrarem ali ou em outros quaisquer lugares em que este Estado, assim como a Companhia, tem alguma autoridade. Documentos Holandeses. Rio de Janeiro, Ministério da Educação e da Saúde Pública, 1945, p. 93-94.

<sup>351</sup> NETSCHER, Pieter. **Os Holandeses no Brasil**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1942, p. 125.

<sup>352</sup> NETSCHER, 1942, p. 148.

da colônia e o endividamento da companhia, já que a conquista do Brasil acumulou muito mais custos do que ganhos nesse momento inicial.

O Conde Arciszewski era da opinião de que um governo unificado seria essencial para a prosperidade da colônia. Para ele, os conselheiros políticos viviam sempre muito atarefados e somente se reuniam em Recife para deliberar conjuntamente quando conseguiam liberar-se de seus compromissos no interior. Por esse motivo, boa parte da comunicação com tais senhores era feita por correspondência e, assim, os assuntos e decisões importantes acabavam se perdendo em uma infinidade de cartas e conferências, de forma que o governo colegiado se tornava bastante ineficiente<sup>353</sup>.

Nesse sentido, Joaquim Ribeiro afirma que a dispersão das funções dos conselheiros levou a um governo sem força política e que o governo militar se aproveitou desta fraqueza para desmoralizar ainda mais a importância da instituição colegiada. Para ele

os cinco membros do Conselho Político, além do mais, agiam dissociados e só raramente se reuniam em Recife, já que foram atribuídas a eles funções dispersivas. [...] Todos reclamavam, para o restabelecimento da ordem e disciplina, a criação de um governo-geral munido de poderes para reorganizar a colônia.<sup>354</sup>

A defesa de um governo unificado se deveu também aos inúmeros conflitos entre conselheiros políticos e o governador. Os conflitos foram tantos que chegou-se a estabelecer a Diretoria Delegada, composta por dois membros.

Para Joaquim Ribeiro, “procurou a Companhia das Índias Ocidentais não separar, com nitidez, as atribuições do ‘governador’ e as do ‘Conselho Político’ e com isso desde logo se esboçou séria crise entre ambos os poderes”<sup>355</sup>. O que havia, portanto, era um conflito de jurisdição entre as duas instituições, de forma que não ficava claro o espaço de atuação de cada uma.

Em carta aos Estados Gerais, Diederick van Vanderburg, então governador, expôs seu ponto de vista e afirmou que uma vez assegurada a segurança da colônia, iria requerer sua dispensa dos serviços da companhia, por julgar que sua presença não era necessária e que os Heeren XIX haviam retirado do cargo de

---

<sup>353</sup> BOXER, 1961, p. 92.

<sup>354</sup> LIBÂNIO GUEDES; RIBEIRO, 1983, p. 351.

<sup>355</sup> LIBÂNIO GUEDES; RIBEIRO, 1983, p. 346.

governador certa autoridade que era essencial, apenas para concedê-la aos conselheiros políticos:

minha presença é menos necessária, visto como a maior autoridade e o mais alto comando foram conferidos pelos senhores diretores aos membros do Conselho Político, consoante pude verificar em suas instruções, e isto com tal prejuízo para minha posição que eu não poderia exercer meu cargo sem ficar privado de uma parte de minha autoridade, da qual não posso prescindir para o comando de minhas tropas. [...] Aliás, nas instruções a mim concedia-se-me dispor de maneira absoluta de todos os empregos vagos no território conquistado, expedições contra inimigos e sítios, e nas instruções aos senhores do Conselho foi-lhes conferida, geral e indistintamente, a nomeação de capitães e tenentes, e a mim somente o ato de escolha, com a reserva de receber o escolhido a sua comissão dos senhores do Conselho, de modo que todos esses oficiais, vendo o pouco poder de que disponho, perderão aos poucos todo o respeito a mim.<sup>356</sup>

Destaca-se, por fim, que a situação financeira da Companhia andava bastante ruim – os gastos em muito excediam o lucro conseguido com a venda de açúcar, pau-brasil e outros produtos coloniais<sup>357</sup>. Seus diretores acreditavam que confiar a administração de seus negócios a um governador-geral também seria bastante útil para melhorar esse quadro:

os diretores estavam agora convencidos de que se a sua devastada colônia fosse consolidada e obrigada a manter-se às próprias custas, a administração de seus negócios deveria ser confiada a um governador-geral com poderes semelhantes aos da pessoa que de seu quartel-general de Batávia dirigia com tanto êxito as operações da Companhia da Índias.<sup>358</sup>

Nesse sentido, para Hermann Wätjen, o estado de luta contínuo de Pernambuco e o desespero que reinava entre seus habitantes exigiam com urgência a reforma no sistema de governo holandês em Recife:

a direção dessa região tão gravemente ameaçada pelo inimigo não podia permanecer por mais tempo nas mãos de um corpo administrativo tão baldo de meios de defesa. Para seu próprio castigo, reconheceu agora a Directoria Geral (...) de reclamar a separação das autoridades militares das civis, e quanto precisava a 'Nova Hollanda' – o nome já se havia então firmado – de um pulso forte. Foi decidido mandar para Pernambuco um General investido de amplos poderes e nomea-lo governador.<sup>359</sup>

---

<sup>356</sup> CARTA DE DIEDERICK VAN WEERDENBURCH AOS ESTADOS GERAIS. In. LIBÂNIO GUEDES; RIBEIRO, 1983, p. 346.

<sup>357</sup> BOXER, 1961, p. 93.

<sup>358</sup> BOXER, 1961, p. 93.

<sup>359</sup> WÄTJEN, 1938, p. 140.



O autor afirma que a Companhia percebeu a necessidade de separar a autoridade civil da militar, e por isso foi decidido enviar ao Brasil um general – patente militar. Desse modo, o Alto Governo ficaria responsável pelas questões militares e o já existente Conselho Político, pelas chamadas questões civis. Dessa forma procedeu-se a separação do governo militar e do governo civil, bastante requisitada pelo antigo governador, van Wanderburg.

Assim, em 1636 inicia-se uma nova fase da administração holandesa do Brasil, com a implementação de um novo regulamento para a organização da colônia e a nomeação de um governador-geral.

O novo regulamento em questão é a “Instrução dos Altos e Poderosos Senhores dos Estados Gerais dos Países Baixos para o alto e baixo governo pela Companhia das Índias Ocidentais, a qual será líder e governante em tudo aquilo que disser e que venha ainda a dizer respeito aos assuntos das capitanias, cidades, fortes e lugares conquistados e que ainda venham a ser conquistados no Brasil”. Tal regulamento, a que daqui em diante chamaremos de Instrução de 1636, data do dia 23 de agosto de 1636 e trouxe uma série de modificações à administração holandesa da colônia.

A Instrução muda drasticamente o Alto Governo da colônia, que passa a ser composto pelo governador-geral e por um Alto e Secreto Conselho, formado por três membros, que ocupam o espaço antes tomado pelo governador e Conselho Político.

Para ocupar a posição mais alta, de governador-geral, é nomeado Johan Maurits von Nassau-Siegen, conhecido como João Maurício de Nassau, em agosto de 1636<sup>360</sup>. Nassau recebeu os títulos de governador-geral, capitão e almirante para enfrentar suas obrigações no Brasil, e também um salário considerado “príncipesco”<sup>361</sup> e chegou ao Brasil em 23 de janeiro de 1637<sup>362</sup>.

A escolha de Nassau para o cargo de governador-geral é festejada pela historiografia até os dias de hoje. Boxer, Wätjen, Netscher, todos concordam que “não poderia ter sido mais feliz a escolha!”<sup>363</sup> do nobre, alemão de nascimento, então com 33 anos de idade, para governar o Brasil Holandês.

---

<sup>360</sup> O documento que o nomeia não contém data, e nem mesmo assinaturas.

<sup>361</sup> BOXER, 1961, p. 96

<sup>362</sup> BOXER, 1961, p. 98.

<sup>363</sup> WÄTJEN, 1938, p. 141

Sua chegada ao Brasil, em 28 de janeiro de 1637, é celebrada nas nótulas diárias e marca o início da vigência da Instrução de 1636:

Graças à Deus chegou Sua Excelência, vossa Senhoria o Conde Mauricio de Nassau, Governador, Capitão e Almirante-General aqui neste país, em nome dos todos poderosos, os senhores do Estados Gerais da União Holandesa, da sua Majestade o Príncipe de Orange, e da Companhia das Índias Ocidentais, no Nordeste do Brasil que já foi ou que ainda será conquistado. Também chegaram os Nobres Senhores do Alto e Secreto Conselho, o Senhor Mathias van Ceulen e o Senhor Adriaan van der Dussen<sup>364</sup>.

A Instrução de 1636 é um regulamento bastante minucioso e, para Wätjen, “o documento histórico-administrativo mais instructivo e interessante”<sup>365</sup> do Arquivo das Índias Ocidentais.

O regulamento começa por estabelecer o Alto Governo, formado pelo governador-geral e pelos três altos e secretos conselheiros.

O governador passa a ter “todo o poder sobre a terra e o mar que lá a Companhia já possui ou vier a possuir”<sup>366</sup>, podendo “fazer tudo aquilo que um governador, capital e almirante-geral esta acostumado a fazer e aquilo que é esperado que faça”<sup>367</sup>. Dentre as suas atribuições estavam presidir as reuniões do Alto Conselho, podendo ali se consultar sobre qualquer assunto decorrente do governo público, a exploração de terra e água, construção de novos fortes, estabelecimento e deslocamento de tropas, exportação daquilo que foi produzido por eles mesmos ou por outros, sentenciar aquilo que exige uma decisão conjunta e posicionar comandantes<sup>368</sup>.

Fica determinada de forma expressa no regulamento a prevalência do governador sobre os altos e secretos conselheiros. Isso por que o governador teria direito a voto com valor duplo em caso de empates<sup>369</sup>.

Por sua vez, os Alto e Secretos conselheiros deveriam ser escolhidos pelos XIX Senhores, como de fato se procedeu. Adriaen van der Dussen, Mathias van Ceulen e Johan van Gijsselingh foram escolhidos pelo quadro diretor da Companhia e enviados ao Brasil, chegando ao Brasil juntamente com Nassau. Relata o conde

---

<sup>364</sup> DN, 28 de janeiro de 1637.

<sup>365</sup> WÄTJEN, 1938, p. 142.

<sup>366</sup> INSTRUÇÃO 1636, art II

<sup>367</sup> INSTRUÇÃO 1636, art. X.

<sup>368</sup> INSTRUÇÃO, 1636, art. III.

<sup>369</sup> INSTRUÇÃO 1636, art. III.

Nassau aos Estados Gerais, em 3 de fevereiro de 1637, que: “em toda minha viagem só encontrei um dos navios da Companhia, a saber, o que trouxe o Sr. Van der Dussen, (...) O senhor Van Ceulen chegou dois dias depois de nós. A esta hora não nos falta senão o senhor Gislaing”<sup>370</sup>.

Aos Altos e Secretos Conselheiros caberia cooperar com o governador, aconselhando-o nas difíceis operações bélicas em terra ou mar, opinar sobre o estabelecimento de fortificações, deliberar sobre a distribuição das tropas militares na colônia e promover fiscalização dos negócios judiciais e financeiros. Também fica taxativamente determinado que um dos conselheiros deveria acompanhar o governador-geral durante toda e qualquer campanha militar.

De acordo com a distribuição de tarefas, fica evidente que a função do Alto Governo holandês no Brasil era militar em sua essência e objetivos. Tanto o governador-geral – ressalte-se novamente, um almirante – quanto os conselheiros, estavam imbuídos de poderes para decidir principalmente sobre questões atinentes a guerra e as tropas, como delimitado acima.

Por sua vez, o governo civil, como era então chamado, recaía sobre os ombros dos conselheiros políticos – ou pelo menos assim deveria ser, de acordo com o texto da instrução. Fica ali estipulado que o Conselho Político deveria ser constituído por nove conselheiros escolhidos pelas diferentes Câmaras da WIC, devendo cada um ter experiência e conhecimento nos assuntos de polícia, justiça e comércio, ou, “ao menos saber tudo aquilo que fosse possível de pelo menos um desses assuntos”<sup>371</sup>.

Para a escolha dos conselheiros, define-se uma proporção de acordo com o grau de importância das Câmaras da WIC, bastante utilizada na escolha de seus membros: “a Câmara de Amsterdam escolherá quatro, a Zelândia dois, Quartier do Norte, Frísia e Rotterdam, um cada”. Ainda assim, a Instrução define que a partir do momento em que foram aprovados em assembleia para o exercício de seus cargos nenhum conselheiro estará vinculado a uma Câmara especificamente, “sem dever receber nenhuma ordem de qualquer Câmara em particular ou de fora”.

---

<sup>370</sup> CARTA DE NASSAU AO CONDE DE BAGNUOLO. In: GOUVEA, Fernando da Cruz. **Maurício de Nassau e o Brasil Holandês: Correspondência com os Estados Gerais**. Recife: Editora Universitária/UFPE, 1998, p. 42.

<sup>371</sup> INSTRUÇÃO DE 1636, art. XXIII.

Muito embora os conselheiros não sejam subordinados as Câmaras da WIC, o Conselho Político é, enquanto instituição colegiada, subordinado ao Alto Governo, devendo a ele prestar contas de todas as suas ações, a exceção dos assuntos de justiça, que serão exclusivamente por ele administrados:

XXV – o próprio colégio deverá ter a direção e administração da Justiça, tanto em casos criminais quanto civis, para que os administrem e dirijam de acordo com as ordens e regulamentos, conforme daqui para a frente será estabelecido.

Já que sua única tarefa passa a ser a administração da justiça colonial, o Conselho Político acaba por transformar-se em uma espécie de tribunal superior. A mudança em suas atribuições ocasionou, em 1640, uma mudança oficial de nome: passa então a ser conhecido como Conselho de Justiça. Wätjen comenta esse fato, e afirma que

as instruções de 23 de agosto de 1636 transformaram o Conselho Político num tribunal de jurisdição civil e penal. (...) Pertenciam á jurisdição do Conselho Político todos os processos civis e criminaes, bem como apelações contra julgamentos finais dos Conselhos de Escabinos – instância considerada imediatamente inferior. Se autores e réos não se conformassem com o veredicto judiciário do Conselho Político, poderiam appellar para o Alto Conselho, como tribunal supremo da colônia.<sup>372</sup>

Ao Conselho Político, daqui para a frente chamado de Conselho de Justiça, caberia o julgamento de todos os casos civis e criminais, bem como apelações contra julgamentos das Câmaras locais, consideradas instâncias imediatamente inferiores. Ressalta-se que ainda havia a possibilidade de apelar das decisões do Conselho de Justiça para o Alto Conselho, tido então como a mais alta instância da justiça na colônia e da qual não caberia mais nenhuma forma de recurso.

Em que pese o Alto Governo pudesse funcionar como tribunal de apelação, ressalta-se, a administração da justiça colonial cabia exclusiva e expressamente ao Conselho de Justiça.

A Instrução estabelece que cinco dos nove conselheiros deveriam ter sua residência no mesmo local do Alto Conselho, de forma a estarem disponíveis para tomar conta da justiça em seus afazeres quotidianos: seguir os processos iniciados, sentenciar e executar as sentenças. Os outros quatro conselheiros previstos pelo

---

<sup>372</sup> WÄTJEN, 1938, p. 301.

regulamento deveriam ser alocados em diferentes lugares da colônia, a serem determinados pelo Alto Conselho. Todos os nove devem se alternar de local a cada ano, em uma forma de rodízio, de forma que nenhum seja privilegiado.

No entanto, o funcionamento do Conselho de Justiça deixava muito a desejar. Ao contrário do que acontecia em Nieu Nederlandt, a maior parte dos membros das cortes brasileiras não possuía qualquer experiência judiciária, e, por tal mal preparo, muitos acabaram mudando de profissão e se unindo aos fazendeiros e plantadores de cana. Nos primeiros anos desta fase intermediária da administração holandesa do Brasil o Conselho de Justiça constituiu um tormento da administração batava. Wätjen afirma que:

Um conselheiro após o outro pedia a sua demissão e iniciava a cultura da canna de assucar no valle do Capibaribe e no do Parahyba. No principio do anno 1638 só restavam trez conselheiros em exercicio, dos quaes um apenas se achava realmente no caso de desempenhar suas funções.<sup>373</sup>

De fato no dia 7 de julho de 1639, há nas atas das reuniões do Conselho de justiça uma reclamação, feita pelos conselheiros políticos. Ali, contam somente três nomes: De Witte, van der Voorde e Herckmans. Os conselheiros políticos pedem que alguns conselheiros de justiça os ajudem, já que não estão conseguindo dar conta de todo o trabalho. Também coadunando com a versão de Wätjen, conta desse documento que Herckmans e van der Voorde estavam imbuídos das funções de tesoureiros, sendo que somente De Witte estava completamente dedicado ao Conselho:

Os Senhores do Conselho político, De Witte, Herckmans e Van de Voorde informaram que o seu colégio estava desfalcado para poderem tomar conta da justiça diária. Visto que os Senhores Herckmans e van der Voorde assumem a função de tesoureiros e estão ocupados pelo pagamento de pessoas privadas e não podem fazer uma audiência diariamente e o Senhor De Witte não o pode fazer sozinho, eles requerem que nós o ajudemos com um adjunto ou de outra maneira. Assim foi decidido que o Senhor Mortamer, diretor na Capitania de Itamaracá que não tem muitos afazeres venha para aqui para aqui assistir o colégio e à cada três semanas vir de Itamaracá por três ou quatro dias, para ali despachar o que seja necessário. Entretanto os Senhores tesoureiros irão instituir certos dias onde para se fazer os pagamentos e outros dias para presenciarem os casos de justiça. Nos dias de pagamentos De Witte e Mortamer poderão despachar pequenas coisas.<sup>374</sup>

---

<sup>373</sup> WÄTJEN, 1938, p. 320.

<sup>374</sup> DN, 7 de julho de 1639.

Além do mais, a instrução prevê, para a administração da justiça criminal a presença de escoltetos ou fiscais. Sua função é a apreensão de criminosos, administração e cumprimento das ordenações e correção daqueles que as ultrapassarem. Para Wätjen, os escoltetos acumulam funções de promotor, exator da fazenda e chefe de polícia<sup>375</sup>. Para isso, fica determinado que os escoltetos deverão contar com o auxílio do Conselho Político.

Frans Leonard Schalkwijk afirma que o escolteto era o detentor de boa parte do poder a nível municipal, sendo que presidia a Câmara de escabinos e acumulava uma série de funções:

cada Câmara era composta de escabinos (schepenen) e um escolteto (schout). Os escabinos, geralmente em número de cinco ou mais, eram eleitos pelo governo central através de uma lista de candidatos, preparada pelas pessoas de destaque regional; pelo menos um deles deveria ser holandês. Essas 'Câmaras municipais' exerciam poder civil e judiciário limitado, e os litigantes poderiam apelar para o Conselho político, que funcionava na época nassoviana como um supremo tribunal, composto apenas de holandeses. Mas a justiça era vagarosa e estava sujeita, as vezes, a suborno. O homem forte no município era o escolteto, presidente da Câmara dos escabinos. Ele era também promotor de justiça, chefe da polícia e exator da fazenda. Os abusos cometidos por esses escoltetos contribuíram para acender o estopim da revolta. Havia, entretanto, funcionários íntegros, como por exemplo, em Santo Antônio do Cabo, ao sul de Recife. Nos últimos anos antes da insurreição, trabalhava ali o comissário Bavinck, e os moradores se mostravam muito contentes com a sua administração. O tabelião era o nobre Isaac Sweers (o futuro vice-almirante), e o pastor local era o fiel Petrus Ongena, de Leiden. É interessante observar que o padre da igreja católica romana dessa vila apoiava o governo holandês durante a insurreição.<sup>376</sup>

Além do escolteto, está previsto o emprego de mais três oficiais de nível diretamente inferior em todos os lugares onde houver uma corte de primeira instância ou administração de justiça.

A instrução também determina que os conselheiros políticos devem escolher dentre a população local de cada cidade em que haja número suficiente de moradores para tal – muito embora não se defina tal padrão – vinte pessoas, em média, não devendo ultrapassar trinta, para que sirvam de eleitores:

estes deverão, todo ano, no começo do mês de junho, se reunir e reportar ao Conselho, para escolher dentre os cidadãos o triplo de nomes do que

---

<sup>375</sup> WÄTJEN, 1938, p. 305.

<sup>376</sup> SCHALKWIJK, 1989, p. 79.

necessário, das quais o Governador e o Alto Conselho, ou na ausência do Governador apenas o Alto Conselho, escolherão o número necessário de pessoas.

Essa escolha se refere a eleição dos escabinos (*schepenen*), ou administradores da justiça civil e criminal a nível municipal, que deverão ser 5 ou mais, a depender do tamanho da cidade. Os escabinos deveriam seguir os procedimentos e regimentos da Holanda de 1580 ou buscar algo semelhante que fosse previamente aceito pelos Heeren XIX.

De acordo com Wätjen, a instalação das Câmaras de escabinos se iniciou logo após a instauração do novo regime<sup>377</sup>. Em 1638, Nassau e o Alto Conselho escrevem em uma carta aos Heeren XIX que já haviam tido êxito na instalação de colégios com cinco escabinos cada em Olinda, Itamaracá e Parahyba, e com três escabinos em Igarassu, Serinhaém e Rio Grande<sup>378</sup>.

Devido a questionamentos feitos pelos próprios escabinos, o governo acabou por determinar que em contendas entre holandeses e entre holandeses e portugueses, deveria ser usada a língua holandesa; já para casos entre portugueses, muito mais comuns, se poderia utilizar a língua portuguesa<sup>379</sup>.

Boxer define que as Câmaras de escabinos, em relação ao Conselho de Justiça e do Alto e Secreto Conselho, ficavam abaixo na escala administrativa, e que foram criados para substituir as Câmaras portuguesas:

eram esses Conselhos organizados de acordo com o modelo metropolitano, e se compunha de um chefe holandês e de delegados portugueses, escolhidos pelo governador-geral e respectivo Conselho das listas eleitorais regionais que lhes eram enviadas anualmente. Essas corporações locais tanto exerciam funções municipais como judiciais, mas estas últimas limitavam-se às demandas em que não estivessem envolvidos mais de 120 florins. Aos litigantes assistia o direito de apelar para o Conselho de Justiça de Recife.<sup>380</sup>

Caso houvesse um conselheiro político residente na cidade, este poderia presidir os escabinos, caso assim se julgue necessário.

A Instrução explicita que os escabinos ficam responsáveis por administrar a justiça para holandeses e portugueses indiscriminadamente, e também em negócios

---

<sup>377</sup> WÄTJEN, 1938, p. 305.

<sup>378</sup> WÄTJEN, 1938, p. 305.

<sup>379</sup> WÄTJEN, 1938, p. 306.

<sup>380</sup> BOXER, 1961, p. 183/184.



da companhia “que por sua natureza e conveniência sejam assunto da justiça comum”. A eles cabe analisar todas as alienações, encargos, hipotecas gerais ou particulares, heranças de casas, terrenos e terras e usufrutos de propriedades ou direitos.

Em resposta a consulta da Câmara da Parahyba, o Conselho de Justiça esmiúça a questão da eleição dos escabinos:

Quanto ao requerimento de serem governados de acordo com as leis e costumes de Portugal lhes respondemos que pelos todos poderosos e o Conselho dos 19 uma forma de governo muito efetiva tinha sido criada, a saber, que o Conselho político iria escolher 20 à 30 das pessoas mais qualificadas da Capitania que serão os eleitores durante toda sua vida e escolheram os representantes civis. Que os eleitores todos os anos no mês de junho, irão se reunir sob convocação do Conselho político atual e irão nomear 3 pessoas dentre os habitantes. Os eleitores passarão esta nomeação as mãos do Diretor, que enviará diretamente para cá de modo que o governador possa escolher um dos 3 candidatos. Os ‘richters’ ou governadores irão ser 5 em total, talvez mais, mas não menos, mas na reunião deles o Conselho político poderá presidir caso eles achem necessário. Os escabinos seguirão o modo de proceder determinado em 1580 pelos Senhores do Estados na Holanda sobre as cidades e o interior do país, e aqueles que foram julgados poderão apelar perante o colégio do Conselho político, como está descrito nos artigos das instruções detalhadamente, o que foi determinado pelos senhores dos Estados Gerais para o Alto Conselho, que começa com o artigo 46 até 56.

E para que os escabinos estejam a parte do poder do Conselho político, órgão responsável pelo governo de sua Capitania, todos os oficiais da Câmara ou os escabinos irão para casa do Diretor que irá lhes dar as instruções sobre seus direitos e deveres.<sup>381</sup>

Nos dias que se seguiram a essa consulta, há a escolha de vários eleitores. No dia 6 de julho consta que boa parte dos eleitores escolhidos eram portugueses, mas que holandeses também deveriam ser considerados caso residissem nas regiões das Câmaras a serem formadas. Muito embora se preocupem com a representação da população portuguesa e com a correta proporcionalidade de escabinos de cada nacionalidade em relação aos moradores da região da Câmara, o governo flamengo demonstra claramente o intento de ter sempre holandeses indicados para os cargos, quando possível:

---

<sup>381</sup> DN, 2 de julho de 1637.

levando em conta que caso holandeses morem nesta região também sejam levados em consideração. Em seguida que os eleitores escolhidos sejam convocados e que eles nomeiem 3 candidatos, de modo que nós possamos fazer rapidamente as eleições dos governantes e que a justiça tome seu curso. Também ficou decidido que escolhessem-se os eleitores do distrito da Câmara de Olinda, e na Capitania de Itamaracá e Paraíba, a saber, 20 eleitores para o distrito de Olinda e 16 eleitores para Itamaracá e 16 para Paraíba, também levando em conta que holandeses que tenham capacidade para isto sejam indicados.<sup>382</sup>

Ocorre, assim, a criação das Câmaras de escabinos, uma apropriação holandesa das instituições portuguesas que já estavam instaladas no Brasil. O que se forma, são instituições híbridas, em parte holandesas e em parte portuguesas, o que ressalta a grande circularidade de cultura jurídica no período:

Percebe-se, portanto, que as Câmaras de vereadores foram absorvidas pela nova organização dos holandeses, que aproveitou as sedes, alguns membros e até mesmo o nome de suas antecessoras, dando-lhes, entretanto, contornos próprios e um tempero tipicamente republicano. Trata-se, assim, claramente de uma instituição híbrida, que une elementos da cultura jurídica portuguesa, como a organização em Câmaras e Conselhos, com elementos neerlandeses, os escabinos e os escoltetos. Até mesmo o direito a ser aplicado girava em torno de Ordenações de ambas as comunidades. Essa construção bastante característica e multi-cultural é exemplo absoluto de circularidade da cultura jurídica.<sup>383</sup>

Para Rômulo Xavier, as Câmaras de escabinos foram montadas a partir de aspectos familiares encontrados pela WIC na colônia brasileira. O historiador busca problematizar o papel de Nassau na implantação das Câmaras de escabinos, papel este que nunca acreditamos ter existido. Ainda assim, suas considerações valem para a compreensão do Brasil Holandês como um todo, para que não mais seja entendido como equivalente e reduzido ao governo de Maurício de Nassau:

Os escabinos, portugueses e neerlandeses, não surgiram do nada ou da idéia de se implantar tribunais locais pura e simplesmente. Pelo contrário, a instituição é que veio encontrar no Brasil elementos já anteriormente ligados à WIC. Nesse sentido, pudemos ver continuidades entre o governo nassoviano e a fase dos *kleine profijt*. Continuidades porque o sistema de comunicação fluvial do qual se serviu a administração de Nassau teve início antes de sua chegada. (...). Méritos de Nassau? Pode ser. No entanto, são méritos também que o conde alemão pode muito bem dividir com alguns

---

<sup>382</sup> DN, 6 de julho de 1637.

<sup>383</sup> NAVARRO, Luize. **Entre dois mundos: Câmaras e escabinos na circularidade da cultura jurídica no Brasil holandês (1630-1654)**. Dissertação (mestrado em Direito). Universidade Federal do Paraná, Faculdade de Direito, Departamento de Ciências Jurídicas, 2015, p. 91.

administradores e militares que vieram antes dele. Não se trata, que isso fique bem evidente, de diminuir o papel de Nassau no governo do Brasil. Trata-se, pois, de não reduzirmos o governo do Brasil holandês à sua pessoa.<sup>384</sup>

O que se vê na prática é uma grande valorização do direito e instituições locais, que foram apropriadas pelos holandeses naquilo que encontraram de familiar. As capitanias, por exemplo, eram divisões territoriais como as províncias, sendo que Barleus até mesmo as chama assim<sup>385</sup>. Nesse ponto, a pretensão dos holandeses de unificação ou centralização para as colônias, afasta-se da realidade, abrindo espaço para os localismos e particularidades impostas pelos territórios encontrados por eles.

Ainda que haja a existência do governador, sendo que não havia um cargo superior de governo que não fosse colegiado nos Países Baixos, neste período pode-se perceber que os holandeses buscaram aproximar a organização da colônia daquilo que ocorria na pátria mãe. Escoltetos e escabinos tornaram-se a base do governo municipal, bem como a força motriz da justiça colonial, que era essencialmente local, espelhando os costumes holandeses. Nestes anos, a colônia vivenciou o maior fluxo de transplantes legais, já que os holandeses buscaram colocar seu sistema, sua organização, oficiais e regulamentos para serem aplicados no Brasil.

Abaixo, nas figuras 4, 5 e 6, encontram-se os selos oficiais do Alto Governo no Brasil, do Conselho de Justiça e das Câmaras e capitanias, que demonstram que os termos capitania e Câmara – bem como os conceitos e instituições que representam – são absorvidos e utilizados oficialmente pelos holandeses. Daniel Vieira analisa os mesmos brasões das capitanias aqui apresentados, porém retirados de um mapa cartográfico de Georg Marcgraf, que ele acredita ter sido complementado com desenhos e vinhetas de Frans Post<sup>386</sup>.

Os selos também são mencionados por Caspar van Baerle ou Barleus, que afirma se tratarem de uma solicitação das Câmaras provinciais dirigida ao Conde

---

<sup>384</sup> XAVIER, Rômulo. O “desconforto da governabilidade”: aspectos da administração no Brasil holandês (1630-1644). Tese (doutorado em História). Universidade Federal Fluminense, Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Departamento de História, 2008.

<sup>385</sup> BARLEUS, Capar. **História dos feitos recentemente praticados durante oito anos no Brasil e noutras partes sob o governo do ilustríssimo João Maurício Conde de Nassau**. Rio de Janeiro: Serviço Gráfico do Ministério da Educação, 1940, p. 122.

<sup>386</sup> VIEIRA, 2011.

Nassau, sendo que tinham a finalidade de autenticar os atos públicos. Continua o autor:

Deu-se este cuidado à indústria do Conde (pois convém que os governantes sempre se avantajem aos demais). Ele ideou para cada província o seu brasão próprio; depois formou o do Conselho Supremo, abrangendo num só escudo as insígnias de cada uma delas, para indicar assim os términos do Brasil Holandês. Sobre este escudo viam-se as armas das Províncias Unidas e em baixo a divisa da Companhia das Índias Ocidentais. O selo do Senado Político (ou Conselho de Justiça) era constituído pelos brasões das quatro províncias, contidos num escudo semelhante, sobre o qual se via a virgem Astréia, trazendo numa das mãos uma espada, vingadora dos crimes, e na outra uma balança, regra dos comerciantes.<sup>387</sup>

Barleus também descreve os símbolos utilizados nos selos, explicando seus significados<sup>388</sup>. O brasão da Câmara de Pernambuco tinha por insígnia uma virgem “mirando-se num espelho e como enlevada pela sua formosura” e empunhando uma cana sacarina, significando a beleza e riqueza da região; o selo de Itamaracá era composto por um cacho de uvas, “porque nenhuma parte do Brasil os produzia tão belos e suculentos quanto a ilha”; o da Paraíba era formado por desenhos de pães de açúcar, demonstrando seu papel na produção e no trabalho dos engenhos; e, por fim, o brasão do Rio Grande era constituído pela representação de um rio e de emas, aves mais abundantes nesta região<sup>389</sup>.

Não foram encontradas, entretanto, menções aos desenhos e motivos dos brasões específicos para as Câmaras (Alagoas, Porto Calvo, Igarasu e Serinhaém) na bibliografia consultada.

---

<sup>387</sup> BARLEUS, 1940, p. 122.

<sup>388</sup> Ver também: CARVALHO, Alfredo de. **Os brasões d’armas do Brasil Holandês**, RIAGP, n. 63, 1904.

<sup>389</sup> BARLEUS, 1940, 122.

FIGURA 5: Selo do Conselho de Justiça no Brasil, Câmara de Alagoas, Câmara de Porto Calvo, Câmara de Serinhaém.

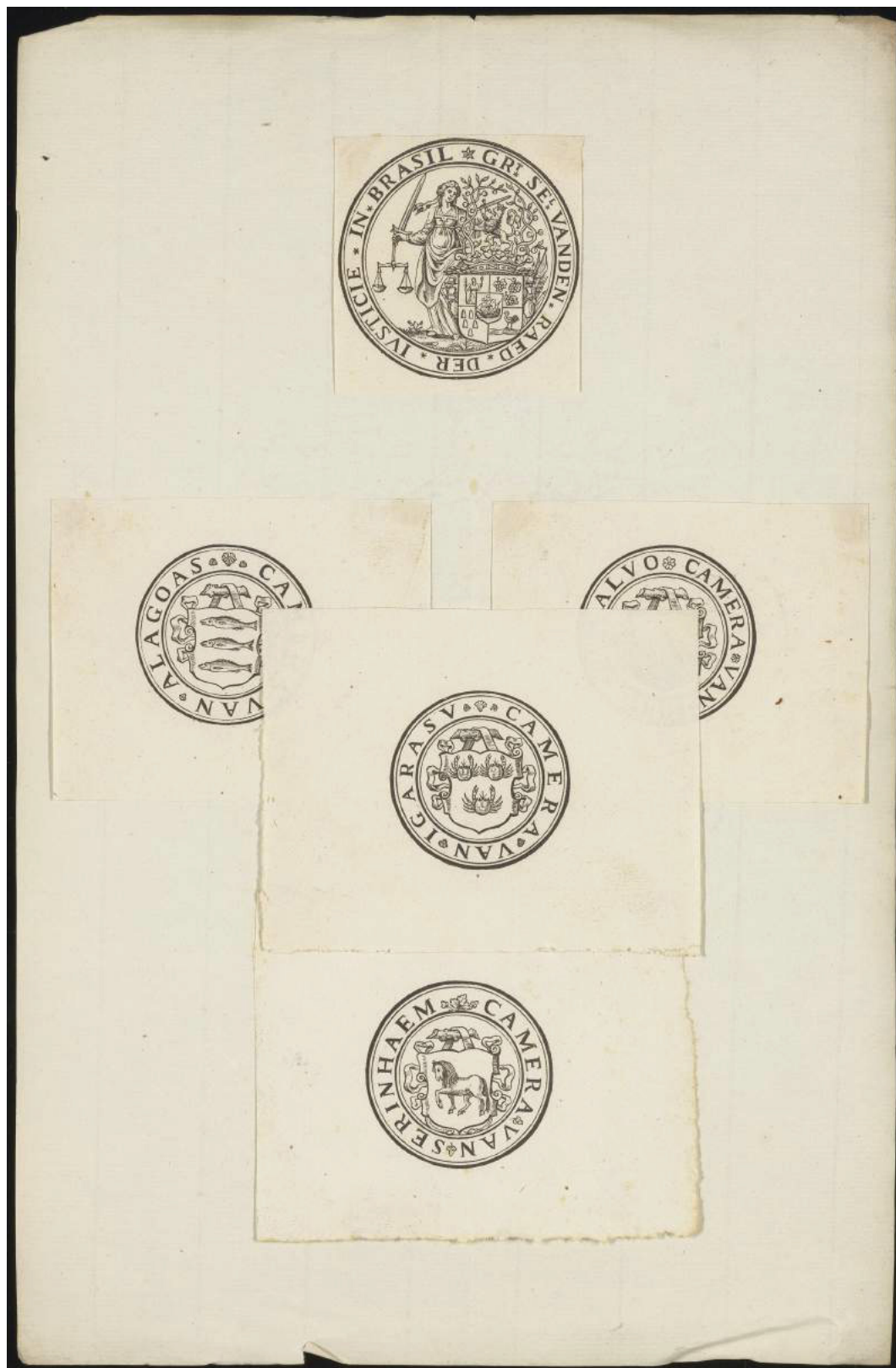


©Archief.Amsterdam KLAB05140000052

Amsterdam Stadsarchief. Inv. n. 5059. KLAB05140000052.



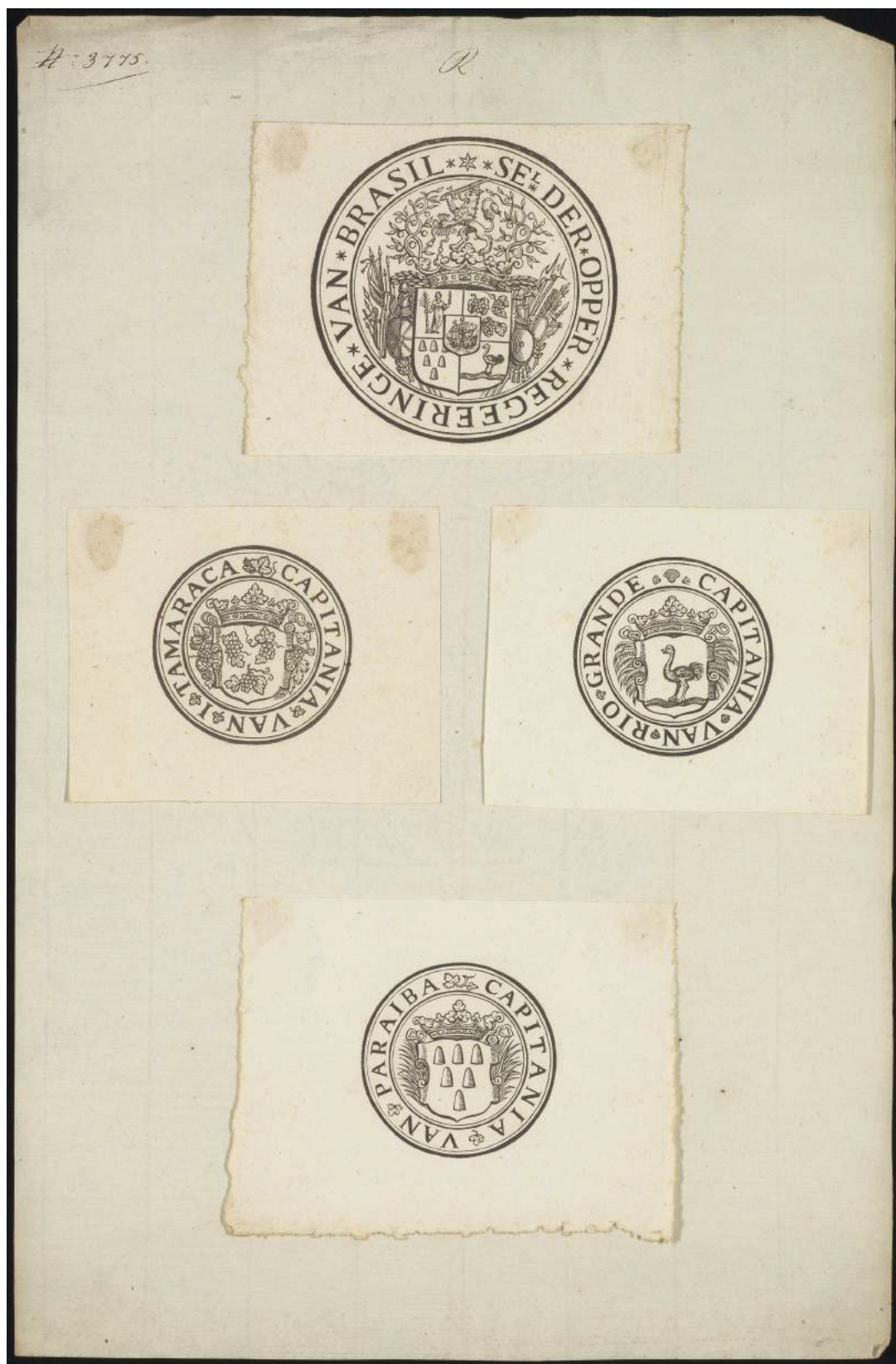
FIGURA 6: Selo do Conselho de Justiça no Brasil, Câmara de Alagoas, Câmara de Porto Calvo e Câmara de Igarçu.



©Archief.Amsterdam KLAB0514000053

Amsterdam Stadsarchief. Inv. n. 5059. KLAB0514000053.

FIGURA 7: Selo do Alto Governo do Brasil e selos das Capitanias de Itamaracá, Rio Grande e Paraíba.



©Archief.Amsterdam KLAB0514000054

Amsterdam Stadsarchief. Inv. n. 5059. KLAB0514000054.



FIGURA 8: Selo do Alto Governo do Brasil e selos das Capitanias de Itamaracá, Rio Grande e Pernambuco.



©Archief.Amsterdam KLAB0514000055

Amsterdam Stadsarchief. Inv. n. 5059. KLAB0514000055.

A instrução define, para matérias relativas a direito civil, como direitos entre marido e esposa e sucessões, o uso da Ordenação da Holanda de 1582, que deve, para tanto, receber “força de lei e direito”. Já para outros assuntos, relativos a contratos entre cidadãos e outras operações, deveria ser seguido o direito comum.

A questão dos matrimônios, pelo que apontam as fontes consultadas, era bastante confusa no Brasil Holandês. Problemas surgem com frequência nas *Actas Classis*<sup>390</sup> das reuniões da nata religiosa holandesa da colônia, de forma que há demonstrações de grande preocupação com o assunto.

Na Assembleia Classical realizada em março de 1637, os predicantes requisitam que lhes sejam enviadas as ordenanças para o matrimônio utilizadas na pátria e já enfrentam alguns casos bastante complicados. O pedido para que tais ordenanças sejam enviadas e para que sejam feitos editais de forma e impedir casamentos incestuosos e adúlteros, bem como concubinatos, é repetido em quase todas as reuniões da Assembleia religiosa, que ocorria duas vezes por ano<sup>391</sup>.

A título de exemplo, citam-se gravames apresentados pelos membros da Igreja Reformada à Assembleia em julho de 1644:

Art. (13) A respeito do sexto gravame, que trata de assuntos matrimoniais, de que tratam art. 6, 12, 14, 38 *coetus praeparatorii*, resolveu-se solicitar renovação e execução dos editais. Nesta ocasião pergunta a Igreja da Paraíba, se um homem que tem esposa na Pátria, que, conforme afirma, lhe foi tirada pelo irmão dela; a qual também, depois, conforme afirma, não procedeu honestamente e casou-se na Pátria com outro homem, (se este homem) poderá casar-se aqui com outra mulher?

A essa pergunta respondeu a Assembléia. que aquela pessoa deve provar primeiramente, que a mulher rompeu os laços matrimoniais por meio de adultério, e que ele esteja inocente, e que solicite, então, ao Magistrado no lugar da residência dela, a conveniente separação.

Por essa ocasião foi também comunicado: em primeiro lugar que um Brasileiro age imprudentemente com a madrasta, que é retida por um Português. Em segundo lugar, que um outro Brasileiro tem duas mulheres. Em terceiro lugar, que certo homem, cuja mulher também vive em adultério, está vivendo em concubinato com a mulher de outrem. Em quarto lugar, que

---

<sup>390</sup> As *Actas Classis* são relatórios das reuniões das congregações da Igreja Reformada no Brasil Holandês. Cita-se Marcos Galindo: “Nesta altura da história européia, ainda não havia separação entre igreja e estado, e cada país tinha sua igreja oficial. Nos Países Baixos, ela era a Igreja Cristã Reformada que foi implantada também no Brasil holandês. Ali havia umas 22 congregações locais, das quais Recife e Paraíba eram as de maior importância, sendo elas servidas nas várias capitânias por mais de 50 pastores evangélicos, e o dobro de evangelistas. A partir de 1636, representantes dessas igrejas se reuniram uma ou duas vezes por ano num presbitério, um conclave nacional, chamado a “Classe do Brasil”. Durante alguns anos houveram até duas Classes, formando um único “Sínodo do Brasil”. Conforme o costume holandês, anotações detalhadas foram feitas durante cada reunião, e treze destas atas eclesiásticas foram preservadas”.

<sup>391</sup> *Actas classis* (adiante AC), 3 de março de 1637.

certo homem vendeu a sua mulher por cinco florins a outro, e que o comprador mantém a mulher comprada, tendo filhos com ela. Perguntam o que convém fazer contra tais males?

A Assembléia julga quanto ao primeiro e segundo item concernente aos Brasileiros e o Português, que sobre isto deve-se representar aos Srs. Conselheiros, para que se digne estatuir de forma que se reprima esse mal. Ficando bem compreendido que a pedido do Ilmo. Sr. Dirck Codde van der Burg, por alguns membros desta Assembléia que conhecem melhor a natureza dos Brasileiros, será apresentado um projeto incluindo os remédios pelos quais os Brasileiros serão libertados não somente desses males como também de todos os outros.<sup>392</sup>

Um problema enfrentado pela colônia em decorrência desta forma de organização eram os constantes conflitos de jurisdição entre Câmaras de escabinos e o Conselho Político. Wätjen afirma que os escabinos “permitiram-se mesmo invadir as atribuições conferidas ao Conselho, e avocar ao seu fôro causas que não eram de sua competência, e, sim, do Conselho Político”<sup>393</sup>. Para ele, as Câmaras de escabinos atuavam como se fossem soberanas, o que acabou sendo de conhecimento de todos, figurando até mesmo em cartas de Maurício de Nassau aos Heeren XIX<sup>394</sup>.

Em relatório enviado aos Heeren XIX em 1638, o Alto Governo da colônia holandesa no Brasil afirma que:

há alguns meses que os colégios dos escabinos se acham instalados e funcionam, mas até o presente não tem sido possível que procedam conforme as ordenações e o estilo da Holanda e Frísia Ocidental, primeiro porque é coisa muito grave fazer com que um povo inteiro mude de leis, ordem e estilo, e aprenda um novo estilo; e segundo, por causa da diferença da língua, e por ser difícil verter as nossas ordenações do holandês para o português, no que entretanto estamos muito empenhados, e em breve lhes daremos traduzidas em português as ordenações sobre coisas de justiça, tanto quanto forem concernentes a esses colégios.<sup>395</sup>

Neste documento, o Alto Governo também menciona a existência de duas outras instituições essenciais para a administração a colônia: um colégio de tutores de órfãos, composto por dois portugueses e um holandês; e o colégio da

---

<sup>392</sup> AC, julho de 1637.

<sup>393</sup> WÄTJEN, 1938, p. 307.

<sup>394</sup> Nassau escreve carta apoiando as queixas dos conselheiros políticos e posicionando-se contra a tendência de aumentar as competências dos escoltetos e escabinos. WÄTJEN, 1938, p. 307.

<sup>395</sup> BREVE DISCURSO sobre o estado das quatro capitânias conquistadas no Brasil, 14 de janeiro de 1638, FHBH, p. 97.

misericórdia de Olinda, que administra o patrimônio da misericórdia, sendo composto por sete membros, três holandeses e quatro portugueses, escolhidos dentre os irmãos da misericórdia<sup>396</sup>. A mesma informação consta da nótula diária do dia 31 de agosto de 1637, em que são de fato escolhidos os três flamengos e os quatro portugueses “para que juntos possam administrar a casa”<sup>397</sup>.

Quanto ao funcionamento da casa da misericórdia durante o domínio holandês, destaca-se que em 21 de julho de 1637, os holandeses do Conselho Político buscaram se informar a seu respeito, recebendo a visita de seus oficiais. Nesta ocasião foram informados que a renda da instituição vinha principalmente do aluguel de casas que “lhe foram concedidas em propriedade por testamento”<sup>398</sup>. Também foram discutidas as funções da misericórdia:

A confraria da casa de Misericórdia não cuidava somente de doentes pobres, que estavam sempre presentes em grandes quantidades, mas também de todas as crianças órfãs e pobres que eles criavam, educavam e faziam com que casassem e provendo-as de algum dote. Em seguida eles visitavam os prisioneiros no dia de suas sentenças e caso eles fossem mandados embora então eles pagavam seu transporte e pensão. Finalmente eles também sustentavam órfãos e pobres famílias com muitas crianças, à quem eles davam doações semanalmente.<sup>399</sup>

Acredita-se que esta visita deu-se em razão de um requerimento da Câmara de Olinda, que data do dia 5 de maio de 1637, para que o décimo e as casas cujo aluguel era destinado a manter a confraria funcionando fossem mantidos. O Conselho decidiu pela manutenção da propriedade das casas, mas pediu especificações, que acreditamos terem sido feitas com a visita acima mencionada:

No décimo 13 artigo eles requerem que as casas de aluguel, que pertence à Casa da Misericórdia, continuem pertencendo à casa de Misericórdia, assim como um 10% da criação doada a casa de Misericórdia pelo Rei. Foi decidido manter as casas como propriedade da casa de Misericórdia, mas, isto deverá ser especificado. Quanto ao 10% da criação eles deverão nos informar mais detalhadamente o que eles entendem como um décimo e até que ponto isto continua. Em seguida eles deverão explicar os outros meios e ganhos da casa de Misericórdia.<sup>400</sup>

---

<sup>396</sup> BREVE DISCURSO..., 1638, p. 97.

<sup>397</sup> DN, 31 de agosto de 1637.

<sup>398</sup> DN, 21 de julho de 1637.

<sup>399</sup> DN, 21 de julho de 1637.

<sup>400</sup> DN, 5 de maio de 1637.

As casas de misericórdia eram essenciais na América Portuguesa. Para Vainfas, “constituíram junto com as outras irmandades religiosas, uma das principais formas de organização social existentes, exercendo forte influência política e econômica”<sup>401</sup>. A instituição, típica da civilização portuguesa, não somente foi mantida, como também recebia parte dos impostos recolhidos pelo governo flamengo<sup>402</sup>, o que demonstra o grande alcance e força das instituições portuguesas que os holandeses encontraram. Com sua manutenção e apropriação pelos holandeses, temos mais um grande exemplo do poder dos localismos e particularismos no governo holandês de suas colônias.

No dia 23 de novembro de 1638 se discute a questão do conflito de jurisdição entre as Câmaras de escabinos e o Conselho Político:

Referente à queixa dos Escabinos onde eles sustentam a idéia que todos os casos os deverão ser primeiramente apresentados à eles, lhes foi lembrado que o país é governado, de acordo com as nossas ordens, seguindo nossos Escabinos na Holanda e em West-Friesland em seguida foi dada a preferência que alguns casos primeiramente fossem apresentados ao Conselho político, assim como se pode ver na ordem ou instrução da Corte holandesa, artigo 8. em seguida que se introduza uma instrução onde a competência judicial esteja indicada claramente.<sup>403</sup>

August de Quelen afirma em 1640, descrevendo as Câmaras de escabinos, que

Há outros tribunais inferiores e são como Conselhos ou Câmaras, compostos em partes iguais de Neerlandeses e Portugueses, estabelecidos fora do Recife, no interior, perante os quais é obrigatório o procedimento em primeira instância e destes se pode apelar para o Conselho Político. Em todos eles o expediente é de uma morosidade odiosa, mesmo nos lugares mais tranquilos, do que resulta grande prejuízo tanto para a Companhia quanto para os particulares e ainda contra as formas que devem ser observadas nas condições atuais do país. Pois este deve ser considerado em estado de conquista e não de posse assegurada, de maneira que

---

<sup>401</sup> VAINFAS, Ronaldo (dir.). **Dicionário do Brasil Colonial (1500-1808)**. Rio de Janeiro: Editora Objetiva, 2000, p. 401.

<sup>402</sup> DN, 31 de agosto de 1637.

<sup>403</sup> DN, 23 de novembro de 1638.

se deve dizer *Servent arma togam e não cedant arma togae* etc. E que a justiça seja exercida *More militari* e não *forensi Brevi et Expedite*.<sup>404</sup>

Para ele, holandeses e portugueses não podiam obter justiça nos tribunais inferiores bipartidos sem enfrentar um alto grau de dificuldade, por uma variedade de motivos: a distância dos domicílios para fazer as citações; os riscos de roubos e assassinatos frequentes nas estradas, pelas quais se teria de passar para conseguir levar os processos adiante; a “quase impossibilidade” de fazer-se citar, já que os tribunais em questão tinham pouquíssimos meirinhos e oficiais, e os que existiam não citavam portugueses que pudessem ter alguma influência no futuro. Além do mais, de acordo com sua experiência, se um caso chegasse ao Conselho de Justiça e obtivesse uma sentença, esta não seria executada, já que não era feito o arresto dos bens de um devedor para garantir o pagamento das dívidas:

e se, por fim, se chegar ao Conselho político e aí se obtiver sentença, nenhuma ordem há para executá-las e dá-se ciência das sentenças executivas ao devedor antes de ser feito o sequestro e arresto dos seus bens, de modo que lhe fica tempo suficiente de ocultar tudo antes da execução, e nada se encontra senão o ninho vazio. Dessa forma os negociantes tem os maiores trabalhos do mundo na cobrança de suas dívidas por via da Justiça, da qual nem mesmo se podem prevalecer contra alguns dos mais poderosos e ricos do país (...).<sup>405</sup>

Van Ceulen escreve em 1640 um relatório sobre o estado da capitania de Pernambuco, em que discorre sobre diversos problemas enfrentados na administração da justiça. Ali, faz uma descrição minuciosa da situação da milícia, do comércio e da justiça. Quanto a esta última, afirma que trata-se da “mercadoria mais reclamada em Pernambuco e, todavia, a mais rara, para não dizer que falta totalmente, ou, se há, está tão escondida que quase nunca se vê (...)”.

Também Adriaen van der Dussen, ao deixar o Brasil, onde ocupou a função de Alto e Secreto conselheiro, escreve um pormenorizado relatório sobre a condição das capitanias conquistadas. Ele descreve que o Conselho Político ou de justiça de apelação contava com apenas sete conselheiros, ao invés dos 9 previstos da instrução. Ele afirma que

---

<sup>404</sup> DE QUELEN, Auguste. **Breve Relação do Estado de Pernambuco**, 1640. In: FHBH2, p. 440.

<sup>405</sup> DE QUELEN, Auguste. **Breve Relação do Estado de Pernambuco**, 1640. In: FHBH2, p. 440.



Essas vagas precisam ser preenchidas porque é muito necessário que um doa Conselheiros resida da região de Alagoas (no que, de algum tempo para cá, vem sendo empregado o Sr. Nunno Olpherdi); que um segundo dirija os distritos de Porto Calvo e Sirinhaém, (para onde já foi designado o Sr. Pieter Jansz Bas); que um terceiro dirija a Capitania de Itamaracá (para onde foi designado o Sr, Pieter Morthamer) e, finalmente, que um se encarregue dos interesses da Companhia na Paraíba (para onde foi designado o Sr. Daniel Alberti); de modo que no Recife residem somente três conselheiros políticos, a saber: os Srs. Elias Herckmans, van der Voorde e Gijsberth de With. Destes, os Srs. Herckmans e van der Voorde dirigem, como tesouheiros, a Contadoria de Finanças e nessa qualidade assistem a todos os pagamentos das guarnições próximas, com cujo serviço estão sempre tão ocupados que os casos de justiça não são despachados coma presteza que eles desejam e que é necessária. Do mesmo modo, é necessário, ainda, que os armazéns de viveres secos e molhados, de mercadorias e de artilharia estejam sob fiscalização de um dos Conselheiros; podem verificar assim V. Ex.as quão necessário é que, no mínimo, o numero de conselheiro seja completado, visto que o Sr. De With ou outro conselheiro político não pode fiscalizar isso tudo.<sup>406</sup>

Em 1645, Nassau deixa seu cargo de governador e volta para a Holanda. Durante seu governo, os holandeses conquistaram Sergipe, Ceara, Maranhão, Elmina, Benguela, São Tomé e São Paulo de Luanda, na África. Ou seja, “sob o governo de Johan Maurits, o Império Atlântico Holandês floresceu como nunca antes”<sup>407</sup>.

Para Boxer, a exoneração de Nassau de seu cargo teve como estopim a assinatura da trégua com Portugal, já que uma vez assinada a trégua concluíram os diretores que não havia mais necessidade de se sujeitarem por mais tempo a João Maurício, “nem de sustentar no Brasil uma guarnição numerosa podendo assim economizar à custa dessas duas fontes de despesa”<sup>408</sup>.

Vale lembrar que Nassau representava um alto gasto para a WIC, com seu grande patrocínio das artes e ciência. Além do mais tinha uma “febril atividade construtora”<sup>409</sup>, o que também resultava em custos para a Companhia que, no fim do dia, era uma empresa comercial que buscava lucros por meio do comércio de açúcar. O Conde a WIC aborreciam-se um com o outro, já que o conde sempre requisitava suprimentos, dinheiro e homens, ao que a companhia nem sempre podia responder<sup>410</sup>, a ponto de Nassau ter requerido mais de uma vez sua renúncia.

---

<sup>406</sup> VAN DER DUSSEN, Adriaen. **Relatório sobre o estado das capitanias conquistadas no Brasil**, 4 de abril de 1640. FHBH 1, p 193.

<sup>407</sup> VAN GROESEN, 2017, p. 103. “Under Johan Maurits’s rule, the Dutch Atlantic empire flourished as never before”. Tradução nossa.

<sup>408</sup> BOXER, 1961, p. 218/219

<sup>409</sup> WÄTJEN, 1938, p. 320.

<sup>410</sup> BOXER, 1961, p. 217.

Para Nestcher, “os diretores desdenhavam os Conselhos do Conde e se tornava, dia a dia, mais evidente procuravam se ver livres dum homem cuja franqueza ia até lhes lançar em rosto os erros”.<sup>411</sup>

Em outubro de 1641, a WIC optou por aceitar o pedido de renúncia de Nassau e por reduzir drasticamente o tamanho do exército em terras brasileiras. Ainda assim, somente em 1644 Nassau partiu do Brasil, sendo seu embarque encenado com requintes de realeza:

Sua partida não passou despercebida, nem foi pouco lamentada, causando impressão as aclamações por êle recebidas quando partiu a cavalo de Recife para a Paraíba, a fim de tomar o navio. Acompanhado por uma centena de cavaleiros, encontrou a estrada atulhada de gente de todas as raças e condições, que tinha ido testemunhar-lhe o pesar causado pela sua partida. Os ricos e poderosos procuravam apertar-lhe a mão, os pobres e humildes tocar na aba de seu paletó. (...) Quando êle, afinal, alcançou a praia, uma turba de índios empurrou os brancos para o lado, carregando-o nos ombros através das ondas, ate o navio que se achava a espera. No dia seguinte, não foi sem dificuldade que conseguiu dissuadir varias centenas deles, que queriam embarcar nos navios; todavia, chamou João Maurício, para acompanhá-lo, uma meia dúzia de tapuias, entre o vinte e três que haviam sido mandados pelo seu chefe Nhanduí, para pedir-lhe que não os abandonasse.<sup>412</sup>

Na ocasião de sua exoneração perante o governo da colônia, Nassau depôs seus poderes de governador nas mãos do Alto Conselho, que se compunha de três conselheiros: Hamel, van Bullestrate e Bas. Foi também nomeado um comandante das forças, Coronel Haus.

Ainda nesse momento, Nassau entregou ao Conselho um relatório de sua administração, em que recomendava principalmente tolerância e moderação quanto ao exercício das diversas religiões das nações que compunham a complexa rede social do Brasil Holandês.

Muito embora o governo de Nassau ocupe um lugar de esplendor na mentalidade brasileira e na maior parte da bibliografia, a historiografia mais recente questiona suas atitudes e seu papel no governo da colônia. Sua tolerância, ao invés de ser sinal de uma mente humana e a frente de seu tempo, havia sido determinada pelos seu superiores, sendo uma estratégia política; seu apego à arte e à ciência, corporificados na enorme delegação de artistas, cartógrafos e médicos que levou ao

---

<sup>411</sup> NETSCHER, 1942, p. 209.

<sup>412</sup> BOXER, 1961.

Brasil, podem ser interpretados como mania de grandeza; suas infundáveis rusgas com a WIC e com outros membros da administração holandesa<sup>413</sup> no Brasil tem cheiro de autoritarismo; seu estilo de vida, com construção de palácios e salários altíssimos, bem como sua postura e apego aos simbolismos e rituais, demonstram sede de poder e anseio por fazer parte de uma monarquia.

Ainda assim, o período que corresponde ao governo de Nassau foi de grande crescimento e desenvolvimento da colônia holandesa no Brasil. Os regulamentos e o direito holandês eram aplicados, ainda que principalmente pelos membros holandeses das instituições administrativas e judiciais, e passavam por um filtro de realidade colonial, que consistia na preeminência da localidade e na busca pela efetividade do direito e da resolução de questões práticas, à baila do antigo regime.

Não há notícias de que qualquer doutrina holandesa tenha chegado ao Brasil, nem indícios de que fosse aplicada nas atas das reuniões das cortes municipais de escabinos. Ainda assim, há poucas menções aos regulamentos holandeses que a Ordem de 1629 e instrução de 1636 determinam como aqueles que deveriam ser utilizados, que demonstram a transferência legal e cultural que ocorreu no período.

Para recompor o quadro do governo brasileiro após a partida de Nassau, foi promulgado um novo regulamento da companhia das Índias Ocidentais: a Instrução dos Comissionados em virtude da Companhia das Índias ocidentais, e, reunião dos XIX Senhores, para o Alto Governo do Brasil, pela qual os mesmos deverão se comportar, na data de 12 de outubro de 1645.

A Instrução de 1645 não trouxe grandes mudanças, se comparada com a de 36, sendo as principais modificações relativas ao Alto Governo, já que Nassau, que ocupava o cargo de governador-geral, voltou para a República e a companhia optou por não substituí-lo. O Alto Governo do Brasil holandês, nesta sua última fase, deveria consistir em um presidente e quatro conselheiros, que, juntos, deveriam “em todos os assuntos de terra e de água, aos serviços públicos e aquilo que seja concernente a Companhia, ter o comando superior, de primeira autoridade e direção”<sup>414</sup>.

---

<sup>413</sup> Suas divergências com o conde Arciszewski foram grandes e sua postura foi de tal arrogância que Arciszewski acabou sendo expulso do Brasil.

<sup>414</sup> INSTRUÇÃO DE 1645. *“Instructie vande Gecommitteerde wegen de generaele geoctroyeerde West-Indische Compangie ter Vergaderinge vande Negenthiende, voor die vande Hooge Regieringe van Brazil, waer naar de zelfe haer zullen hebben te gedragen. In date den 12 October 1645. Met de*

A função do Alto Governo, que é descrita de forma conjunta (e não mais em artigos separados, como na instrução de 1636, que separava as funções e obrigações do governador-geral das do Alto Conselho) inclui: deliberar, consultar e concluir com pluralidade de votos acerca de todos os assuntos, da polícia, finanças e milícia, e o que mais disser respeito ao governo público<sup>415</sup>.

Caberia também aos governantes escolhidos deliberar sobre todos os assuntos relativos a defesa de água e terra, comunicarem-se com o comandante da milícia, construção de novas fortificações, localização e mudança de guarnições, exportações e fortificações<sup>416</sup>.

A Instrução de 1645 determina que o Alto Governo deve “cuidar para que a justiça seja bem administrada, a paz pública de todos os seus inferiores e outros que ali se encontrem ou utilizem os serviços da Companhia, e particulares ou que sejam pessoas livres, seja cultivada, defender e fazer defender todas as pessoas, relatar irregularidades contra o bem estar dessas terras”<sup>417</sup>.

Quanto ao governo municipal, que cabia as Câmaras de escabinos, ressalta-se que com o início dos levantes perderam completamente a importância e influência. Para Wätjen

no tempo da revolução, os Collégios de Escabinos rapidamente se destroçaram em consequência de atitude irreconciliável de oposição entre Holandeses e Portuguezes, - e mesmo a Corte de Escabinos da cidade de Maurícia, depois de 1645, perdera inteiramente sua importância.<sup>418</sup>

Além do mais, todas as Câmaras municipais que funcionavam antes da invasão flamenga foram restabelecidas logo após o levante de 1645, voltando a funcionar conforme o modelo português<sup>419</sup>.

Ao descrever o estado da situação política e dos Conselhos depois de iniciada a insurreição, Wätjen afirma que:

o estado das cousas no norte do Brasil tinha agora assumido tal feição que cada um tratava de aproveitar-se tanto quanto possível da confusão geral e com maior presteza, para adquirir recursos que lhe pudessem garantir uma vida descansada na velhice. Que Hamel, Bas e Bullestrate, a esse respeito

---

*Approbatio van haer Ho: Mo: vanden 6 November 1645*”. In: CAU, C. *Groot-Plackaet Boeck*. Boeck 5, Titel 5, 9 Deel, cols. 1247/1264. Disponível em: <https://bit.ly/2CUDJO2>. Acesso em: 17/05/2014.

<sup>415</sup> INSTRUÇÃO DE 1645.

<sup>416</sup> INSTRUÇÃO DE 1645

<sup>417</sup> INSTRUÇÃO DE 1645.

<sup>418</sup> WÄTJEN, 1638, p. 307.

<sup>419</sup> TRINDADE, 2012, p. 142.

não constituíram exceção, provam-n'o também as transparentes alusões de Pierre Moreau, e mostram-n'o também os violentos choques que por vezes se deram entre os conselheiros e os cidadãos do Recife, muito descontentes com a fraqueza do governo, e igualmente preocupados com o próprio proveito.<sup>420</sup>

Para Charles Boxer, com essa mudança do quadro governamental da colônia, os *Heeren XIX* da WIC estava buscando uma reorganização do governo no Brasil Holandês, “achando-se ainda em via de formação uma nova e mais forte junta governativa, constituída de quatro conselheiros e um presidente”<sup>421</sup>.

O Conselho tomou posse em 18 de novembro, em meio a pedidos de socorro de uma Câmara local acerca de levantes portugueses. No entanto, em meados do mesmo ano, um navio trouxe ao Brasil cinco novos conselheiros, destinados a substituírem os três em questão, já que a WIC havia se dado conta de que Bas, van Bullestrate e Hamel “não estavam a altura de deslindar uma situação tão enredada”<sup>422</sup>. Em 16 de agosto de 1646, o novo Conselho se reúne pela primeira vez, sendo formado por Schooneborch, Michiel van Goch, Simon van Beaumont, Abraão Trouwels e Hendrik Haecx. Enquanto os três primeiros eram experientes políticos holandeses, os dois últimos eram comerciantes de Amsterdam, formando-se assim um equilíbrio capaz de formar um governo melhor do que o anterior, formado unicamente por comerciantes.

Boxer ressalta que nesta última fase de governo holandês de Pernambuco fica evidenciada a debilidade do sistema flamengo de governo. Para ele, isso se deve ao fato de as Províncias Unidas serem exatamente o que seu nome expressa, províncias aliadas. A falta de unidade política da República, para ele, consistia um problema, já que muitas vezes as províncias discordavam umas das outras. Como os Estados Gerais não passavam de um órgão governante com poderes bastante limitados e decisões importantes de interesse comum das províncias necessitavam de votação unânime, o processo decisório encontrava-se estagnado com frequência<sup>423</sup>.

Para o autor, também a Companhia das Índias apresentava faltas graves em sua organização. Apesar de os *Heeren XIX* serem responsáveis por coordenar a política geral, sua autoridade dependia da aprovação das Câmaras que os haviam

---

<sup>420</sup> WÄTJEN, 1938, p. 320.

<sup>421</sup> BOXER, 1961, p. 244.

<sup>422</sup> WÄTJEN, 1938, p. 248.

<sup>423</sup> BOXER, 1961, p. 245.

nomeado, “de modo que as ordens emanadas dos primeiros não podiam ser obedecidas sem o concurso das últimas”<sup>424</sup>.

Por esses motivos, o governo da colônia brasileira acabava por ser altamente ineficiente e demorado. Foi assim que mesmo tendo recebido notícias da revolta em março de 1645, se passaram nove meses antes que qualquer socorro substancial viesse da Holanda para auxiliar na manutenção da colônia.

A colônia holandesa, que parecia destinada a grandeza econômica e ao sucesso geopolítico em 1630, rapidamente decaiu quando, a partir de junho de 1645, começou a enfrentar a revolta portuguesa, chamada pela historiografia portuguesa e brasileira de Guerra da Liberação Divina.

A insatisfação dos moradores com o governo holandês foi uma das causas da revolta que se iniciou em 1645. Muitos moradores também reclamavam das dívidas assumidas pela Companhia e da pouca liberdade religiosa oferecida pelos holandeses. Com o apoio de autoridades baianas e a aprovação silenciosa da corte de Lisboa, os rebeldes e as forças aliadas fizeram avanços rápidos. No fim do mesmo ano, os holandeses estavam praticamente sitiados em Recife, com boa parte da colônia já nas mãos de seus inimigos. Apenas Itamaracá e alguns fortes na costa da Paraíba e Rio Grande permaneciam com os holandeses<sup>425</sup>.

Com importantes derrotas em 1648 e 1649, o destino da colônia estava selado e para os moradores de Amsterdam o Brasil Holandês não tinha mais um futuro pelo qual valesse a pena lutar<sup>426</sup>. Michiel van Groesen analisa a imprensa holandesa da época e afirma que tal opinião, em 1649, era predominante, citando diferentes panfletos com críticas a Companhia das Índias e ao governo do Brasil. Para ele,

Mesmo em uma sociedade de informação sofisticada como as Províncias Unidas, as autoridades eram forçadas a ceder algum controle sobre as decisões políticas para administradores coloniais por motivos de distância, algumas vezes com grandes consequências. No caso do Brasil Holandês, a comunicação lenta (e uma falta de controle metropolitano), permitiram que Diederick van Waerdenburgh demolisse Olinda, mesmo contra os desejos explícitos dos Heeren XIX. Johan Maurits era um mestre em usar a distância em sua vantagem, primeiro fingindo não saber sobre a iminente trégua entre Portugal e as Províncias Unidas que limitava o seu próprio desejo de expansão e depois ao adiar sua partida do Brasil em mais de um ano. Não importa o quanto a terminologia moderna nós, historiadores modernos,

---

<sup>424</sup> BOXER, 1961, p. 245.

<sup>425</sup> VAN GROESEN, 2017, P. 127.

<sup>426</sup> VAN GROESEN, 2017, p. 127.



usemos para entender os fluxos de informação do passado, sempre há uma diferença entre o passado e o presente que é frequentemente negligenciada. A distância, como Fernand Braudel observou, remanejou o principal inimigo da sociedade do início da modernidade, e foi a distância que fez o Atlântico público tão idiossincrático.<sup>427</sup>

Em 1654, com a assinatura da Capitulação de Taborda no dia 26 de janeiro, o domínio holandês do nordeste do Brasil teve seu fim oficial.

A organização da colônia holandesa no Brasil não foi simples para os holandeses. Quanto ao governo central, ainda que durante alguns anos existisse a figura do governador, centralizando parte do governo da colônia, também estava presente uma instituição colegiada responsável pela administração da colônia, aos moldes da República holandesa, o Conselho Político. Juntamente com o Alto Governo, instituições paralelas atuavam, tal qual acontecia com os Estados Gerais na Holanda.

Nos primeiros anos de seu domínio, os holandeses acabaram por permitir que as instituições locais portuguesas permanecessem atuando, mas a partir de 1636 tentaram implementar os preceitos da Instrução de 1636 e modos mais holandeses de se organizar a política e, principalmente, a justiça.

Tanto a ordem de governo de 1629 quanto as instruções de 1645 e 1636 foram aplicadas nas colônias. A primeira foi responsável pela organização de Pernambuco até 1636 e pode-se perceber que foi de fato empregada na organização do aparato administrativo da colônia, muito embora não haja menção expressa de sua utilização nas atas das cortes. Os regulamentos em questão foram utilizados para definir os contornos políticos, administrativos e institucionais da colônia e, cada vez que a forma de governo mudava, isso acontecia precedido por uma mudança na regulamentação.

---

<sup>427</sup> VAN GROESEN, 2017, p. 197. “even in a sophisticated information society like the United provinces, the authorities were forced to relinquish some control over political decisions to colonial administrators for reasons of distance, sometimes with major implications. In the case of Dutch Brazil, slow communication (and a lack of metropolitan control) allowed Diederick van Waerdenburgh to demolish Olinda, against the explicit wishes of the Heeren XIX. Johan Maurits was masterful in using distance in his advantage, first in pretending not to know about an impending truce between Portugal and the United Provinces that limited his desire to expand and then in delaying his own departure from Brazil by more than a year. No matter how much modern terminology we as modern historians use to understand the information flows of the past, there is one difference between then and now that is often overlooked. Distance, as Fernand Braudel observed, remained the primary enemy of early modern society, and it was distance that made the public Atlantic so idiosyncratic (...)”. Tradução nossa.

O cargo de governador-geral, tal qual previsto na Ordem de Governo de 1629 foi implementado. Trata-se do cargo ocupado por Maurício de Nassau, e somente por ele. Foi uma tentativa da Companhia de centralizar o governo ou dar uma autoridade superior em comum para todas as colônias e, no Brasil, foi bem executada.

O núcleo da administração holandesa no Brasil era a Câmara municipal. Ainda que a divisão em capitanias e as sedes das Câmaras tenham sido aproveitadas do governo português, tornando as instituições híbridas, os holandeses fizeram desta instituição o centro judicial da colônia, refletindo a organização da República holandesa e replicando uma estrutura bastante característica do período: governos descentralizados que irradiam das cidades.

A transferência de instituições, ofícios e leis holandesas para o Brasil é clara. As cortes de escabinos, os escoltetos, o governo colegiado, a aplicação dos regulamentos de 1629, 1636 e 1645, e por vezes a aplicação do *ius commune* todos se fazem presentes durante os 24 anos da dominação holandesa do nordeste.

Ainda assim, mesmo na fase de maior esforço administrativo holandês, que corresponde ao domínio nassoviano – muito embora não represente necessariamente o resultado de um esforço pessoal do Conde – a influência portuguesa foi grande, o que, por sua vez, demonstra a profundidade das raízes dos processos de colonização.

#### 4.3 AS ASSEMBLÉIAS GERAIS DO BRASIL HOLANDÊS: ROTEIROS DAS DIFICULDADES BATAVAS COM O GOVERNO E AS CÂMARAS DE ESCABINOS

Em 26 de agosto de 1640, o governador-geral Maurício de Nassau e o Alto e Secreto Conselho convocaram uma assembleia geral. Nos dias que se seguiram, todas as Câmaras, representadas por seus escabinos e pelos *moradores*<sup>428</sup> de suas

---

<sup>428</sup> Como eram chamados todos os habitantes luso-brasileiros da colônia.

jurisdições se reuniram, “para tratarem de cousas que são necessárias ao bem público e á direção do governo deste Estado<sup>429</sup>”.

Nesta assembleia estavam presentes 55 cidadãos portugueses, dos quais 12 eram escabinos das diferentes Câmaras das jurisdições de Maurícia, Parahyba, Itamaracá, Igaraçu, Porto Calvo e Serinhaém. Os membros ouviram as propostas do Alto Governo holandês e, em seguida, puderam fazer seus próprios requerimentos e considerações, estando determinado que as proposições aprovadas seriam assinadas pelos membros da Assembleia e vigorariam com força de lei.

Por trazer esta oportunidade de que os portugueses falassem, fizessem suas reclamações e pudessem demonstrar suas reais preocupações, as atas da assembleia são uma janela para a receptividade do governo no Brasil Holandês. A partir de seu estudo é possível perceber sutilezas acerca do funcionamento da administração holandesa e do cotidiano dos cidadãos na época.

Não se questiona que os depoimentos ali contidos estejam filtrados devido ao contexto em que foram feitos, mas ainda assim podem trazer luz a aspectos perdidos por escaparem das demais fontes oficiais que sobreviveram até os dias de hoje e por darem voz aos portugueses, que durante o governo holandês não tinham tanto acesso a tais fontes escritas. Ainda que estivessem sob escrutínio do Alto Governo e provavelmente não tenham sido sinceros na totalidade de seus pronunciamentos, acredita-se que os moradores portugueses não perderam a oportunidade de demonstrar seu descontentamento com certos aspectos da administração holandesa, em busca de uma melhoria.

Ressalta-se também que não se trata de pura benevolência ou democracia holandesas, e sim de uma estratégia inteligente e bem empregada para conter os avanços da revolução que a esta altura já estavam correndo pela colônia. Os holandeses, com essa consulta aos portugueses e ao dar-lhes a oportunidade de fazerem suas reclamações e apresentarem suas queixas abertamente, buscavam apaziguar os ânimos e mostrar que seu governo não era assim tão mal e que a convivência entre as duas nações poderia ser possível e, quiçá, até mesmo benéfica para a população portuguesa. Na fala de abertura da assembleia, o Alto Governo afirma que está ativamente trabalhando na administração da justiça e que para tal criou

---

<sup>429</sup> ACTAS da Assembleia Geral, 1640. In: **RIAGP**, n. 31, Recife, 1886, p. 173.

Câmaras ou tribunaes de justiça, escabinos e jurisdições distintas com regulamentos, muitas ordens e mais providencias encaminhadas ao bem da Republicam assim no cível como no crime, (...) providenciando de modo que os moradores se podessem conservar, publicando para este fim seus editaes, muitos avisos e ordens, tudo tendente ao bem dos moradores.<sup>430</sup>

Em um primeiro momento, o governo holandês coloca cinco propostas para consulta com os portugueses presentes na assembleia, sendo que quatro dizem respeito a questões que sabem que incomodam os moradores portugueses: defesa contra ladroes e saqueadores, soldados indisciplinados que acabam por abusar da população e as desordens da justiça, em que frequentemente há abusos e transgressões por parte dos escoltetos e extorsões. A quinta proposta diz respeito a pouca aceitação e afeição que os portugueses demonstram com os neerlandeses em geral.

Tais medidas já deixam clara a agenda dos holandeses com a assembleia: conquistar uma maior afeição e o apoio dos moradores portugueses mais influentes para impedir que se rebelem. Para isso, o Alto Governo propõe uma maior atenção as mazelas que sabidamente mais incomodam essa parcela da população.

São então apresentadas soluções para cada um dos problemas enfrentados, que são colocadas para a aprovação dos presentes. Dentre as propostas encontram-se: armar a população, punir os moradores que não participarem do sistema de alarmes e perseguição para os ladrões e incendiários, nomear capitães no campo cuja função seja unicamente a defesa dos cidadãos desses criminosos, intensificar o controle nas milícias implantando patrulhas unicamente para investigar abusos por parte de soldados.

Em geral, todas as propostas levam em consideração o abuso ou negligência de oficiais holandeses no que diz respeito a cuidar da população portuguesa. Tanto oficiais militares, que roubam e lesionam os moradores para seu próprio ganho, quanto oficiais que não cumprem sua função de defender essa população, escoltetos – que são frequentemente acusados de abuso de força – e escabinos acusados de extorsão colocam em questão a aclamada tolerância holandesa.

---

<sup>430</sup> ACTAS..., 1640, p. 178.

Para o caso das medidas propostas e do próprio conceito da assembleia não trazerem consigo uma maior aceitação do governo holandês, há uma quinta proposta, que os holandeses relacionam com a falta de apreço que sofrem dos portugueses e com a busca para melhorar sua imagem. Afirmo o Alto Governo:

sabemos e estamos intimamente convencidos de que este Estado sofre grande detrimento por causa da pouca afeição (não diremos ódio) de muitos moradores para com os da nossa nação neerlandesa, e sabemos também que os que nutrem tais sentimentos, não entendem o mal que fazem a si mesmos e aos outros, e ainda a todo o povo com essa sua má disposição. (...) a nossa disposição para com os de vossa nação portuguesa, pelo contrário, é tal que desejamos tirar-lhes toda a ocasião de dano e fazer-lhes todo o bem, a fim de que se unam conosco, e nos congratulemos mutuamente, de modo que possamos reconhecer-nos por um só povo.<sup>431</sup>

O quinto requerimento holandês sugere a colocação de investigadores ou espiões<sup>432</sup> nas freguesias, para que os informem de todos os negócios que ali ocorrem e possam relatar quando houver má prática, desobediência a suas ordens ou acobertamento de informações do inimigo, e quando não há real afeição aos holandeses, casos nos quais a pena será de banimento da terra, sem possibilidade de defesa.

Os escabinos e moradores portugueses concordam com todas as medidas propostas neste primeiro momento da assembleia, incluindo a quinta, ainda que apresentem algumas ressalvas. A Câmara de Maurícia, por exemplo, apresenta ressalvas quanto a quatro das cinco propostas. Para as propostas de defesa contra ladrões, acrescenta que deve-se armar somente quem assim desejar, que a entrega de armas aos negros deve passar pelo aval de cada mestre que poderá assim fazê-lo somente com os negros em que tem maior confiança, e que caso as armas sejam roubadas e utilizadas para outros delitos os moradores não sejam tidos como responsáveis. Já nas propostas para investigar atitudes contrárias aos holandeses, requerem que seja concedido um perdão geral pelos crimes cometidos até aquela data e que as informações se façam tomar por outros portugueses, pessoas da mesma nação.

---

<sup>431</sup> ACTAS..., 1640.

<sup>432</sup> Enquanto que na tradução utilizada utiliza-se a palavra espião, o termo do original em holandês é melhor traduzido como pesquisadores ou investigadores.

Todas estas ressalvas são acatadas pelo conde e seu Conselho. No entanto, quanto ao perdão geral, os holandeses deixam claro que não se estendera aqueles que no momento estivessem na Bahia.<sup>433</sup> A insurreição ganhava força no território baiano e os holandeses optaram por reunir esta assembleia também como uma forma de apaziguar os ânimos, agradando a população e evitando o crescimento da revolta.

Quanto as sugestões do governo holandês para melhorias da administração da justiça para os portugueses, há algumas considerações a serem feitas.

Para acabar com este problema, o Alto Conselho propõe que

os escabinos de cada Câmara serão obrigados sob solemne juramento, a fazer um livro de tudo o que de quando em quando ocorrer em sua jurídica e das culpas que nisso tiverem, assim os escoltos como os oficiais da milícia, declarando todos os gravames e injustiças, roubos que forem commettidos e toda a violação das nossas instruções, todos os casos de morte e outros.<sup>434</sup>

Trata-se sem dúvidas de uma tentativa de controle das ações nas Câmaras. Entretanto, ainda que pudesse ajudar a prevenir más condutas e auxiliar a população portuguesa em sua busca por justiça, sabe-se que tal livro de registros já existia: para o Conselho de Justiça, havia as nótulas diárias e para as Câmaras de escabinos, registro semelhante que infelizmente não sobreviveu aos séculos que se passaram.

No segundo momento da assembleia, cada Câmara pode apresentar seus próprios requerimentos ao Conde e ao Alto e Secreto Conselho, que na medida de sua autoridade os julgaram ou encaminharam para o quadro diretor da WIC, para que pudessem deliberar adequadamente.

As Propostas e questionamentos apresentados remontam uma realidade de convivência de diferentes culturas e de busca por soluções para questões que nunca antes haviam sido enfrentadas. Há propostas nos mais variados assuntos, de pesos e medidas à criação de gado. No entanto, duas questões são constantes e estão presentes nas falas de todas as Câmaras e capitanias: a liberdade religiosa e problemas enfrentados com a administração da justiça.

---

<sup>433</sup> ACTAS..., 1640, p. 200.

<sup>434</sup> ACTAS..., 1640, p. 200.



A primeira, sem dúvida, aparece com frequência por tratar-se a religião de pedra fundamental da sociedade do período. Era essencial para a população ter acesso a meios materiais que possibilitassem o exercício de sua fé.

A segunda, acredita-se, aparece com frequência pelo grande número de escabinos presentes. Para a sorte deste trabalho, os escabinos em questão apresentaram ao governo propostas sobre questões que enfrentavam em seu dia-a-dia, atinentes ao exercício de suas funções e aos conflitos que surgiam diariamente nas Câmaras.

Quanto a liberdade religiosa, afirmam os escabinos de Maurícia que a tem somente em teoria, mas que lhes são negados os meios materiais para exercê-la. Pedem que lhes seja concedida a possibilidade de escrever ao Papa, para que seja enviado um vigário ou bispo para atender as necessidades da população católica da cidade:

como é livre e imune a religião de cada um, também o ha de ser o uso dela. A que suas Altas Potencias os Snrs. Estados Gerais e S. Altesa concederam a este Estado não deve ser uma liberdade sem efeito e somente em palavras; para ser real essa liberdade não se deve impedir indirectamente os meios do exercício da religião de cada um, pois isso equivaleria a dar-se liberdade a um pássaro prêso e cortarem-se-lhe as azas com que póde voar. Para realização deste pedido, se permita ao povo da jurisdição da cidade de Maurícia a faculdade de escrever ao Papa de Roma, afim de que ele ponha neste Estado um vigário geral ou bispo (...).<sup>435</sup>

Também requerem que venham da Holanda outros padres que possam ministrar aos católicos romanos e que os vigários católicos possam receber seus dízimos das rendas da Companhia, que possam exercer sua religião nas igrejas, ruas e lugares públicos e ressaltam que em alguns lugares não é permitido o exercício de sua religião, “por grosseria de alguns mal dispostos officiaes”<sup>436</sup>.

Demandas semelhantes são feitos por todas as Câmaras, sendo que a da Parahyba requer ainda o banimento de todos os judeus.

Os holandeses respondem que boa parte destes pleitos deverão ser enviados aos Heeren XIX para melhor deliberação, mas reservam as rendas de um engenho para pagamento dos vigários católicos, afirmam que só serão banidos os judeus que

---

<sup>435</sup> ACTAS..., 1640, p. 207.

<sup>436</sup> ACTAS..., 1640, p. 209.

delinquirem e reforçam que o exercício da religião católica deve ocorrer dentro das igrejas e casas, sendo “melhor que se contentem com isso”<sup>437</sup>.

Pleito semelhante foi feito pela Câmara de Olinda, em 4 de maio de 1637, ao Conselho Político. Requisitaram que pudessem retomar suas Igrejas, que pudessem enviar alguém a Bahia de forma que o bispo que lá se encontrava pudesse nomear algum outro religioso para atuar em Pernambuco e sobre a possibilidade de que seus conventos e outras ordens religiosas possam receber novos noviços. Os holandeses do Conselho prometeram proteger as igrejas, mas afirmaram que as tomariam para fazer fortificações em casos de guerra, que não deixariam que fossem a Bahia para confraternizar com seu inimigo, mas que no mais “Com relação à religião deles, nós o deixaremos livres e em paz para que eles possam viver de acordo com a opinião deles, enquanto eles não nos derem razões para escândalos.”<sup>438</sup>

Fica assim evidente que famosa tolerância religiosa holandesa, portanto, dizia muito mais respeito a liberdade de crença do que liberdade de exercício da religião.

Aqui, destaca-se que a liberdade de crença estabelecida pelas Províncias Unidas foi uma consequência de sua própria formação. A República surgiu em meio a uma guerra de independência com a Espanha com profundas raízes religiosas. Os holandeses lutavam pela liberdade de exercerem sua própria religião, a Igreja Reformada, contra o domínio espanhol fervorosamente católico.

No entanto, a religião reformada nunca atingiu na Holanda o mesmo status de religião exclusiva de que gozava a religião católica ao sul da Europa: apesar de terem se tornado a religião oficial das Províncias Unidas, conviviam com Calvinistas, Luteranos, batistas e até mesmo católicos e tiveram de lhes conceder liberdade de crença e, em alguns casos, de exercício privado, para manter a paz. Assim,

a tolerância, a longo prazo, provou ser a melhor e mais pragmática solução para o problema da pluriformidade religiosa e, conforme o século XVII progredia, veio a ser encarada como uma virtude política com benefícios políticos, sociais e, mais importante, econômicos.<sup>439</sup>

---

<sup>437</sup> ACTAS..., 1640, p. 209.

<sup>438</sup> DN, 4 de maio de 1637.

<sup>439</sup> VAN GROESEN, Michiel. Introdução. In: ISRAEL, S; SCHWARTZ, S. B. **The expansion of tolerance: Religion in dutch Brazil (1624-1654)**. Amsterdam: Amsterdam University Press, 2007, p. 6. “Tolerance, in the long run, proved to be the best and most pragmatic solution o the problem of religious pluriformity, and, as the seventeenth century progressed, came to be regarded as a political virtue with clear social and, more importantly, economic benefits”. Tradução nossa.

Mesmo na Holanda, os católicos, tidos sempre como potenciais aliados da Espanha, eram tratados como cidadãos de segunda classe. Livros polêmicos eram discricionariamente banidos, como foi o caso do Tratado Teológico e Político, de Spinoza.

No Brasil, a situação era ainda mais delicada, pois os holandeses necessitavam de mão de obra local para poder produzir açúcar, motivo pelo qual recorriam sempre aos moradores. A liberdade religiosa foi usada como moeda de troca, como uma forma de compensar os portugueses e tornar a costa mais atrativa, já que boa parte dos moradores havia se mudado para o interior com o intento de fugir da invasão batava, como afirma Michiel van Groesen: “para fazer com que o retorno dos moradores a costa fosse mais atrativo, depois de quase todos terem se mudado para o interior para escapar das hostilidades luso-holandesas, o governador-geral ofereceu liberdade de crença, e implementou reformas judiciais”<sup>440</sup>.

Van Groesen faz clara referência às mudanças propostas na Assembleia. No entanto, deve-se apontar que, ao contrário do que o historiador menciona, a liberdade de crença já havia sido assegurada desde a Ordem de Governo de 1629, e não há nas fontes relatos que nos impeçam de acreditar que era garantida aos católicos desde a tomada de Recife. A Ordem de Governo afirmava que a Religião Reformada deveria ser a única organização eclesiástica ligada ao governo, e todos os seus oficiais deveriam a ela aderir, e, ao mesmo tempo, colocava propostas bastante específicas para instituir certa tolerância religiosa, definindo que

será respeitada a liberdade dos Hespanhoes, Portugueses e naturaes da terra, quer sejam catholicos romanos, quer judeus, não podendo ser molestados ou sujeitos a indagações em suas consciências ou em suas casas particulares.<sup>441</sup>

De qualquer modo, a afirmação de van Groesen coloca em perspectiva a questão da tolerância religiosa holandesa nas colônias, demonstrando que era muito mais uma estratégia política para manter a paz e conseguir aliados do que o engrandecimento de um valor a frente de seu tempo.

---

<sup>440</sup> VAN GROESEN, 2007, p. 9. “in order to make the return of the moradores to the coast more attractive, after most of them had moved inland to escape Dutch-Portuguese hostilities, the Governor-General offered freedom of worship, and implemented judicial reforms”. Tradução nossa.

<sup>441</sup> REGIMENTO..., 1629, p. 292.

Os holandeses se aproveitaram de grupos particularmente oprimidos devido a suas crenças pelos portugueses e espanhóis, como os indígenas e os judeus ou cristãos novos, prometendo-lhes liberdade religiosa como uma forma de garantir alianças e auxílio nos conflitos.

Outro motivo para a tolerância religiosa pregada pelos holandeses é colocado por Stuart Schwartz, que afirma que quando A WIC tomou Pernambuco em 1630, “eles imediatamente descobriram que algum tipo de tolerância religiosa tinha que ser estendida se a colônia e sua economia de açúcar fossem funcionar”<sup>442</sup>, pois descobriram que nem mesmo os negros trabalhariam nos engenhos sem a benção no início da safra.

Destaca-se, entretanto, que mesmo a parte que era feita em nome da estratégia política, não permitia aos seguidores de outras religiões a mesma liberdade que os holandeses tinham com a Igreja Reformada. Como enfatiza Jonathan Israel, a liberdade de crença instituída no Brasil Holandês

nunca equivaleu a uma liberdade de religião e expressão compreensiva e baseada em princípios, baseada em qualquer concepção de liberdade individual em matéria de consciência e estilo de vida. De fato, o que a história do Brasil holandês, e as limitações e fraquezas de sua tolerância, realmente ensina, honestamente, é a impossibilidade de basear uma tolerância estável e duradoura no tipo de premissas e considerações puramente pragmáticas aplicadas no mundo atlântico durante a era da Guerra dos Trinta Anos; e também a relevância, para o historiador e estudantes da história, de adquirir uma firme e detalhada apreciação do caráter enfaticamente filosófico da 'tolerância' que eventualmente transformou a sociedade ocidental, começando com as teorias de Spinoza, Bayle e Locke no final do século XVII.<sup>443</sup>

A título de exemplo, em 21 de setembro de 1637, três eleitores de escabinos são vetados de suas funções por serem judeus: “O senhor Stachouwer se levantou e

---

<sup>442</sup> SCHWARTZ, Stuart. Portuguese Attitudes of Religious Tolerance in Dutch Brazil. In: ISRAEL, S; SCHWARTZ, S. B., 2007, p. 46.

<sup>443</sup> ISRAEL, Jonathan. Religion toleration in dutch Brazil (1624-1654). In: ISRAEL, S; SCHWARTZ, S. B., 2007, p. 13. “never amounted to a comprehensive, principled freedom of religion and expression based on any conception of individual freedom in matters of conscience and lifestyle. In fact, what the story of Dutch Brazil, and the limitations and weaknesses of its toleration, really teaches, it might fairly be said, is the impossibility of basing a stable and lasting toleration on the kind of purely pragmatic premises and considerations which applied in the Atlantic world during the era of the Thirty Years' War; and also the relevance, for the historian and students of history, of acquiring a firm and detailed appreciation of the emphatically philosophical character of the 'toleration' which eventually did transform Western society, beginning with the theories of Spinoza, Bayle, and Locke in the late seventeenth century”. Tradução nossa.

disse, em nome de alguns que tinham falado com ele sobre o assunto, que entre os eleitores se encontravam 3 pessoas que por causa de incapacidade não eram toleradas no colégio ou em qualquer governo pelo fato de serem judeus”<sup>444</sup>.

Jonathan Israel também critica veementemente o fato de boa parte da historiografia creditar tal tolerância religiosa, ainda que relativa, a Maurício de Nassau pessoalmente, com “sua benevolência, prudência e bom senso”<sup>445</sup>. Para o autor, para além do fato de ter de trabalhar dentro das difíceis realidades do Novo Mundo Ibérico de seu tempo, o Conde Nassau somente podia agir dentro de limites expressamente propostos pelos diretores da WIC, uma companhia comercial, mas também uma organização militar e política supervisionada pelos Estados Gerais e, por meio destes, pelas sete províncias que o formavam. O autor menciona até mesmo que Maurício de Nassau, “apesar de manter a limitada liberdade de exercício já garantida aos judeus, privadamente detestava este grupo”<sup>446</sup>, o que reforça o fato de que a liberdade religiosa implantada no Brasil Holandês não era fruto da benevolência do Conde, e sim consequência de pura necessidade política e questiona se deve ser celebrada pela historiografia atual, dados seus motivos<sup>447</sup>.

Voltando a análise da Assembleia de 1640, o segundo tema comum nos pleitos dos moradores e escabinos portugueses dizia respeito a administração da justiça.

A primeira demanda dos escabinos de Maurícia é para que em casos em que as sentenças, criminais ou civis, de pelo menos 200 florins, proferidas pelo Conselho de Justiça em que pelo menos um das partes seja de origem portuguesa, esteja presente um escabino também português. Para eles, tal escabino ficaria com a função de ler e explicar os atos e as escrituras portuguesas aos membros do Conselho, sem ter direito a voto ou julgamento.

Os escabinos de Maurícia explicam seu pedido, afirmando que no Colégio dos conselheiros de justiça não há completo domínio da língua portuguesa e dos costumes e usos “que os portugueses tem desde os tempos remotos”, o que por vezes acarretava em abusos:

---

<sup>444</sup> Monumenta Hyginia, 2005, p. 102.

<sup>445</sup> ISRAEL, 2007, p. 18.

<sup>446</sup> ISRAEL, 2007, p. 24. “though maintaining the limited freedom of practice already granted to the Jews, privately detested this group”. Tradução nossa.

<sup>447</sup> ISRAEL, 2007, p. 30.

póde acontecer que contra as leis e por carência de informações verdadeiras alguns abusos se commettam nesse collegio; por quanto as partes cavillosas, prevalecendo-se dessa falta, se mettem a propor cousas que mui contrarias são a toda justiça, o que não fariam, si soubessem que não escapariam a aquelles que de taes cousas tem conhecimento; (...) Com boa razão de Estado assim deveria ser; porquanto os moradores portugueses são em maior numero e não é razoável que as questões de uma nação sejam julgadas por juizes de outra, sem que entre eles haja uma voz da nação conquistada, donde não se segue nenhum efeito de concordia e boa aliança, o que alias pretendem S. Exc. e o Supremo Concelho, como temos observado nas proposições que nos foram apresentadas.<sup>448</sup>

Tal proposta é enviada para os Heeren XIX, já que não caberia ao Alto Governo modificar as instruções dadas aos conselheiros de justiça. No entanto, imediatamente os membros do Alto Governo já possibilitam aos portugueses que escolham um procurador, dentre as pessoas honradas da capitania, para defender em língua portuguesa o direito dos seus constituintes<sup>449</sup>.

No entanto, logo em seguida, quando a Câmara de Maurícia requer que as Câmaras possam escolher anualmente um procurador do povo português, para servir de interprete ao povo perante a Câmara competente para deliberar sobre os requerimentos corriqueiros dos moradores (pedido também repetido por Igarassu), este pedido não é aceito de pronto, e sim enviado aos Heeren XIX para deliberação.

Fica bastante evidente que os escabinos portugueses muitas vezes não sabiam a extensão de suas atribuições e poder. Os escabinos da Câmara de Igarassu requereram clarificação quanto ao seu papel e o papel dos juizes de órfãos, pedindo “que se declare si os administradores ou curadores dos órfãos são juizes em tudo o que diz respeito aos inventários, ou si os escabinos devem tomar conhecimento de tudo”<sup>450</sup>.

Também os escabinos de Maurícia requereram maior autoridade para envolver-se em questões miúdas de polícia e administração, “como burgo-mestres”, ao que o Alto Governo responde que “os srs. Escabinos já se acham no gôso do que pedem”<sup>451</sup>.

Outras questões também surgem, como a confusão para julgar contratos que tenham sido firmados durante o tempo do rei da Espanha, trazida a tona novamente

---

<sup>448</sup> ACTAS..., 1640, p. 210.

<sup>449</sup> ACTAS..., 1640, p. 211.

<sup>450</sup> ACTAS..., 1640, p. 233.

<sup>451</sup> ACTAS..., 1640, p. 224-225.



pelos escabinos de Maurícia. Eles requerem que tais contratos sejam julgados pelos usos e costumes que vigiam quando foram feitos:

e porque ocorre grande confusão no julgamento dos contratos que foram celebrados durante o domínio de Hespanha, havendo muitas escripturas públicas lavradas nos tempos antigos e fundadas nas leis e ordenanças de Hespanha, porquanto assim tratavam as partes entre si, pedimos se resolva que os contractos contantes de escripturas publicas passadas antes da conquista destas terras, e fundadas nas leis e costumes que então vigoravam, sejam julgados na conformidade das mesmas leis (...).<sup>452</sup>

Fica evidente que apesar da Ordem de 1629 e da Instrução de 1636, os escabinos não sabiam exatamente como proceder. Os escabinos portugueses não compreendiam nem mesmo as atribuições de seus próprios cargos, muitas vezes confundindo ou invadindo as atribuições de outros oficiais, e outras vezes agindo aquém daquilo que lhes era cabível.

Em junho de 1638, no dia 25, no Conselho Político se fala novamente sobre as instruções para os escoltetos e escabinos, designando-se outra comissão para que fosse feita:

Os senhores Carpentier, doutor Hogeveen e o professor Johan Bodecker foram escolhidos como representantes de Conselho político para redigir uma instrução para os Escoltetos e Escabinos, com relação a assuntos policiais e da justiça, assim como as ordens relacionadas com o matrimonio e outras coisas que serão necessárias para um governo melhor, e também instruções para os secretários dos Escabinos, do orfanato e dos notários, para que estas funções sejam bem discriminadas umas das outras e que cada um saiba exatamente os deveres de sua função.<sup>453</sup>

Ademais, não estava claro qual direito deveriam utilizar em seus julgamentos. Uma tradução das leis e costumes holandeses foi prometida aos escabinos portugueses, mas não se tem noticia de que tenha de fato sido entregue. Enquanto não tinham acesso a essa tradução e, conseqüentemente, ao direito holandês que deveria ser aplicado, que tipo de ordenações e costumes aplicavam?

Muito embora tal pergunta ainda não possa ser respondida, há indícios que nos levam a crer que aplicavam costumes e direito portugueses em casos que envolviam partes portuguesas, de forma que o direito holandês que de acordo com a

---

<sup>452</sup> ACTAS..., 1640, p. 215.

<sup>453</sup> DN, 25 de junho de 1638.

instrução deveria ser utilizado, o era de fato somente pelos escabinos flamengos e para os nativos da República.

Nesse sentido, os escabinos da Parahyba pedem “que se confirmem honras e privilégios aos escabinos afim de serem eles respeitados, como convém, porquanto o povo não os considera muito”<sup>454</sup>. Tal declaração demonstra clara diferença cultural entre as duas nações que estavam a conviver nas Câmaras. A população portuguesa não entendia completamente o cargo de escabino, e só o conseguia fazer ao compará-lo com o cargo de juiz ordinário, caso este em que lhes faltavam honras e privilégios característicos dos magistrados locais portugueses.

Outra reclamação constante nas diferentes propostas das Câmaras durante a Assembleia de 1640 diz respeito ao cargo dos escoltetos. As declarações dos escabinos e moradores deixam claro que trata-se de cargo com bastante poder, sendo que este era muitas vezes excedido e transformado em abuso. Os escabinos da Parahyba chegam a requisitar que o cargo seja suprimido, “por ser supérfluo e nocivo aos moradores”, ao que o Alto Governo responde tratar-se de cargo extremamente importante.

Ficam evidentes, mais uma vez, as dificuldades de unir os dois sistemas administrativos e institucionais, já que falta a um grupo o conhecimento dos cargos e instituições do outro.

Quanto aos escoltetos, a Câmara de Maurícia afirma que são conhecidas as violências e extorsões que praticam os escoltetos e officiaes de justiça, principalmente nos logares situados longe d’aqui”<sup>455</sup> e segue com requerimentos para amenizar a situação. Requerem que os escoltetos devam prestar contas aos escabinos dentro de 24 horas de qualquer prisão feita e que os escoltetos que insultarem qualquer escabino percam seus empregos. Além disso, pedem que os escabinos sejam autorizados a despachar petições dos escoltetos sem ordem superior do Conselho, que possam aplicar multas e sentenças contra os escoltetos e que se for descoberto que algum escolteto acusou alguém em juízo sem razão que seja condenado a pagar as custas, de forma que “sirva de freio o receio de pagar; abstendo-se de praticar muitas desordens com acusar a inocentes somente para lhes extorquir dinheiro”<sup>456</sup>.

---

<sup>454</sup> ACTAS..., 1640, p. 227.

<sup>455</sup> ACTAS..., 1640, p. 212.

<sup>456</sup> ACTAS..., 1640, p. 214.

O Alto Governo concede todas essas modificações, confirmando que de fato os abusos eram realizados e atrapalhavam a aliança e associação entre portugueses e holandeses.

Ressalta-se que reclamações semelhantes, se não idênticas, já haviam sido feitas pelas Câmaras seguindo a vinda de Maurício de Nassau, e constam das nótulas diárias. Em 4 de maio de 1637, a Câmara de Olinda coloca uma série de consultas ao Conselho de Justiça, dentre as quais liberdade religiosa, possibilidade de mandar vir uma autoridade religiosa da Bahia, manutenção dos privilégios recebidos do Rei e de serem guiados pelas ordens e costumes de Portugal<sup>457</sup>.

Em 2 de julho, a Câmara da Parahyba entrega seus requerimentos ao Conselho, pedindo por liberdade de religião, para que sejam governados e julgados por leis e costumes portugueses e a restituição de Igrejas e conventos<sup>458</sup>.

Em 24 de setembro do mesmo ano, os escabinos eleitos consultam o Conselho Político buscando saber quais instruções devem seguir e como proceder para administrar a justiça. Nesta data, designou-se uma pequena comissão para que juntasse todas as informações relevantes e colocasse a disposição dos escabinos<sup>459</sup>.

Em 2 de março de 1638, mais uma vez a Câmara de Olinda procura o Conselho, a fim de dirimir dúvidas e obter esclarecimentos acerca das mesmas questões, o que por si só já significa que suas consultas não foram bem sucedidas da primeira vez. Ali consta, por exemplo: “eles desejariam receber as instruções de acordo com as quais deveriam proceder”<sup>460</sup>; “até que ponto eles poderiam condenar sem que se possa fazer um apelo” e questionamentos sobre o funcionamento das instancias de apelo e do Conselho Político.

Quanto aos abusos dos escoltetos, também já haviam sido avisados os nobres senhores do Conselho Político. Na nótula diária do dia 23 de agosto de 1639, consta:

Eles também requerem que a capitania fique livre do ofício do Escolteto, porque eles compartilham a opinião que tal ofício é um peso para a comunidade, que se corrompem por causa de sua posição, ou que o

---

<sup>457</sup> DN, 4 de maio de 1637.

<sup>458</sup> DN, 2 de julho de 1637.

<sup>459</sup> DN, 24 de setembro de 1637.

<sup>460</sup> DN, 2 de março de 1638.

Escolteto esteja bem instruído e que eles possam ter uma copia do mesmo. Será dado como resposta que os senhores do Conselho político está fazendo uma instrução para os Escoltetos, que em seguida estará à disposição dos Escoltetos e Escabinos.<sup>461</sup>

Como pode-se perceber, praticamente todas as questões abordadas na assembleia foram trazidas a tona pelos oficiais portugueses meses ou anos antes, sendo por vezes repetidas muitas vezes. Se ainda continuavam presentes nos pronunciamentos das Câmaras na assembleia 3 anos depois, é por que não haviam sido de fato ouvidas e respeitadas as soluções nas primeiras vezes.

Assim sendo, evidencia-se ainda mais que a assembleia, que em um primeiro momento poderia parecer como uma atitude democrática, liberal e humanitária dos batavos, teve mesmo como objetivo final apaziguar os ânimos e conseguir aliados, muito mais do que resolver questões dos moradores portugueses como deram a entender, pois já haviam tido várias oportunidades para tanto.

Os holandeses tinham nas populações indígenas fortes aliados na luta contra os espanhóis e portugueses. Após a tentativa de invasão de Salvador, em 1625, um grupo de nativos acompanhou os holandeses de volta a Europa, tendo lá recebido educação e aprendido a língua neerlandesa. Este era um projeto da WIC, embora não se possa precisar o quão consciente, para facilitar sua próxima tentativa de invasão ao Brasil ao ter consigo tradutores e aliados das populações indígenas, que além de tudo eram grandes conhecedores dos terrenos da costa brasileira e poderiam auxiliar com estratégias de invasão.

Afirma Hulsman que

Paraupaba provavelmente viajou em 1625 com a frota de Boudewijn Hendricxs para a Holanda. Os brasileiros foram alojados em Groningen e Amsterdã. A formação dos brasileiros era um projeto da Companhia das Índias Ocidentais (WIC) e foi realizado por predicantes calvinistas. A intenção da WIC era de conquistar o Brasil.<sup>462</sup>

Este mesmo grupo de indígenas que viajou a Holanda regressou com as esquadras batavas para Pernambuco, tendo de fato auxiliado na conquista de Olinda e Recife, atuando como interpretes e intermediários entre os holandeses e as

---

<sup>461</sup> DN, 23 de agosto de 1639.

<sup>462</sup> HULSMAN, Lodewijk. **Brazilians in the Dutch Republic**. Leiden: Itinerario. Vol. 29, 2005/1.

aldeias, conseguindo aumentar e organizar o número de aliados indígenas. Dentre os indígenas que viajaram para a Europa em 1625 destacam-se Pedro Poti e Gaspar e Antônio Paraupaba, que tiveram papéis de muita influência durante o período do Brasil Holandês.

Marcus Meuwese estuda o papel de interpretes das populações indígenas tanto no Brasil Holandês quanto em Nieuw Nederland. Para o historiador: “tanto a Companhia das Índias Ocidentais quanto os diferentes povos tupi e tarairiu do nordeste do Brasil precisavam um do outro como aliados contra os portugueses”<sup>463</sup>.

Para o autor, as populações indígenas do nordeste do Brasil já haviam passado por tentativas de dominação de franceses, portugueses e espanhóis, todos bastante violentos e que, por vezes, haviam tentado fazer deles escravos. Por esse motivo, quando os holandeses buscaram com eles uma aliança militar, a oportunidade foi tida como uma chance de vencer esse domínio. Afirma Meuwese:

Para os índios tupis e não-tupis que viviam na periferia colonial do Brasil português, os invasores holandeses eram potencialmente aliados militares. Muitos habitantes nativos do Rio Grande do Norte e da Paraíba foram escravizados ou forçados a trabalhar nas plantações de açúcar pelos portugueses. Como resultado, esses povos nativos se ressentiram fortemente dos colonizadores luso-brasileiros. Esse contexto diplomático e militar de alianças mutuamente benéficas formou posteriormente as relações entre holandeses e índios no nordeste do Brasil durante a primeira metade do século XVII.<sup>464</sup>

Em certas ocasiões, há menções diretas a como deveria ser o trato com os indígenas nas instruções dadas a comandantes e membros dos Conselhos holandeses. Nas ordenações do Conselho Político para Elbert Smient, em 1631, consta que deve “tratar bem os indígenas, de forma que eles falem de nossa nação com respeito”.<sup>465</sup> Assim foi forjada uma relação de aliança militar e respeito entre os batavos conquistadores e os indígenas que os auxiliaram a tomar as terras que tanto desejavam.

---

<sup>463</sup> MEUWESE, 2003, p. 3.

<sup>464</sup> MEUWESE, 2003, p. 36. “For the Tupi- and non-Tupi-speaking Indian peoples who lived in the colonial periphery of Portuguese Brazil, the Dutch invaders were potentially useful military allies. Many native inhabitants of Rio Grande do Norte and Paraíba had been enslaved or forcibly put to work in the sugar plantations by the Portuguese. As a result, these native peoples strongly resented the Luso-Brazilian colonizers. This diplomatic and military context of mutually beneficial alliances subsequently shaped Dutch-Indian relations in northeastern Brazil during the first half of the seventeenth century”. Tradução nossa.

<sup>465</sup> MEUWESE, 2003.

Em 1645 mais uma assembleia foi organizada pelos holandeses, a comando de Maurício de Nassau. Trata-se de uma assembleia com a população indígena, que ocorreu na aldeia da Tapessirica e na qual estavam presentes grandes nomes do período, entre eles Antônio Paraupaba, Fernando Vieira, Pedro Poti, totalizando capitães, tenentes e alferes e juizes das variadas aldeias da colônia.

Conforme consta da ata da reunião, os índios compareceram e entregaram aos membros do Alto Governo ali presentes requerimentos e propostas. Assinam Hamel e Bullestrate, no dia 11 de abril de 1645: “compareceram à sessão do Conselho um grande número de índios de todas as aldeias desta Conquista e entregaram umas propostas escriptas, solicitando nossa sanção para as mesmas, o que efetivamente fizemos hoje”<sup>466</sup>.

As propostas apresentadas pelos indígenas são fruto de uma viagem que alguns de seus chefes fizeram a Holanda. Como Lodewijk Hulsman narra, uma delegação de índios brasileiros foi a Holanda acompanhando Maurício de Nassau em seu regresso a Europa, em julho de 1644, e lá se reuniram com os Heeren XIX. No relato dos Estados Gerais acerca de tal reunião consta que:

Os deputados dos brasilianos obedientes a este Estado, que chegaram em julho passado com Conde Mauricio de Nassau, pediram essa reunião para serem libertados porque sempre foram leais à Companhia e provaram o serviço leal em vários empreendimentos de guerra. Foi aprovado que se desse a eles uma carta de patente e que fossem libertados e mantidos como Neerlandeses enquanto se mantivessem obedientes a este Estado. Também seriam enviados professores para lá, para instruir os brasilianos nas suas aldeias na religião cristã e foram instituídos juizes entre eles para administrar justiça como pode ser visto na cópia anexa.<sup>467</sup>

Em outro estudo, afirma o historiador:

Paraupaba conseguiu embarcar na frota que leva João Mauricio de Nassau de regresso para Europa em Maio 1644, acompanhado por quatro brasilianos de identidade desconhecida. Chegando em Agosto na Holanda conseguiram uma audiência na reunião dos diretores da WIC, em Novembro 1644 em Amsterdã. Um relato dessa reunião indica que a embaixada conseguiu uma apresentação boa e volta para o Brasil com um documento

---

<sup>466</sup> ASSEMBLEIA NA ALDEIA DE TAPISSIRICA, 1645. In: SOUTO MAIOR, Pedro. **Fastos Pernambucanos**. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1913, p. 160.

<sup>467</sup> HULSMAN, Lodewijk. **Índios do Brasil na República dos Países Baixos: as representações de Antonio Paraupaba para os Estados Gerais em 1654 e 1656**. Revista de História da USP, n. 154, 2006/1, p. 37-69, p. 44.

declarando os direitos dos Brazilianos.<sup>468</sup>

Entende-se, portanto, que certos privilégios foram concedidos a esses indígenas que haviam se mostrado fieis a Companhia desde a tentativa de invasão da Bahia. Esta carta de privilégios é bastante referenciada na fala dos índios e dos presentes na assembleia. Dentre os privilégios, estão aqueles que foram cobrados na reunião em 1645: que fossem tratados como holandeses e que tivessem professores designados para ensinar nas aldeias.

Durante a assembleia de 1645 os indígenas, além de cobrarem os privilégios que já haviam lhes sido garantidos pelos Heeren XIX, apresentaram novas propostas para a aprovação dos holandeses. As duas primeiras tratam da fusão de duas aldeias, Jaragoa com Monpebu e Pontado com Goaragoay.

Em seguida requisitam a presença de pastores e ministros protestantes, além de mestres de escola, como já havia sido prometido pelos Heeren XIX, a que os holandeses concedem “confiando que sejam tratados e mantidos com o máximo respeito a seus cargos”.

Para proceder com o restante das demais petições apresentadas nesta assembleia, deve-se esclarecer que às aldeias foi dado o poder de constituírem suas próprias Câmaras de escabinos, elegendo dentre seu próprio povo os escabinos e escoltetos. Afirma Pedro Souto Maior:

os hollandezes quiseram que todos os seus colonos fruísem de uma administração governativa igual á da metrópole, a mais liberal, naquela época, de todo o mundo; assim introduziram no paiz as Câmaras municipas com seus ‘escoltetos’ (prefeitos) e ‘escabinos’ (intendentes); sendo concedido também aos índios o direito de eleger os membros das suas Câmaras e seus governadores.<sup>469</sup>

Acredita-se que tal privilégio tenha sido concedido também na reunião com os Heeren XIX, vez que prometeram tratar os indígenas aliados como holandeses e que os holandeses tinham Câmaras e escabinos em suas cidades para administrá-las, bem como à justiça.

---

<sup>468</sup> HULSMAN, 2005, p. 3.

<sup>469</sup> SOUTO MAIOR, 1913, p. 160.



Assim, os indígenas requisitam a criação de três Câmaras, o que lhes é concedido sem ressalvas. A Câmara da aldeia de Tapeçirica terá sob sua jurisdição as aldeias de Tapeçirica, Tupucuramo, Carace, Miogoay, Urutaquaram, S. Miguel e Nassau; a da aldeia de Maurícia, as aldeias de Mauricia, Miarigeriba, Pontado, Goaragoasu e Tapua e a da Aldeia de Orange contara com as aldeias de Pirari, Jaragoa e Bopeba.

Os indígenas reunidos continuam, afirmando que “no governo de cada uma dessas Câmaras é muito necessário e conveniente que seja colocada uma pessoa da nossa nação”, e prosseguem indicando os nomes que acreditam ser os melhores e os mais honrados para cumprir a função de governar.

Uma lista de nomes possíveis, dentre os membros das aldeias, foi apresentada para os membros do Conselho, que então escolheu os eleitos para atuarem como escabinos. Dentre todas as Câmaras, os escabinos indígenas totalizam o número de 36, sendo que quase toda aldeia conta com dois escabinos eleitos, as maiores com quatro e uma conta com apenas um.

A participação indígena contava com uma maior liberdade para a escolha dos eleitores, já que não havia influência nenhuma do Conselho político, ao contrario das Câmaras de escabinos dos holandeses e portugueses, em que o Conselho Político escolhia os eleitores. No entanto, essa pequena vantagem não significa nada além da confirmação de que os holandeses necessitavam dessa aliança mais do que nunca nos idos de 1645, em que as revoltas portuguesas começaram a ganhar força.

O exame das assembleias que ocorreram no Brasil durante a ocupação holandesa pode fornecer, portanto, um olhar mais próximo ao funcionamento das Câmaras municipais e do governo do período. Com elas, destaca-se a importância da aliança com os povos indígenas e o enorme peso da influência dos escabinos portugueses na administração. Ao mesmo tempo, é possível esclarecer que estes mesmos escabinos não tinham acesso a boa parte do ordenamento jurídico holandês que deveriam aplicar, pela dificuldade linguística que se apresentava. Com isso, ganhavam força os particularismos e os costumes locais, desenvolvidos no cotidiano da sociedade.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como observado da introdução desta tese, seu principal objetivo era investigar e questionar a ideia de uma possível centralização das políticas administrativas coloniais holandesas, bem como a utilização de instrumentos jurídicos unificados em todo seu território ao longo do Atlântico.

Para isso, no primeiro capítulo, foi feita uma análise pormenorizada da formação e organização institucional da República das Sete Províncias Unidas dos Países Baixos. Tendo sido formada pela união de províncias antes autônomas, é tida por muitos como precursora de um estado centralizado mais próximo da modernidade. Neste capítulo, buscou-se desconstruir essa concepção e demonstrar que os indícios de centralização demonstrados nesse processo de formação eram condizentes com o tempo em que ocorreram, tendo muitas continuidades com a cultura do Antigo Regime europeu. Ademais, local e central não necessitam ser entendidos como água e óleo, opostos que não se misturam, podendo ser diferentes faces de um mesmo arranjo político, como de fato ocorria com a República, em que instituições locais e centrais conviviam e se influenciavam reciprocamente.

O segundo capítulo trouxe a análise da formação e organização da Companhia Holandesa das Índias Ocidentais, essencial para compreensão da expansão marítima batava pelas Américas, por ser dela seu maior instrumento. Buscou-se ressaltar um segundo objetivo da WIC, menos conhecido, mas não menos importante, para além de buscar estender os mares comerciais holandeses: a Companhia era uma máquina de guerra, desenhada para transferir parte das lutas contra os espanhóis para a América do Sul, tirando do rei da Espanha algumas de suas colônias que lhe davam tanto lucro e alimentavam suas tropas. Era uma estratégia para enfraquecer o inimigo na incansável busca pela independência holandesa.

Ainda, buscou-se destacar a criação de um regulamento essencial para a ideia de centralização e unificação das políticas administrativas e judiciais coloniais, a Ordem de Governo de 1629. A Ordem de Governo de 1629 é um documento que deveria ser válido para todas as terras que a República já havia conquistado ou que ainda haveria de conquistar, em que estavam previstas e determinadas instruções para a organização política, administrativa, institucional e jurídica de todas as

colônias holandesas no Atlântico. O objetivo era que todas as colônias fossem organizadas de maneira semelhante, todas obedecendo aos preceitos da Ordem. Um governo-geral para todos os territórios flamengos no Atlântico está previsto, de forma a também centralizar seu governo.

Nos dois capítulos seguintes, passou-se ao exame da efetiva organização administrativa de duas colônias holandesas do Atlântico, para determinar se as políticas de centralização haviam tido algum êxito.

No Brasil Holandês, a Ordem de Governo de 1629 foi de grande importância. Foi a diretriz utilizada nos primeiros anos da colônia e muitos de seus artigos foram seguidos a risca. No entanto, em 1636 foi substituída por um novo regulamento, feito e válido especificamente para o Brasil, que, por sua vez, também foi substituído em 1645 por outro regulamento específico para a colônia brasileira. A Ordem de 1629 continuou sendo utilizada, estando expresso nos novos regulamentos que deveria ser utilizada em todos os casos não abordados pela nova instrução. No entanto, na prática, aos poucos perdeu significativamente sua importância.

Ainda assim, o Brasil foi organizado seguindo em boa parte aquilo que estava previsto em seus artigos, a começar pelo Alto Governo, instalado conforme previsto no regulamento, composto ora por um colégio de conselheiros políticos, ora por um governador auxiliado pelo Conselho.

A justiça ficava principalmente a cargo das Câmaras municipais, que no decorrer da colonização holandesa tornaram-se instituições híbridas, que misturavam costumes holandeses e portugueses. Eram compostas por escabinos e escoltetos, os principais oficiais da justiça nas Províncias Unidas, sendo que os cargos eram ocupados tanto por portugueses quanto por holandeses. Havia muita dificuldade em se aplicar o direito holandês, já que os escabinos portugueses o desconheciam por completo. Além disso, a barreira linguística era por vezes intransponível, e os principais regulamentos holandeses nunca foram traduzidos para o português.

Em que pese houvesse dificuldades, as Câmaras municipais eram o núcleo da administração holandesa nas cidades no nordeste do Brasil, sendo de extrema importância para a vida em comunidade. Ali todos os problemas eram resolvidos, e era por meio de sua atuação que os costumes holandeses se difundiam na população. Isso reflete a organização administrativa e institucional das Províncias Unidas, em que a justiça e o poder em geral também irradiava das cidades.

Apesar de sua grande influência na organização institucional no Brasil Holandês, a Ordem de 1629 não chegou a Nieu Nederlandt. Já no mesmo ano de 1629 foi editado um regulamento específico para a colônia norte-americana, chamado de Liberdades e Isenções, que instituía a colonização por meio de patronatos. Cada patrono era responsável por um pedaço de terra, e ali, eram suas as principais decisões, ainda que a WIC tenha colocado limites e contornos acerca de seus privilégios, direitos e deveres no regulamento. Havia, paralelamente, um Alto Governo da colônia, composto por um diretor e um Conselho Político.

Quanto à justiça, os patronos eram responsáveis por criar pequenos bancos de escabinos, cortes municipais de justiça, formadas por escabinos e escoltetos, tal qual na República e no Brasil Holandês. As cortes eram o centro da vida em comunidade da colônia e buscavam aplicar o direito holandês tal qual na pátria mãe, tendo conhecimento e acesso a doutrina holandesa e aos regulamentos a serem utilizados. Ainda assim, o direito holandês precisou se adequar a realidade colonial, bastante diferente da metropolitana, passando por um filtro de adaptação.

Dessa forma, pode-se concluir que a colonização holandesa nas colônias não era tão unificada quanto poderia parecer numa análise mais superficial. Cada colônia tinha seus regulamentos específicos e o governo-geral instalado no Brasil, que deveria ter poder em todas as colônias holandeses, nunca teve qualquer influência em Nieu Nederlandt. Portanto, os objetivos centralizadores e unificadores holandeses, em geral, e da Ordem de Governo de 1629, em específico, foram frustrados.

Ainda assim, as colônias estudadas apresentavam elementos de continuidade. Em ambas as colônias o direito aplicado era o *ius commune*, que unia o direito romanista, canônico e os direitos holandeses e locais. A questão linguística foi de grande importância para a diferenciação do direito aplicado nas duas colônias, já que apenas em Nieu Nederlandt todos os escabinos e demais oficiais tinham acesso aos textos dos ordenamentos a serem utilizados, enquanto que os escabinos portugueses do Brasil holandês não receberam traduções dos documentos para seu estudo e aplicação. Ademais, com a presença de escabinos portugueses nas Câmaras brasileiras, acredita-se que no Brasil a utilização de costumes locais da colônia tenha sido ainda mais exacerbada do que na colônia da América do Norte.

Em que pese a Ordem de governo de 1629 não ter sido aplicada em Nieu Nederlandt, e muito embora o sistema de patronatos fosse bastante específico desta

colônia, havia um cerne da organização institucional, administrativa e jurídica que não variava muito com relação ao Brasil. Em ambas as colônias havia um governador central e um Conselho que o auxiliava, formando um Alto Governo. Além do mais, em ambas as colônias as cortes ou bancos de escabinos eram o centro da comunidade, sendo compostas por escabinos e escoltetos e aplicando o direito holandês tanto quanto fosse possível, ainda que a esta possibilidade pudesse variar grandemente.

Havia certa continuidade na maneira como as colônias eram organizadas, bem como na aplicação do direito. As Câmaras ou bancos de escabinos estavam presentes em ambas as colônias com certa uniformidade. Sendo formadas pelos escabinos e escoltetos, formavam um colégio responsável pela justiça em geral, sendo que a segunda instância de julgamentos se dava para o Alto Governo das colônias. Eram centrais na organização política e tinham papel ainda mais nuclear na vida em comunidade.

Os altos governos também eram mais ou menos homogêneos, já que via de regra eram compostos por um governador ou diretor auxiliado por um Conselho Político composto de três a cinco membros. Dessa forma, pode-se concluir que os contornos administrativos e institucionais das colônias holandesas no Atlântico eram semelhantes. Tal uniformidade deve-se muito mais a uma consequência natural do próprio processo de colonização e da transferência legal que dele decorre, já que colonizadores tendem a replicar com maior ou menor força as instituições com as quais estão acostumados, do que a um real esforço centralizador por parte dos flamengos.

Conclui-se que as tentativas de centralização feita pelos holandeses com a Ordem de governo de 1629 não constituíam uma ideia moderna de centralização do poder ou de governo central, sendo apenas uma tentativa de tornar as colônias mais manejáveis e fáceis de controlar. Os flamengos não tinham como objetivo aglutinar ou centralizar o poder numa concepção moderna, e, na prática, mantiveram-no bastante pulverizado e concentrado no local. O intento centralizador colonial holandês, materializado na Ordem de 1629, era apenas de uma faceta operacional do governo do Império Holandês, que nem mesmo assim conseguiu ser implementada completamente, já que cada realidade e cada cenário colonial colocou restrições aos ideais holandeses, forçando-os a adaptar suas instituições, regulamentos e também seu direito.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALENCASTRO, L. F. de. **O trato dos viventes: Formação do Brasil no Atlântico Sul. Séculos XVI e XVII.** São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

ALEXANDROWICZ, C. R. An Introduction to the History of the Law of Nations in the East Indies. (16th, 17th and 18th Centuries) (Oxford 1967), p. 47.

BARLEUS, Capar. **História dos feitos recentemente praticados durante oito anos no Brasil e noutras partes sob o governo do ilustríssimo João Maurício Conde de Nassau.** Rio de Janeiro: Serviço Gráfico do Ministério da Educação, 1940.

BICALHO, M. F; FRAGOSO, J; GOUVÊA, M. de F. **O Antigo Regime nos trópicos.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

BOOGMAN, J.C. **The Union of Utrecht:** Its genesis and consequences. *BMGN - Low Countries Historical Review*, 94(3)

BORGES, Clara Maria Roman. **Um olhar para além dos sistemas processuais penais.** *Revista Brasileira de Ciências Criminais: RBCCrim*, v. 21, n. 104, p. 147-171, set./out. 2013.

BOTERO, Giovanni. **La Ragon di stato; a cura di Chiara Continio.** Roma: Donzelli, 2009.

BOXER, C. R. **O Império Marítimo Português (1415/1825).** São Paulo: Companhia das Letras. 2002

\_\_\_\_\_. **Os holandeses no Brasil, 1624-1654.** São Paulo: Cia. Editora Nacional, 1961. (Brasílica, v. 312)

CALADO, M. **O Valeroso Lucideno.** Belo Horizonte: Itatiaia, 1987.

CARVALHO, Alfredo de. **Os brasões d'armas do Brasil Holandês**, Revista do Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico Pernambucano, n. 63, 1904.

CAU, C. **Groot-Plackaet Boeck**. Boeck 5, Titel 5, 9 Deel, cols. 1247/1264. Disponível em: <https://bit.ly/2XqU4n5>. Acesso em: 17/05/2014.

CAVANNA, Adriano. **Storia del diritto moderno in Europa**. Milão: Giuffrè Editore, 1982.

CHORUS, Jeroen (ed). **Introduction to Dutch Law**. London: Kluwer Law International, 1999.

CLAVERO, Bartolomé. **Historia del Derecho: Derecho Común**. Salamanca: Universidad, 1994.

COHEN, Robert (ed.). **The Jewish Nation in Suriname**. Amsterdam, 1982.

DIÁLOGOS das Grandezas do Brasil. [2ª ed. integral segundo o apógrafo de Leiden, aumentada por José António Gonsalves de Mello.] Recife, Imprensa Universitária, 1966.

De LAET, Johannes. **Historia ou Annaes dos feitos da Companhia Privilegiada das Índias Occidentaes, desde o seu começo até ao fim do anno de 1636**. Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional, 1916, Vol. 1.

DEN BLANKEN, Willem. 'Imperium in Imperio?' – Sovereign Powers of the First Dutch West India Company. Dissertação (mestrado em Historia). Faculdade de Ciencias Humanas, Universidade de Leiden. Leiden, 2014.

DEN HEIJER. Henk. *Geschiedenis van de WIC: opkomst, bloei en ondergang*. Zutphen, Walburg Press, 2013, p. 20.



DE ROO, Annie; JAGTENBERG, Rob. **Mediation in the Netherlands: past, present, future**. Electronic Journal of Comparative Law, volume 6, december 2002.

DE WITT, Johan; DE LA COURT, Pieter. **Political Maxims of the State of Holland: comprehending a general view of the civil government of that Republic**. London: 1743.

DOCUMENTS relating to New Netherland 1624-1626, In The Henry E. Huntington Library, Translated and Edited by A.J.F. van Laer, 1924.

DOCUMENTS Relative to the colonial History of the state of New York, Vol. I, Albany: Weed, Parsons and Company Printers, 1856.

DOCUMENTS Relative to the colonial History of the state of New York, Vol. II, Albany: Weed, Parsons and Company Printers, 1856.

DOCUMENTOS Holandeses. Rio de Janeiro, Ministério da Educação e da Saúde Pública, 1945.

DUVE, Thomas. **European Legal History – Global Perspectives**. *Max Planck Institute for European Legal History Research Paper Series No. 2013-06*. Disponível em: <http://ssrn.com/abstract=2292666>. Acesso em: 17/05/2015.

EBERT, C. **Between Empires**: Brazilian Sugar in the Early Atlantic Economy (1550-1630). Leiden: Brill Academic Publishers, 2008.

EDMUNSON, George. **History of Holland**. Cambridge: University Press, 1922.

ELIAS, J. L. Um documento quase inédito: participação dos povos indígenas na burocracia colonial. IN: **Revista Clio Arqueologica**, UFPE, 2002, N15.

ELLIOT, John. Atlantic History: A circumnavigation. In: ARMITAGE, David. **The British Atlantic World, 1500-1800**. Nova Iorque: Palgrave, 2002, p. 239.

FAORO, R. **Os Donos do Poder** – Formação do patronato político brasileiro. Porto Alegre: Editora Globo, 1977.

FEENSTRA, R, **Bibliography os Jurists of the Northern Netherlands active outside the Dutch Universities to the year 1811**. Amsterdam: Royal Netherlands Academy of Sciences, 2017.

FRAGOSO, João; GOUVÊA, Maria de Fátima (orgs.). **Na trama das redes. Política e negócios no Império português, séculos XVI-XVIII**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.

GALINDO, Marcos (org.). **Viver e morrer no Brasil holandês**. Recife: fundação Joaquim Nabuco, 2007.

GALINDO, Marcus; LODEWIJK, Hulsman (org.). **Guia de fontes para a história do Brasil Holandês**: acervos de manuscritos em arquivos holandeses. Brasília / Recife, MinC / Massangana, 2001.

GREENE, Jack; MORGAN, Phillip. **Atlantic History: a critical appraisal**. Oxford: University Press, 2009.

GROSSI, Paolo. **A Ordem Jurídica Medieval**. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2014.

GOODFRIEND, Joyce. **Revisiting New Netherland: perspectives on early Dutch America**. Leiden: Brill, 2005, p. 58.

GROTIUS, Hugo. **The Free Sea** (1609). Tradução de Richard Hakluyt. Indianapolis: Liberty Fund, 2004.

HERZOG, Tamar. **Frontiers of Possession: Spain and Portugal in europeu and the Americas**. Cambridge/London: Harvard University Press, 2015.

HESPANHA, A. M. **As Vésperas do Leviathan**: Instituições e Poder Político - Portugal - Séc. XVII. São Paulo: Almedina, 1994.

\_\_\_\_\_. **Cultura Jurídica Europeia**: síntese de um milênio. Coimbra: Almedina, 2012.

\_\_\_\_\_. **Poder e instituições na Europa do Antigo Regime**: coletânea de textos. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1984.

HULSMAN, Lodewijk. **Brazilian Indians in the Dutch Republic**: the remonstrances of Antonio Paraupaba to the States General in 1654 and 1656. Leiden: Grafaria, 2005.

\_\_\_\_\_. **Índios do Brasil na República dos Países Baixos: as representações de Antonio Paraupaba para os Estados Gerais em 1654 e 1656**. Revista de História da USP, n. 154, 2006/1, p. 37-69

\_\_\_\_\_. **Guia para o estudo das Atas Diárias do Alto Conselho da Companhia das Índias Ocidentais no Recife (1635-1654)**. IN: Monumenta Hyginia. Recife, 2005.

ISRAEL, Jonathan Irvin. **The Dutch Republic**: its rise, greatness and fall, 1477-1806. Oxford. Claradon Press, 1995.

ISRAEL, Jonathan Irvin; SCHWARTZ, Stuart. **The expansion of tolerance: Religion in dutch Brazil (1624-1654)**. Amsterdam: Amsterdam University Press, 2007.

JACOBS, Jaap. **Early Dutch explorations in North America**. Journal of Early American History, v. 3, n. 1, p. 65, 01 jan. 2013.

\_\_\_\_\_. **New Netherland: a Dutch colony in the Seventeenth-century America**. Leiden: Brill, 2005.

KAPLAN, Benjamin. **Calvinists and Libertines: confession and community in Utrecht, 1578-1620**. Oxford Scholarship Online, 1995. Disponível em: <https://bit.ly/35bSrMx>. Acesso em: 17/05/2019.

KEENE, Edward. *Beyond anarchical society: Grotius, colonialismo and order in World Politics*. Cambridge: Cambridge University Press: 2002

KLOOSTER, Wim. *The Dutch Moment: war, trade and settlement in the seventeenth-century atlantic world*. Leiden: Leiden University Press, 2016.

LARA, S. H. **Fragmentos setecentistas**: escravidão, cultura e poder na América Portuguesa. São Paulo: Companhia das Letras, 2007,

LE BAILLY, M.C. **Hof van Holland, Zeeland en West-Friesland**. Hilversum: Uitgeverij Verloren, 2008.

LEE, R. W. "The History of the Roman-Dutch Law." *Journal of the Society of Comparative Legislation*, vol. 10, no. 2, 1910, pp. 261–268.

LESAFFER, R. C. H. A short legal history of the Netherlands. IN: TAEKEMA, H. S. (Ed.). **Understanding Dutch Law**. Den Haag: Boom Juridische Uitgevers, 2004.

LIBÂNIO GUEDES, João Alfredo; RIBEIRO, Joaquim. **História Administrativa do Brasil**: A União Ibérica, a Administração do Brasil Holandês. Brasília: FUNCEP, 1983.

LUCIANI, F. T. **Munícipes e Escabinos**: Poder local e guerra de restauração no Brasil Holandês (1630-1654). 2007. 181 f. Dissertação (mestrado em História Social) – Departamento de História da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. São Paulo. 2007.

MAIOR, P. S. **Fastos Pernambucanos**. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1913.

MARQUES, Guida. **O Estado do Brasil na União Ibérica. Dinâmicas políticas no Brasil no tempo de Filipe II e de Portugal.** Penélope: Revista de História e Ciências Sociais, nº. 27, 2002.

MELLO, Evaldo Cabral de (Org.). **O Brasil Holandês.** São Paulo: Penguin Classics, 2010

\_\_\_\_\_. **O Negócio do Brasil:** Portugal, os Países Baixos e o Nordeste. 3º edição revista. Rio de Janeiro: TOPBOOKS, 2003,

MELLO, José Antônio Gonsalves de. **Fontes para a História do Brasil Holandês:** a economia açucareira, vol. I. Recife: CEPE, 2004.

\_\_\_\_\_. **Fontes para a História do Brasil Holandês:** a administração da conquista, v. II. Recife: Secretaria da Cultura, 1985.

\_\_\_\_\_. **Tempo dos Flamengos:** influência da ocupação holandesa na vida e na cultura do Norte do Brasil. 2. ed. (2. tiragem). Recife: Secretaria de Educação e Cultura, 1979.

MEUWESE, Marcus. **For the Peace and well-being of the country:** intercultural mediators and dutch-indian relations in New Netherland and Dutch Brazil (1600-1664). 2003. Tese (Doutorado em Filosofia) – Graduate Program in History, University of Notre Dame, Indiana, 2003.

MIRANDA, Bruno Romero Ferreira. “Doentes e incapazes para marchar”: vida e morte no exército da Companhia Neerlandesa das Índias Ocidentais no Nordeste do Brasil, 1630-1654. *História, Ciências, Saúde – Manguinhos*, Rio de Janeiro, v.22, n.2, abr.-jun. 2015.

\_\_\_\_\_. **Gente de Guerra:** origem cotidiano e resistência dos soldados do exército da companhia das índias ocidentais no Brasil (1630-1654). Tese (doutorado em História) – Faculdade de Humanidades, Universidade de Leiden, 2011.

NAVARRO, Luize. **Entre dois mundos: Câmaras e escabinos na circularidade da cultura jurídica no Brasil holandês (1630-1654)**. Dissertação (mestrado em Direito). Universidade Federal do Paraná, Faculdade de Direito, Departamento de Ciências Jurídicas, 2015.

NELSON, William. *Common Law in colonial America: volume II: the middle colonies and the Carolinas*. New York: Oxford University Press, 2013.

NEME, Mario. **Fórmulas políticas no Brasil holandês**. São Paulo: Difusão Europeia do Livro: Ed. Univ. S. Paulo, 1971

NETSCHER, Pieter. **Os holandeses no Brasil**: notícia histórica dos Países-Baixos e do Brasil no século XVII. São Paulo: Comp. Ed. Nacional, 1942 (Brasiliana, v.220).

NICOLS, John. **Civic Patronage in the roman empire**. Leiden: Brill, 2014.

NIEROP, H. F. van. **The nobility of Holland**: from knights to regents, 1500-1650. London: Cambridge University Press, 1993,

NIEUHOFF, J. **Memorável viagem marítima e terrestre ao Brasil**. São Paulo: Liv. Martins, [1942].

OSLER, Douglas. **Legal Humanism**. *Rechtshistorisches Journal*, n. 16, 1997, pp. 393-410.

PEREIRA, José Higino. "Relatório sobre as pesquisas realizadas em Holanda". *RIAGP*, 30, 1886, p.7-110.

PRADO JR, C. **Formação do Brasil contemporâneo**: colônia. 8. ed. São Paulo: Brasiliense, 1965.

PRAK, Marten. **Corporatism and Social Models in the Low Countries**. *Tijdschrift voor Sociale en Economische Geschiedenis*, vol. 11, n. 2, 2014, pp. 281-304.

\_\_\_\_\_. **The Dutch Republic in the Seventeenth Century. The Golden Age.** Cambridge: University Press, 2005.

PRICE, John Leslie. **Holland and the Dutch Republic:** the politics of particularism. Oxford: Clarendon Press, 1994.

RAADSCHELDERS, J. C. N; TOONEN, A. J. **Waterschappen in Nederland:** een bestuurskundige verkenning van de institutionele ontwikkeling. 1<sup>a</sup> Ed. Hilversum: Verloren, 1993.

RODRIGUES, J. H. **Historiografia e bibliografia do domínio holandês no Brasil.** Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1949.

ROMPER, L (ed.); VAN RUYBEMKE, B. (ed.). **Constructing early modern empires.** Leiden: Brill, 2007

ROWEN, H. H. **The Low Countries in Early Modern Times:** A Documentary History. New York: Harper & Row, 1972.

\_\_\_\_\_. Herbert. **John de Witt,** Grand Pensionary of Holland, 1625-1672. Princeton, NJ: Princeton University Press, 2015.

RUSSEL, P; RUSSEL, R. **Qua patet orbis: het rooms-Hollands Recht in Nederlands Brazilië (1630-1654).** Russel Advocaten Publicatie. Disponível em: <https://bit.ly/2Qq2Y2K>. Acesso em: 07/05/2014.

SALGADO, G. (Org.). **Fiscais e meirinhos:** a administração no Brasil colonial. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.

SCHALKWIJK, F. P. **Igreja e Estado no Brasil Holandês (1630-1654).** São Paulo: Edições Vida Nova, 1989.

SCHAMA, Simon. **O desconforto da riqueza:** a cultura holandesa na época de ouro. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.



SCHILTKAMP, J. A. On Common Ground – Legislation, Government, Jurisprudence, and Law in the Dutch West Indian Colonies: the Order of Government of 1629. IN: **HalveMaen**, vol, LXX, n 4.

\_\_\_\_\_. **Jewish Jurator in Suriname**, in R. Cohen, ed., **The Jewish Nation in Suriname**. Amsterdam, 1982.

SCHWARTZ, S. **Burocracia e sociedade no Brasil Colonial**: a Suprema Corte da Bahia e seus Juízes: 1609-1751. São Paulo: Perspectiva, 1979.

\_\_\_\_\_. **Escravos, roceiros e rebeldes** (tradução). Bauru, Edusc, 2001.

SHATTUCK, Martha. **A civil society: Court and community in Beverwijck, New Netherland, 1652-1664**. Tese (doutorado em História) – Boston University, 1993.

SMITH, George. **Religion and Trade in New Netherland: Dutch origins and american development**. Ithaca: Cornell University Press, 1973.

SMITS, Jan. **The Making of European Private Law**: Towards a Ius Commune Europaeum As a Mixed Legal System. Antwerp: Intersentia, 2002.

TAYLOR, Peter. **Ten years that shook the world?** The United Provinces as First Hegemonic State. *Sociological Perspectives*, 1994, vol 37, n 1.

TEMPLE, William. **Observations upon the United Provinces of the Netherlands**. Londres: 1705. Disponível em: <https://bit.ly/342jvOg>. Acesso em 30/08/2014.

TEN RAA, C. M. G. **De oorsprong van de kantonrechter**. Deventer: Kluwer, 1970.

TRACY, James. **The founding of the Dutch Republic. War, finance and politics in Holland. 1572-1588**. Oxford: University Press, 2008.

VAINFAS, Ronaldo. (Org.). **Dicionário do Brasil Colonial (1500-1808)**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2000.

\_\_\_\_\_. **Jerusalém Colonial: judeus portugueses no Brasil Holandês**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.

VAN DEN TOL, Joris. Lobbying in Company: Mechanisms of political decision-making and economic interests in the history of Dutch Brazil, 1621-1656. Tese (doutorado em História), Universidade de Leiden. Leiden, 2018.

VAN GROESEN, Michiel. **Amsterdam's Atlantic: print culture and the making of Dutch Brazil**. Philadelphia: University of Pennsylvania Press, 2016.

\_\_\_\_\_. Lessons learned: the second dutch conquest of Brazil and memory of the first. *Colonial Latin American Review*, Vol. 20, No. 2, August 2011, pp. 167-193.

\_\_\_\_\_. A week to remember: dutch Publisher and the competition for News from Brazil, 26 august 2 september 1624. In: *Quaerendo 40 (2010) 26-49*.

\_\_\_\_\_. (ed.). **The legacy of Dutch Brazil**. Cambridge: Cambridge University Press, 2014.

VAN ITTERSUM, Martine Julia. The long goodbye: Hugo Grotius' justification of Dutch expansion overseas, 1615–1645, *History of European Ideas*, 2010, 36:4, 386-411.

VAN RHEE, C. H. (ed.). **European Traditions on civil Procedure**. Antuérpia: Intersentia, 2005.

VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. **História das Lutas com os Holandeses no Brasil**. Salvador, Progresso Editora, 1955.

VERMEIR, R. **De geheime raad in de Habsburgse Nederland**. Disponível em: <https://bit.ly/37fKCHv>. Acesso em: 20/01/2015.

VIEIRA, Daniel. **A topografia do ausente: a paisagem política da Nieuw Holland nas vinhetas de Frans Post para o mapa mural *Brasilia Qua Parte Paret Belgis*, 1643-1647.** Clio – Revista de Pesquisa Histórica. n. 29.1. Julho-janeiro 2011. Disponível em: <https://bit.ly/2QtWvUI>. Acesso em: 26/10/2018.

WÄTJEN, Herman. **O domínio colonial holandês no Brasil:** um capítulo da história colonial do século XVII. São Paulo: Comp. Ed. Nacional, 1938 (Brasiliana, v.123).

WEHLING, A.; WEHLING, M. J. **Direito e justiça no Brasil colonial:** o Tribunal da Relação do Rio de Janeiro (1751-1808). Rio de Janeiro: Renovar, 2004.

WESSELS, J. W. **History of the Roman-Dutch Law.** Grahamstown: African Book Company, 1908.

WIELEMA, Michiel. **The March of the Libertines, Siponzists and the Dutch Reformed Church (1660-1750).** Hilversum: Verloren, 2004.

WILLIAMS, James. **Roman-Dutch Law.** The Yale Law Journal 19, no. 3 (1910): 156-61.

XAVIER, Lucia Furquim Werneck. **Sociabilidade no Brasil Holandês (1630-1654).** Tese (Doutorado em História), Universidade de Leiden, Leiden, 2018.

XAVIER, Rômulo. O “desconforto da governabilidade”: aspectos da administração no Brasil holandês (1630-1644). Tese (doutorado em História). Universidade Federal Fluminense, Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Departamento de História, 2008.

## REFERÊNCIAS - FONTES HISTORIOGRÁFICAS

ACTAS da Assembleia Geral. RIAGP, n. 31 (1886), p. 173/217.

ASSEMBLEIA NA ALDEIA DE TAPISSIRICA, 1645. In: SOUTO MAIOR, Pedro. **Fastos Pernambucanos**. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1913.

Articles proposed by the WIC for the colonization and trade of New Netherland. Documents Relative to the colonial history of the State of New York. Albany: Weed, Parsons and Company Printers, 1856.

Articullbrief. In: CAU, C. Groot-Plackaet Boeck. Boeck 5, Titel 5, 9 Deel.

BARLEUS, Gaspar. **História dos feitos recentemente praticados durante oito anos no Brasil e noutras partes sob o governo do ilustríssimo João Maurício conde de Nassau (1647)**. São Paulo: Edusp, 1974.

BREVE discurso sobre o estado das quatro capitâneas conquistadas de Pernambuco, Itamaracá, Paraíba e Rio Grande, situadas na parte setentrional do Brasil, escrito por J. M. de Nassau, Adriaen van der Dussen e M. van Ceullen (1638). FHBH, vol. I, p. 77/129.

BREVE relação do estado de Pernambuco. Dedicada à Assembléia dos XIX. Por Auguste de Quelen. Em Amsterdam (1640). FHBH, vol. II, p. 417/459.

CALADO, Manuel. **O Valeroso Lucideno e o Triunfo da Liberdade** (1648). Belo Horizonte: Itatiaia, 1987.

CARTA DE DIEDERICK VAN WEERDENBURCH AOS ESTADOS GERAIS. In: LIBÂNIO GUEDES, João Alfredo; RIBEIRO, Joaquim. **História Administrativa do Brasil: A União Ibérica, a Administração do Brasil Holandês**. Brasília: FUNCEP, 1983.

CARTA DE NASSAU AO CONDE DE BAGNUOLO. In: GOUVEA, Fernando da Cruz. **Maurício de Nassau e o Brasil Holandês: Correspondência com os Estados Gerais**. Recife: Editora Universitária/UFPE, 1998.

Charter of Privileges and Exemptions of the Dutch West India Company. June 7, 1629. Documents Relative to the Colonial History of the State of New York. Vol. II. p. 553-57.

Charter of Freedoms and Exemptions, June 7, 1629. In: Van Rensselaer Bowier Manuscripts, Albany: University of the state of New York, 1908.

COMISSION OF HENRICUS VAN DYCK AS FISCAL. Documents relating to the colonial history of the state of New York, vol. 1 (adiante: NYCD), Albany: Weed, Parsons and Company printers, 1856.

DAGELIJKSE NOTULEN. In: GALINDO, Marcos (coord.). Monumenta Hyginia – Dagelijkse Notulen. Recife: IAHGP/UFPE, 2005.

DE LAET, Johannes. **Historia ou annaes dos feitos da Companhia Privilegiada das Indias Ocidentais desde seu começo até o fim do ano de 1636. Vol. 1**. Rio de Janeiro: oficinas Graphicas da Bibliotheca Nacional, 1916.

DE LAET, Johannes. **Historia ou annaes dos feitos praticados pela Companhia privilegiada das índias occidentaos desde seu começo ate o fim de 1636. Vol. 2**. Rio de Janeiro: Officinas Graphicas da Bibliotheca Nacional, 1925.

DESCRIÇÃO das capitanias de Pernambuco, Itamaracá, Paraíba, e Rio Grande do Norte. Memória apresentada ao Conselho Político do Brasil por Adriaen Verdonck, em 20 de maio de 1630. Tradução de Alfredo de Carvalho, RIAGP, n. 55, 1901, p. 215/227.

DESCRIÇÃO geral da capitania da Paraíba, escrita por Elias Herckmans em 1639. FHBH, vol. II, p. 59/112.

DE WITT, Johan; DE LA COURT, Pieter. **Political Maxims of the State of Holland: comprehending a general view of the civil government of that Republic.** London: 1743.

DIÁLOGOS das Grandezas do Brasil. Recife: Imprensa Universitária, 1966.

DIÁRIO de Henrique Haecx (1645-1654). ABN, vol. 69, p. 36-159.

DOCUMENTOS holandeses. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e da Saúde Pública, 1945.

FORT ORANGE COURT MINUTES, 1652-1660. New York: Syracuse University Press, 1990.

FORT ORANGE COURT RECORD, 1656-1678. New York: Syracuse University Press, 2000.

Further instructions for Director Willem Verhulst and the Ciuncil of New Netherland, april 22, 1625. In: DRNN, 1924, p. 81-129.

GENERALE Missive ao Conselho dos XIX, datada do Recife, 5 de março de 1639. IN: MELLO, J. A. G. de. **Tempo dos flamengos**: influência da ocupação holandesa na vida e na cultura do Norte do Brasil. Recife: Secretaria de Educação e Cultura, 1979, p. 65-67.

HERCKMANS, Elias. **Descrição Geral da Capitania da Parahyba**, 1639. In: FHBH2.

*“Instructie, vande Ho: Mo: Heeren Staten Generael deser Vereenighde Nederlanden, voor de hooge ende lage Regieringe der Geoctroyeerde West-Indische Compagnie, naer de welcke voorts aen beleyt ende gederigeert zullen worden alle het bewint ende zaecken, met den aenkleven van dien, vervallende, ende noch voor te vallen inde geconquesteerde Capitanien, Steden, Forten ende Plaetsen in Brazijl, ende die*

*noch naemaels geconquesteert zullen worden. In date den 23 Augusti 1636*". In: CAU, C. *Groot-Plackaet Boeck*. Boeck 5, Titel 5, 9 Deel, cols. 1247/1264. Disponível em: <https://bit.ly/2Kyj6va>. Acesso em: 17/05/2014.

*"Instructie vande Gecommitteerde wegen de generaele geoctroyeerde West-Indische Compangie ter Vergaderinge vande Negenthiende, voor die vande Hooge Regieringe van Brazil, waer naar de zelfe haer zullen hebben te gedragen. In date den 12 October 1645. Met de Approbatie van haer Ho: Mo: vanden 6 November 1645*". In: CAU, C. *Groot-Plackaet Boeck*. Boeck 5, Titel 5, 9 Deel, cols. 1247/1264. Disponível em: <https://bit.ly/2NW3h3G>. Acesso em: 17/05/2014.

INSTRUCTIONS for Willem Verhulst, Director of New Netherland, january 1625. In: DRNN, 1924, p 35-79.

INSTRUCTION TO THE DIRECTOR GENERAL and Council of New Netherland. In: Documents Relative to the colonial history of the State of New York. Albany: Weed, Parsons and Company Printers, 1856.

LONCK, H. C. Descrição da conquista de Pernambuco, 1630. In: GALINDO, Marcos (org.). **Viver e morrer no Brasil holandês**. Recife: fundação Joaquim Nabuco, 2007.

MOERBEECK, Jan Andries. Redenen Waeromme de West-Indische Compagnie dient te trachten het Landt van Brasilia den Coninck van Spangien te ontmachtigen, en dat ten eersten (1624). Disponível em: <https://bit.ly/2OoRt8V>. Acesso em 19/11/2018.

MACHADÃO do Brasil ou Diálogo sobre a decadência do Brasil entre Kees Jansx Schott, recém chegado d'aquele pais, e Jan Maet, caixeiro de negociante, que também ali esteve com aquele. Ano de Nosso Senhor de 1647. RIAGP, n. 72, 1908, p. 125/170.

NIEUHOF, Johan. Memorável Viagem Marítima e Terrestre ao Brasil (1682). São Paulo: Itatiaia: Edusp, 1981.



NOTAS do que se passou na minha viagem, desde 15 de dezembro de 1641 ate 24 de janeiro do ano seguinte de 1642, por A. Van Bullestrate. FHBH, vol. II, p. 147/197.

PRETENSION AND CLAIM of the patroons of new Netherland, delivered to their mightinesses' deputies on the 16th of June, 1634, against the Directors the Incorporated West India Company. Documents Relative to the colonial history of the State of New York. Albany: Weed, Parsons and Company Printers, 1856.

Proposed Freedoms and Exemptions for New Netherland, 19 july, 1640. In: Documents Relative to the colonial history of the State of New York. Albany: Weed, Parsons and Company Printers, 1856.

Provisional Regulations for the Colonists adopted by the Assembly of the Nineteen of the West-India Company, march 28, 1624. In: Documents relating to New Netherland 1624-1626, In The Henry E. Huntington Library, Translated and Edited by A.J.F. van Laer, 1924, p 1-18, 255-256.

REGIMENTO das Praças Conquistadas ou que forem conquistadas nas Índias Ocidentais de 1629. (tradução). RIAGP 31, 1886, p.289-310.

RELATÓRIO oficial sobre o estado das quatro capitanias conquistadas. RIAGP, 34, 1887, p. 139/196.

RELATÓRIO sobre a capitania da Paraíba em 1635, pelo Sr. Servaes Carpentier; Conselheiro Político e Diretor da mesma capitania. FHBH, vol. II, p. 41/52.

RELATÓRIO sobre a conquista do Brasil por H. Hamel, Adriaen van Bullestrate e P. Jansen Bas (1646). FHBH, vol. II, p. 205/300.

RELATÓRIO sobre o estado das quatro capitanias conquistadas no Brasil; apresentado pelo Senhor Adriaen van der Dussen ao Conselho dos XIX na Câmara de Amsterdam, em 4 de abril de 1640. FHBH, vol. I, p. 137/232.

RESOLUTION of the States-General urging the colonizations of New Netherland. Documents Relative to the colonial history of the State of New York. Albany: Weed, Parsons and Company Printers, 1856.

RESOLUTION of the States General on the Report of the Discovery of New Netherland. Documents Relative to the colonial History of the state of New York, Vol. I, Albany: Weed, Parsons and Company Printers, 1856.

RESOLUTION of the States General on the Difficulties between the Company and the Patroons. Documents Relative to the colonial History of the state of New York, Vol. I, Albany: Weed, Parsons and Company Printers, 1856.

UNIE VAN UTRECHT. 20 de janeiro de 1579, In: CAU, C. *Groot Placcaetboek van Holland and Zeeland*, Deel I, p. 17-18.

VAN DER DUSSEN, Adriaen. **Relatório sobre o estado das capitanias conquistadas no Brasil**, 4 de abril de 1640. FHBH 1.

VAN DER DONCK, Adriaen. **A description of New Netherland**. Lincoln: University of Nebraska Press, 2008.

## ANEXO I – TRADUÇÃO DA INSTRUÇÃO DE 1636

INSTRUÇÃO DOS ALTOS E PODEROSOS SENHORES DOS ESTADOS GERAIS DOS PAÍSES BAIXOS PARA O ALTO E BAIXO GOVERNO PELA COMPANHIA DAS ÍNDIAS OCIDENTAIS, A QUAL SERA LÍDER E GOVERNANTE, EM TUDO AQUILO QUE DISSER E QUE VENHA AINDA A DIZER RESPEITO AOS ASSUNTOS DAS CAPITANIAS, CIDADES, FORTES E LUGARES CONQUISTADOS E QUE AINDA VENHAM A SER CONQUISTADOS NO BRASIL. NA DATA DE 23 DE AGOSTO DE 1636<sup>470</sup>:

I - O Alto Governo nas terras do Brasil pela Companhia das Índias Ocidentais conquistadas, e ainda por conquistar, deverá consistir em um governador e em três altos e secretos conselheiros, escolhidos pelos XIX Senhores. A comissão dos Estados Gerais dos Países Baixos Unidos, Sua Excelência o Senhor Príncipe de Orange e a Companhia das Índias Ocidentais serão respeitados e os juramentos a eles que lhes sejam convenientes serão feitos.

II - o governador terá, ao lado do Conselho supracitado, o nome e a autoridade de Governador, Capitão e Almirante General sobre as terras já citadas e suas dependências, bem como exclusivamente todo o poder sobre a terra e o mar que lá a companhia já possui ou vier a possuir.

III - [o governador] deverá, nessa qualidade, presidir as reuniões do Alto e Secreto Conselho, e deverá ali consultar-se e decidir sobre todos os assuntos do governo público e que dele decorram ou a ele sejam referentes, sobre toda a exploração de terra e água, construção de novos fortes, estabelecimento e deslocamento de tropas, exportação daquilo que foi produzido por eles mesmos ou

---

<sup>470</sup> “*Instructie, vande Ho: Mo: Heeren Staten Generael deser Vereenighde Nederlanden, voor de hooge ende lage Regieringe der Geoctroyeerde West-Indische Compagnie, naer de welcke voorts aen beleyt ende gederigeert zullen worden alle het bewint ende zaecken, met den aenkleven van dien, vervallende, ende noch voor te vallen inde geconquesteerde Capitanien, Steden, Forten ende Plaetsen in Brazijl, ende die noch naemaels geconquesteert zullen worden. In date den 23 Augusti 1636*”. In: CAU, C. *Groot-Plackaet Boeck*. Boeck 5, Titel 5, 9 Deel, cols. 1247/1264. Disponível em: <https://bit.ly/2Qrmgop>. Acesso em: 17/05/2014.

por outros, sentenciar aquilo que exige uma decisão conjunta, posicionar Comandantes acerca de locais e fortalezas particulares, e em caso de empate deverá ter voto duplo.

X: [o governador] pode finalmente fazer tudo aquilo que um Governador, Capitão e Almirante General está acostumado a fazer e aquilo que é esperado que faça.

XI – Os três Altos e Secretos Conselheiros que se unirão ao Governador, serão escolhidos pelos XIX Senhores e sua comissão dos Estados Gerais e farão os convenientes juramentos a comitiva dos Estados Gerais, a Sua Graça o Príncipe de Orange e a Companhia das Índias Ocidentais.

XII: [os altos e secretos conselheiros] tem, nessa qualidade, a política mais alta, bem como o Senhor Governador Capitão e Almirante-General, em todos os assuntos que dizem respeito a policia, finanças e milícia, e naquilo que depender do governo publico. Devem consultar e concluir sobre a exploração de agua e terr, sem contar vantagem um do outro e quando chegarem a um consenso devem fazer a comunicação, estabelecimento e deslocamento de tropas, construção de novos fortes, deslocamento e demolição dos velhos, escolha de um local de residência e seguir no mais os artigos 3 e 4 e, na ausência do Governador, utilizar e gozar de todas as preeminências de guardas da chave, de todos os vastos lugares e fortes, provendo a senha (palavra chave) nos lugares em que se encontrarem; os quais o governador, quando presente, poderá ter e gozar sem que ninguém o contradiga.

XX: O Colégio do Alto e Secreto Governo deverá nomear uma pessoa experiente, sob o nome de assessor, o qual será escolhido pela Assembléia dos XIX e a ela fará seu juramento.

XXI: Cada assessor terá suas atribuições e deverá morar próximo ao local das reuniões do Conselho, quando perguntado, deverá dar sua opinião, cuidará de todas as notícias e registros, despachará e assinará cartas e todos os atos que emanarem do Conselho, também cumprindo as funções de pensionário e secretário.

XXIII: O Conselho Político nas terras já conquistadas e ainda por conquistar no Brasil deverá consistir de nove conselheiros, cada qual escolhido por uma Câmara respectiva da Companhia, reunida na Assembleia dos XIX, devendo ser pessoas honestas, nascidas nas Províncias unidas ou que lá tenham morado pelo período de 7 anos, adeptos da Religião Reformada e com experiência nos assuntos de polícia, justiça e comércio, devendo saber tudo aquilo que for possível de pelo menos um destes assuntos. A Câmara de Amsterdam escolherá quatro, a Zelândia dois, Zona Norte, Frísia e Rotterdam um cada, sendo que todos deverão ser trazidos a uma reunião dos XIX para aprovação no exercício da função, depois de feito o juramento receberão conveniente comissão e instrução, e assim cada um estará vinculado, sem dever receber nenhuma ordem de qualquer Câmara em particular ou de fora.

XXIII: O Colégio dos Conselheiros Políticos está sujeito ao Governador e ao Alto Conselho e deverá prestar contas de todas as suas ações (a exceção de assuntos da Justiça), aqueles que forem negligentes com sua função ou que o façam contra a ordem pública e sua Instrução, por eles serão multados e punidos de acordo com a exigência do caso.

XXV – O próprio Colégio deverá ter a direção e administração da Justiça, tanto em casos criminais quanto civis, para que os administrem e dirijam de acordo com as ordens e regulamentos, conforme daqui para frente será esclarecido.

XXVII – Cinco dos conselheiros deverão ter sua residência ordinária no mesmo local do Alto Conselho, para tomar conta da justiça quotidiana, seguir com os processos iniciados, sentenciar e executar as sentenças na forma de seu conteúdo; os outros quatro conselheiros deverão ser locados em locais diferentes, que deverão ser ordenados pelo Alto e Secreto Conselho e pelo Governador, e todos os nove deverão alternar e trocar de lugar a cada ano, e em sua nova colocação cumprir seus deveres, todas as questões que já foram completamente estipuladas e instruídas serão decididas e procedidas antes da mudança de local anual.

XLII – A justiça criminal será administrada pelo Colégio do Conselho Político, com os conselheiros residentes para organizá-la, ou Conselho Político e o subalterno

Conselho de Justiça nas respectivas capitanias e demais lugares o substituirão, as tensões serão denunciadas pelo Escolteto ou fiscal, ou por seu substituto, com isso o colégio acaba por consistir em pelo menos 5 pessoas.

XLIII – Para a apreensão de criminosos, levar adiante a execução de sentenças, para administrar e aferir o cumprimento das Ordenações, tanto dos XIX Senhores, quanto do Governador e Alto Conselho, para corrigir aqueles que as ultrapassarem, o Governador e o Alto Conselho, aconselhados pelo Conselho Politico, deverão escolher um Escolteto, ou substituto de fiscal, e, abaixo deste, mais três servidores, e isso em cada lugar em que houver um tribunal de primeira instancia ou em que haja administração da justiça.

XLIII – Na politica da justiça e processo criminal, tortura e execução referente aos crimes devem seguir o costume das Províncias Unidas e o direito comum escrito<sup>471</sup>.

XLV – As penitencias criminais devem ser anotadas pelo Escolteto ou fiscal de acordo com a Instrução, exceto no acontecimento de os XIX Senhores, pela interpretação e escrita, suprirem a atuação do Conselho Politico e possam dar provimento os casos a eles direcionados.

XLVI – O Colégio de Conselheiros Políticos deverá, em todas as cidades e locais em que haja numero suficiente de moradores, escolher e ordenar vinte pessoas, mais ou menos de acordo com as circunstâncias (ainda que não deva ultrapassar trinta) dentre os cidadãos qualificados, honestos e confiáveis, tanto holandeses quanto portugueses, a serviço da companhia ou não, para eleitores dos oficiais civis nos respectivos locais, mantendo esta qualidade por toda a vida, se lá permanecerem sem casos de infâmia.

XLVII – Estes deverão, todo ano, no começo do mês de junho, se reunir e reportar ao Conselho, para escolher dentre os cidadãos o triplo de nomes do que

---

<sup>471</sup> Forma a que se referem ao Direito Romano, por mais de uma vez durante a lei.

necessário, das quais o Governador e o Alto Conselho, ou na ausência do Governador apenas o Alto Conselho, escolherão o número necessário de pessoas.

XLVIII – Os escabinos ou Administradores da Justiça Civil e Criminal deverão ser pelo menos 5, ou mais, dependendo do tamanho da cidade ou localidade, e caso um conselheiro político esteja presente, este poderá presidi-los se assim julgar necessário.

XLIX – Estes deverão seguir, em seus procedimentos e expedições, o estilo e a maneira de proceder determinada no Regimento da Holanda de 1580, sobre a organização das cidades e planícies, ou deverão buscar algo semelhante com os XIX Senhores, com aprovação dos Estados Gerais, e deverão tornar os procedimentos tão curtos quanto possível pela natureza do caso, sem que possa levar a prejuízo das partes.

L – Aqueles que tiverem objeção a sentença ou decisão interlocutória proferida pelos escabinos, em casos por eles conhecidos, podem apelar ao Colégio dos Conselheiros Políticos, os quais deverão também proceder de acordo com os costumes, dar conhecimento a causa e sentenciar, de forma que julguem condizente com o direito, sem isso, a mesma sentença poderá cair nas implicações da provocação. Nesse caso, o Governador e o Alto Conselho devem ser procurados pelas partes que se julgarem agravadas e aconselhadas pelo Mandamento de Revisão, para que lhe concedam uma proposição de erro. Os revisores e adjuntos devem ser em mesmo numero dos Conselheiros Políticos que deram a sentença.

LI – Os conselheiros e escabinos cuidarão da administração judiciária das justiças civil e criminal, sem nenhum ódio, troca de favores ou parcialidade, sem prestigiar pessoas de qualidade, também para e entre os portugueses e outros moradores, bem como para aqueles da nossa ou de outras terras e nações, também em negócios da companhia, que por sua natureza e conveniência sejam assunto da justiça comum.

LII – Em matéria de casamento, de direitos entre o marido e a esposa, de sucessões *ab intestato*, da escrita de testamentos e do que disso depender, para



tudo será observada a ordenação da Holanda de 1582, que terá força de lei e de direito.

LIII – Todas as alienações e encargos, hipotecas, gerais ou particulares, herança de casas, terrenos e terras, para poder usufruir da propriedade ou do direito realizado, devem passar pelos escabinos nomeados e pelos seus secretários.

LIII – Em outros assuntos de contratos entre cidadãos e outras operações, deverá ser seguido o direito comum escrito.

LV – O Governador e o Alto Conselho estão autorizados a fazer, publicar e fazer cumprir censuras e ordenações acerca de mercados, hospedarias, pequenos negócios, profissões e ofícios e outros, quando a polícia e a boa ordem forem necessários.

LVI: Se os portugueses vivendo sob o domínio dos Estados Gerais e da WIC desejarem confirmar seus próprios costumes e práticas, eles deverão notificar os XIX Senhores e pedir sua aprovação

## ANEXO II – TRADUÇÃO DA INSTRUÇÃO DE 1645

INSTRUÇÃO DOS COMISSIONADOS EM VIRTUDE DA COMPANHIA DAS ÍNDIAS OCIDENTAIS, EM REUNIÃO DOS XIX SENHORES, PARA O ALTO GOVERNO DO BRASIL, PELA QUAL OS MESMOS DEVERÃO SE COMPORTAR. NA DATA DE 12 DE OUTUBRO DE 1645. COM A APROVAÇÃO DOS ALTOS E PODEROSOS EM 6 DE NOVEMBRO DE 1645<sup>472</sup>:

I - O Alto Governo nas terras do Brasil que foram, pela palavra de Deus, conquistadas pela Companhia das Índias Ocidentais, ou aquelas ainda por conquistar, consistira e será representado por um presidente e quatro conselheiros, os quais serão escolhidos pelos XIX Senhores e farão os seus convenientes juramentos (...)

II - Estes deverão, em todos os assuntos de Terra como de agua, aos serviços públicos, e aquilo que seja concernente a Companhia, ter o comando superior, de primeira autoridade e direção. Todos os moradores das Terras e Portos do Brasil deverão, sem exceções, quando frente ao Presidente ou aos Conselheiros, trata-los com respeito e honras que sejam convenientes e reconhecer sua obediência.

III – O presidente e os Conselheiros irão, em primeiro lugar e principalmente, assegurar que o Senhor Deus seja honrado, temido e servido de acordo com as sagradas escrituras e a constituição da Igreja Reformada Holandesa, e irão reprimir todas as coisas que causem escândalos e sejam ofensivas.

IIII – E deverão, em todos os lugares, sem exceções, no todo ou na parte, receber a senha e a guarda das chaves; igualmente no Conselho de Justiça, com os contadores e todos os outros colégios ou reuniões que achem devido, deverão receber o primeiro lugar de cabeça-superior.

---

<sup>472</sup> “*Instructie vande Gecommitteerde wegen de generaele geoctroyeerde West-Indische Compangie ter Vergaderinge vande Negenthiende, voor die vande Hooge Regieringe van Brazil, waer naar de zelve haer zullen hebben te gedragen. In date den 12 October 1645. Met de Approbatie van haer Ho: Mo: vanden 6 November 1645*”. In: CAU, C. *Groot-Plackaet Boeck*. Boeck 5, Titel 5, 9 Deel, cols. 1247/1264. Disponível em: <https://bit.ly/2Qv6nxx>. Acesso em: 17/05/2014.

V – Deverão conjuntamente deliberar e consultar e concluir com pluralidade de votos acerca de todos os assuntos, da policia, finanças e milícia e o que mais disser respeito ao governo público e dele depender, sobre todos os assuntos de defesa de agua e terra se comunicar com o Comandante da milícia, construção de novas fortificações, locação e mudança de guarnições , exportação de explorações já concluídas, posicionamento de Comandantes em determinados lugares e fortificações, abandono e demolição de antigas.

VI – deverão cuidar para que a justiça seja bem administrada, a paz pública de todos os seus inferiores e outros que ali se encontrem ou utilizem os serviços da Companhia, e particulares ou que sejam pessoas livres, seja cultivada, defender e fazer defender todas as pessoas, relatar as irregularidades contra o bem estar dessas terras, (...).